

PROCESSO:	<b>@PCP 14/00279809</b>		
AUTUADO:	<b>30/05/2014</b>	PROTOCOLO:	<b>10005/2014</b>
RELATOR:	<b>CONSELHEIRO Luiz Eduardo Cherem</b>		
UN. GESTORA:	<b>Prefeitura Municipal de Aurora</b>		
RESPONSVEL:	<b>Vilmar Zandonai</b>		
ESPCIE:	<b>Prestação de Contas do Prefeito</b>		
ASSUNTO:	<b>Prestação de Contas do Prefeito referente ao exercício de 2013</b>		



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

## DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS

### EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RECEBIDAS - PRESTAÇÃO DE CONTAS

Município: AURORA  
Data recebimento das informações: 30 de Maio de 2014

Descrição Arquivo	Situação Contador	Data Execução	CPF Contador	Situação Gestor	Data Execução	CPF Gestor
Anexo 1 - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas	Assinado	11/04/2014	625.512.059-72	Assinado	11/04/2014	649.522.589-04
Anexo 2 - Receita Segundo as Categorias Econômicas	Assinado	11/04/2014	625.512.059-72	Assinado	11/04/2014	649.522.589-04
Anexo 2 - Resumo Geral das Despesas	Assinado	11/04/2014	625.512.059-72	Assinado	11/04/2014	649.522.589-04
Anexo 2 - Natureza das Despesas Segundo as Categorias Econômicas	Assinado	11/04/2014	625.512.059-72	Assinado	11/04/2014	649.522.589-04
Anexo 6 - Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária	Assinado	11/04/2014	625.512.059-72	Assinado	11/04/2014	649.522.589-04
Anexo 7 - Demonstrativo de Funções, SubFunções e Programas por Projetos e Atividades	Assinado	11/04/2014	625.512.059-72	Assinado	11/04/2014	649.522.589-04
Anexo 8 - Demonstrativo da Despesa por Funções, SubFunções e Programas conforme o vínculo com os Recursos	Assinado	11/04/2014	625.512.059-72	Assinado	11/04/2014	649.522.589-04
Anexo 9 - Demonstrativo da Despesa por Funções, SubFunções e Programas conforme o vínculo com os Recursos	Assinado	11/04/2014	625.512.059-72	Assinado	11/04/2014	649.522.589-04
Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada	Assinado	11/04/2014	625.512.059-72	Assinado	11/04/2014	649.522.589-04
Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada	Assinado	11/04/2014	625.512.059-72	Assinado	11/04/2014	649.522.589-04
Anexo 12 - Balanço Orçamentário	Assinado	11/04/2014	625.512.059-72	Assinado	11/04/2014	649.522.589-04
Anexo 13 - Balanço Financeiro	Assinado	11/04/2014	625.512.059-72	Assinado	11/04/2014	649.522.589-04
Anexo 14 - Balanço Patrimonial	Assinado	11/04/2014	625.512.059-72	Assinado	11/04/2014	649.522.589-04
Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais	Assinado	11/04/2014	625.512.059-72	Assinado	11/04/2014	649.522.589-04
Anexo 16- Demonstrativo da Dívida Fundada	Assinado	11/04/2014	625.512.059-72	Assinado	11/04/2014	649.522.589-04
Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante	Assinado	11/04/2014	625.512.059-72	Assinado	11/04/2014	649.522.589-04
Relatório Circunstanciado do órgão competente	-	-	-	Assinado	07/03/2014	649.522.589-04
Relatório do Conselho do FUNDEB	-	-	-	Justificado	07/04/2014	649.522.589-04
Relatório do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA	-	-	-	Assinado	16/04/2014	649.522.589-04
Notas Explicativas do Balanço	-	-	-	-	-	-
Parecer do Conselho Municipal de Saúde	-	-	-	Justificado	07/04/2014	649.522.589-04

Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social	-	-	-	Justificado	07/04/2014	649.522.589-04
Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar	-	-	-	Justificado	07/04/2014	649.522.589-04
Parecer do Conselho Municipal do Idoso	-	-	-	Justificado	07/04/2014	649.522.589-04
Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA	-	-	-	Justificado	07/04/2014	649.522.589-04
Anexo 13 - Balanço Financeiro - Prefeitura	Assinado	28/03/2014	625.512.059-72	Assinado	07/04/2014	649.522.589-04
Anexo 14 - Balanço Patrimonial - Prefeitura	Assinado	28/03/2014	625.512.059-72	Assinado	07/04/2014	649.522.589-04

Florianópolis, 30 de Maio de 2014

Sr. Presidente

Com os nossos cordiais cumprimentos, encaminho por intermédio do presente, e em atenção ao previsto no artigo 20 da Resolução TC n.º 16/94, e alterações posteriores, as Demonstrações Contábeis e quadros demonstrativos do exercício encerrado, de forma Consolidada, nos termos dos anexos estabelecidos nos artigos 101 da Lei n.º 4.320/64, de 17 de março de 1964 e alterações posteriores, com abrangência ao exercício de 2013.

Sendo o que nos apresenta para o momento e colocando-nos à disposição para informações adicionais que se fizerem necessárias.

Cordialmente,

VILMAR ZANDONAI ROQUE ALAIR RAMOS  
Prefeito                      Contador - CRC



# Demonstrativo da Receita e Despesa

## Segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1

Município de AURORA

Competência: 2013

Títulos	R\$	Títulos	R\$
Receitas Correntes	13.451.171,57	Despesas Correntes	13.242.875,51
Receita Tributária	545.537,23	Pessoal e Encargos Sociais	7.168.071,34
Receita de Contribuições	153.627,90	Juros e Encargos da Dívida	7.010,22
Receita Patrimonial	46.079,09	Outras despesas correntes	6.067.793,95
Receita Agropecuária	52.202,15		
Receita industrial	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00
Receita de Serviços	0,00		
Transferências Correntes	13.582.838,28		
Outras Receitas Correntes	912.258,79		
(-) Deduções da Receita Corrente	-1.841.371,87		
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00		
(-) Deduções da Receita Intra-Orçamentária Corrente	0,00		
Déficit		Superávit	208.296,06
Total	13.451.171,57	Total	13.451.171,57
Receitas de Capital	242.944,27	Despesas de Capital	1.446.132,81
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00	Investimentos	1.369.483,94
Amortização de Empréstimos	0,00	Inversões Financeiras	0,00
Transferências de Capital	247.705,72	Amortização da Dívida	76.648,87
Outras Receitas de Capital	0,00		
(-) Deduções da Receita de Capital	-4.761,45	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00		
(-) Deduções da Receita Intra-Orçamentária de Capital	0,00		
Déficit	1.203.188,54	Superávit	
Total	1.446.132,81	Total	1.446.132,81
Receitas Correntes	13.451.171,57	Despesas Correntes	13.242.875,51
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00
Receita de Capital	242.944,27	Despesas de Capital	1.446.132,81
Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00
Subtotal	13.694.115,84	Subtotal	14.689.008,32
Déficit	994.892,48	Superávit	
TOTAL	14.689.008,32	TOTAL	14.689.008,32

Município de AURORA

Exercício de 2013

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
	RECEITAS			15.540.249,16
10000000	Receitas Correntes			15.292.543,44
11000000	Receita Tributária		545.537,23	
11100000	Impostos		377.927,05	
11120000	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	289.129,50		
11120200	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	93.373,20		
	Recursos Ordinários	48.554,92		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	25.210,36		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	19.607,92		
11120400	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	119.757,79		
11120431	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	116.100,29		
	Recursos Ordinários	74.065,77		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	16.409,71		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	25.624,81		
11120432	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos de Capital	3.657,50		
	Recursos Ordinários	3.657,50		
11120800	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	75.998,51		
	Recursos Ordinários	39.519,46		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	20.519,47		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	15.959,58		
11130000	Impostos sobre a Produção e a Circulação	88.797,55		
11130300	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários	2,26		
11130302	Receita de Parcelamentos – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos	2,26		
	Recursos Ordinários	2,26		
11130500	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	88.795,29		
11130501	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	88.795,29		
	Recursos Ordinários	49.991,10		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	21.827,40		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	16.976,79		
11200000	Taxas		167.610,18	
11210000	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	64.166,08		
11211700	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	18.317,15		
	Serviços de Saúde	18.317,15		
11212500	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Indústrias e Prestadora de Serviço	45.848,93		
	Recursos Ordinários	45.848,93		
11220000	Taxas pela Prestação de Serviços	103.444,10		
11220100	Emolumentos Consulares	38.397,20		
	Recursos Ordinários	38.397,20		
11220200	Emolumentos e Custas Judiciais e Extrajudiciais	357,04		
	Recursos Ordinários	357,04		
11220800	Emolumentos e Custas Judiciais	2.180,00		
	Recursos Ordinários	2.180,00		
11229900	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	62.509,86		

Município de AURORA

Exercício de 2013

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
	Recursos Ordinários	62.509,86		
12000000	Receitas de Contribuições		153.627,90	
12100000	Contribuições Sociais		30.045,76	
12103000	Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social	30.045,76		
12103004	Contribuição Previdenciária da Empresa Optante pelo SIMPLES	30.045,76		
	Recursos Ordinários	30.045,76		
12300000	Contribuição Para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		123.582,14	
	Receita COSIP		123.582,14	
13000000	Receita Patrimonial		46.079,09	
13200000	Receitas de Valores Mobiliários		43.467,27	
13250000	Remuneração de Depósitos Bancários	43.467,27		
13250100	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	16.204,80		
13250199	Receita de Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Vinculados	16.204,80		
	Recursos Ordinários	11.896,47		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	233,05		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	523,41		
	Serviços de Saúde	3,37		
	Receita COSIP	30,45		
	Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	97,86		
	Transferências de Convênios: Educação	57,48		
	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	3.354,57		
	Salário Educação	1,04		
	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	1,55		
	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	5,55		
13250200	Remuneração de Depósitos de Recursos não vinculados	27.262,47		
13250299	Remuneração de Outros Depósitos de Recursos não vinculados	27.262,47		
	Recursos Ordinários	5.299,29		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	347,32		
	Serviços de Saúde	107,65		
	Receita CIDE	10,50		
	Receita COSIP	228,48		
	Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	1.147,48		
	Transferências de Convênios: Educação	1.108,19		
	Transferências de Convênios: Saúde	11.322,52		
	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	6.594,16		
	Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS	52,61		
	Salário Educação	180,04		
	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	142,03		
	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	53,94		
	Atenção Básica	216,17		
	Vigilância em Saúde	8,89		
	Assistência Farmacêutica Básica	443,20		
13900000	Outras Receitas Patrimoniais		2.611,82	

Município de AURORA

Exercício de 2013

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
	Recursos Ordinários		2.611,82	
14000000	Receita Agropecuária		52.202,15	
14900000	Outras Receitas Agropecuárias		52.202,15	
	Recursos Ordinários		52.202,15	
17000000	Transferências Correntes		13.582.838,28	
17200000	Transferências Intergovernamentais		13.138.242,28	
17210000	Transferências da União	6.592.430,97		
17210100	Participação na Receita da União	5.517.085,44		
17210102	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	5.508.918,55		
	Recursos Ordinários	2.864.638,02		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.487.407,79		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	1.156.872,74		
17210105	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	8.166,89		
	Recursos Ordinários	4.247,02		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	2.204,95		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	1.714,92		
17212200	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	78.299,70		
17212270	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	78.299,70		
	Recursos Ordinários	78.299,70		
17213300	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo aFundo	606.984,97		
	Atenção Básica	538.522,21		
	Vigilância em Saúde	15.169,76		
	Assistência Farmacêutica Básica	25.993,00		
	Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	27.300,00		
17213400	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	48.856,98		
	Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS	48.856,98		
17213500	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	325.361,37		
17213501	Transferências do Salário-Educação	174.107,70		
	Salário Educação	174.107,70		
17213502	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola –PDDE	1.200,00		
	Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	1.200,00		
17213503	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de AlimentaçãoEscolar – PNAE	59.234,01		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	11.248,00		
	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	47.986,01		
17213504	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacionalde Apoio ao Transporte do Escolar – PN	90.819,66		
	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	90.819,66		
17213600	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	15.842,51		
	Recursos Ordinários	8.238,20		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	4.435,83		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	3.168,48		
17220000	Transferências dos Estados	4.677.698,15		
17220100	Participação na Receita dos Estados	3.973.955,19		
17220101	Cota-Parte do ICMS	3.394.303,44		

Município de AURORA

Exercício de 2013

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
	Recursos Ordinários	1.765.040,44		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	916.460,68		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	712.802,32		
17220102	Cota-Parte do IPVA	537.490,33		
	Recursos Ordinários	279.497,51		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	145.121,14		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	112.871,68		
17220104	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	41.464,69		
	Recursos Ordinários	21.561,97		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	11.195,30		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	8.707,42		
17220113	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	696,73		
	Receita CIDE	696,73		
17229900	Outras Transferências dos Estados	703.742,96		
	Recursos Ordinários	43.402,63		
	Transferências de Convênios: Educação	232.300,00		
	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	304.999,99		
	Atenção Básica	35.129,68		
	Assistência Farmacêutica Básica	87.910,66		
17240000	Transferências Multigovernamentais	1.868.113,16		
17240100	Transferência de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorizaç	1.868.113,16		
	Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	1.698.302,90		
	Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	169.810,26		
17300000	Transferências de Instituições Privadas		38.753,20	
	FIA Imposto de Renda		38.753,20	
17600000	Transferências de Convênios		405.842,80	
17610000	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	405.842,80		
17610300	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	88.040,18		
	Recursos Ordinários	16.705,52		
	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	71.334,66		
17619900	Outras Transferências de Convênios da União	317.802,62		
	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	317.802,62		
19000000	Outras Receitas Correntes		912.258,79	
19100000	Multas e Juros de Mora		10.132,50	
19110000	Multas e Juros de Mora dos Tributos	886,93		
19113800	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	739,72		
	Recursos Ordinários	385,09		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	199,53		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	155,10		
19113900	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis - ITBI	13,11		
	Recursos Ordinários	6,83		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	3,53		

Município de AURORA

Exercício de 2013

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	2,75		
19114000	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	45,09		
	Recursos Ordinários	23,47		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	12,16		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	9,46		
19119900	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	89,01		
19119901	MULTAS E JUROS DE MORA DAS TAXAS	89,01		
	Recursos Ordinários	56,60		
	Serviços de Saúde	32,41		
19130000	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	9.245,57		
19130700	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Exportação	4.796,65		
19130701	Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Exportação	4.796,65		
	Recursos Ordinários	4.796,65		
19131100	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana –	4.408,81		
	Recursos Ordinários	2.292,80		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.190,27		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	925,74		
19131300	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	40,11		
	Recursos Ordinários	20,93		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	10,79		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	8,39		
19200000	Indenizações e Restituições		609.684,94	
19220000	Restituições	609.684,94		
19229900	Outras Restituições	609.684,94		
	Recursos Ordinários	609.684,94		
19300000	Receita da Dívida Ativa		12.669,91	
19310000	Receita da Dívida Ativa Tributária	12.669,91		
19311100	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	5.833,86		
	Recursos Ordinários	3.033,86		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.575,02		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	1.224,98		
19311300	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	4.738,81		
	Recursos Ordinários	2.464,40		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.279,38		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	995,03		
19319900	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	2.097,24		
19319901	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos – Principal	2.097,24		
	Recursos Ordinários	2.097,24		
19900000	Receitas Diversas		279.771,44	
19909900	Outras Receitas	279.771,44		
	Recursos Ordinários	276.522,89		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	3.248,55		
20000000	Receitas de Capital			247.705,72

Município de AURORA

Exercício de 2013

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
24000000	Transferências de Capital		247.705,72	
24700000	Transferências de Convênios		247.705,72	
24710000	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	247.705,72		
24710500	Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	247.705,72		
	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	247.705,72		
	<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>			1.846.133,32
10000000	Receitas Correntes			1.841.371,87
11000000	Receita Tributária		1.075,77	
11100000	Impostos		1.075,77	
11120000	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	1.075,77		
11120800	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	1.075,77		
	Recursos Ordinários	559,40		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	290,46		
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	225,91		
17000000	Transferências Correntes		1.840.296,10	
17200000	Transferências Intergovernamentais		1.840.296,10	
17210000	Transferências da União	1.059.764,11		
17210100	Participação na Receita da União	1.056.595,63		
17210102	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	1.054.963,99		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.054.963,99		
17210105	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	1.631,64		
	Recursos Ordinários	2,62		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.629,02		
17213600	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	3.168,48		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	3.168,48		
17220000	Transferências dos Estados	780.531,99		
17220100	Participação na Receita dos Estados	779.854,25		
17220101	Cota-Parte do ICMS	672.357,17		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	672.357,17		
17220102	Cota-Parte do IPVA	107.497,08		
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	107.497,08		
17229900	Outras Transferências dos Estados	677,74		
	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	677,74		
20000000	Receitas de Capital			4.761,45
24000000	Transferências de Capital		4.761,45	
24700000	Transferências de Convênios		4.761,45	
24710000	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	4.761,45		
24710200	Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	3.783,19		
	Transferências de Convênios: Educação	3.783,19		
24719900	Outras Transferências de Convênio da União	978,26		
	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	978,26		
	<b>TOTAL GERAL</b>			13.694.115,84

Município de AURORA

Exercício de 2013

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
--------	---------------	---------------	-------	---------------------

Obs: Para apuração dos valores arrecadados foi considerado o movimento mensal, (débito e crédito) da conta contábil 19114, sendo que as deduções, quando devidamente informadas pelas Unidades no Sistema e-Sfinge, estão demonstradas abaixo das receitas correntes e de capital



Município de AURORA

Competência: 2013

Unidade Gestora: (Legislativo) Câmara Municipal de Aurora

Unidade Orçamentária: 1001 - CAMARA DE VEREADORES

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			613.458,96
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			466.047,44
3.1.90.00	Aplicações Diretas		466.047,44	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	388.978,99		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	77.068,45		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			147.411,52
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		9.600,00	
3.3.50.41	Contribuições	9.600,00		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		137.811,52	
3.3.90.14	Diárias Civil	51.066,19		
3.3.90.30	Material de Consumo	20.941,84		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	3.066,86		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	10.053,67		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	52.682,96		
4.0.00.00	Despesas de Capital			24.622,00
4.4.00.00	Investimentos			24.622,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas		24.622,00	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	24.622,00		
	Total Unidade Orçamentária			638.080,96

Unidade Gestora: (Executivo ) Prefeitura Municipal de Aurora

Unidade Orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			510.622,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			355.039,59
3.1.90.00	Aplicações Diretas		355.039,59	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	304.724,74		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	50.314,85		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			155.582,41
3.3.90.00	Aplicações Diretas		155.582,41	
3.3.90.14	Diárias Civil	21.119,48		
3.3.90.30	Material de Consumo	11.273,99		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	1.151,51		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	16.979,52		
3.3.90.38	Arrendamento Mercantil	2.698,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	87.249,70		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	15.110,21		
4.0.00.00	Despesas de Capital			59.880,73
4.4.00.00	Investimentos			59.880,73
4.4.90.00	Aplicações Diretas		59.880,73	
4.4.90.30	Material de Consumo	3.160,00		

# Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas

## Administração Direta, Indireta ou Fundacional - Anexo 2

Município de AURORA

Competência: 2013

4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	56.720,73	
Total Unidade Orçamentária			570.502,73

### Unidade Orçamentária: 3001 - SEC. DE ADMINISTRACAO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			1.603.327,67
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			706.810,83
3.1.90.00	Aplicações Diretas		706.810,83	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	611.281,67		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	95.529,16		
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida			7.010,22
3.2.90.00	Aplicações Diretas		7.010,22	
3.2.90.21	Juros sobre a Dívida por Contrato	7.010,22		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			889.506,62
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		34.215,94	
3.3.50.41	Contribuições	29.791,64		
3.3.50.92	Despesas de Exercícios Anteriores	4.424,30		
3.3.71.00	Transferência a Consórcios Público		8.186,86	
3.3.71.30	Material de Consumo	44,95		
3.3.71.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	230,00		
3.3.71.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	5.029,17		
3.3.71.92	Despesas de Exercícios Anteriores	2.882,74		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		847.103,82	
3.3.90.14	Diárias Civil	30.473,57		
3.3.90.30	Material de Consumo	56.305,22		
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	750,00		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	2.190,06		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	49.299,89		
3.3.90.38	Arrendamento Mercantil	89,90		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	419.627,57		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	123.859,61		
3.3.90.91	Sentenças Judiciais	741,48		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	163.303,88		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	462,64		
4.0.00.00	Despesas de Capital			86.572,05
4.4.00.00	Investimentos			9.923,18
4.4.90.00	Aplicações Diretas		9.923,18	
4.4.90.30	Material de Consumo	1.814,18		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	8.109,00		
4.6.00.00	Amortização da Dívida			76.648,87
4.6.90.00	Aplicações Diretas		76.648,87	
4.6.90.71	Principal da Dívida Contratual Resgatado	76.648,87		
Total Unidade Orçamentária				1.689.899,72

### Unidade Orçamentária: 4001 - SEC. DE EDUCACAO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

e-Sfinge Web - Gerado em: 08/04/14 - 17:06

2/ 6



Município de AURORA

Competência: 2013

Unidade Orçamentária: 4001 - SEC. DE EDUCACAO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			4.096.247,86
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			2.905.079,23
3.1.90.00	Aplicações Diretas		2.905.079,23	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	2.594.564,64		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	310.015,59		
3.1.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	499,00		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			1.191.168,63
3.3.90.00	Aplicações Diretas		1.191.168,63	
3.3.90.14	Diárias Civil	14.911,55		
3.3.90.18	Auxílio Financeiro a Estudantes	812,20		
3.3.90.30	Material de Consumo	445.496,27		
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	154.337,89		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	78.490,00		
3.3.90.37	Locação de Mão-de-Obra	457,58		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	470.778,48		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	9.700,13		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	16.184,53		
4.0.00.00	Despesas de Capital			367.516,24
4.4.00.00	Investimentos			367.516,24
4.4.90.00	Aplicações Diretas		367.516,24	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	365.091,30		
4.4.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	2.424,94		
	Total Unidade Orçamentária			4.463.764,10

Unidade Orçamentária: 6001 - SEC. DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			2.026.657,88
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			934.826,96
3.1.90.00	Aplicações Diretas		934.826,96	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	819.505,12		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	115.321,84		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			1.091.830,92
3.3.90.00	Aplicações Diretas		1.091.830,92	
3.3.90.14	Diárias Civil	1.562,17		
3.3.90.30	Material de Consumo	379.242,50		
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	330,70		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	71.515,00		
3.3.90.37	Locação de Mão-de-Obra	1.106,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	542.255,81		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	77.725,78		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	18.092,96		
4.0.00.00	Despesas de Capital			670.373,56

# Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas

## Administração Direta, Indireta ou Fundacional - Anexo 2

Município de AURORA

Competência: 2013

4.4.00.00	Investimentos	670.373,56
4.4.90.00	Aplicações Diretas	670.373,56
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	2.390,00
4.4.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	667.983,56
	Total Unidade Orçamentária	2.697.031,44

### Unidade Orçamentária: 7001 - SEC. DE AGRIC., MEIO AMBIENTE E CRESC. ECONOMICO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			809.581,29
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			436.292,34
3.1.90.00	Aplicações Diretas		436.292,34	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	374.241,10		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	62.051,24		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			373.288,95
3.3.90.00	Aplicações Diretas		373.288,95	
3.3.90.14	Diárias Civil	4.446,86		
3.3.90.30	Material de Consumo	257.708,02		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	968,17		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	3.100,00		
3.3.90.37	Locação de Mão-de-Obra	3.211,80		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	103.454,10		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	400,00		
4.0.00.00	Despesas de Capital			5.000,00
4.4.00.00	Investimentos			5.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas		5.000,00	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	5.000,00		
	Total Unidade Orçamentária			814.581,29

### Unidade Gestora: (Executivo ) Fundo Municipal de Saúde de Aurora

### Unidade Orçamentária: 8001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURORA

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			3.210.184,83
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			1.347.073,97
3.1.71.00	Transferência a Consórcios Público		25.703,40	
3.1.71.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	15.703,40		
3.1.71.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	10.000,00		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		1.321.370,57	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	1.221.615,80		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	99.754,77		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			1.863.110,86
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		839.931,75	
3.3.50.43	Subvenções Sociais	839.931,75		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		917.233,27	
3.3.90.14	Diárias Civil	65.808,71		

# Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas

## Administração Direta, Indireta ou Fundacional - Anexo 2

Município de AURORA

Competência: 2013

3.3.90.30	Material de Consumo	271.658,92	
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	149.270,78	
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	465,70	
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	32.306,44	
3.3.90.37	Locação de Mão-de-Obra	8.096,00	
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	370.724,53	
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	18.902,19	
3.3.93.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid		105.945,84
3.3.93.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	84.305,84	
3.3.93.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	21.640,00	
4.0.00.00	Despesas de Capital		184.008,12
4.4.00.00	Investimentos		184.008,12
4.4.90.00	Aplicações Diretas		184.008,12
4.4.90.30	Material de Consumo	21.314,00	
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	5.874,90	
4.4.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	156.819,22	
	Total Unidade Orçamentária		3.394.192,95

Unidade Gestora: (Executivo ) Prefeitura Municipal de Aurora

Unidade Orçamentária: 9001 - FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE AURORA

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			4.886,05
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			4.886,05
3.3.90.00	Aplicações Diretas		4.886,05	
3.3.90.14	Diárias Civil	2.121,33		
3.3.90.30	Material de Consumo	296,29		
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	208,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	200,43		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	2.060,00		
4.0.00.00	Despesas de Capital			40.505,10
4.4.00.00	Investimentos			40.505,10
4.4.90.00	Aplicações Diretas		40.505,10	
4.4.90.30	Material de Consumo	40.156,20		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	348,90		
	Total Unidade Orçamentária			45.391,15

Unidade Orçamentária: 10001 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE AURORA

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			146.232,74
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			16.900,98
3.1.90.00	Aplicações Diretas		16.900,98	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	16.214,98		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	686,00		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			129.331,76

## Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas

### Administração Direta, Indireta ou Fundacional - Anexo 2

Município de AURORA

Competência: 2013

3.3.90.00	Aplicações Diretas	129.331,76
3.3.90.08	Outros Benefícios Assistenciais	2.380,00
3.3.90.14	Diárias Civil	6.390,66
3.3.90.30	Material de Consumo	9.985,59
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	2.655,52
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	567,53
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	68.560,04
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	38.792,42
4.0.00.00	Despesas de Capital	7.655,01
4.4.00.00	Investimentos	7.655,01
4.4.90.00	Aplicações Diretas	7.655,01
4.4.90.37	Locação de Mão-de-Obra	7.395,11
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	259,90
	<b>Total Unidade Orçamentária</b>	<b>153.887,75</b>

Unidade Gestora: (Executivo ) Fundação Municipal de Desportos de Aurora

Unidade Orçamentária: 11001 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			221.676,23
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			221.676,23
3.3.90.00	Aplicações Diretas		221.676,23	
3.3.90.14	Diárias Civil	1.316,51		
3.3.90.30	Material de Consumo	25.997,43		
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	36.477,35		
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	10.411,47		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	182,70		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	52.100,00		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	66.695,77		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	28.495,00		
	<b>Total Unidade Orçamentária</b>			<b>221.676,23</b>

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econômica
	<b>Total Geral</b>			<b>14.689.008,32</b>

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Especificação	Elemento	Natureza da Despesa por Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
3.0.00.00	Despesas Correntes			13.242.875,51
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais			7.168.071,34
3.1.71.00	Transferência a Consórcios Público		25.703,40	
3.1.71.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	15.703,40		
3.1.71.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	10.000,00		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		7.142.367,94	
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)	6.331.127,04		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	810.741,90		
3.1.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	499,00		
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida			7.010,22
3.2.90.00	Aplicações Diretas		7.010,22	
3.2.90.21	Juros sobre a Dívida por Contrato	7.010,22		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			6.067.793,95
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		883.747,69	
3.3.50.41	Contribuições	39.391,64		
3.3.50.43	Subvenções Sociais	839.931,75		
3.3.50.92	Despesas de Exercícios Anteriores	4.424,30		
3.3.71.00	Transferência a Consórcios Público		8.186,86	
3.3.71.30	Material de Consumo	44,95		
3.3.71.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	230,00		
3.3.71.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	5.029,17		
3.3.71.92	Despesas de Exercícios Anteriores	2.882,74		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		5.069.913,56	
3.3.90.08	Outros Benefícios Assistenciais	2.380,00		
3.3.90.14	Diárias Civil	199.217,03		
3.3.90.18	Auxílio Financeiro a Estudantes	812,20		
3.3.90.30	Material de Consumo	1.478.906,07		
3.3.90.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	36.477,35		
3.3.90.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	317.964,36		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	8.592,53		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)	382.604,99		
3.3.90.37	Locação de Mão-de-Obra	12.871,38		
3.3.90.38	Arrendamento Mercantil	2.787,90		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	2.154.321,34		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	211.285,52		
3.3.90.91	Sentenças Judiciais	741,48		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	260.488,77		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	462,64		
3.3.93.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid		105.945,84	
3.3.93.32	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita	84.305,84		
3.3.93.39	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)	21.640,00		
4.0.00.00	Despesas de Capital			1.446.132,81
4.4.00.00	Investimentos			1.369.483,94
4.4.90.00	Aplicações Diretas		1.369.483,94	

## Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Consolidado

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Especificação	Elemento	Natureza da Despesa por Modalidade de Aplicação	Categoria Econômica
4.4.90.30	Material de Consumo	66.444,38		
4.4.90.37	Locação de Mão-de-Obra	7.395,11		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	468.416,73		
4.4.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	827.227,72		
4.6.00.00	Amortização da Dívida			76.648,87
4.6.90.00	Aplicações Diretas		76.648,87	
4.6.90.71	Principal da Dívida Contratual Resgatado	76.648,87		
	Total Geral			14.689.008,32



Município de AURORA

Competência: 2013

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Aurora

Unidade Orçamentária: 02001 GABINETE DO PREFEITO

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
4	Administração	0,00	0,00	570.502,73	570.502,73
4.122	Administração Geral	0,00	0,00	570.502,73	570.502,73
04.122.0002	ADMINISTRACAO MODERNA E EFICIENTE	0,00	0,00	570.502,73	570.502,73
04.122.0002.02.000002	MANUTENCAO GABINETE PREFEITO E VICE	0,00	0,00	570.502,73	570.502,73
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	570.502,73	570.502,73

Unidade Orçamentária: 03001 SEC. DE ADMINISTRACAO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
4	Administração	0,00	0,00	1.689.899,72	1.689.899,72
4.122	Administração Geral	0,00	0,00	1.689.899,72	1.689.899,72
04.122.0002	ADMINISTRACAO MODERNA E EFICIENTE	0,00	0,00	1.689.899,72	1.689.899,72
04.122.0002.02.000003	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	0,00	362,87	362,87
04.122.0002.02.000004	TRANSFERENCIA A INSTITUICOES DE APOIO ADMINISTRATI	0,00	0,00	34.215,94	34.215,94
04.122.0002.02.000005	ENCARGOS ESPECIAIS ( DIVIDA FUNDADA, PRECATORIOS,	0,00	0,00	83.659,09	83.659,09
04.122.0002.02.000006	MANUTENCAO DA SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANC	0,00	0,00	1.571.661,82	1.571.661,82
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	1.689.899,72	1.689.899,72

Unidade Orçamentária: 04001 SEC. DE EDUCACAO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
12	Educação	0,00	0,00	4.419.414,10	4.419.414,10
12.361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	3.533.922,72	3.533.922,72
12.361.0008	EDUCACAO (ENSINO FUNDAMENTAL)	0,00	0,00	3.533.922,72	3.533.922,72
12.361.0008.02.000014	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	2.467.181,19	2.467.181,19
12.361.0008.02.000015	TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	0,00	1.007.436,90	1.007.436,90

Município de AURORA

Competência: 2013

12.361.0008.02.000016	MANUT. DA EDUCACAO INFANTIL (MERENDA A CRIANÇAS 0	0,00	0,00	59.304,63	59.304,63
12.364	Ensino Superior	0,00	0,00	30,00	30,00
12.364.0011	EDUCACAO (UNIVERSITARIOS)	0,00	0,00	30,00	30,00
12.364.0011.02.000024	MANUTENCAO ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	30,00	30,00
12.365	Educação Infantil	0,00	0,00	885.419,38	885.419,38
12.365.0009	EDUCACAO (EDUCACAO INFANTIL)	0,00	0,00	885.419,38	885.419,38
12.365.0009.02.000017	MERENDA ESCOLAR CENTROS DE EDUC. INFANTIL (DE 1 A	0,00	0,00	45.102,88	45.102,88
12.365.0009.02.000023	MANUTENCAO EDUCACAO INFANTIL	0,00	0,00	840.316,50	840.316,50
12.366	Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	42,00	42,00
12.366.0012	EDUCACAO (EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS)	0,00	0,00	42,00	42,00
12.366.0012.02.000027	TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	0,00	42,00	42,00
13	Cultura	0,00	0,00	44.350,00	44.350,00
13.392	Difusão Cultural	0,00	0,00	44.350,00	44.350,00
13.392.0013	CULTURA	0,00	0,00	44.350,00	44.350,00
13.392.0013.02.000019	DIFUSAO CULTURAL DE AURORA	0,00	0,00	44.350,00	44.350,00
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	4.463.764,10	4.463.764,10

Unidade Orçamentária: 06001 SEC. DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
26	Transporte	0,00	667.983,56	2.029.047,88	2.697.031,44
26.782	Transporte Rodoviário	0,00	667.983,56	2.029.047,88	2.697.031,44
26.782.0004	SERVICO PUBLICO EFICIENTE	0,00	667.983,56	2.029.047,88	2.697.031,44
26.782.0004.01.000007	CONSTR. DE PONTES E PAVIMENT. DE RODOVIAS	0,00	667.983,56	0,00	667.983,56
26.782.0004.02.000010	MANUT. DO DEPTO. DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS URBAN	0,00	0,00	1.916.345,39	1.916.345,39
26.782.0004.02.000011	MANUTENCAO E AMPLIACAO REDE ILUMINACAO	0,00	0,00	112.702,49	112.702,49
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	667.983,56	2.029.047,88	2.697.031,44

Unidade Orçamentária: 07001 SEC. DE AGRIC., MEIO AMBIENTE E CRESC. ECONOMICO

Município de AURORA

Competência: 2013

### Unidade Orçamentária: 07001 SEC. DE AGRIC., MEIO AMBIENTE E CRESC. ECONOMICO

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
20	Agricultura	0,00	0,00	814.581,29	814.581,29
20.606	Extensão Rural	0,00	0,00	814.581,29	814.581,29
20.606.0003	AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTAVEL	0,00	0,00	814.581,29	814.581,29
20.606.0003.01.000005	VEICULOS E TRATORES	0,00	0,00	0,00	0,00
20.606.0003.02.000007	ASSISTENCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL	0,00	0,00	814.457,27	814.457,27
20.606.0003.02.000008	PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR	0,00	0,00	124,02	124,02
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	814.581,29	814.581,29

### Unidade Orçamentária: 09001 FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE AURORA

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
8	Assistência Social	0,00	0,00	45.391,15	45.391,15
8.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	45.391,15	45.391,15
08.243.0005	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	0,00	0,00	45.391,15	45.391,15
08.243.0005.02.000022	MANUT. DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. DOS DIREITOS D	0,00	0,00	45.391,15	45.391,15
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	45.391,15	45.391,15

### Unidade Orçamentária: 10001 FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE AURORA

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
8	Assistência Social	0,00	0,00	153.887,75	153.887,75
8.244	Assistência Comunitária	0,00	0,00	153.887,75	153.887,75
08.244.0006	PROTECAO SOCIAL A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E AO IDOSO	0,00	0,00	153.887,75	153.887,75
08.244.0006.02.000012	MANUT. DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL	0,00	0,00	153.887,75	153.887,75
	Total da Unidade Orçamentária	0,00	0,00	153.887,75	153.887,75
	Total da Unidade Gestora	0,00	667.983,56	9.767.074,62	10.435.058,18

**Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06**  
**Administração Direta, Indireta ou Fundacional**

Município de AURORA

Competência: 2013

**Unidade Gestora: Fundação Municipal de Desportos de Aurora**

**Unidade Orçamentária: 11001 FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTO**

Código	Especificação	Operações especiais		Projetos	Atividades	Total
27	Desporto e Lazer	0,00		0,00	221.676,23	221.676,23
27.812	Desporto Comunitário	0,00		0,00	221.676,23	221.676,23
27.812.0015	ESPORTE	0,00		0,00	221.676,23	221.676,23
27.812.0015.02.000021	MANUTENCAO DO DESPORTO AMADOR E LAZER	0,00		0,00	221.676,23	221.676,23
	Total da Unidade Orçamentária	0,00		0,00	221.676,23	221.676,23
	Total da Unidade Gestora	0,00		0,00	221.676,23	221.676,23

**Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Aurora**

**Unidade Orçamentária: 08001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURORA**

Código	Especificação	Operações especiais		Projetos	Atividades	Total
10	Saúde	0,00		156.819,22	3.237.373,73	3.394.192,95
10.301	Atenção Básica	0,00		156.819,22	3.237.373,73	3.394.192,95
10.301.0007	SAUDE FAMILIAR	0,00		156.819,22	3.237.373,73	3.394.192,95
10.301.0007.01.000013	IMPLANTACAO DE UNIDADES DE SAUDE	0,00		156.819,22	0,00	156.819,22
10.301.0007.02.000013	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO DO FUNDO MUN. DE SAUDE	0,00		0,00	3.237.373,73	3.237.373,73
	Total da Unidade Orçamentária	0,00		156.819,22	3.237.373,73	3.394.192,95
	Total da Unidade Gestora	0,00		156.819,22	3.237.373,73	3.394.192,95

**Unidade Gestora: Câmara Municipal de Aurora**

**Unidade Orçamentária: 01001 CAMARA DE VEREADORES**

**Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06**  
**Administração Direta, Indireta ou Fundacional**

Município de AURORA  
 Competência: 2013

Unidade Orçamentária: 01001 CAMARA DE VEREADORES

Código	Especificação	Operações especiais		Projetos	Atividades	Total
1	Legislativa	0,00		0,00	638.080,96	638.080,96
1.031	Ação Legislativa	0,00		0,00	638.080,96	638.080,96
01.031.0001	LEGISLATIVO COM QUALIDADE E TRANSPARÊNCIA	0,00		0,00	638.080,96	638.080,96
01.031.0001.02.000001	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO	0,00		0,00	638.080,96	638.080,96
	Total da Unidade Orçamentária	0,00		0,00	638.080,96	638.080,96
	Total da Unidade Gestora	0,00		0,00	638.080,96	638.080,96
	Total Geral	0,00		824.802,78	13.864.205,54	14.689.008,32

# Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07

## Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa	0,00	0,00	638.080,96	638.080,96
01.031	Ação Legislativa	0,00	0,00	638.080,96	638.080,96
01.031.0001	LEGISLATIVO COM QUALIDADE E TRANSPARÊNCIA	0,00	0,00	638.080,96	638.080,96
01.031.0001.02.000001	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	638.080,96	638.080,96
04	Administração	0,00	0,00	2.260.402,45	2.260.402,45
04.122	Administração Geral	0,00	0,00	2.260.402,45	2.260.402,45
04.122.0002	ADMINISTRACAO MODERNA E EFICIENTE	0,00	0,00	2.260.402,45	2.260.402,45
04.122.0002.02.000002	MANUTENCAO GABINETE PREFEITO E VICE	0,00	0,00	570.502,73	570.502,73
04.122.0002.02.000003	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	0,00	362,87	362,87
04.122.0002.02.000004	TRANSFERENCIA A INSTITUICOES DE APOIO ADMINISTRATI	0,00	0,00	34.215,94	34.215,94
04.122.0002.02.000005	ENCARGOS ESPECIAIS ( DIVIDA FUNDADA, PRECATORIOS,	0,00	0,00	83.659,09	83.659,09
04.122.0002.02.000006	MANUTENCAO DA SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANC	0,00	0,00	1.571.661,82	1.571.661,82
08	Assistência Social	0,00	0,00	199.278,90	199.278,90
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	45.391,15	45.391,15
08.243.0005	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	0,00	0,00	45.391,15	45.391,15
08.243.0005.02.000022	MANUT. DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. DOS DIREITOS D	0,00	0,00	45.391,15	45.391,15
08.244	Assistência Comunitária	0,00	0,00	153.887,75	153.887,75
08.244.0006	PROTECAO SOCIAL A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E AO IDOSO	0,00	0,00	153.887,75	153.887,75
08.244.0006.02.000012	MANUT. DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL	0,00	0,00	153.887,75	153.887,75
10	Saúde	0,00	156.819,22	3.237.373,73	3.394.192,95
10.301	Atenção Básica	0,00	156.819,22	3.237.373,73	3.394.192,95
10.301.0007	SAUDE FAMILIAR	0,00	156.819,22	3.237.373,73	3.394.192,95
10.301.0007.01.000013	IMPLANTACAO DE UNIDADES DE SAUDE	0,00	156.819,22	0,00	156.819,22
10.301.0007.02.000013	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO DO FUNDO MUN. DE SAUDE	0,00	0,00	3.237.373,73	3.237.373,73
12	Educação	0,00	0,00	4.419.414,10	4.419.414,10
12.361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	3.533.922,72	3.533.922,72
12.361.0008	EDUCACAO (ENSINO FUNDAMENTAL)	0,00	0,00	3.533.922,72	3.533.922,72
12.361.0008.02.000014	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	2.467.181,19	2.467.181,19

## Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
12.361.0008.02.000015	TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	0,00	1.007.436,90	1.007.436,90
12.361.0008.02.000016	MANUT. DA EDUCACAO INFANTIL (MERENDA A CRIANÇAS 0	0,00	0,00	59.304,63	59.304,63
12.364	Ensino Superior	0,00	0,00	30,00	30,00
12.364.0011	EDUCACAO (UNIVERSITARIOS)	0,00	0,00	30,00	30,00
12.364.0011.02.000024	MANUTENCAO ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	30,00	30,00
12.365	Educação Infantil	0,00	0,00	885.419,38	885.419,38
12.365.0009	EDUCACAO (EDUCACAO INFANTIL)	0,00	0,00	885.419,38	885.419,38
12.365.0009.02.000017	MERENDA ESCOLAR CENTROS DE EDUC. INFANTIL (DE 1 A	0,00	0,00	45.102,88	45.102,88
12.365.0009.02.000023	MANUTENCAO EDUCACAO INFANTIL	0,00	0,00	840.316,50	840.316,50
12.366	Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	42,00	42,00
12.366.0012	EDUCACAO (EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS)	0,00	0,00	42,00	42,00
12.366.0012.02.000027	TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	0,00	42,00	42,00
13	Cultura	0,00	0,00	44.350,00	44.350,00
13.392	Difusão Cultural	0,00	0,00	44.350,00	44.350,00
13.392.0013	CULTURA	0,00	0,00	44.350,00	44.350,00
13.392.0013.02.000019	DIFUSAO CULTURAL DE AURORA	0,00	0,00	44.350,00	44.350,00
20	Agricultura	0,00	0,00	814.581,29	814.581,29
20.606	Extensão Rural	0,00	0,00	814.581,29	814.581,29
20.606.0003	AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTAVEL	0,00	0,00	814.581,29	814.581,29
20.606.0003.01.000005	VEICULOS E TRATORES	0,00	0,00	0,00	0,00
20.606.0003.02.000007	ASSISTENCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL	0,00	0,00	814.457,27	814.457,27
20.606.0003.02.000008	PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR	0,00	0,00	124,02	124,02
26	Transporte	0,00	667.983,56	2.029.047,88	2.697.031,44
26.782	Transporte Rodoviário	0,00	667.983,56	2.029.047,88	2.697.031,44
26.782.0004	SERVICO PUBLICO EFICIENTE	0,00	667.983,56	2.029.047,88	2.697.031,44
26.782.0004.01.000007	CONSTR. DE PONTES E PAVIMENT. DE RODOVIAS	0,00	667.983,56	0,00	667.983,56
26.782.0004.02.000010	MANUT. DO DEPTO. DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS URBAN	0,00	0,00	1.916.345,39	1.916.345,39
26.782.0004.02.000011	MANUTENCAO E AMPLIACAO REDE ILUMINACAO	0,00	0,00	112.702,49	112.702,49

# Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07

## Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Especificação	Operações especiais	Projetos	Atividades	Total
27	Desporto e Lazer	0,00	0,00	221.676,23	221.676,23
27.812	Desporto Comunitário	0,00	0,00	221.676,23	221.676,23
27.812.0015	ESPORTE	0,00	0,00	221.676,23	221.676,23
27.812.0015.02.000021	MANUTENCAO DO DESPORTO AMADOR E LAZER	0,00	0,00	221.676,23	221.676,23
	Total Geral	0,00	824.802,78	13.864.205,54	14.689.008,32



# Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, Conforme o Vinculo com os Recursos

## Anexo 8 - Consolidado

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	638.080,96	0,00	638.080,96
01.031	Ação Legislativa	638.080,96	0,00	638.080,96
01.031.0001	LEGISLATIVO COM QUALIDADE E TRANSPARÊNCIA	638.080,96	0,00	638.080,96
01.031.0001.02.000001	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO	638.080,96	0,00	638.080,96
04	Administração	2.260.402,45	0,00	2.260.402,45
04.122	Administração Geral	2.260.402,45	0,00	2.260.402,45
04.122.0002	ADMINISTRACAO MODERNA E EFICIENTE	2.260.402,45	0,00	2.260.402,45
04.122.0002.02.000002	MANUTENCAO GABINETE PREFEITO E VICE	570.502,73	0,00	570.502,73
04.122.0002.02.000003	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	362,87	0,00	362,87
04.122.0002.02.000004	TRANSFERENCIA A INSTITUICOES DE APOIO ADMINISTRATI	34.215,94	0,00	34.215,94
04.122.0002.02.000005	ENCARGOS ESPECIAIS ( DIVIDA FUNDADA, PRECATORIOS,	83.659,09	0,00	83.659,09
04.122.0002.02.000006	MANUTENCAO DA SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANC	1.571.661,82	0,00	1.571.661,82
08	Assistência Social	125.081,52	74.197,38	199.278,90
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	6.664,95	38.726,20	45.391,15
08.243.0005	ATENCAO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	6.664,95	38.726,20	45.391,15
08.243.0005.02.000022	MANUT. DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. DOS DIREITOS D	6.664,95	38.726,20	45.391,15
08.244	Assistência Comunitária	118.416,57	35.471,18	153.887,75
08.244.0006	PROTECAO SOCIAL A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E AO IDOSO	118.416,57	35.471,18	153.887,75
08.244.0006.02.000012	MANUT. DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL	118.416,57	35.471,18	153.887,75
10	Saúde	0,00	3.394.192,95	3.394.192,95
10.301	Atenção Básica	0,00	3.394.192,95	3.394.192,95
10.301.0007	SAUDE FAMILIAR	0,00	3.394.192,95	3.394.192,95
10.301.0007.01.000013	IMPLANTACAO DE UNIDADES DE SAUDE	0,00	156.819,22	156.819,22
10.301.0007.02.000013	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO DO FUNDO MUN. DE SAUDE	0,00	3.237.373,73	3.237.373,73
12	Educação	16.588,96	4.402.825,14	4.419.414,10
12.361	Ensino Fundamental	0,00	3.533.922,72	3.533.922,72
12.361.0008	EDUCACAO (ENSINO FUNDAMENTAL)	0,00	3.533.922,72	3.533.922,72
12.361.0008.02.000014	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	2.467.181,19	2.467.181,19
12.361.0008.02.000015	TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	1.007.436,90	1.007.436,90
12.361.0008.02.000016	MANUT. DA EDUCACAO INFANTIL (MERENDA A CRIANÇAS 0	0,00	59.304,63	59.304,63
12.364	Ensino Superior	0,00	30,00	30,00
12.364.0011	EDUCACAO (UNIVERSITARIOS)	0,00	30,00	30,00
12.364.0011.02.000024	MANUTENCAO ENSINO SUPERIOR	0,00	30,00	30,00
12.365	Educação Infantil	16.588,96	868.830,42	885.419,38
12.365.0009	EDUCACAO (EDUCACAO INFANTIL)	16.588,96	868.830,42	885.419,38
12.365.0009.02.000017	MERENDA ESCOLAR CENTROS DE EDUC. INFANTIL (DE 1 A	16.588,96	28.513,92	45.102,88
12.365.0009.02.000023	MANUTENCAO EDUCACAO INFANTIL	0,00	840.316,50	840.316,50
12.366	Educação de Jovens e Adultos	0,00	42,00	42,00
12.366.0012	EDUCACAO (EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS)	0,00	42,00	42,00
12.366.0012.02.000027	TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	42,00	42,00
13	Cultura	14.744,00	29.606,00	44.350,00
13.392	Difusão Cultural	14.744,00	29.606,00	44.350,00

**Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções  
e Programas, Conforme o Vinculo com os Recursos**  
**Anexo 8 - Consolidado**

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
13.392.0013	CULTURA	14.744,00	29.606,00	44.350,00
13.392.0013.02.000019	DIFUSAO CULTURAL DE AURORA	14.744,00	29.606,00	44.350,00
20	Agricultura	814.581,29	0,00	814.581,29
20.606	Extensão Rural	814.581,29	0,00	814.581,29
20.606.0003	AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTAVEL	814.581,29	0,00	814.581,29
20.606.0003.01.000005	VEICULOS E TRATORES	0,00	0,00	0,00
20.606.0003.02.000007	ASSISTENCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL	814.457,27	0,00	814.457,27
20.606.0003.02.000008	PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR	124,02	0,00	124,02
26	Transporte	1.691.713,79	1.005.317,65	2.697.031,44
26.782	Transporte Rodoviário	1.691.713,79	1.005.317,65	2.697.031,44
26.782.0004	SERVICO PUBLICO EFICIENTE	1.691.713,79	1.005.317,65	2.697.031,44
26.782.0004.01.000007	CONSTR. DE PONTES E PAVIMENT. DE RODOVIAS	22.353,91	645.629,65	667.983,56
26.782.0004.02.000010	MANUT. DO DEPTO. DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS URBAN	1.669.359,88	246.985,51	1.916.345,39
26.782.0004.02.000011	MANUTENCAO E AMPLIACAO REDE ILUMINACAO	0,00	112.702,49	112.702,49
27	Desporto e Lazer	221.676,23	0,00	221.676,23
27.812	Desporto Comunitário	221.676,23	0,00	221.676,23
27.812.0015	ESPORTE	221.676,23	0,00	221.676,23
27.812.0015.02.000021	MANUTENCAO DO DESPORTO AMADOR E LAZER	221.676,23	0,00	221.676,23
Total Geral		5.782.869,20	8.906.139,12	14.689.008,32

# Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9

## Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de AURORA  
Competência: 2013

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01001 - CAMARA DE VEREADORES	638.080,96					
02001 - GABINETE DO PREFEITO				570.502,73		
03001 - SEC. DE ADMINISTRACAO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS				1.689.899,72		
04001 - SEC. DE EDUCACAO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO						
06001 - SEC. DE INFRAESTRUTURA E OBRAS						
07001 - SEC. DE AGRIC., MEIO AMBIENTE E CRESC. ECONOMICO						
08001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURORA						
09001 - FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE AURORA						
10001 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE AURORA						
11001 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTO						
99999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
<b>Total:</b>	<b>638.080,96</b>			<b>2.260.402,45</b>		

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01001 - CAMARA DE VEREADORES						
02001 - GABINETE DO PREFEITO						
03001 - SEC. DE ADMINISTRACAO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS						
04001 - SEC. DE EDUCACAO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO						4.419.414,10
06001 - SEC. DE INFRAESTRUTURA E OBRAS						
07001 - SEC. DE AGRIC., MEIO AMBIENTE E CRESC. ECONOMICO						
08001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURORA				3.394.192,95		
09001 - FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE AURORA		45.391,15				
10001 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE AURORA		153.887,75				
11001 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTO						
99999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
<b>Total:</b>		<b>199.278,90</b>		<b>3.394.192,95</b>		<b>4.419.414,10</b>

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01001 - CAMARA DE VEREADORES						
02001 - GABINETE DO PREFEITO						
03001 - SEC. DE ADMINISTRACAO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS						
04001 - SEC. DE EDUCACAO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO	44.350,00					
06001 - SEC. DE INFRAESTRUTURA E OBRAS						
07001 - SEC. DE AGRIC., MEIO AMBIENTE E CRESC. ECONOMICO						
08001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURORA						
09001 - FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE AURORA						
10001 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE AURORA						
11001 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTO						

# Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9

## Administração Direta, Indireta ou Fundacional

Município de AURORA  
Competência: 2013

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
99999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
<b>Total:</b>	<b>44.350,00</b>					

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01001 - CAMARA DE VEREADORES						
02001 - GABINETE DO PREFEITO						
03001 - SEC. DE ADMINISTRACAO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS						
04001 - SEC. DE EDUCACAO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO						
06001 - SEC. DE INFRAESTRUTURA E OBRAS						
07001 - SEC. DE AGRIC., MEIO AMBIENTE E CRESC. ECONOMICO		814.581,29				
08001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURORA						
09001 - FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE AURORA						
10001 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE AURORA						
11001 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTO						
99999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
<b>Total:</b>		<b>814.581,29</b>				

Unidade Orçamentária / Função de Governo	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva Contingência	Total
01001 - CAMARA DE VEREADORES						638.080,96
02001 - GABINETE DO PREFEITO						570.502,73
03001 - SEC. DE ADMINISTRACAO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS						1.689.899,72
04001 - SEC. DE EDUCACAO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO						4.463.764,10
06001 - SEC. DE INFRAESTRUTURA E OBRAS		2.697.031,44				2.697.031,44
07001 - SEC. DE AGRIC., MEIO AMBIENTE E CRESC. ECONOMICO						814.581,29
08001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURORA						3.394.192,95
09001 - FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE AURORA						45.391,15
10001 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE AURORA						153.887,75
11001 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTO			221.676,23			221.676,23
99999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
<b>Total:</b>		<b>2.697.031,44</b>	<b>221.676,23</b>			<b>14.689.008,32</b>

# Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
	RECEITA	20.054.000,00	15.540.249,16	0,00	4.513.750,84
<b>10000000</b>	<b>Receitas Correntes</b>	<b>16.463.000,00</b>	<b>15.292.543,44</b>	<b>0,00</b>	<b>1.170.456,56</b>
11000000	Receita Tributária	666.000,00	545.537,23	0,00	120.462,77
11100000	Impostos	440.000,00	377.927,05	0,00	62.072,95
11120000	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	360.000,00	289.129,50	0,00	70.870,50
11120200	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	170.000,00	93.373,20	0,00	76.626,80
	Recursos Ordinários	88.400,00	48.554,92	0,00	39.845,08
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	45.900,00	25.210,36	0,00	20.689,64
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	35.700,00	19.607,92	0,00	16.092,08
11120400	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	80.000,00	119.757,79	39.757,79	0,00
11120431	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	70.000,00	116.100,29	46.100,29	0,00
	Recursos Ordinários	36.400,00	74.065,77	37.665,77	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	18.900,00	16.409,71	0,00	2.490,29
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	14.700,00	25.624,81	10.924,81	0,00
11120432	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos de Capital	0,00	3.657,50	3.657,50	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	3.657,50	3.657,50	0,00
11120434	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	Recursos Ordinários	5.200,00	0,00	0,00	5.200,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	2.700,00	0,00	0,00	2.700,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	2.100,00	0,00	0,00	2.100,00
11120800	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	110.000,00	75.998,51	0,00	34.001,49
	Recursos Ordinários	57.200,00	39.519,46	0,00	17.680,54
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	29.700,00	20.519,47	0,00	9.180,53
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	23.100,00	15.959,58	0,00	7.140,42
11130000	Impostos sobre a Produção e a Circulação	80.000,00	88.797,55	8.797,55	0,00
11130300	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários	0,00	2,26	2,26	0,00
11130302	Receita de Parcelamentos – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos	0,00	2,26	2,26	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	2,26	2,26	0,00
11130500	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	80.000,00	88.795,29	8.795,29	0,00
11130501	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	80.000,00	88.795,29	8.795,29	0,00
	Recursos Ordinários	41.600,00	49.991,10	8.391,10	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	21.600,00	21.827,40	227,40	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	16.800,00	16.976,79	176,79	0,00
11200000	Taxas	226.000,00	167.610,18	0,00	58.389,82
11210000	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	96.000,00	64.166,08	0,00	31.833,92
11211700	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	26.000,00	18.317,15	0,00	7.682,85
	Serviços de Saúde	26.000,00	18.317,15	0,00	7.682,85
11212500	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Indústrias e Prestadora de Serviço	70.000,00	45.848,93	0,00	24.151,07
	Recursos Ordinários	70.000,00	45.848,93	0,00	24.151,07
11220000	Taxas pela Prestação de Serviços	130.000,00	103.444,10	0,00	26.555,90
11220100	Emolumentos Consulares	35.000,00	38.397,20	3.397,20	0,00
	Recursos Ordinários	35.000,00	38.397,20	3.397,20	0,00
11220200	Emolumentos e Custas Judiciais e Extrajudiciais	5.000,00	357,04	0,00	4.642,96

# Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
	Recursos Ordinários	5.000,00	357,04	0,00	4.642,96
11220800	Emolumentos e Custas Judiciais	0,00	2.180,00	2.180,00	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	2.180,00	2.180,00	0,00
11229900	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	90.000,00	62.509,86	0,00	27.490,14
	Recursos Ordinários	90.000,00	62.509,86	0,00	27.490,14
12000000	Receitas de Contribuições	100.000,00	153.627,90	53.627,90	0,00
12100000	Contribuições Sociais	0,00	30.045,76	30.045,76	0,00
12103000	Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social	0,00	30.045,76	30.045,76	0,00
12103004	Contribuição Previdenciária da Empresa Optante pelo SIMPLES	0,00	30.045,76	30.045,76	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	30.045,76	30.045,76	0,00
12300000	Contribuição Para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	100.000,00	123.582,14	23.582,14	0,00
	Receita COSIP	100.000,00	123.582,14	23.582,14	0,00
13000000	Receita Patrimonial	121.000,00	46.079,09	0,00	74.920,91
13200000	Receitas de Valores Mobiliários	121.000,00	43.467,27	0,00	77.532,73
13250000	Remuneração de Depósitos Bancários	121.000,00	43.467,27	0,00	77.532,73
13250100	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	93.000,00	16.204,80	0,00	76.795,20
13250199	Receita de Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Vinculados	93.000,00	16.204,80	0,00	76.795,20
	Recursos Ordinários	50.000,00	11.896,47	0,00	38.103,53
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	30.000,00	233,05	0,00	29.766,95
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	13.000,00	523,41	0,00	12.476,59
	Serviços de Saúde	0,00	3,37	3,37	0,00
	Receita COSIP	0,00	30,45	30,45	0,00
	Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	0,00	97,86	97,86	0,00
	Transferências de Convênios: Educação	0,00	57,48	57,48	0,00
	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	0,00	3.354,57	3.354,57	0,00
	Salário Educação	0,00	1,04	1,04	0,00
	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	1,55	1,55	0,00
	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	0,00	5,55	5,55	0,00
13250200	Remuneração de Depósitos de Recursos não vinculados	28.000,00	27.262,47	0,00	737,53
13250299	Remuneração de Outros Depósitos de Recursos não vinculados	28.000,00	27.262,47	0,00	737,53
	Recursos Ordinários	13.600,00	5.299,29	0,00	8.300,71
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	9.100,00	0,00	0,00	9.100,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	5.300,00	347,32	0,00	4.952,68
	Serviços de Saúde	0,00	107,65	107,65	0,00
	Receita CIDE	0,00	10,50	10,50	0,00
	Receita COSIP	0,00	228,48	228,48	0,00
	Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	0,00	1.147,48	1.147,48	0,00
	Transferências de Convênios: Educação	0,00	1.108,19	1.108,19	0,00
	Transferências de Convênios: Saúde	0,00	11.322,52	11.322,52	0,00
	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	0,00	6.594,16	6.594,16	0,00
	Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS	0,00	52,61	52,61	0,00
	Salário Educação	0,00	180,04	180,04	0,00
	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	0,00	142,03	142,03	0,00

# Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	0,00	53,94	53,94	0,00
	Atenção Básica	0,00	216,17	216,17	0,00
	Vigilância em Saúde	0,00	8,89	8,89	0,00
	Assistência Farmacêutica Básica	0,00	443,20	443,20	0,00
13900000	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	2.611,82	2.611,82	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	2.611,82	2.611,82	0,00
14000000	Receita Agropecuária	100.000,00	52.202,15	0,00	47.797,85
14900000	Outras Receitas Agropecuárias	100.000,00	52.202,15	0,00	47.797,85
	Recursos Ordinários	100.000,00	52.202,15	0,00	47.797,85
17000000	Transferências Correntes	15.305.000,00	13.582.838,28	0,00	1.722.161,72
17200000	Transferências Intergovernamentais	15.239.000,00	13.138.242,28	0,00	2.100.757,72
17210000	Transferências da União	7.564.000,00	6.592.430,97	0,00	971.569,03
17210100	Participação na Receita da União	6.530.000,00	5.517.085,44	0,00	1.012.914,56
17210102	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	6.500.000,00	5.508.918,55	0,00	991.081,45
	Recursos Ordinários	3.380.000,00	2.864.638,02	0,00	515.361,98
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.755.000,00	1.487.407,79	0,00	267.592,21
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	1.365.000,00	1.156.872,74	0,00	208.127,26
17210105	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	30.000,00	8.166,89	0,00	21.833,11
	Recursos Ordinários	15.600,00	4.247,02	0,00	11.352,98
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	8.100,00	2.204,95	0,00	5.895,05
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	6.300,00	1.714,92	0,00	4.585,08
17212200	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	90.000,00	78.299,70	0,00	11.700,30
17212270	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	90.000,00	78.299,70	0,00	11.700,30
	Recursos Ordinários	90.000,00	78.299,70	0,00	11.700,30
17213300	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo aFundo	524.000,00	606.984,97	82.984,97	0,00
	Atenção Básica	449.000,00	538.522,21	89.522,21	0,00
	Vigilância em Saúde	15.000,00	15.169,76	169,76	0,00
	Assistência Farmacêutica Básica	60.000,00	25.993,00	0,00	34.007,00
	Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	0,00	27.300,00	27.300,00	0,00
17213400	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	48.856,98	48.856,98	0,00
	Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS	0,00	48.856,98	48.856,98	0,00
17213500	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	345.000,00	325.361,37	0,00	19.638,63
17213501	Transferências do Salário-Educação	180.000,00	174.107,70	0,00	5.892,30
	Salário Educação	180.000,00	174.107,70	0,00	5.892,30
17213502	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola –PDDE	10.000,00	1.200,00	0,00	8.800,00
	Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	10.000,00	1.200,00	0,00	8.800,00
17213503	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de AlimentaçãoEscolar – PNAE	40.000,00	59.234,01	19.234,01	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	0,00	11.248,00	11.248,00	0,00
	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	40.000,00	47.986,01	7.986,01	0,00
17213504	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacionalde Apoio ao Transporte do Escolar – PN	105.000,00	90.819,66	0,00	14.180,34
	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	105.000,00	90.819,66	0,00	14.180,34
17213599	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação –FNDE	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00

## Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
	FNDE	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
17213600	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	25.000,00	15.842,51	0,00	9.157,49
	Recursos Ordinários	13.000,00	8.238,20	0,00	4.761,80
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	7.000,00	4.435,83	0,00	2.564,17
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	5.000,00	3.168,48	0,00	1.831,52
17219900	Outras Transferências da União	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
	Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
17220000	Transferências dos Estados	5.255.000,00	4.677.698,15	0,00	577.301,85
17220100	Participação na Receita dos Estados	5.255.000,00	3.973.955,19	0,00	1.281.044,81
17220101	Cota-Parte do ICMS	4.500.000,00	3.394.303,44	0,00	1.105.696,56
	Recursos Ordinários	2.340.000,00	1.765.040,44	0,00	574.959,56
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	1.215.000,00	916.460,68	0,00	298.539,32
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	945.000,00	712.802,32	0,00	232.197,68
17220102	Cota-Parte do IPVA	650.000,00	537.490,33	0,00	112.509,67
	Recursos Ordinários	338.000,00	279.497,51	0,00	58.502,49
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	175.500,00	145.121,14	0,00	30.378,86
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	136.500,00	112.871,68	0,00	23.628,32
17220104	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	65.000,00	41.464,69	0,00	23.535,31
	Recursos Ordinários	33.800,00	21.561,97	0,00	12.238,03
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	17.550,00	11.195,30	0,00	6.354,70
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	13.650,00	8.707,42	0,00	4.942,58
17220113	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	40.000,00	696,73	0,00	39.303,27
	Receita CIDE	40.000,00	696,73	0,00	39.303,27
17229900	Outras Transferências dos Estados	0,00	703.742,96	703.742,96	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	43.402,63	43.402,63	0,00
	Transferências de Convênios: Educação	0,00	232.300,00	232.300,00	0,00
	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	0,00	304.999,99	304.999,99	0,00
	Atenção Básica	0,00	35.129,68	35.129,68	0,00
	Assistência Farmacêutica Básica	0,00	87.910,66	87.910,66	0,00
17240000	Transferências Multigovernamentais	2.420.000,00	1.868.113,16	0,00	551.886,84
17240100	Transferência de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorizaç	2.420.000,00	1.868.113,16	0,00	551.886,84
	Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof. do Magist. em efet exercício na Ed. Bá	2.200.000,00	1.698.302,90	0,00	501.697,10
	Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	220.000,00	169.810,26	0,00	50.189,74
17300000	Transferências de Instituições Privadas	0,00	38.753,20	38.753,20	0,00
	FIA Imposto de Renda	0,00	38.753,20	38.753,20	0,00
17600000	Transferências de Convênios	66.000,00	405.842,80	339.842,80	0,00
17610000	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	30.000,00	405.842,80	375.842,80	0,00
17610300	Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Assistência Social	30.000,00	88.040,18	58.040,18	0,00
	Recursos Ordinários	30.000,00	16.705,52	0,00	13.294,48
	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	0,00	71.334,66	71.334,66	0,00
17619900	Outras Transferências de Convênios da União	0,00	317.802,62	317.802,62	0,00
	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	0,00	317.802,62	317.802,62	0,00
17620000	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas	36.000,00	0,00	0,00	36.000,00



# Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
17620000	Entidades	36.000,00	0,00	0,00	36.000,00
17620100	Transferências de Convênio dos Estados para o Sistema Único de Saúde –	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
	Transferências de Convênios: Saúde	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
17620200	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00
	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00
19000000	Outras Receitas Correntes	171.000,00	912.258,79	741.258,79	0,00
19100000	Multas e Juros de Mora	16.000,00	10.132,50	0,00	5.867,50
19110000	Multas e Juros de Mora dos Tributos	3.000,00	886,93	0,00	2.113,07
19113800	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.000,00	739,72	0,00	260,28
	Recursos Ordinários	520,00	385,09	0,00	134,91
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	270,00	199,53	0,00	70,47
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	210,00	155,10	0,00	54,90
19113900	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis - ITBI	0,00	13,11	13,11	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	6,83	6,83	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	0,00	3,53	3,53	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	0,00	2,75	2,75	0,00
19114000	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.000,00	45,09	0,00	954,91
	Recursos Ordinários	520,00	23,47	0,00	496,53
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	270,00	12,16	0,00	257,84
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	210,00	9,46	0,00	200,54
19119900	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.000,00	89,01	0,00	910,99
19119901	MULTAS E JUROS DE MORA DAS TAXAS	1.000,00	89,01	0,00	910,99
	Recursos Ordinários	1.000,00	56,60	0,00	943,40
	Serviços de Saúde	0,00	32,41	32,41	0,00
19130000	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	13.000,00	9.245,57	0,00	3.754,43
19130700	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Exportação	0,00	4.796,65	4.796,65	0,00
19130701	Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Exportação	0,00	4.796,65	4.796,65	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	4.796,65	4.796,65	0,00
19131100	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana –	10.000,00	4.408,81	0,00	5.591,19
	Recursos Ordinários	5.200,00	2.292,80	0,00	2.907,20
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	2.700,00	1.190,27	0,00	1.509,73
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	2.100,00	925,74	0,00	1.174,26
19131300	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.000,00	40,11	0,00	2.959,89
	Recursos Ordinários	1.560,00	20,93	0,00	1.539,07
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	810,00	10,79	0,00	799,21
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	630,00	8,39	0,00	621,61
19200000	Indenizações e Restituições	35.000,00	609.684,94	574.684,94	0,00
19220000	Restituições	35.000,00	609.684,94	574.684,94	0,00
19229900	Outras Restituições	35.000,00	609.684,94	574.684,94	0,00
	Recursos Ordinários	35.000,00	609.684,94	574.684,94	0,00
19300000	Receita da Dívida Ativa	80.000,00	12.669,91	0,00	67.330,09
19310000	Receita da Dívida Ativa Tributária	70.000,00	12.669,91	0,00	57.330,09
19311100	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	30.000,00	5.833,86	0,00	24.166,14

## Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
	Recursos Ordinários	15.600,00	3.033,86	0,00	12.566,14
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	8.100,00	1.575,02	0,00	6.524,98
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	6.300,00	1.224,98	0,00	5.075,02
19311300	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	40.000,00	4.738,81	0,00	35.261,19
	Recursos Ordinários	20.800,00	2.464,40	0,00	18.335,60
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	10.800,00	1.279,38	0,00	9.520,62
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	8.400,00	995,03	0,00	7.404,97
19319900	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	0,00	2.097,24	2.097,24	0,00
19319901	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos – Principal	0,00	2.097,24	2.097,24	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	2.097,24	2.097,24	0,00
19320000	Receita da Dívida Ativa não tributária	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
19329900	Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
19329901	Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas –Principal	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
	Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
19900000	Receitas Diversas	40.000,00	279.771,44	239.771,44	0,00
19901600	Receita de Participação do Seguro – DPVAT – Sistema Nacional de Trânsito	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
	Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
19909900	Outras Receitas	35.000,00	279.771,44	244.771,44	0,00
	Recursos Ordinários	35.000,00	276.522,89	241.522,89	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	0,00	3.248,55	3.248,55	0,00
<b>20000000</b>	<b>Receitas de Capital</b>	<b>3.591.000,00</b>	<b>247.705,72</b>	<b>0,00</b>	<b>3.343.294,28</b>
22000000	Alienação de Bens	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
22100000	Alienação de Bens Móveis	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
22190000	Alienação de Outros Bens Móveis	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
	Alienações de Bens destinados a Outros Programas	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
24000000	Transferências de Capital	3.571.000,00	247.705,72	0,00	3.323.294,28
24700000	Transferências de Convênios	3.571.000,00	247.705,72	0,00	3.323.294,28
24710000	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	2.303.000,00	247.705,72	0,00	2.055.294,28
24710100	Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde – SUS	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00
	Transferências de Convênios: Saúde	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00
24710200	Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	152.000,00	0,00	0,00	152.000,00
	Transferências de Convênios: Educação	152.000,00	0,00	0,00	152.000,00
24710500	Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Infra-Estrutura em Transporte	0,00	247.705,72	247.705,72	0,00
	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	0,00	247.705,72	247.705,72	0,00
24719900	Outras Transferências de Convênio da União	2.061.000,00	0,00	0,00	2.061.000,00
	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	2.061.000,00	0,00	0,00	2.061.000,00
24720000	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.268.000,00	0,00	0,00	1.268.000,00
24720100	Transferências de Convênio dos Estados para o Sistema Único de Saúde –	159.000,00	0,00	0,00	159.000,00
	Transferências de Convênios: Saúde	159.000,00	0,00	0,00	159.000,00
24720200	Transferências de Convênio dos Estados destinadas a Programas de Educação	252.000,00	0,00	0,00	252.000,00
	Transferências de Convênios: Educação	252.000,00	0,00	0,00	252.000,00
24729900	Outras Transferências de Convênio dos Estados	857.000,00	0,00	0,00	857.000,00
	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	857.000,00	0,00	0,00	857.000,00

## Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença	
				Para Mais	Para Menos
	DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.354.000,00	-1.846.133,32	507.866,68	0,00
<b>10000000</b>	<b>Receitas Correntes</b>	<b>-2.354.000,00</b>	<b>-1.841.371,87</b>	<b>512.628,13</b>	<b>0,00</b>
11000000	Receita Tributária	0,00	-1.075,77	0,00	1.075,77
11100000	Impostos	0,00	-1.075,77	0,00	1.075,77
11120000	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	0,00	-1.075,77	0,00	1.075,77
11120800	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	0,00	-1.075,77	0,00	1.075,77
	Recursos Ordinários	0,00	-559,40	0,00	559,40
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	0,00	-290,46	0,00	290,46
	Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	0,00	-225,91	0,00	225,91
17000000	Transferências Correntes	-2.354.000,00	-1.840.296,10	513.703,90	0,00
17200000	Transferências Intergovernamentais	-2.354.000,00	-1.840.296,10	513.703,90	0,00
17210000	Transferências da União	-1.311.000,00	-1.059.764,11	251.235,89	0,00
17210100	Participação na Receita da União	-1.306.000,00	-1.056.595,63	249.404,37	0,00
17210102	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	-1.300.000,00	-1.054.963,99	245.036,01	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-1.300.000,00	-1.054.963,99	245.036,01	0,00
17210105	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	-6.000,00	-1.631,64	4.368,36	0,00
	Recursos Ordinários	0,00	-2,62	0,00	2,62
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-6.000,00	-1.629,02	4.370,98	0,00
17213600	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	-5.000,00	-3.168,48	1.831,52	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-5.000,00	-3.168,48	1.831,52	0,00
17220000	Transferências dos Estados	-1.043.000,00	-780.531,99	262.468,01	0,00
17220100	Participação na Receita dos Estados	-1.043.000,00	-779.854,25	263.145,75	0,00
17220101	Cota-Parte do ICMS	-900.000,00	-672.357,17	227.642,83	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-900.000,00	-672.357,17	227.642,83	0,00
17220102	Cota-Parte do IPVA	-130.000,00	-107.497,08	22.502,92	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-130.000,00	-107.497,08	22.502,92	0,00
17220104	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	-13.000,00	0,00	13.000,00	0,00
	Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	-13.000,00	0,00	13.000,00	0,00
17229900	Outras Transferências dos Estados	0,00	-677,74	0,00	677,74
	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	0,00	-677,74	0,00	677,74
<b>20000000</b>	<b>Receitas de Capital</b>	<b>0,00</b>	<b>-4.761,45</b>	<b>0,00</b>	<b>4.761,45</b>
24000000	Transferências de Capital	0,00	-4.761,45	0,00	4.761,45
24700000	Transferências de Convênios	0,00	-4.761,45	0,00	4.761,45
24710000	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	0,00	-4.761,45	0,00	4.761,45
24710200	Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	0,00	-3.783,19	0,00	3.783,19
	Transferências de Convênios: Educação	0,00	-3.783,19	0,00	3.783,19
24719900	Outras Transferências de Convênio da União	0,00	-978,26	0,00	978,26
	Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	0,00	-978,26	0,00	978,26
Totais		17.700.000,00	13.694.115,84	0,00	4.005.884,16

Obs: Para apuração dos valores arrecadados foi considerado o movimento mensal, (débito e crédito) da conta contábil 19114, sendo que as deduções, quando devidamente informadas pelas Unidades no Sistema e-Sfinge, estão demonstradas abaixo das receitas correntes e de capital

## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Aurora

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
02001	GABINETE DO PREFEITO	580.228,42	0,00	580.228,42	570.502,73	9.725,69
02001.04	Administração	580.228,42	0,00	580.228,42	570.502,73	9.725,69
02001.04.122	Administração Geral	580.228,42	0,00	580.228,42	570.502,73	9.725,69
02001.04.122.02.000002	MANUTENCAO GABINETE PREFEITO E VICE	580.228,42	0,00	580.228,42	570.502,73	9.725,69
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	364.000,00	0,00	364.000,00	355.039,59	8.960,41
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				304.724,74	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				304.724,74	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				50.314,85	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				50.314,85	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	156.228,42	0,00	156.228,42	155.582,41	646,01
3.3.90.14.00	Diárias Civil				21.119,48	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil				21.119,48	
3.3.90.30.00	Material de Consumo				11.273,99	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				3.862,68	
3.3.90.30.16	material de expediente				62,60	
3.3.90.30.17	material de processamento de dados				158,00	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha				497,54	
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis				102,00	
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança				42,00	
3.3.90.30.31	sementes, mudas de plantas e insumos				26,00	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos				929,14	
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo				5.594,03	
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção				1.151,51	
3.3.90.33.99	outras despesas com locomoção				1.151,51	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				16.979,52	
3.3.90.36.23	fornecimento de alimentação				2.000,00	

## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.36.45	jetons a conselheiros				5.486,30	
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física				9.493,22	
3.3.90.38.00	Arrendamento Mercantil				2.698,00	
3.3.90.38.01	máquinas e aparelhos				2.698,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				87.249,70	
3.3.90.39.01	assinatura de periódicos e anuidades				3.000,00	
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis				269,15	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos				561,30	
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto				1.004,28	
3.3.90.39.47	serviços de comunicação em geral				10.666,00	
3.3.90.39.49	produções jornalísticas				586,80	
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações				45.233,90	
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais				3.041,75	
3.3.90.39.69	seguros em geral				290,90	
3.3.90.39.75	multas e infrações de trânsito				627,81	
3.3.90.39.88	serviços de publicidade e propaganda				5.000,00	
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal				2.867,00	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				14.100,81	
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				15.110,21	
3.3.90.92.33	passagens e despesas com locomoção				14.910,21	
3.3.90.92.36	outros serviços de terceiros – pessoa física				200,00	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	60.000,00	0,00	60.000,00	59.880,73	119,27
4.4.90.30.00	Material de Consumo				3.160,00	
4.4.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				2.860,00	
4.4.90.30.25	material para manutenção de bens móveis				300,00	
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				56.720,73	
4.4.90.52.42	mobiliário em geral				4.898,73	

## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
4.4.90.52.48	veículos diversos				51.822,00	
03001	SEC. DE ADMINISTRACAO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	1.727.649,73	0,00	1.727.649,73	1.689.899,72	37.750,01
03001.04	Administração	1.727.649,73	0,00	1.727.649,73	1.689.899,72	37.750,01
03001.04.122	Administração Geral	1.727.649,73	0,00	1.727.649,73	1.689.899,72	37.750,01
03001.04.122.02.000003	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	362,87	0,00	362,87	362,87	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	362,87	0,00	362,87	362,87	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo				362,87	
3.3.90.30.16	material de expediente				295,00	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos				67,87	
03001.04.122.02.000004	TRANSFERENCIA A INSTITUICOES DE APOIO ADMINISTRATI	34.500,00	0,00	34.500,00	34.215,94	284,06
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	34.500,00	0,00	34.500,00	34.215,94	284,06
3.3.50.41.00	Contribuições				29.791,64	
3.3.50.41.99	outras contribuições				29.791,64	
3.3.50.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				4.424,30	
3.3.50.92.43	subvenções sociais				4.424,30	
03001.04.122.02.000005	ENCARGOS ESPECIAIS ( DIVIDA FUNDADA, PRECATORIOS,	84.100,00	0,00	84.100,00	83.659,09	440,91
3.2.90.00.00	Aplicações Diretas	7.450,00	0,00	7.450,00	7.010,22	439,78
3.2.90.21.00	Juros sobre a Dívida por Contrato				7.010,22	
3.2.90.21.01	juros da dívida contratada com instituições financeiras				7.010,22	
4.6.90.00.00	Aplicações Diretas	76.650,00	0,00	76.650,00	76.648,87	1,13
4.6.90.71.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado				76.648,87	
4.6.90.71.01	amortização da dívida contratada com instituições financeiras				76.648,87	
03001.04.122.02.000006	MANUTENCAO DA SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANC	1.608.686,86	0,00	1.608.686,86	1.571.661,82	37.025,04
3.1.71.00.00	Transferência a Consórcios Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	740.500,00	0,00	740.500,00	706.810,83	33.689,17
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				611.281,67	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				605.489,05	

## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.1.90.11.44	férias - abono pecuniário				5.792,62	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				95.529,16	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				95.529,16	
3.3.71.00.00	Transferência a Consórcios Público	8.186,86	0,00	8.186,86	8.186,86	0,00
3.3.71.30.00	Material de Consumo				44,95	
3.3.71.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				44,95	
3.3.71.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				230,00	
3.3.71.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis				230,00	
3.3.71.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas				5.029,17	
3.3.71.47.12	contribuição para o PIS/PASEP				5.029,17	
3.3.71.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				2.882,74	
3.3.71.92.41	contribuições				2.882,74	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	850.000,00	0,00	850.000,00	846.740,95	3.259,05
3.3.90.14.00	Diárias Civil				30.473,57	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil				30.473,57	
3.3.90.30.00	Material de Consumo				55.942,35	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				3.933,43	
3.3.90.30.16	material de expediente				12.607,90	
3.3.90.30.17	material de processamento de dados				969,00	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha				718,00	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização				4.991,60	
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos				5.000,00	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				7.765,45	
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis				256,40	
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico				238,00	
3.3.90.30.31	sementes, mudas de plantas e insumos				186,00	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos				720,00	

## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo				18.556,57	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita				750,00	
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios				750,00	
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção				2.190,06	
3.3.90.33.99	outras despesas com locomoção				2.190,06	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				49.299,89	
3.3.90.36.15	locação de imóveis				7.200,00	
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física				42.099,89	
3.3.90.38.00	Arrendamento Mercantil				89,90	
3.3.90.38.01	máquinas e aparelhos				89,90	
3.3.90.38.04	outros bens móveis				0,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				419.627,57	
3.3.90.39.01	assinatura de periódicos e anuidades				189,90	
3.3.90.39.11	locação de softwares				99.001,20	
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis				3.898,00	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos				75,00	
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação				290,00	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica				26.189,32	
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto				4.820,35	
3.3.90.39.47	serviços de comunicação em geral				2.642,00	
3.3.90.39.49	produções jornalísticas				378,00	
3.3.90.39.57	serviços de processamento de dados				775,00	
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações				30.343,62	
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais				8.527,00	
3.3.90.39.66	serviços judiciários				423,45	
3.3.90.39.78	limpeza e conservação				1.282,94	
3.3.90.39.81	serviços bancários				26.868,28	



## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos				3.076,15	
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal				23.699,53	
3.3.90.39.95	manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados				1.827,00	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				185.320,83	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas				123.859,61	
3.3.90.47.10	taxas				335,01	
3.3.90.47.12	contribuição para o PIS/PASEP				123.524,60	
3.3.90.91.00	Sentenças Judiciais				741,48	
3.3.90.91.15	sentenças judiciais de pequeno valor				741,48	
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				163.303,88	
3.3.90.92.33	passagens e despesas com locomoção				2.925,65	
3.3.90.92.36	outros serviços de terceiros – pessoa física				41.188,07	
3.3.90.92.41	contribuições				49.415,81	
3.3.90.92.43	subvenções sociais				18.000,00	
3.3.90.92.52	equipamentos e material permanente				7.280,00	
3.3.90.92.91	sentenças judiciais				44.494,35	
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições				462,64	
3.3.90.93.02	restituições				462,64	
4.4.71.00.00	Transferência a Consórcios Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	9.923,18	76,82
4.4.90.30.00	Material de Consumo				1.814,18	
4.4.90.30.17	material de processamento de dados				1.814,18	
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				8.109,00	
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos				229,00	
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados				2.400,00	
4.4.90.52.36	máquinas, instalações e utensílios de escritório				600,00	
4.4.90.52.42	mobiliário em geral				4.880,00	

## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
04001	SEC. DE EDUCACAO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO	5.292.136,78	0,00	5.292.136,78	4.463.764,10	828.372,68
04001.12	Educação	5.246.136,78	0,00	5.246.136,78	4.419.414,10	826.722,68
04001.12.361	Ensino Fundamental	4.079.064,78	0,00	4.079.064,78	3.533.922,72	545.142,06
04001.12.361.01.000017	MELHORIAS DA REDE FISICA (REFORMAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04001.12.361.02.000014	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	2.747.666,94	0,00	2.747.666,94	2.467.181,19	280.485,75
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	2.292.000,00	0,00	2.292.000,00	2.051.153,79	240.846,21
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				1.882.407,15	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				1.882.407,15	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				168.247,64	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				168.247,64	
3.1.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				499,00	
3.1.90.92.18	auxílio financeiro a estudantes				219,00	
3.1.90.92.39	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				280,00	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	435.000,00	0,00	435.000,00	402.435,56	32.564,44
3.3.90.14.00	Diárias Civil				9.905,54	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil				9.905,54	
3.3.90.30.00	Material de Consumo				74.699,13	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				1.712,89	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação				114,39	
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo				1.139,70	
3.3.90.30.16	material de expediente				15.834,37	
3.3.90.30.17	material de processamento de dados				2.041,00	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				17.276,26	
3.3.90.30.26	material elétrico e eletrônico				0,00	
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança				132,00	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos				9.069,90	

## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo				27.378,62	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita				51.206,14	
3.3.90.32.01	livros didáticos				27.450,00	
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios				23.756,14	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				76.965,00	
3.3.90.36.15	locação de imóveis				19.161,44	
3.3.90.36.20	manutenção e conservação de veículos				3.885,00	
3.3.90.36.23	fornecimento de alimentação				670,00	
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física				53.248,56	
3.3.90.37.00	Locação de Mão-de-Obra				37,58	
3.3.90.37.04	manutenção e conservação de bens imóveis				37,58	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				179.224,08	
3.3.90.39.01	assinatura de periódicos e anuidades				3.874,68	
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis				3.185,00	
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos				596,00	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos				2.235,00	
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação				7.737,45	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica				37.597,34	
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto				10.189,22	
3.3.90.39.47	serviços de comunicação em geral				500,00	
3.3.90.39.57	serviços de processamento de dados				590,00	
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações				5.195,70	
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais				8.227,55	
3.3.90.39.69	seguros em geral				246,48	
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal				910,00	
3.3.90.39.95	manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados				1.053,00	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				97.086,66	

## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				10.398,09	
3.3.90.92.33	passagens e despesas com locomoção				1.262,90	
3.3.90.92.36	outros serviços de terceiros – pessoa física				9.040,19	
3.3.90.92.39	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				95,00	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	20.666,94	0,00	20.666,94	13.591,84	7.075,10
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				11.844,90	
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos				1.570,00	
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados				8.714,90	
4.4.90.52.42	mobiliário em geral				1.560,00	
4.4.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				1.746,94	
4.4.90.92.52	equipamentos e material permanente				1.746,94	
04001.12.361.02.000015	TRANSPORTE ESCOLAR	1.259.000,00	0,00	1.259.000,00	1.007.436,90	251.563,10
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	255.000,00	0,00	255.000,00	183.219,77	71.780,23
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				163.906,82	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				163.906,82	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				19.312,95	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				19.312,95	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	699.000,00	0,00	699.000,00	569.327,13	129.672,87
3.3.90.14.00	Diárias Civil				4.322,56	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil				4.322,56	
3.3.90.30.00	Material de Consumo				330.113,47	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				187.891,53	
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis				56,00	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos				137.364,94	
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo				4.801,00	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita				165,00	
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios				165,00	

## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				226.621,80	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos				45.095,30	
3.3.90.39.69	seguros em geral				37.792,62	
3.3.90.39.75	multas e infrações de trânsito				276,66	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				143.457,22	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas				8.104,30	
3.3.90.47.10	taxas				57,06	
3.3.90.47.15	multas				8.047,24	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	305.000,00	0,00	305.000,00	254.890,00	50.110,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				254.890,00	
4.4.90.52.48	veículos diversos				254.890,00	
04001.12.361.02.000016	MANUT. DA EDUCACAO INFANTIL (MERENDA A CRIANÇAS 0	72.397,84	0,00	72.397,84	59.304,63	13.093,21
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	72.397,84	0,00	72.397,84	59.304,63	13.093,21
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita				59.304,63	
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios				59.304,63	
04001.12.364	Ensino Superior	30,00	0,00	30,00	30,00	0,00
04001.12.364.02.000024	MANUTENCAO ENSINO SUPERIOR	30,00	0,00	30,00	30,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	30,00	0,00	30,00	30,00	0,00
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				30,00	
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis				30,00	
04001.12.365	Educação Infantil	1.167.000,00	0,00	1.167.000,00	885.419,38	281.580,62
04001.12.365.01.000018	CONSTRUCAO DE CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04001.12.365.02.000017	MERENDA ESCOLAR CENTROS DE EDUC. INFANTIL (DE 1 A	65.000,00	0,00	65.000,00	45.102,88	19.897,12
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	65.000,00	0,00	65.000,00	45.102,88	19.897,12
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita				40.014,42	

## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios				40.014,42	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				3.492,63	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				3.492,63	
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas				1.595,83	
3.3.90.47.12	contribuição para o PIS/PASEP				1.595,83	
04001.12.365.02.000023	MANUTENCAO EDUCACAO INFANTIL	1.102.000,00	0,00	1.102.000,00	840.316,50	261.683,50
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	923.732,00	0,00	923.732,00	670.705,67	253.026,33
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				548.250,67	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				548.250,67	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				122.455,00	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				122.455,00	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	70.000,00	0,00	70.000,00	70.576,43	-576,43
3.3.90.14.00	Diárias Civil				683,45	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil				683,45	
3.3.90.18.00	Auxílio Financeiro a Estudantes				812,20	
3.3.90.18.01	auxílio a estudantes carentes				812,20	
3.3.90.30.00	Material de Consumo				40.385,67	
3.3.90.30.16	material de expediente				6.481,00	
3.3.90.30.17	material de processamento de dados				1.069,00	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha				310,00	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				623,05	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos				5.614,83	
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo				26.287,79	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita				3.647,70	
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios				3.647,70	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				1.525,00	
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física				1.525,00	

## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.37.00	Locação de Mão-de-Obra				420,00	
3.3.90.37.02	limpeza e conservação				420,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				22.041,67	
3.3.90.39.10	locação de imóveis				4.400,00	
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis				650,00	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos				531,00	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica				3.613,87	
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto				3.166,07	
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações				1.131,73	
3.3.90.39.95	manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados				371,00	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				8.178,00	
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				1.060,74	
3.3.90.92.36	outros serviços de terceiros – pessoa física				1.060,74	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	108.268,00	0,00	108.268,00	99.034,40	9.233,60
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				98.356,40	
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos				98.356,40	
4.4.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				678,00	
4.4.90.92.52	equipamentos e material permanente				678,00	
04001.12.366	Educação de Jovens e Adultos	42,00	0,00	42,00	42,00	0,00
04001.12.366.02.000027	TRANSPORTE ESCOLAR	42,00	0,00	42,00	42,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	42,00	0,00	42,00	42,00	0,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo				42,00	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				42,00	
04001.12.367	Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04001.12.367.02.000018	ALUNOS PORTADORES NECESSIDADES ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04001.13	Cultura	46.000,00	0,00	46.000,00	44.350,00	1.650,00

## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
04001.13.392	Difusão Cultural	45.000,00	0,00	45.000,00	44.350,00	650,00
04001.13.392.02.000019	DIFUSAO CULTURAL DE AURORA	45.000,00	0,00	45.000,00	44.350,00	650,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	45.000,00	0,00	45.000,00	44.350,00	650,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo				256,00	
3.3.90.30.15	material para festividades e homenagens				256,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				39.368,30	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				39.368,30	
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				4.725,70	
3.3.90.92.43	subvenções sociais				4.725,70	
04001.13.695	Turismo	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
04001.13.695.02.000020	MELHORIA DOS ACESSOS AS PROPR. TURISTICAS	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
06001	SEC. DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	3.948.743,91	0,00	3.948.743,91	2.697.031,44	1.251.712,47
06001.26	Transporte	3.948.743,91	0,00	3.948.743,91	2.697.031,44	1.251.712,47
06001.26.782	Transporte Rodoviário	3.948.743,91	0,00	3.948.743,91	2.697.031,44	1.251.712,47
06001.26.782.01.000006	MAQUINAS, CAMINHAO E EQUIPAMENTOS	821.000,00	0,00	821.000,00	0,00	821.000,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	821.000,00	0,00	821.000,00	0,00	821.000,00
06001.26.782.01.000007	CONSTR. DE PONTES E PAVIMENT. DE RODOVIAS	822.353,91	0,00	822.353,91	667.983,56	154.370,35
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	822.353,91	0,00	822.353,91	667.983,56	154.370,35
4.4.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				667.983,56	
4.4.90.92.51	obras e instalações				667.983,56	
06001.26.782.01.000008	AMPLIACAO DA REDE DE AGUA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06001.26.782.01.000009	ABRIGO DE PASSAGEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
06001.26.782.02.000009	IMPLANTACAO DO PLANO DIRETOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06001.26.782.02.000010	MANUT. DO DEPTO. DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS URBAN	2.192.390,00	0,00	2.192.390,00	1.916.345,39	276.044,61
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	990.000,00	0,00	990.000,00	934.826,96	55.173,04
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				819.505,12	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				819.505,12	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				115.321,84	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				115.321,84	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	1.190.000,00	0,00	1.190.000,00	979.128,43	210.871,57
3.3.90.14.00	Diárias Civil				1.562,17	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil				1.562,17	
3.3.90.30.00	Material de Consumo				374.881,48	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				135.585,90	
3.3.90.30.03	combustíveis e lub. p/outras finalidades				65,01	
3.3.90.30.23	uniformes, tecidos e aviamentos				960,00	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				17.602,75	
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis				12.043,00	
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança				1.047,40	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos				76.553,90	
3.3.90.30.42	ferramentas				780,56	
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins				276,00	
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo				129.966,96	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita				330,70	
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios				330,70	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				71.515,00	
3.3.90.36.06	serviços técnicos profissionais				6.360,00	
3.3.90.36.15	locação de imóveis				28.500,00	

## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física				36.655,00	
3.3.90.37.00	Locação de Mão-de-Obra				1.106,00	
3.3.90.37.06	manutenção e conservação de bens móveis				1.106,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				511.640,12	
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis				37.022,80	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos				48.780,52	
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação				3.156,50	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica				9.458,86	
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações				215,00	
3.3.90.39.69	seguros em geral				8.149,19	
3.3.90.39.75	multas e infrações de trânsito				195,08	
3.3.90.39.81	serviços bancários				3.615,15	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				401.047,02	
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				18.092,96	
3.3.90.92.36	outros serviços de terceiros – pessoa física				8.271,00	
3.3.90.92.39	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				53,00	
3.3.90.92.51	obras e instalações				8.643,96	
3.3.90.92.99	outras despesas de exercícios anteriores				1.125,00	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	12.390,00	0,00	12.390,00	2.390,00	10.000,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				2.390,00	
4.4.90.52.99	outros equipamentos e material permanente				2.390,00	
06001.26.782.02.000011	MANUTENCAO E AMPLIACAO REDE ILUMINACAO	113.000,00	0,00	113.000,00	112.702,49	297,51
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	113.000,00	0,00	113.000,00	112.702,49	297,51
3.3.90.30.00	Material de Consumo				4.361,02	
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo				4.361,02	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				30.615,69	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				30.615,69	

## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas				77.725,78	
3.3.90.47.22	contribuição para custeio de iluminação pública				77.725,78	
07001	SEC. DE AGRIC., MEIO AMBIENTE E CRESC. ECONOMICO	1.378.124,02	0,00	1.378.124,02	814.581,29	563.542,73
07001.20	Agricultura	1.378.124,02	0,00	1.378.124,02	814.581,29	563.542,73
07001.20.606	Extensão Rural	1.378.124,02	0,00	1.378.124,02	814.581,29	563.542,73
07001.20.606.01.000004	IMPLANT. PROJETO FLORESTAL DE GERAÇÃO TRABALHO E R	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00
07001.20.606.01.000005	VEICULOS E TRATORES	350.000,00	0,00	350.000,00	0,00	350.000,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	350.000,00	0,00	350.000,00	0,00	350.000,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				0,00	
4.4.90.52.40	máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários				0,00	
07001.20.606.02.000007	ASSISTENCIA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL	1.014.000,00	0,00	1.014.000,00	814.457,27	199.542,73
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	470.000,00	0,00	470.000,00	436.292,34	33.707,66
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				374.241,10	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				374.241,10	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				62.051,24	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				62.051,24	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	532.782,50	0,00	532.782,50	373.164,93	159.617,57
3.3.90.14.00	Diárias Civil				4.446,86	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil				4.446,86	
3.3.90.30.00	Material de Consumo				257.708,02	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				114.103,66	
3.3.90.30.03	combustíveis e lub. p/outras finalidades				224,02	
3.3.90.30.11	material químico				21.827,30	
3.3.90.30.16	material de expediente				338,00	
3.3.90.30.17	material de processamento de dados				146,00	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				4.658,40	

## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis				11.650,38	
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança				1.134,70	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos				85.021,88	
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo				18.603,68	
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção				968,17	
3.3.90.33.99	outras despesas com locomoção				968,17	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				3.100,00	
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física				3.100,00	
3.3.90.37.00	Locação de Mão-de-Obra				3.211,80	
3.3.90.37.04	manutenção e conservação de bens imóveis				2.111,00	
3.3.90.37.06	manutenção e conservação de bens móveis				1.100,80	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				103.330,08	
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis				1.575,00	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos				40.035,68	
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto				383,34	
3.3.90.39.47	serviços de comunicação em geral				987,00	
3.3.90.39.69	seguros em geral				8.777,87	
3.3.90.39.95	manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados				3.057,00	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				48.514,19	
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				400,00	
3.3.90.92.36	outros serviços de terceiros – pessoa física				400,00	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	11.217,50	0,00	11.217,50	5.000,00	6.217,50
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				5.000,00	
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados				1.120,00	
4.4.90.52.40	máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários				3.880,00	
07001.20.606.02.000008	PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR	124,02	0,00	124,02	124,02	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	124,02	0,00	124,02	124,02	0,00

## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				124,02	
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto				124,02	
09001	FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE AURORA	53.753,20	0,00	53.753,20	45.391,15	8.362,05
09001.08	Assistência Social	53.753,20	0,00	53.753,20	45.391,15	8.362,05
09001.08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	53.753,20	0,00	53.753,20	45.391,15	8.362,05
09001.08.243.02.000022	MANUT. DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. DOS DIREITOS D	53.753,20	0,00	53.753,20	45.391,15	8.362,05
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	4.886,05	5.113,95
3.3.90.14.00	Diárias Civil				2.121,33	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil				2.121,33	
3.3.90.30.00	Material de Consumo				296,29	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização				296,29	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita				208,00	
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios				208,00	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				200,43	
3.3.90.36.23	fornecimento de alimentação				200,43	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				2.060,00	
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis				0,00	
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais				580,00	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				1.480,00	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	43.753,20	0,00	43.753,20	40.505,10	3.248,10
4.4.90.30.00	Material de Consumo				40.156,20	
4.4.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				1.430,00	
4.4.90.30.25	material para manutenção de bens móveis				38.726,20	
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				348,90	
4.4.90.52.42	mobiliário em geral				348,90	
10001	FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE AURORA	231.403,24	0,00	231.403,24	153.887,75	77.515,49
10001.08	Assistência Social	231.403,24	0,00	231.403,24	153.887,75	77.515,49

## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
10001.08.244	Assistência Comunitária	231.403,24	0,00	231.403,24	153.887,75	77.515,49
10001.08.244.01.000011	MELHORIA NO CENTRO DE MULTIPLO USO	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
10001.08.244.01.000012	AQUISICAO DE VEICULOS	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
10001.08.244.02.000012	MANUT. DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL	210.403,24	0,00	210.403,24	153.887,75	56.515,49
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	18.900,00	0,00	18.900,00	16.900,98	1.999,02
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				16.214,98	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				16.214,98	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				686,00	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				686,00	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	179.900,00	0,00	179.900,00	129.331,76	50.568,24
3.3.90.08.00	Outros Benefícios Assistenciais				2.380,00	
3.3.90.08.01	auxílio-funeral				2.380,00	
3.3.90.14.00	Diárias Civil				6.390,66	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil				6.390,66	
3.3.90.30.00	Material de Consumo				9.985,59	
3.3.90.30.07	gêneros de alimentação				100,00	
3.3.90.30.16	material de expediente				1.698,43	
3.3.90.30.17	material de processamento de dados				958,25	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				270,00	
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança				48,00	
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo				6.910,91	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita				2.655,52	
3.3.90.32.01	livros didáticos				141,00	
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios				2.402,00	
3.3.90.32.99	outros materiais de distribuição gratuita				112,52	

## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção				567,53	
3.3.90.33.99	outras despesas com locomoção				567,53	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				68.560,04	
3.3.90.36.15	locação de imóveis				17.041,92	
3.3.90.36.23	fornecimento de alimentação				1.250,00	
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física				50.268,12	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				38.792,42	
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis				1.602,33	
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto				206,70	
3.3.90.39.53	serviços de assistência social				1.838,10	
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações				6.784,39	
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais				1.706,00	
3.3.90.39.67	serviços funerários				2.675,00	
3.3.90.39.80	hospedagens				60,00	
3.3.90.39.81	serviços bancários				431,40	
3.3.90.39.95	manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados				430,00	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				23.058,50	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	11.603,24	0,00	11.603,24	7.655,01	3.948,23
4.4.90.37.00	Locação de Mão-de-Obra				7.395,11	
4.4.90.37.04	manutenção e conservação de bens imóveis				7.395,11	
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				259,90	
4.4.90.52.99	outros equipamentos e material permanente				259,90	
99999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
99999.99	Reserva Contingência	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
99999.99.999	Reserva Contingência	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
99999.99.999.02.000025	RESERVA DE CONTINGENCIA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
9.9.90.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00

## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
	Total da Unidade Gestora	13.232.039,30	0,00	13.232.039,30	10.435.058,18	2.796.981,12

### Unidade Gestora: Fundação Municipal de Desportos de Aurora

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
11001	FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTO	530.000,00	0,00	530.000,00	221.676,23	308.323,77
11001.27	Desporto e Lazer	530.000,00	0,00	530.000,00	221.676,23	308.323,77
11001.27.812	Desporto Comunitário	530.000,00	0,00	530.000,00	221.676,23	308.323,77
11001.27.812.01.000019	CONSTRUCAO E REFORMA DE MODULOS ESPORTIVOS	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
11001.27.812.02.000021	MANUTENCAO DO DESPORTO AMADOR E LAZER	230.000,00	0,00	230.000,00	221.676,23	8.323,77
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	225.000,00	0,00	225.000,00	221.676,23	3.323,77
3.3.90.14.00	Diárias Civil				1.316,51	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil				1.316,51	
3.3.90.30.00	Material de Consumo				25.997,43	
3.3.90.30.14	material educativo e esportivo				12.497,67	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				8.967,12	
3.3.90.30.25	material para manutenção de bens móveis				9,59	
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo				4.523,05	
3.3.90.31.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras				36.477,35	
3.3.90.31.04	premiações desportivas				36.477,35	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita				10.411,47	
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios				10.411,47	
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção				182,70	
3.3.90.33.99	outras despesas com locomoção				182,70	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				52.100,00	
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física				52.100,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				66.695,77	



## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.39.41	fornecimento de alimentação				29.686,00	
3.3.90.39.47	serviços de comunicação em geral				4.500,00	
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais				790,00	
3.3.90.39.69	seguros em geral				246,48	
3.3.90.39.78	limpeza e conservação				1.250,77	
3.3.90.39.80	hospedagens				540,00	
3.3.90.39.81	serviços bancários				49,00	
3.3.90.39.88	serviços de publicidade e propaganda				1.000,00	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				28.633,52	
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				28.495,00	
3.3.90.92.33	passagens e despesas com locomoção				18.795,00	
3.3.90.92.43	subvenções sociais				9.700,00	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
	Total da Unidade Gestora	530.000,00	0,00	530.000,00	221.676,23	308.323,77

### Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Aurora

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
08001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURORA	4.042.298,39	0,00	4.042.298,39	3.394.192,95	648.105,44
08001.10	Saúde	4.042.298,39	0,00	4.042.298,39	3.394.192,95	648.105,44
08001.10.301	Atenção Básica	4.042.298,39	0,00	4.042.298,39	3.394.192,95	648.105,44
08001.10.301.01.000013	IMPLANTACAO DE UNIDADES DE SAUDE	256.984,49	0,00	256.984,49	156.819,22	100.165,27
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	256.984,49	0,00	256.984,49	156.819,22	100.165,27
4.4.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				156.819,22	
4.4.90.92.51	obras e instalações				156.819,22	
08001.10.301.01.000014	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00

## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
08001.10.301.02.000013	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO DO FUNDO MUN. DE SAUDE	3.735.313,90	0,00	3.735.313,90	3.237.373,73	497.940,17
3.1.71.00.00	Transferência a Consórcios Público	30.000,00	0,00	30.000,00	25.703,40	4.296,60
3.1.71.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita				15.703,40	
3.1.71.32.02	medicamentos				15.703,40	
3.1.71.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				10.000,00	
3.1.71.39.50	serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial				10.000,00	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	1.524.000,00	0,00	1.524.000,00	1.321.370,57	202.629,43
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				1.221.615,80	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				1.216.034,13	
3.1.90.11.44	férias - abono pecuniário				1.367,30	
3.1.90.11.45	férias - abono constitucional				4.214,37	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				99.754,77	
3.1.90.13.01	FGTS				6.738,37	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				93.016,40	
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	876.266,67	0,00	876.266,67	839.931,75	36.334,92
3.3.50.43.00	Subvenções Sociais				839.931,75	
3.3.50.43.99	outras subvenções sociais				839.931,75	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	980.533,33	0,00	980.533,33	917.233,27	63.300,06
3.3.90.14.00	Diárias Civil				65.808,71	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil				65.808,71	
3.3.90.30.00	Material de Consumo				271.658,92	
3.3.90.30.01	combustíveis e lubrificantes automotivos				70.321,09	
3.3.90.30.10	material odontológico				40.880,59	
3.3.90.30.15	material para festividades e homenagens				3.007,00	
3.3.90.30.16	material de expediente				13.252,89	
3.3.90.30.17	material de processamento de dados				2.943,00	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha				4.387,50	

## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				9.972,67	
3.3.90.30.28	material de proteção e segurança				1.345,00	
3.3.90.30.31	sementes, mudas de plantas e insumos				1.461,50	
3.3.90.30.36	material hospitalar				26.256,49	
3.3.90.30.39	material para manutenção de veículos				77.690,70	
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo				20.140,49	
3.3.90.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita				149.270,78	
3.3.90.32.02	medicamentos				40.384,13	
3.3.90.32.03	gêneros alimentícios				445,53	
3.3.90.32.99	outros materiais de distribuição gratuita				108.441,12	
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção				465,70	
3.3.90.33.99	outras despesas com locomoção				465,70	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				32.306,44	
3.3.90.36.15	locação de imóveis				19.381,44	
3.3.90.36.30	serviços médicos e odontológicos				6.925,00	
3.3.90.36.99	outros serviços de terceiros – pessoa física				6.000,00	
3.3.90.37.00	Locação de Mão-de-Obra				8.096,00	
3.3.90.37.04	manutenção e conservação de bens imóveis				7.900,00	
3.3.90.37.06	manutenção e conservação de bens móveis				196,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				370.724,53	
3.3.90.39.01	assinatura de periódicos e anuidades				541,32	
3.3.90.39.08	manutenção de software				895,00	
3.3.90.39.16	manutenção e conservação de bens imóveis				18.831,80	
3.3.90.39.17	manutenção e conservação de máquinas e equipamentos				780,00	
3.3.90.39.19	manutenção e conservação de veículos				47.575,85	
3.3.90.39.25	serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins				500,00	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica				12.083,20	

## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto				7.282,75	
3.3.90.39.50	serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial				193.808,82	
3.3.90.39.57	serviços de processamento de dados				5.338,00	
3.3.90.39.58	serviços de telecomunicações				15.890,76	
3.3.90.39.63	serviços gráficos e editoriais				24.378,95	
3.3.90.39.69	seguros em geral				5.103,58	
3.3.90.39.75	multas e infrações de trânsito				1.940,88	
3.3.90.39.81	serviços bancários				3.873,22	
3.3.90.39.83	serviços de cópias e reprodução de documentos				134,10	
3.3.90.39.88	serviços de publicidade e propaganda				2.600,00	
3.3.90.39.90	serviços de publicidade legal				1.653,32	
3.3.90.39.95	manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados				815,30	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				26.697,68	
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores				18.902,19	
3.3.90.92.30	material de consumo				12.952,13	
3.3.90.92.33	passagens e despesas com locomoção				1.032,06	
3.3.90.92.36	outros serviços de terceiros – pessoa física				678,00	
3.3.90.92.39	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				450,00	
3.3.90.92.52	equipamentos e material permanente				3.790,00	
3.3.93.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades dos Orçam. Fiscal e da Segurid	190.000,00	0,00	190.000,00	105.945,84	84.054,16
3.3.93.32.00	Material, Bens ou Serviço para Distribuição Gratuita				84.305,84	
3.3.93.32.02	medicamentos				84.305,84	
3.3.93.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				21.640,00	
3.3.93.39.50	serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial				21.600,00	
3.3.93.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				40,00	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	134.513,90	0,00	134.513,90	27.188,90	107.325,00
4.4.90.30.00	Material de Consumo				21.314,00	

## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
4.4.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				21.314,00	
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				5.874,90	
4.4.90.52.33	equipamentos para áudio, vídeo e foto				999,90	
4.4.90.52.34	máquinas, utensílios e equipamentos diversos				0,00	
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados				4.035,00	
4.4.90.52.99	outros equipamentos e material permanente				840,00	
	Total da Unidade Gestora	4.042.298,39	0,00	4.042.298,39	3.394.192,95	648.105,44

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Aurora

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
01001	CAMARA DE VEREADORES	700.000,00	0,00	700.000,00	638.080,96	61.919,04
01001.01	Legislativa	700.000,00	0,00	700.000,00	638.080,96	61.919,04
01001.01.031	Ação Legislativa	700.000,00	0,00	700.000,00	638.080,96	61.919,04
01001.01.031.01.000001	AMPLIAÇÃO DA SEDE DO PODER LEGISLATIVO	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
01001.01.031.02.000001	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO	690.000,00	0,00	690.000,00	638.080,96	51.919,04
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	450.000,00	0,00	450.000,00	466.047,44	-16.047,44
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil)				388.978,99	
3.1.90.11.01	vencimentos e salários				370.292,02	
3.1.90.11.43	13º salário				15.748,32	
3.1.90.11.44	férias - abono pecuniário				2.064,92	
3.1.90.11.99	outras despesas fixas - pessoal civil				873,73	
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais				77.068,45	
3.1.90.13.02	contribuições previdenciárias – INSS				77.068,45	
3.3.50.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	10.000,00	0,00	10.000,00	9.600,00	400,00
3.3.50.41.00	Contribuições				9.600,00	
3.3.50.41.02	despesa com manutenção de outras entidades de direito privado				9.600,00	

## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	200.000,00	0,00	200.000,00	137.811,52	62.188,48
3.3.90.14.00	Diárias Civil				51.066,19	
3.3.90.14.14	diárias no país – civil				51.066,19	
3.3.90.30.00	Material de Consumo				20.941,84	
3.3.90.30.16	material de expediente				2.208,36	
3.3.90.30.17	material de processamento de dados				908,00	
3.3.90.30.21	material de copa e cozinha				1.771,45	
3.3.90.30.22	material de limpeza e produção de higienização				4.046,21	
3.3.90.30.24	material para manutenção de bens imóveis				7.500,22	
3.3.90.30.31	sementes, mudas de plantas e insumos				220,00	
3.3.90.30.44	material de sinalização visual e afins				4.197,60	
3.3.90.30.99	outros materiais de consumo				90,00	
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção				3.066,86	
3.3.90.33.01	passagens para o país				1.559,28	
3.3.90.33.99	outras despesas com locomoção				1.507,58	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Física)				10.053,67	
3.3.90.36.06	serviços técnicos profissionais				300,00	
3.3.90.36.08	bolsa de iniciação ao trabalho				7.396,67	
3.3.90.36.22	manutenção e conservação de bens imóveis				1.997,00	
3.3.90.36.25	serviços de limpeza e conservação				360,00	
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)				52.682,96	
3.3.90.39.05	serviços técnicos profissionais				765,00	
3.3.90.39.08	manutenção de software				425,00	
3.3.90.39.11	locação de softwares				15.279,92	
3.3.90.39.22	exposições, congressos e conferências				9.660,00	
3.3.90.39.43	serviços de energia elétrica				2.391,37	
3.3.90.39.44	serviços de água e esgoto				466,85	

## Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11

Município de AURORA

Competência: 2013

Código	Títulos	Autorizada R\$			Despesa Realizada	Diferenças
		Créd. Orçam. e Suplemen.	Créd. Esp. e Extraord.	Total		
3.3.90.39.47	serviços de comunicação em geral				21.928,15	
3.3.90.39.69	seguros em geral				292,20	
3.3.90.39.77	vigilância ostensiva/monitorada				1.387,07	
3.3.90.39.81	serviços bancários				7,40	
3.3.90.39.99	outros serviços de terceiros – pessoa jurídica				80,00	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	24.622,00	5.378,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente				24.622,00	
4.4.90.52.18	coleções e materiais bibliográficos				172,00	
4.4.90.52.35	equipamentos de processamento de dados				16.740,00	
4.4.90.52.36	máquinas, instalações e utensílios de escritório				110,00	
4.4.90.52.42	mobiliário em geral				7.600,00	
	Total da Unidade Gestora	700.000,00	0,00	700.000,00	638.080,96	61.919,04
	Total Geral	18.504.337,69	0,00	18.504.337,69	14.689.008,32	3.815.329,37

# Balanço Orçamentário - Anexo 12

Município de AURORA

Competência: 2013

RECEITAS				DESPESAS			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
Receitas Correntes	14.109.000,00	13.451.171,57	657.828,43	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR	18.484.337,69	14.689.008,32	3.795.329,37
Receita Tributária	666.000,00	545.537,23	120.462,77	Corrente	15.008.936,51	13.242.875,51	1.766.061,00
Receita de Contribuições	100.000,00	153.627,90	-53.627,90	Capital	3.475.401,18	1.446.132,81	2.029.268,37
Receita Patrimonial	121.000,00	46.079,09	74.920,91	CRÉDITO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	100.000,00	52.202,15	47.797,85	Corrente		0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	Capital		0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	15.305.000,00	13.582.838,28	1.722.161,72	Corente		0,00	0,00
Outas Receitas Correntes	171.000,00	912.258,79	-741.258,79	Capital		0,00	0,00
(-) Deduções da Receita Corrente	-2.354.000,00	-1.841.371,87	-512.628,13				
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS			
(-) Deduções das Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	3.378.754,01	-3.378.754,01
Receitas de Capital	3.591.000,00	242.944,27	3.348.055,73				
Operações de Créditos	0,00	0,00	0,00				
Alienação de Bens	20.000,00	0,00	20.000,00				
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00				
Transferências de Capital	3.571.000,00	247.705,72	3.323.294,28				
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00				
(-) Deduções da Receita de Capital	0,00	-4.761,45	4.761,45				
Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00	0,00	0,00				
(-) Deduções das Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00	0,00	0,00				
INTERFERÊNCIAS ATIVAS							
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	3.378.754,01	-3.378.754,01				
SOMA	17.700.000,00	17.072.869,85	627.130,15	SOMA	18.484.337,69	18.067.762,33	416.575,36



## Balanço Orçamentário - Anexo 12

Município de AURORA

Competência: 2013

DÉFICIT	784.337,69	994.892,48	-210.554,79	SUPERÁVIT			0,00
TOTAL	18.484.337,69	18.067.762,33	416.575,36	TOTAL	18.484.337,69	18.067.762,33	416.575,36

A coluna despesa fixada não contempla o valor da Reserva de Contingência.

Município de AURORA

Competência: 2013

TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	17.072.869,85	ORÇAMENTÁRIAS	18.067.762,33
Receitas Correntes	13.451.171,57	Despesas Correntes	13.242.875,51
Receita Tributária	545.537,23	Pessoal e Encargos Sociais	7.168.071,34
Receita de Contribuições	153.627,90	Juros e Encargos da Dívida	7.010,22
Receita Patrimonial	46.079,09	Outras Despesas Correntes	6.067.793,95
Receita Agropecuária	52.202,15	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00
Receita Industrial	0,00	Despesas de Capital	1.446.132,81
Receita de Serviços	0,00	Investimentos	1.369.483,94
Transferências Correntes	13.582.838,28	Inversões Financeiras	0,00
Outras Receitas Correntes	912.258,79	Amortização da Dívida	76.648,87
(-) Deduções da Receita Corrente	-1.841.371,87	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00
		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	3.378.754,01
(-) Dedução das Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00		
Receitas de Capital	242.944,27		
Operações de Crédito	0,00		
Alienações de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	247.705,72		
Outras Receitas de Capital	0,00		
(-) Deduções das Receitas de Capital	-4.761,45		
Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00		
(-) Deduções das Receitas Intra-orçamentárias de capital	0,00		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS			
Transferências Financeiras Recebidas	3.378.754,01		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.085.971,35	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.776.005,67
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	-64,97
Realizável	22.207,32	Realizável	31.283,24
Créditos em Circulação	22.207,32	Créditos em Circulação	31.283,24
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00
Depósitos	2.135.458,10	Depósitos	2.167.648,96
Consignações	713.406,29	Consignações	768.842,30
Depósitos de Diversas Origens	1.422.051,81	Depósitos de Diversas Origens	1.398.806,66
Restos a Pagar	471.148,79	Restos a Pagar	471.192,60
Obrigações a Pagar	471.148,79	Obrigações a Pagar	471.192,60
Débito em Tesouraria	0,00	Débito em Tesouraria	0,00
Débito em Tesouraria	0,00	Débito em Tesouraria	0,00
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
Outras Operações	105.945,84	Outras Operações	105.945,84
Valores pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Exigíveis a longo Prazo	0,00	Depósitos Exigíveis a longo Prazo	0,00
Outras Obrigações	105.945,84	Outras Obrigações	105.945,84
Acréscimos Patrimoniais	351.211,30	Decréscimos Patrimoniais	0,00
SOMA	20.158.841,20	SOMA	20.843.768,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.551.780,39	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	866.853,59
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	347.062,72	Bancos Conta Movimento	50.212,80
Bancos Conta Vinculada	1.204.652,70	Bancos Conta Vinculada	816.640,79
Aplicações Financ. de Recursos Próprios	64,97	Aplicações Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicações Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicações Financ. de Recursos Vinc.	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
(-) Provisão p/perdas em Investimentos do RPPS	0,00	(-) Provisão p/perdas em Investimentos do RPPS	0,00
TOTAL	21.710.621,59	TOTAL	21.710.621,59

As Receitas e Despesas Extra-Orçamentárias contemplam possíveis lançamentos de estornos efetuados pelas Unidades no exercício de 2013, devido a ausência de informação no Sistema e-Sfinge sobre estes lançamentos.

Município de AURORA

Competência: 2013

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
FINANCEIRO	875.907,13	FINANCEIRO	735.088,41
DISPONÍVEL	866.853,59	DEPÓSITOS	43.059,35
Caixa	0,00	Consignações	0,00
Bancos Conta Movimento	50.212,80	Depósitos de Diversas Origens	43.059,35
Bancos Conta Vinculada	816.640,79	RESTOS A PAGAR	692.029,06
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	0,00	Obrigações a Pagar	692.029,06
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	0,00	SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
(-) Provisão para Perdas em Investimentos do RPPS	0,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00
REALIZÁVEL	9.053,54	DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	0,00
Créditos a Receber	9.053,54	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00		
Empréstimos e Financiamentos	0,00		
Adiantamentos Concedidos	0,00		
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00		
Valores em Trânsito Realizável	0,00		
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00		
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	0,00		
PERMANENTE	5.781.547,46	PERMANENTE	179.441,84
CRÉDITOS	68,10	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	179.441,84
Créditos a Receber	0,00	Em títulos de Curto Prazo	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	68,10	Em títulos de Longo Prazo	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Em Contratos de Curto Prazo	70.493,99
Adiantamentos Concedidos	0,00	Em Contratos de Longo Prazo	108.947,85
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	Financiamentos em Circulação	0,00
(-) Provisão para Perdas Prováveis	0,00	DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	0,00
Outros Créditos	0,00	Em títulos de Curto Prazo	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	0,00	Em títulos de Longo Prazo	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	Em Contratos de Curto Prazo	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	Em Contratos de Longo Prazo	0,00
DÍVIDA ATIVA	180.065,32	DÉBITOS CONSOLIDADOS	0,00
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Curto Prazo	0,00	Precatórios a Pagar	0,00
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa-CP	0,00	Dívidas Renegociadas	0,00
Créditos em processo de Incrição Dívida Ativa	0,00	Obrigações a Pagar	0,00
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	180.065,32	Obrigações Legais e Tributárias	0,00
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa-LP	0,00	DIVERSOS	0,00
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	0,00	Obrigações a Pagar	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Judiciais	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Provisões Matemáticas Previdenciárias	0,00
Investimentos do RPPS - LP	0,00	Outras Obrigações Exigíveis	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	DIVERSAS PROVISÕES	0,00
IMOBILIZADO	5.601.414,04	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00
Bens Móveis e Imóveis	5.601.414,04		
Bens Imóveis	778.478,75		
Bens Móveis	4.822.935,29		
Títulos e Valores	0,00		
Bens Intangíveis	0,00		
(-) Depreciações, Amortizações e Exaustões	0,00		
DIFERIDO	0,00		
ATIVO REAL	6.657.454,59	PASSIVO REAL	914.530,25
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	5.742.924,34
PASSIVO REAL A DESCOBERTO		ATIVO REAL LÍQUIDO	5.742.924,34
COMPENSADO	1.283.307,13	COMPENSADO	1.283.307,13
TOTAL	7.940.761,72	TOTAL	7.940.761,72

Município de AURORA

Competência: 2013

VARIAÇÕES ATIVAS	R\$	VARIAÇÕES PASSIVAS	R\$
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	17.840.031,95	RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	18.080.432,24
Receitas Correntes	13.451.171,57	Despesas Correntes	13.242.875,51
Receita Tributária	545.537,23	Pessoal e Encargos Sociais	7.168.071,34
Receita de Contribuições	153.627,90	Juros e Encargos da Dívida	7.010,22
Receita Patrimonial	46.079,09	Outras Despesas Correntes	6.067.793,95
Receita Agropecuária	52.202,15	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00
Receita Industrial	0,00	Despesas de Capital	1.446.132,81
Receita de Serviços	0,00	Investimentos	1.369.483,94
Transferências Correntes	13.582.838,28	Inversões Financeiras	0,00
Outras Receitas Correntes	912.258,79	Amortização da Dívida	76.648,87
(-) Deduções da Receita Corrente	-1.841.371,87	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	
(-) Dedução das Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	3.378.754,01
Receitas de Capital	242.944,27	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	12.669,91
Operações de Crédito	0,00	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	12.669,91
Alienações de Bens	0,00	Alienação de Bens	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	Bens Imóveis	0,00
Transferências de Capital	247.705,72	Bens Móveis	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	Demais alienações	0,00
(-) Deduções das Receitas de Capital	-4.761,45	Liquidação de Créditos	12.669,91
Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00
(-) Deduções das Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00	Recebimentos de Dívida Ativa	12.669,91
INTERFERÊNCIAS ATIVAS		Créditos Parcelados	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	3.378.754,01	Créditos Administrativos	0,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	767.162,10	Dividendos	0,00
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	690.513,23	Créditos Diversos a Receber	0,00
Aquisição de Bens	690.445,13	Entidades Devedoras	0,00
Bens Imóveis	198.256,46	Outras Liquidações de Créditos	0,00
Bens Móveis	492.188,67	Custo de Bens e Serviços - Baixa	0,00
Títulos e Valores	0,00	Outras Desincorporações de Ativos	0,00
Bens Intangíveis	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	0,00
Outras Aquisições de Bens	0,00	Operações de Crédito - Em Contratos	0,00
Incorporação de Créditos	68,10	Aumento de Capital	0,00
Custo de Bens e Serviços-Incorporação	0,00	Operações de Crédito - Em Títulos	0,00
Gastos de Despesas Diferidas	0,00	Adiantamentos Recebidos	0,00
Outras Incorporações de Ativos	0,00	Créditos de Exercícios Anteriores	0,00
		Operações com Duplicatas Descontadas	0,00
		Recebimento de Depósitos Judiciais	0,00
		Outras Incorporações de Passivos	0,00

Município de AURORA

Competência: 2013

VARIAÇÕES ATIVAS	R\$	VARIAÇÕES PASSIVAS	R\$
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	76.648,87		
Operações de Créditos - Em Contatos	0,00		
Juros e Encargos	0,00		
Operações de Créditos - Em Títulos	0,00		
Adiantamentos Recebidos	0,00		
Entidades Credoras	0,00		
Dividendos	0,00		
Operações Especiais	0,00		
Amortização de Débitos	0,00		
Outras Desincorporações de Passivos	76.648,87		
INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	7.006.824,50	INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	6.603.869,25
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	6.601.879,40	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	6.601.814,43
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	404.945,10	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	2.054,82
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	53.733,80		
Incorporação de Bens Imóveis	0,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00
Incorporação de Bens Móveis	0,00	Baixa de Bens Imóveis	0,00
Bens Móveis de Uso Permanente	0,00	Baixa de Bens Móveis	0,00
Aquisição	0,00	Bens Móveis de Uso Permanente	0,00
Doações Intra-Orçamentárias	0,00	Doações Intra-Orçamentárias	0,00
Produção	0,00	Perda	0,00
Doação	0,00	Doações	0,00
Transferências	0,00	Devoluções de Bens	0,00
Apreensão	0,00	Transferências	0,00
Permuta	0,00	Permuta	0,00
Outras Incorporações de Bens Móveis	0,00	Inservibilidade	0,00
Bens de Estoque	0,00	Outras Baixas de Bens Móveis	0,00
Incorporação de Bens Intangíveis	0,00		
Incorporação de Títulos e Valores	0,00	Bens de Estoque	0,00
Incorporação de Disponibilidade	0,00	Baixa de Bens Intangíveis	0,00
Incorporação de Direitos	53.733,80	Baixa de Títulos e Valores	0,00
Créditos a Receber	0,00	Outras Baixas de Valores	0,00
Fornecimentos a Receber	0,00	Desincorporação de Disponibilidade	0,00
Recursos de Restos a Pagar	0,00	Baixa de Direitos	0,00
Recursos de Limites a Receber	0,00	Créditos a Receber	0,00
Créditos Tributários	0,00	Fornecimentos a Receber	0,00
Recursos Especiais a Receber	0,00	Recursos de Restos a Pagar	0,00
Créditos a Receber a Longo Prazo-P	0,00	Recursos de Limite a Receber	0,00
Créditos a Receber a Longo Prazo-F	0,00	Créditos Tributários	0,00
Créditos a Receber a Curto Prazo	0,00	Recursos Especiais a Receber	0,00
Créditos de Contribuições	0,00	Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00
Créditos Tributários	0,00	Créditos a Receber a Curto Prazo	0,00

Município de AURORA

Competência: 2013

VARIAÇÕES ATIVAS	R\$	VARIAÇÕES PASSIVAS	R\$
Outros Créditos a Receber	0,00	Dívida Ativa - Cancelamento	0,00
Créditos Diversos a Receber	0,00	Dívida Ativa - Abatimento/Desconto	0,00
Devedores Entidades e Agentes	0,00	Dívida Ativa - Anistia/Perdão	0,00
Entidades Devedoras	0,00	Dívida Ativa - Baixa pela Inscrição	0,00
Agentes Devedores	0,00	Outros Créditos a Receber	0,00
Diversos Responsáveis - Inscrição	0,00	Créditos Diversos a Receber	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Devedores - Entidades e Agentes	0,00
Créditos Administrativos	0,00	Entidades Devedoras	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Agentes Devedores	0,00
Adiantamentos Concedidos	0,00	Diversos Responsáveis	0,00
Depósitos Realizáveis	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Valores Pendentes	0,00	Empréstimos e Financiamentos	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	53.733,80	Adiantamentos Concedidos	0,00
Dívida Ativa - Inscrição	53.733,80	Depósitos Realizáveis	0,00
Dívida Ativa - Ajuste	0,00	Valores Pendentes	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00
Créditos Tributários	0,00	Dívida Ativa - Cancelamento	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Créditos a Receber a Longo Prazo	0,00
Créditos Administrativos	0,00	Devedores - Entidades e Agentes	0,00
Créditos Tributários	0,00	Fornecimento a Receber	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00
Incorporação de Outros Direitos	0,00	Créditos Parcelados - Cancelamento	0,00
Outras Incorporações de Ativos	0,00	Créditos Administrativos - Cancelamento	0,00
		Empréstimos e Financiamentos	0,00
<b>AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS</b>	0,00	Créditos Tributários	0,00
Valorização de Bens	0,00	Dívida Ativa - Ajuste	0,00
Bens Imóveis	0,00	Dívida Ativa - Cancelamento	0,00
Bens Móveis	0,00	Dívida Ativa - Abatimento/Desconto	0,00
Bens Intangíveis	0,00	Dívida Ativa - Anistia/Perdão	0,00
Bens de Estoque	0,00	Baixa de Créditos para Inscrição de Dívida Ativa	0,00
Outros Bens	0,00	Baixa de Outros Direitos	0,00
Valorização de Títulos e Valores	0,00	Bens e Direitos a Incorporar pelas Inscrições de RP	0,00
Valorização de Títulos e Valores	0,00		
Valorização de Títulos e Valores do RPPS	0,00	<b>AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS</b>	0,00
Ajustes de Créditos	0,00	Desvalorização de Bens	0,00
Reversão da Provisão para Devedores Duvidosos	0,00	Bens Imóveis	0,00
Ágios	0,00	Bens Móveis	0,00
Atualização Monetária Financeira	0,00	Bens Intangíveis	0,00
Atualização Monetária não Financeira	0,00	Bens de Estoque	0,00
Dívida Ativa - Atualização Monetária	0,00	Outros Bens	0,00
Diversos Responsáveis	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores	0,00
Créditos a Receber	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Desvalorização de Títulos e Valores do RPPS	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	Ajustes de Créditos	0,00

Município de AURORA

Competência: 2013

VARIAÇÕES ATIVAS	R\$	VARIAÇÕES PASSIVAS	R\$
Títulos e Valores	0,00	Provisão para Devedores Duvidosos	0,00
Créditos Parcelados	0,00	Deságios	0,00
Créditos Administrativos	0,00	Atualização Monetária Não Financeira	0,00
Juros	0,00	Baixa de CM da Dívida Ativa	0,00
Dívida Ativa - Juros e Multas	0,00	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00
Outros Juros	0,00	Créditos Parcelados	0,00
Variação Cambial	0,00	Créditos Administrativos	0,00
Multas	0,00		
Reversão da Provisão pra Perdas Prováveis	0,00	Provisão para Perdas Prováveis	0,00
		Variação Cambial	0,00
Outros Ajustes Patrimoniais	0,00	Depreciação, Amortização e Exaustão	0,00
		Depreciações	0,00
Desincorporação de Passivos	261.618,27	Amortizações	0,00
Cancelamento de Restos a Pagar	89.593,03	Exaustões	0,00
Ajustes de Obrigações	0,00	INCORPORAÇÕES DE PASSIVOS	2.054,82
Valorização Diversas	0,00	Incorporação de Obrigações	2.054,82
Ajustes Monetários de Balanços	0,00	Operações de Crédito - Em Contratos	2.054,82
Resultado equivalencia patrimonial	0,00	Operações de Crédito - Em Títulos	0,00
Ajustes de Exercícios anteriores	0,00	Obrigações de Exercícios Anteriores	0,00
Acrescimos Patrimoniais Diversos	0,00	Restos a Pagar	0,00
		Provisões	0,00
		Depósitos Exigíveis	0,00
		Obrigações Tributárias	0,00
		Depósitos Exigíveis	0,00
		Pessoal a Pagar	0,00
		Ágios	0,00
		Obrigações com Encargos Sociais	0,00
		Obrigações de Exercícios Anteriores	0,00
		Entidades Credoras	0,00
		Precatórios	0,00
		Restos a Pagar	0,00
		Obrigações Tributárias - Patrimonial	0,00
		Entidades de Previdência Complementar	0,00
		Encargos Patronais - RPPS	0,00
		Outras Obrigações	0,00
		Outros Débitos	0,00
		Outras Incorporações de Obrigações	0,00
		Ajustes de Obrigações	0,00
		Ajustes Monetários do Balanço	0,00
		Ajustes de exercícios anteriores	0,00
		Decrécimos Patrimoniais Diversos	0,00
Total da Variações Ativas	24.846.856,45	Total das Variações Passivas	24.684.301,49
RESULTADO PATRIMONIAL - Déficit Verificado		RESULTADO PATRIMONIAL - Superávit Verificado	162.554,96

Município de AURORA

Competência: 2013

VARIAÇÕES ATIVAS		R\$	VARIAÇÕES PASSIVAS		R\$
TOTAL GERAL		24.846.856,45	TOTAL GERAL		24.846.856,45



Município de AURORA

Competência: 2013

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
OPERAÇÕES DE CREDITO INTERNA				
Em Títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Contratos	256.090,71	2.054,82	76.648,87	181.496,66
Financiamentos em circulação	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	256.090,71	2.054,82	76.648,87	181.496,66
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA				
Em Títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Contratos	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉBITOS CONSOLIDADOS				
Precatórios a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas renegociadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações legais e tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DIVERSOS (*)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	256.090,71	2.054,82	76.648,87	181.496,66

- 1) As contas contábeis relativas aos grupos Débitos Consolidados e Diversos podem apresentar lançamentos contábeis de estorno e de transferências de longo prazo para curto prazo, em virtude de ausência de informação no Sistema e-Sfinge sobre estes lançamentos.
- 2) A conta "Diversos" engloba as seguintes contas contábeis: Obrigações a Pagar (2.1.2.1, exceto as contas: 2.1.2.1.7, 2.1.2.1.9.12, 2.1.2.1.4 e 2.1.2.1.1.04), Entidades Credoras (2.1.2.2.1), Depósitos Judiciais (2.2.1.2.3), Outras Obrigações Exigíveis (2.2.2.9) e Valores Pendentes a Longo Prazo (2.2.4)
- 3) A conta "Diversos" é composta pelas seguintes contas: Obrigações a Pagar (2121, salvo 21217, 2121912, 21214 e 2121104); Depósitos Judiciais (22213); Outras Obrigações Exigíveis (2229), Valores Pendentes a Longo Prazo (224), Entidades Credoras (21221) e Outras (22219)

Município de AURORA

Competência: 2013

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
DEPÓSITOS				
Consignações	55.436,01	713.406,29	768.842,30	0,00
Depósitos de Diversas Origens	19.814,20	1.422.051,81	1.398.806,66	43.059,35
SUBTOTAL	75.250,21	2.135.458,10	2.167.648,96	43.059,35
RESTOS A PAGAR				
Obrigações a Pagar				
Fornecedores	430.141,28	426.692,63	214.745,88	642.088,03
Convênios a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrato de Programa de Repasse	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios de OC a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Termos de Parceria a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal a Pagar	147.065,67	0,00	141.753,81	5.311,86
Precatórios a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Sociais a Recolher	22.078,03	0,00	22.078,03	0,00
Obrigações Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados	92.787,89	44.456,16	92.614,88	44.629,17
Débitos Diversos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	692.072,87	471.148,79	471.192,60	692.029,06
DÉBITO EM TESOURARIA	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR				
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	105.945,84	105.945,84	0,00
Adiantamentos Recebidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores em Transito Exigíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores - Entidades e Agentes	0,00	105.945,84	105.945,84	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	767.323,08	2.712.552,73	2.744.787,40	735.088,41

A movimentação da Dívida Flutuante (baixa/inscrição) contempla os possíveis lançamentos de estornos efetuados pelas Unidades no exercício de 2013, devido a ausência de informação no Sistema e-Sfinge sobre estes lançamentos.

## RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO EXERCÍCIO DE 2013

Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Resolução TC Nº. 15/96, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o Controle Interno da PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA/SC, apresenta o relatório circunstanciado dos dados relativos Exercício de 2013.

### 1 – RECEITA ORÇAMENTÁRIA

A Receita Orçamentária Líquida Arrecadada do Município de AURORA no Exercício de 2013 foi de R\$ **13.694.115,84**, demonstrada nos quadros a seguir por Unidade Gestora:

#### 1.1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

Descrição	Exercício de 2013	% T
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>14.463.278,04</b>	<b>100,00%</b>
Receita Tributária	527.220,08	3,65%
Receita de Contribuições	153.627,90	1,06%
Receita Patrimonial	30.494,74	0,21%
Receita Industrial	0,00	0,00%
Receita Agropecuária	52.202,15	0,36%
Transferências Correntes	12.809.410,34	88,57%
Outras Receitas Correntes	890.322,83	6,16%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>242.944,27</b>	<b>101,96%</b>
Operações de Crédito	0,00	0,00%
Alienação de Bens	0,00	0,00%
Transferências de Capital	247.705,72	101,96%
Estorno Receita	-4.761,45	
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE</b>	<b>1.841.371,87</b>	<b>100,00%</b>
Dedução p/ Formação do FUNDEB	1.841.371,87	100,00%
<b>T O T A L</b>	<b>12.864.850,44</b>	

#### 1.2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AURORA

Descrição	Exercício de 2013	% T
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>810.610,40</b>	<b>100,00%</b>
Receita Tributária	18.317,15	2,26%
Receita Patrimonial	15.584,35	1,92%
Transferências Correntes	773.427,94	95,41%

Outras Receitas Correntes	3.280,96	0,40%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito	0,00	0,00%
Alienação de Bens	0,00	0,00%
Transferências de Capital	0,00	0,00
<b>T O T A L</b>	<b>810.610,40</b>	

### 1.3 – FUNDO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE AURORA

Descrição	Exercício de 2013	% T
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>18.655,00</b>	<b>100,00%</b>
Receita Tributária	0,00	0,00%
Receita Patrimonial	0,00	0,00%
Transferências Correntes	0,00	0,00%
Outras Receitas Correntes	18.655,00	100,00%
<b>T O T A L</b>	<b>18.655,00</b>	

### 1.4 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA CONSOLIDADA DO MUNICÍPIO

Descrição	Exercício de 2013	% T
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>15.292.543,44</b>	<b>100,00%</b>
Receita Tributária	545.537,23	3,57%
Receita de Contribuições	153.627,90	1,00%
Receita Patrimonial	46.079,09	0,30%
Receita Industrial	0,00	0,00%
Receita Agropecuária	52.202,15	0,34%
Transferências Correntes	13.582.838,28	88,82%
Outras Receitas Correntes	912.258,79	5,97%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>242.944,27</b>	<b>101,96%</b>
Operações de Crédito	0,00	0,00%
Alienação de Bens	0,00	0,00%
Transferências de Capital	247.705,72	101,96%
Estorno Receita	-4.761,45	
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE</b>	<b>1.841.371,87</b>	<b>100,00%</b>
Dedução p/ Formação do FUNDEB	1.841.371,87	100,00%
<b>T O T A L</b>	<b>13.694.115,84</b>	

**Nota:**

*O confronto entre a Receita Corrente do Município, já deduzido o FUNDEB, acumulado, entre o Exercício de 2012 e o Exercício de 2013, apresentou um acréscimo de **12,26%**, demonstrado no quadro abaixo.*

<b>RECEITA CORRENTE</b>		
<b>PERÍODO</b>	<b>VALOR</b>	<b>DIFERENÇA %</b>
<b>EXERCÍCIO DE 2012</b>	<b>11.978.052,74</b>	<b>12,26</b>
<b>EXERCÍCIO DE 2013</b>	<b>13.446.410,12</b>	

**2 – DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

A Despesa Orçamentária Liquidada do Município de AURORA no Exercício de 2013 foi de R\$ **14.644.552,16**, demonstrada nos quadros a seguir, por Unidade Gestora:

**2.1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA**

<b>Descrição</b>	<b>Exercício de 2013</b>	<b>% T</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.153.099,33</b>	<b>100,00%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	5.354.949,93	58,50%
Juros e Encargos da Dívida	7.010,22	0,08%
Outras Despesas Correntes	3.791.139,18	41,42%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.237.502,69</b>	<b>100,00%</b>
Investimentos	1.160.853,82	93,81%
Amortização da Dívida	76.648,87	6,19%
<b>T O T A L</b>	<b>10.390.602,02</b>	

**2.2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AURORA**

<b>Descrição</b>	<b>Exercício de 2013</b>	<b>% T</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>3.210.184,83</b>	<b>100,00%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	1.347.073,97	41,96%
Outras Despesas Correntes	1.863.110,86	58,04%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>184.008,12</b>	<b>100,00%</b>
Investimentos	184.008,12	100,00%
Amortização da Dívida	0,00	0,00%
<b>T O T A L</b>	<b>3.394.192,95</b>	

### 2.3 – FUNDO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE AURORA

Descrição	Exercício de 2013	% T
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>221.676,23</b>	<b>100,00%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	221.676,23	100,00%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Investimentos	0,00	0,00
<b>T O T A L</b>	<b>221.676,23</b>	

### 2.4 – DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA LIQUIDADA CONSOLIDADA

Descrição	Exercício de 2013	% T
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>13.198.419,35</b>	<b>100,00%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	7.168.071,34	54,31%
Juros e Encargos da Dívida	7.010,22	0,05%
Outras Despesas Correntes	6.023.337,79	45,64%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.446.132,81</b>	<b>100,00%</b>
Investimentos	1.369.483,94	94,70%
Amortização da Dívida	76.648,87	5,30%
<b>T O T A L</b>	<b>14.644.552,16</b>	

Apresentamos abaixo o confronto entre a Receita Orçamentária (consolidada) e a Despesa Orçamentária Liquidada (consolidada) no Exercício de 2013:

Discriminação	Exercício de 2013
Receita Orçamentária	<b>13.694.115,84</b>
Despesa Liquidada	<b>(14.644.552,16)</b>
Resultado	<b>(950.436,32)</b>

## 3 – BALANCETE FINANCEIRO

A movimentação financeira do Município, no final do Exercício de 2013, ficou demonstrada de acordo com os quadros a seguir:

### 3.1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
<b>Saldo anterior</b>	<b>707.631,32</b>
(+) Receita Orçamentária	1.576.471,86
(+) Receita Extra-Orçamentária	184.983,60
(+) Transferência Financeira Recebida	25.541,21
(-) Transferência Financeira Concedida	(348.816,20)
(-) Despesa Orçamentária	(917.475,17)
(-) Despesa Extra-Orçamentária	(553.366,85)
<b>Saldo p/ o mês seguinte</b>	<b>674.969,77</b>

### 3.2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AURORA

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
<b>Saldo anterior</b>	<b>162.836,06</b>
(+) Receita Orçamentária	96.880,37
(+) Receita Extra-Orçamentária	26.764,04
(+) Transferência Financeira Recebida	264.061,71
(-) Transferência Financeira Concedida	(758,00)
(-) Despesa Orçamentária	(247.538,67)
(-) Despesa Extra-Orçamentária	(110.361,69)
<b>Saldo p/ o mês seguinte</b>	<b>191.883,82</b>

### 3.3 – FUNDO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE AURORA

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
<b>Saldo anterior</b>	<b>1.446,20</b>
(-) Receita Orçamentária	(3.300,00)
(-) Receita Extra-Orçamentária	(27.867,43)
(+) Transferência Financeira Recebida	29.721,23
(-) Despesa Orçamentária	<b>0,00</b>
(-) Despesa Extra-Orçamentária	0,00
<b>Saldo p/ o mês seguinte</b>	<b>0,00</b>

### 3.4 – DEMONSTRATIVO DO BALANCETE FINANCEIRO CONSOLIDADO

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
<b>Saldo anterior</b>	<b>913.869,39</b>
(+) Receita Orçamentária	1.670.052,23
(+) Receita Extra-Orçamentária	250.665,76
(-) Despesa Orçamentária	(1.290.060,92)
(-) Despesa Extra-Orçamentária	(677.672,87)
<b>Saldo p/ o mês seguinte</b>	<b>866.853,59</b>

#### 4 – DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS

O saldo de Caixa e Bancos confere com os demonstrativos do último boletim de caixa do mês de DEZEMBRO de 2013, discriminado de acordo com os quadros a seguir:

##### 4.1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Recursos Ordinários	48.150,20
Recursos Vinculados	626.819,57
<b>T O T A L</b>	<b>674.969,77</b>

##### 4.2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AURORA

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Recursos Ordinários	8.467,86
Recursos Vinculados	183.415,96
<b>T O T A L</b>	<b>191.883,82</b>

##### 4.3 – FUNDO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE AURORA

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Recursos Ordinários	0,00
Recursos Vinculados	0,00
<b>T O T A L</b>	<b>0,00</b>

##### 4.4 – DEMONSTRATIVO DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS CONSOLIDADO

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Recursos Ordinários	56.618,06



Recursos Vinculados	810.235,53
<b>T O T A L</b>	<b>866.853,59</b>

## 5 - DÍVIDA ATIVA

Apresentamos no quadro abaixo a movimentação da Dívida Ativa Tributária no mês de DEZEMBRO de 2013.

MOVIMENTAÇÃO	VALOR R\$
<b>Saldo Inicial</b>	<b>126.505,82</b>
(+) Inscrição	53.733,80
(-) Cobranças e Cancelamentos	(174,30)
<b>Saldo Final</b>	<b>180.065,32</b>

## 6 – BENS PATRIMONIAIS

Apresentamos o quadro sintético da movimentação dos bens patrimoniais das Unidades Gestoras do Município no mês de DEZEMBRO de 2013 no demonstrativo a seguir:

DESCRIÇÃO	BENS MÓVEIS	BENS IMÓVEIS	TOTAL R\$
<b>Saldo Inicial</b>	<b>5.070.535,39</b>	<b>778.478,75</b>	<b>5.849.014,14</b>
Incorporações	148.035,00	0,00	148.035,00
Baixas	(395.635,10)	0,00	(395.635,10)
<b>Saldo Final</b>	<b>4.822.935,29</b>	<b>778.478,75</b>	<b>5.601.414,04</b>

## 7 – RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO

Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Município no Exercício de 2013:

DESCRIÇÃO	ÚLTIMOS 12 MESES
Receitas Correntes	<b>15.290.789,93</b>
(-) Deduções para o Fundeb	(1.839.618,36)
<b>TOTAL – R\$</b>	<b>13.451.171,57</b>

## 8 – CONTROLE DAS DESPESAS COM PESSOAL DO EXECUTIVO

Apresentamos o comportamento das despesas com pessoal do Poder Executivo, em atendimento ao artigo 55, inciso I, alínea “a” da Lei de Responsabilidade Fiscal, apurado no Exercício de 2013.

DESCRIÇÃO	ÚLTIMOS 12 MESES
Pessoal Ativo	6.575.536,57
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	13.451.171,57
Percentual Obtido (%)	48,88
Limite Prudencial (%)	51,30
Limite Máximo Admitido (%)	54,00

**Nota:**

*A situação demonstrada com gastos de Pessoal do Poder Executivo no exercício evidencia que o Município está cumprindo os limites constitucionais legais.*

## 9 – CONTROLE DOS GASTOS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Apresentamos, nos quadros a seguir, o demonstrativo da base de cálculo e da aplicação de recursos com gastos em ações e serviços públicos de saúde, apurados em 2013, em atendimento ao disposto no artigo 198 da Constituição Federal, combinado com o artigo 77 dos ADCT.

Art. 34, 77, 167 e 198 da C. F. (EC 29)	
<b>CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE</b>	
<b>EXERCÍCIO DE 2013</b>	
1. - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	
1.1 - IPTU	93.373,20
1.2 - ITBI	75.998,51
1.3 - ISS	88.795,29
1.4 - IRRF	119.757,79
1.5 - FPM	5.508.918,55
1.6 - ITR	8.166,89
1.7 - ICMS EXPORTAÇÃO (LEI 87/96)	15.842,51
1.8 - ICMS	3.394.303,44
1.9 - IPVA	537.490,33
1.10- IPI	41.464,69
1.12- DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	15.819,51
<b>TOTAL</b>	<b>9.899.930,71</b>
2. APLICAÇÃO	

Especificação	Aplicado/aplicar
2.1 - Saúde Básica Municipal	3.394.192,95
2.2 - (-) Saldo c/c Rec. Conv.	855.202,12
2.3 - (-) Recursos de Convênios	
2.4 - (-) Aposentados	
2.5 - Total de Recursos Próprios	2.538.990,83
2.6 - Percentual de Aplicação	<b>25,65%</b>
2.7 - Percentual mínimo à aplicar	<b>15,00%</b>
2.8 - Valor Mínimo à aplicar	1.484.989,61
2.9 - Diferença %	<b>10,65%</b>
2.10 - Valor da Diferença	<b>1.054.001,22</b>

O demonstrativo evidencia que o município aplicou **25,65%** das Receitas de Impostos e Transferências de Impostos em ações e serviços públicos de saúde no Exercício de 2013, atendendo o limite mínimo exigido.

## 10 – CONTROLE DOS GASTOS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Apresentamos, nos quadros a seguir, os demonstrativos da aplicação de recursos com a manutenção e desenvolvimento do ensino no Exercício de 2013, em atendimento ao disposto no artigo 12 da Constituição Federal e no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Art. 212 - CF	
<b>CONTROLE DOS GASTOS COM A EDUCAÇÃO</b>	
<b>Receitas Oriundas dos Impostos</b>	<b>EXERCÍCIO DE 2013</b>
1.1 - IPTU	93.373,20
1.2 - ITBI	75.998,51
1.3 - ISS	88.795,29
1.4 - IRRF	119.757,79
1.5 - FPM	5.508.918,55
1.6 - ITR	8.166,89
1.7 - ICMS EXPORTAÇÃO (LEI 87/96)	15.842,51
1.8 - ICMS	3.394.303,44
1.9 - IPVA	537.490,33
1.10- IPI/EXPORTAÇÃO	41.464,69
1.12- DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	15.819,51

<b>Total</b>	<b>9.899.930,71</b>
PERCENTUAL MÍNIMO À APLICAR (%)	<b>25%</b>
VALOR MÍNIMO À APLICAR (R\$)	<b>2.474.982,68</b>
<b>DESPESA COM ENSINO FUNDAMENTAL</b>	<b>4.417.766,01</b>
Programa 12.361 - Ensino Fundamental	3.532.457,37
Programa 12.365 - Ensino Infantil	885.308,64
Programa 12.367 - Ensino Especial	0,00
Perda com FUNDEB	0,00
<b>DEDUÇÕES</b>	<b>769.180,77</b>
Programa Supl. Alimentar p/ Alunos 1º Grau	
Ganho com FUNDEB	26.741,29
Cota-parte salário Educação	189.481,40
Despesas com Recursos de Convênios	543.162,45
Saldo FUNDEB em 31.12.2012	9.795,63
Merenda Escolar	0,00
<b>DESPESAS EFETIVAS PARA O CÁLCULO</b>	<b>3.648.585,24</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO FUNDEB</b>	
Dedução FUNDEB	1.841.371,87
Retorno do FUNDEB	1.868.113,16
<b>Ganho ou Perda com FUNDEB</b>	<b>26.741,29</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	
Valor Efetivamente Gasto com Ensino	<b>3.648.585,24</b>
Valor Mínimo que deveria ser Aplicado	<b>2.474.982,68</b>
<b>APLICAÇÃO À MAIOR</b>	<b>1.173.602,56</b>
<b>PERCENTUAL APLICADO NA EDUCAÇÃO</b>	<b>36,85%</b>
<b>PERCENTUAL</b>	<b>11,85%</b>
<b>Art. 60 - ADCT (EC 14)</b>	
<b>DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB</b>	
Receita do FUNDEB	1.868.113,16
(+) Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00
<b>TOTAL RECURSOS DO FUNDEB</b>	<b>1.868.113,16</b>
Percentual mínimo a ser aplicado	95%
Valor mínimo a ser aplicado	1.774.707,50
Valor efetivamente aplicado no FUNDEB (liquidado)	1.868.113,16
Percentual aplicado	105%
Valor aplicado a maior	93.405,66

<b>VALOR A SER APLICADO NO FUNDEB</b>	<b>0,00</b>
<b>Art. 60, Parágrafo 5º ADCT.</b>	
<b>DEMONSTRATIVO COM GASTOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO</b>	
Retorno do FUNDEB	<b>1.868.113,16</b>
Percentual mínimo à ser aplicado	<b>60%</b>
Valor mínimo à ser aplicado	<b>1.120.867,90</b>
Valor efetivamente gasto	1.637.696,85
<b>CONCLUSÃO</b>	
VALOR EFETIVAMENTE GASTO	<b>1.637.696,85</b>
VALOR MÍNIMO QUE DEVERIA SER APLICADO	<b>1.120.867,90</b>
<b>APLICAÇÃO A MAIOR</b>	<b>516.828,95</b>
PERCENTUAL APLICADO	<b>87,67%</b>
<b>PERCENTUAL A MAIOR</b>	<b>27,67%</b>

**Nota:**

Os números acima demonstram que o município está dentro dos limites constitucionais exigidos.

AURORA (SC), DEZEMBRO DE 2013.

SANDRA SIMONE SIEWERDT  
MATRÍCULA Nº 325.5  
CONTROLE INTERNO

Florianópolis, 7 de Abril de 2014

Sr. Presidente

Informamos, para os devidos fins, que nos dados encaminhados via Sistema e-Sfinge não consta o Parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb previsto no artigo 27 da Lei n.º 11.494/07 c/c artigo 20 da Resolução TC n.º 16/94, e alterações posteriores, em razão de:

Até o presente momento o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb não nos forneceu o referido parecer, informamos que tão logo nos seja disponibilizado o mesmo será encaminhado ao TCE.

Cordialmente,

VILMAR ZANDONAI ROQUE ALAIR RAMOS - CRC/SC: 17637  
Prefeito                      Contador - CRC

Florianópolis, 16 de Abril de 2014

Sr. Presidente

Informamos, para os devidos fins, que nos dados encaminhados via Sistema e-Sfinge consta a que o Fundo da Infância e Adolescência é uma Unidade Orçamentária, cadastrada no Sistema deste Tribunal de Contas com o nome 09001 FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE AURORA.

Cordialmente,

VILMAR ZANDONAI  
Prefeito

**"DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

**O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE AURORA, ESTADO DE SANTA CATARINA.**

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**TÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art.1º** Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente e as normas gerais para a sua adequada aplicação.

**Art. 2º** O atendimento da criança e do adolescente no Município de Aurora será feita com absoluta prioridade através das Políticas Sociais Básicas de Educação, Saúde, Recreação, Esporte, Cultura e lazer, Profissionalização e outras assegurando-as em todas elas o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

**Art. 3º** Aos que dela necessitarem será prestada a assistência social em caráter supletivo.

**Parágrafo Único** - É vedada a criação de programas de caráter compensatório da ausência ou de insuficiência das políticas sociais básicas no Município sem a prévia concordância do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

**Art. 4º** Fica criado no Município de Aurora o Serviço Especial da prevenção e Atendimento Médico e Psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e pressão.

**Art. 5º** Fica também criado pela comunidade o serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos.

**Art. 6º** O Município proporcionará a proteção jurídico-social aos que dela necessitarem, por meio de entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

**Art. 7º** Caberá ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente expedir normas para a organização e o funcionamento dos serviços criados nos termos do artigo 4º, 5º e 6º desta Lei.

**TÍTULO II  
DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 8º** A política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente será garantida através dos seguintes órgãos:

1-Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

2-Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3-Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**CAPÍTULO II  
DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**SEÇÃO I  
Natureza do Conselho**

**Art. 9º** Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA como órgão deliberativo, normativo, consultivo e controlador, em todos os níveis das ações da política de atendimento, nos termos dos artigos 204 e 227, parágrafo 7º da Constituição Federal e do artigo 88, II da Lei Federal nº 8.069 de 13.07.90.

**Parágrafo Único.** Os atos normativos ou decisórios emanados do CMDCA serão formalizados sob a denominação de Resolução.

**SEÇÃO II  
Funções do Conselho**

**Art. 10.** São funções do CMDCA:

I - Formular a Política Pública Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando as prioridades para a ação de atendimento e para a aplicação de recursos do FIA; II - Deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do FIA;

III - Zelar para a execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e do bairro ou da zona urbana ou rural em que se localizem;

IV - Formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município, em tudo o que se refira ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

V - Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no Município, que possa afetar as suas deliberações;

VI - Receber denúncias, petições, reclamações, representação ou queixas de qualquer pessoa ou entidade, por desrespeito aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, dando-lhes o encaminhamento devido;

VII - Registrar as entidades não-governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente que mantenham programas de: orientação e apoio sócio-familiar; apoio sócio-educativo em meio aberto; colocação familiar; abrigo; liberdade assistida; semiliberdade; internação; fazendo cumprir as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente;

VIII - Registrar os programas a que se refere o inciso anterior das entidades governamentais que operem no Município, fazendo cumprir as normas constantes do mesmo Estatuto;

IX - Regularizar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo Regimento Interno e declarar vago o cargo por perda de mandato previsto nesta lei;

X - Elaborar e alterar o Regimento Interno, com a aprovação de 2/3 do total de seus membros;

XI - Desempenhar quaisquer outras atividades, desde que compatíveis com as suas finalidades, para o mais perfeito esgotamento dos objetivos da sua instituição.

**SEÇÃO III  
Membros do Conselho**

**Art. 11.** O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado para efeito de apoio político administrativo ao Gabinete do Prefeito, é composto de 6 membros sendo:

1 - Três titulares e seus respectivos suplentes, representando a área governamental, de livre escolha e nomeação do Prefeito Municipal:

- a) Secretária da Educação; b
- )Secretaria da Saúde;
- c )Secretaria de Transporte e Obras.

2- Três titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelas seguintes organizações representativas da participação popular, e nomeados pelo Prefeito Municipal:

- a) Clube de Mães;
- b) Igreja Católica;
- c) Igreja Evangélica;
- d) Sindicato dos Trabalhadores Rurais.



**Art. 12.** O mandato dos conselheiros é de 02 (dois) anos, facultada uma recondução, sendo o seu exercício considerado de interesse público relevante e não remunerado.

§ 1º A limitação quanto à recondução não se aplica aos conselheiros que exercem cargos de confiança junto ao Poder Executivo Municipal.

§ 2º Nas ausências e nos impedimentos dos conselheiros substituí-los com seus suplentes.

#### **SEÇÃO IV** **Da Perda do Mandato e dos Impedimentos**

**Art. 13.** O conselheiro que, no exercício da titularidade faltar a 02 (duas) reuniões consecutivas ou a 04 (quatro) alternadas, salvo justificativa por escrito aprovada por maioria simples de seus pares, perderá seu mandato, vedada a recondução para o mesmo período.

§ 1º Perdendo o mandato um conselheiro, representante de órgão ou entidade governamental, o chefe do Poder Executivo nomeará outro representante do mesmo órgão ou entidade o seu suplente, facultado o aproveitamento do suplente anterior.

§ 2º No caso da perda de mandato de Conselheiro não-governamental, a entidade indicará novo titular e suplente facultado o aproveitamento do suplente anterior.

§ 3º Efetuada a posse inicial, dos primeiros conselheiros, que será dado pelo Prefeito Municipal, em todos os demais casos de renovação de conselheiros, estes tomarão posse perante seus pares.

**Art. 14.** Aplicam-se aos integrantes do CMDCA os mesmos impedimentos previstos nesta lei para os membros do Conselho Tutelar.

**Art. 15.** A representação do Conselho será exerci da por seu Presidente em todos os atos inerentes a seu exercício.

CAPITULO III

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA INFANCIA E DA ADOLESCENCIA - FIA

SEÇÃO I

Da Criação, Natureza e Recursos do FIA

**Art. 16.** Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente - FIA - como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho dos Direitos, ao qual é vinculado.

**Art. 17.** Os recursos do Fundo serão constituídos de:

I - doações de contribuintes do imposto de renda e outros incentivos governamentais;

II - dotação configurada anualmente na legislação orçamentária municipal no mínimo de 1/ (um por cento) da receita efetivamente arrecadada;

III - doações, auxílio, contribuições subvenções, transferências e legados de entidades nacionais e internacionais governamentais e não governamentais;

IV - remuneração oriunda de aplicações financeiras;

V - produto das aplicações dos recursos disponíveis e venda de materiais, publicações e eventos realizados;

VI - receitas oriundas de multas aplicadas sobre inflação que envolva criança e adolescente, respeitadas as competências das esferas governamentais e dos seus repasse ao Município;

VII - receitas provenientes de convênios, acordos, contratos realizados entre o Município e entidades governamentais que tenham destinação específica;

VII - outros recursos que lhe forem destinados.

SEÇÃO II

Gestão do FIA

**Art. 18.** Cabe ao gestor do FIA:

- I - Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou pela União;
- II - Registrar os recursos captados pelo Município através de convênios, ou por doações ao fundo;
- III - Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeitos no município, nos os do Conselho de Direitos;
- IV - Liberar recursos a serem aplicados em benefício de crianças e adolescentes, nos termos das resoluções do Conselho de Direitos;
- V - Praticar todos os demais atos necessários à eficiente gestão do FIA, de acordo com as normas em vigor;
- VI - Efetuar o pagamento da remuneração e demais direitos a que fazem juz os Conselheiros Tutelares.

CAPITULO IV

CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I

Da Natureza, Composição e Funcionamento

**Art. 19.** O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Parágrafo Único.** Constará da Lei Orçamentária Municipal previsão dos recursos necessários ao seu funcionamento.

**Art. 20.** O Conselho Tutelar é composto de 5 (cinco) membros escolhidos pela comunidade local, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar o processo de escolha. A partir do 6º candidato mais votado, serão considerados suplentes.

§ 1º Sempre que ocorrer afastamento de membro titular da função, e não houver suplente, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo de escolha para preencher a função vaga e definir novos suplentes, pelo tempo restante do mandato dos demais membros.

§ 2º Os suplentes serão convocados por ordem de classificação, nos casos de:

- a) Licenças temporárias a quem fazem jus os titulares;
- b) Vacância, por renúncia, destituição ou perda da função, falecimento ou outras hipóteses de afastamento definitivo;
- c) Aplica-se às situações de licença e vacância, no que couber, as normas de pessoal da Administração Pública a Municipal.

**Art. 21.** O servidor público municipal que vier exercer mandato de Conselheiro Tutelar cujo trabalho seja igual a 20 horas semanais, ficará licenciado do seu cargo efetivo, podendo, entretanto optar por sua remuneração.

§ 1º O tempo de serviço que prestar como Conselheira Tutelar será computado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

§ 2º O servidor público municipal, com carga horária de trabalho superior a 20 horas que optar pelo exercício do mandato de Conselheiro Tutelar, ficará licenciado do seu cargo efetivo, ficando a sua remuneração proporcional a 20 horas do seu trabalho efetivo.

**Art. 22.** O Conselho Tutelar funcionará em sua sede, nos dias úteis, das 8 às 12 horas e das 13 às 17 horas, de segunda-feira a sexta-feira, os demais dias e horas em regime de plantão ou sobreaviso, para os casos emergenciais.

§ 1º O poder Público Municipal garantirá a estrutura necessária ao seu funcionamento, com uma sede, mobiliário equipamento de informática, telefone, veículo, pessoal de apoio administrativo, além de outros.

§ 2º Será feita uma ampla divulgação do seu endereço físico e eletrônico e de seu número de telefone.

**Art. 23.** A jornada de trabalho do Conselheiro Tutelar é de 20 horas semanais, mais os plantões ou sobreaviso.

§ 1º O Regimento Interno definirá a dinâmica de atendimento, tanto no horário normal quanto durante o plantão ou sobreaviso, explicitando os procedimentos a serem neles adotados.

**Art. 24.** O exercício da função do Conselheiro Tutelar exige, além da carga horária semanal de trabalho, seja no expediente diário, seja no plantão ou sobreaviso, sua participação de reuniões fora da sede do Conselho, além de eventual presença em atos públicos, sempre a critério da maioria dos membros do Conselho Tutelar.

**Art. 25.** A remuneração do Conselheiro Tutelar corresponde ao nível do vencimento de um professor no final de carreira - Nível I, sendo reajustado nos mesmos índices e na mesma data dos reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público municipal.

**Art. 26.** O Conselheiro Tutelar terá assegurada a percepção de todos os direitos assegurados na Constituição Federal aos trabalhadores em geral, especialmente:

- I - gratificação natalina;
- II - férias anuais remuneradas com 1/3 a mais de salário;
- III \_licença - gestação;
- IV - licença - paternidade;
- V - licença para tratamento de saúde;

VI - licença de 30 dias em caso de adoção de criança de até 5 anos;

VII - inclusão de planos de saúde oferecidos pelo Poder Público Municipal ao funcionalismo publico municipal.

**Art. 27.** Os Conselheiros Tutelares terão direito a diárias ou ajuda de custo para assegurar a indenização de suas despesas pessoais quando, fora do seu município, participarem de eventos de formação, seminários, conferências, encontros e outras atividades semelhantes e quando nas situações de representação do Conselho.

SEÇÃO II

Das Atribuições e Dos Deveres

**Art. 28.** Compete aos Conselheiros Tutelares, sem prejuízo de outras atribuições definidas no Regimento Interno do Conselho:

- I - cumprir as atribuições definidas no art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- II - zelar pelo efetivo atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- III- assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- IV - velar pelos princípios de autonomia do Conselho Tutelar e da permanência das suas ações, nos termos da legislação federal, e suplementarmente, da legislação municipal.

SEÇÃO III

Da Escolha Dos Conselheiros

**Art. 29.** São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do conselho tutelar:

I - reconhecida idoneidade moral;

II -idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III- ter residência fixa no município;

IV - ter ensino fundamental completo;

V - participar, com freqüência de 100% de curso prévio, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre a política de atendimento à criança e ao adolescente.

**Parágrafo Único.** Ao candidatar-se de Conselheiro Tutelar, o membro do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá simultaneamente pedir seu afastamento deste Conselho.

**Art. 30.** Os Conselheiros Tutelares serão escolhidos pelo voto direto, secreto, universal e facultativo dos cidadãos (eleitores) do município, em processo realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a fiscalização do Ministério Público.

**Art. 31.** Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente definir a forma de escolha e de registro das candidaturas, o prazo para impugnações, proclamar os resultados e dar posse aos escolhidos, tudo com ampla publicidade.

SEÇÃO IV

Do Mandato

**Art. 32.** O mandato da Conselheira Tutelar será de 3 (três) anos, permitida uma recondução (art.132 Lei 8.069/90).

**Art. 33.** Perderá o mandato o Conselheiro Tutelar que:

- I - receber penalidade em processo administrativo-disciplinar;



II - deixar de residir no município;

III - for condenado por decisão irrecurável pela prática de crime ou contravenção penal incompatível com o exercício da função.

**Parágrafo Único.** A perda do mandato será decretada por ato do Prefeito Municipal, após deliberação neste sentido pela maioria de 2/3 (dois terços) do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**SEÇÃO V**  
**Do Processo Administrativo Disciplinar**

**Art. 34.** O processo disciplinar para apurar os fatos e aplicar penalidade a conselheiro tutelar que praticar falta funcional será conduzido por Comissão especialmente designada., formada por 1 (um) representante do Executivo Municipal, 1 (um) representante do Legislativo Municipal, 1(um) representante dos Direitos da Criança e do Adolescente, 1 (um) representante do próprio conselho tutelar e 1 (um) Assistente Social do Fórum , de todos sendo exigido conhecimento acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente:

I - Os representantes serão indicados, respectivamente, pelo Prefeito Municipal, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, pela maioria dos conselheiros municipais dos direitos da criança e do adolescente e pela maioria dos conselheiros tutelares, neste caso estando impedido de votar o indicado;

II - O representante do Executivo deverá ser bacharel em direito.

**Art. 35.** Comete falta funcional o Conselheiro Tutelar que:

I - exercer a função abusivamente em benefício próprio;

II - romper sigilo legal, repassando informações a pessoas não autorizadas, sobre casos analisados pelo conselho e das quais dispõe somente em virtude da sua função;

III - abusar da autoridade que lhe foi conferi da, excedendo os justos limites no exercício da função 00 exorbitando de suas atribuições no conselho;

IV - recusar-se ou omitir-se a prestar o atendimento que lhe compete, seja no expediente normal de funcionamento do conselho tutelar, seja durante seu turno de plantão ou sobreaviso;

V - aplicar medida contrariando decisão colegiada do Conselho Tutelar, e desta forma causando dano, mesmo que somente em potencial, a criança, o adolescente ou a seus pais ou responsáveis;

VI - deixar de comparecer, reiterada e injustificadamente, no horário de trabalho definido pelo CMDCA e pelo Conselho Tutelar, seu funcionamento.

**Art. 36.** Conforme a gravidade do fato, das suas conseqüências e a reincidência ou não, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades: 1- repreensão;  
2- suspensão não remunerada de 1(um) a 90 (noventa) dias;  
3- perda do mandato.

**Parágrafo Único.** A penalidade de suspensão não-remunerada poderá ser convertida em multa, na mesma proporção de dias.

**Art. 37.** O processo disciplinar terá início mediante peça informativa escrita de iniciativa de membro do CMDCA, do Mistério Público ou de qualquer interessado, contendo a descrição dos fatos e, se possível, a indicação de meios de prova dos mesmos:

I - Fica assegurado o direito ao devido processo legal, à ampla defesa e o exercício do contraditório, garantida a presença de advogado;

II - Se o indicado não constituir advogado, ser-lhe-á designado gratuito.

**Art. 38.** Instaurado o processo disciplinar, o indiciado será citado pessoalmente, com antecedência mínima de 72 horas, para ser interrogado:

I - Esquivando-se o indiciado da citação, será o fato declarado por 2 (duas) testemunhas, e dar-se-á prosseguimento ao processo disciplinar à sua revelia. Se citado, deixar de comparecer, o processo bem seguirá. Em ambos os casos ser-lhe-á nomeado defensor gratuito;

II - Comparecendo o indiciado, assumirá o processo no estágio que se encontrar.

**Art. 39.** Após o interrogatório, o indiciado será intimado no prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, em que poderá juntar documentos, solicitar diligências e arrolar testemunhas, no número máximo de 3 (três).

**Art. 40.** Na oitiva das testemunhas, primeiro serão ouvidas as indicadas na denúncia e as de interesse da comissão, sendo por último as arroladas pela defesa.

**Parágrafo Único.** O indiciado e seu defensor serão intimados das datas e horários das audiências, podendo ser presentes e participar.

**Art. 41.** Concluída a instrução do processo disciplinar, o indicado e seu defensor serão intimados no prazo de 10 ( dez) dias , para a apresentação de defesa final.

**Parágrafo Único.** Encerrado o prazo, a Comissão emitirá relatório conclusivo no prazo de 10 dias, manifestando-se quanto à procedência ou não da acusação, e no primeiro caso, sugerindo ao CMDCA a penalidade a ser aplicada.

**Art. 42.** A plenária do CMDCA, pela maioria absoluta de seus membros (metade mais um dos membro), decidirá o caso, fazendo-se necessária a maioria qualificada de 2/3 de todos os seus membros para aplicar a penalidade de perda a função pública de conselheiro Tutelar:

I - Da decisão que aplica qualquer medida disciplinar em 10 (dez) dias poderá ser apresentado recurso ao Prefeito Municipal, de cuja decisão não caberá qualquer recurso administrativo, dando-se então publicidade e comunicando-se ao denunciante;

II - Constatada a pratica do crime ou contravenção penal, o fato será ainda informado ao Ministério Público, com cópia da decisão final.

**CAPÍTULO V**  
**Das Disposições Gerais**

Art. 43. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 26 de setembro de 2.003.

**VILMAR ZANDONAI**  
**Prefeito Municipal em Exercício**



Florianópolis, 16 de Abril de 2014

Sr. Presidente

Informamos, para os devidos fins, que nos dados encaminhados via Sistema e-Sfinge consta que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente foi devidamente constituído e o documento comprobatório encontra-se anexado.

Cordialmente,

VILMAR ZANDONAI  
Prefeito

ciência das responsabilidades com cópia para ciência da Promotoria da infância e juventude, resguardando a disponibilidade e os procedimentos realizados no município. Sem nada mais a apresentar, os presentes assinam o ata,  
Norma Krüger, Jalkim, [assinatura] Alessandra B. da Silva

## ATA REUNIÃO CMDCA - 29

Aos oito dias do mês de maio de dois mil e doze, às nove horas da manhã, o colegiado do CMDCA se reuniu nas dependências do CRAS para discutir os seguintes assuntos: Requerimento a conselheira tutelar Marli; Apresentação de Teatro: "O flautista de Hamelin"; Proposta do CRAS e eleições do Conselho Tutelar. A conselheira tutelar Marli enviou um requerimento para a Promotoria de justiça - Vara da Família solicitando permissão para licenciar e continuar no cargo de conselheira tutelar. O promotor, em sua devolutiva, foi claro que não é permitido acúmulo de cargos conforme artigo 37, XVI da Constituição Federal. Consultando a assessoria jurídica do município, o CMDCA seria responsável pela condição da conselheira, assim, o colegiado adotou a orientação do promotor negando a permissão de acúmulo de cargos. O próximo assunto apresentado foi sobre o espetáculo "O flautista de Hamelin" que será oferecido no dia 1º de junho na escola Ana Galvão - Localidade Sta. Teresa, tendo duas apresentações, uma no matutino e outra no vespertino, uma delas para com alunos do FIA. Em relação a ações sobre prevenção à violência, foram pelo fim da



Violência e Exploração Sexual Infanto Juvenil, as técnicas do CRAS, informaram que pelo menos duas vezes ao ano precisam mobilizar a população, preferencialmente nas datas: 18 de maio (nacional) e 24 de setembro (estadual), em especial crianças e adolescentes, ou seja, nas escolas. Aproveitaram a oportunidade para sugerir a inclusão das datas no calendário escolar. Outro assunto discutido foi a eleição do conselho tutelar que precisa ser realizado no presente ano, foi lido o edital da eleição passada e as técnicas do CRAS ficaram responsáveis em fazer as adaptações e apresentar na próxima reunião do CMDCA. Suguiu-se a data de 25 de novembro para a eleição e centralizar a mesma em apenas um local. Sem nada mais a acrescentar, os presentes assinaram a ata.


Alexandre B. da Silva

#### ATA REUNIÃO CMDCA - 30

Aos dezeto dias do mês de maio de dois mil e doze, às nove horas da manhã, o colegiado do CMDCA se reuniu nas dependências da prefeitura para discutir os seguintes assuntos: alterações e aprovação do Edital 001/2012 que dispõe sobre as eleições para os membros do Conselho Tutelar; afastamento da presidente do CMDCA, Fabiana L. Vondresen, para assumir como professora de



do município de Rio do Sul, Posse do  
suplente a presidente do CMDCA, San-  
dra Dorlei Boeing.

Alexandra Beatriz da Silva 

### ATA Reunião CMDCA - 31

Aos onze dias do mês de abril de dois mil e treze, às nove horas da manhã, o colegiado do CMDCA se reuniu nas dependências do CRAS de Aurora. Reuniram-se os seguintes representantes: Sthéfany Schmidt, Emanuella M. Cunha, Juliana dos Santos, Sandro Boeing, Norma Krüger e Nilton Stein. Houveram ausentes que não justificaram. A ordem do dia: 1. Apresentação da equipe do CRAS. 2. Questões referentes ao funcionamento das reuniões anteriores do CMDCA. 3. Capacitação do Conselho Tutelar. 4. Quadro demonstrativo de atendimentos do C.T. 5. Assuntos gerais. 2. Quando acontecia algum problema envolvendo o Conselho Tutelar, o Conselho de Dirctos se reunia para deliberar sobre o caso. 3. A equipe do CRAS presenciou desde o início do serviço com relação ao Conselho Tutelar e no dia quatro e treze de março de dois mil e treze, aconteceram capacitações com as Conselheiras tutelares e o CRAS, objetivando esclarecer as atribuições de cada órgão, sendo que os Conselheiros Tutelares equivocaram-se mesmo participado da capacitação e nós como órgão fiscalizador devemos estar nos responsabilizando quanto a isso, a Assistente Social Juliana complementou que o C.T. não passou um caso que demandava a saúde do município e este já foi encaminhado para outros, pois a situação estava mais agravante, mas mesmo assim, uma das conselheiras quis ir para Porto Alegre como acompanhante, sendo que o Secretário da Saúde autorizou e disponibilizou uma enfermeira e sem o conhecimentos do Secretário foram até o Prefeito e ele autorizou uma Conselheira que acompanhasse o paciente, sendo que também não foi encaminhado para o serviço do CRAS. O CT pode ajudar na hora de conduzir os pais perante os filhos e não fazer o papel dos pais. Juliana sugeriu também que a Educação montasse uma equipe de apoio na escola, antes do aluno se tornar 'adolescente em conflito com a lei', mas Sandro ressaltou que não é possível, pois trará muito custo para o município. Juliana sugeriu que houvesse alguma articulação entre o CMDCA e o Conselho Municipal de Educação. 4. Mostrou-se o quadro demonstrativo da situação problema atendida pelo Conselho Tutelar dos meses de janeiro a março de dois mil e treze e no total as ocorrências atendidas por Atos Atendidos a Vida resultaram a cinco; Violência Física a dois; Violência Psicológica a duas; Discriminação-Negligência a duas; Atos Atentatórios ao Exercício da Cidadania a duas; Ausência de Convívio Familiar a três; Inadequação do Convívio Familiar a nove; Ausência de Infra-Estrutura a um; Atos Atentários aos Exercícios da Cidadania a cinco; Visitas Domiciliares a oito; Caracterização do agente violador em instituições como instituições sendo, Estabelecimento Comercial a um. Outro assunto comentado foi a licença saúde da Conselheira Tutelar Sandria Schiestl e que nenhum suplente quis assumir durante um mês, por já estarem trabalhando em outro serviço. Na próxima reunião o Sr. Sandro Dorlei Boeing (Presidente do CMDCA), irá trazer a Resolução Nº 002- 2013, que se resume a eleição de um novo candidato para a substituição temporária de Sandria Schiestl. Como nada mais houvesse a ser deliberado, a reunião foi encerrada, e eu, Emanuella Muriel Cunha, Psicóloga do CRAS, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e demais membros que se fizeram presentes.

1. Emanuella M. Cunha
2. Juliana dos Santos
3. Sthéfany Schmidt
4. Norma Krüger
5. Nilton Stein
6. \_\_\_\_\_



**ATA DA REUNIÃO ESPECIAL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e doze, reuniram-se no Centro de Referência de Assistência Social, os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente juntamente com os candidatos registrados no processo de eleição para membros do Conselho Tutelar de Aurora e seus suplentes. O presidente, senhor Sandro Dorlei Boeing abriu a reunião dando boas vindas a todos e organizando a ordem do dia, sendo decidido conforme Resolução nº 0001/2012 que a posição dos nomes dos candidatos será determinada por sistema de sorteio, em reunião do Conselho, e publicada com devida antecedência, permanecendo então por consenso decidido que a ordem será alfabética, ficando assim distribuída na cédula: 1º Cristiane Preis Rosa (Cris); 2º Daiana Cristina Marcilio; 3º Eliamar Alves Ferreira (Lia); 4º Jañara Daiane Brusque; 5º Mariléa Haveroth; 6º Marisa Grah; 7º Sandria Schiestl; 8º Sheila Cristina Coelho Meurer; e 9º Valdir José Krüger. Sendo também decidido por unanimidade que os candidatos possam colocar apelidos, sendo que apenas duas candidatas fizeram essa opção, conforme lista acima. Foi lida e distribuída a Resolução nº 0004/2012 que disciplina as regras para a propaganda eleitoral de 2012. Cabe ressaltar que foi lembrado que o prazo para propaganda eleitoral é de 26 de novembro a 15 de dezembro. A escolha será feita por votação secreta, tendo direito a voto os cidadãos do Município de Aurora, com os seguintes requisitos: idade mínima de 16 anos, sendo o voto facultativo; apresentação de documento original com foto e Título Eleitoral. Ainda conforme Resolução 005/2012, Art. 26 – A eleição se dará no dia 16 de dezembro do corrente ano das 09h às 12h nos seguintes Locais, ficando os eleitores aptos a votarem nas seguintes seções: E. E. B. Walter Probst – seções: 18, 19, 20, 107, 21,22,23,24, 32 e 37; C.E. Fundos Aurora – seções: 26,27 e 31; C. E. Nova Itália – seções: 28 e 25; C. E. Santo Antônio – seções: 34, 30 e 33; C.E. Ana Galvan – seções: 35 e 36. Sendo que o eleitor não pode votar em outro local para não haver duplicidade de votos, sendo aberta única exceção para mesários. O presidente agradeceu a presença de todos e desejou boa sorte, não havendo mais nada a tratar a reunião foi encerrada.



**Aurora, SC, 18 de dezembro de 2012.**

**Termo de Posse**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Aurora, SC no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei 8.069/90 e pela Lei Municipal nº 1.288/2008 e reiterando o resultado da eleição no dia 16 de dezembro de 2012, declaro empossados os seguintes conselheiros tutelares: **SHEILA CRISTINA COELHO MEURER, MARILÉA HAVEROTH, DAIANA CRISTINA MARCÍLIO, SANDRIA SCHIESTL, E CRISTIANE PREIS ROSA** e conselheiros tutelares suplentes VALDIR JOSÉ KRUGER, ELIAMAR ALVES FERREIRA, MARISA GRAH E JANARA DAIANI BRUSQUE para o mandato de 03 anos.

  
**Sandro Dorlei Boeing**  
Presidente do CMDCA

## ATA DA ELEIÇÃO PARA PREECHIMENTO DE VAGAS DO CONSELHO TUTELAR DE AURORA

No dia 16 de dezembro do ano de 2012 das 09h às 12h ocorreram as eleições para preenchimento de vaga dos Conselheiros tutelares de Aurora, nos seguintes Locais, ficando os eleitores aptos a votarem nas seguintes seções: E. E. B. Walter Probst – seções: 18, 19, 20, 107, 21,22,23,24, 32 e 37; C.E. Fundos Aurora – seções: 26,27 e 31; C. E. Nova Itália – seções: 28 e 25; C. E. Santo Antônio – seções: 34, 30 e 33; C.E. Ana Galvan – seções: 35 e 36. Sendo que o eleitor não pode votar em outro local para não haver duplicidade de votos, sendo aberta única exceção para mesários.

A eleição ocorreu dentro da normalidade, iniciando-se às nove horas e terminando às doze horas, sendo que a apuração iniciou as treze horas e trinta minutos na E.E.B. Walter Probst, com a presença de todos os candidatos inscritos.

Após a abertura das caixas de votação e contagem dos votos, ficaram eleitos os seguintes conselheiros por votação: Conselheiros Titulares: **SHEILA CRISTINA COELHO MEURER, MARILÉA HAVEROTH, DAIANA CRISTINA MARCÍLIO, SANDRIA SCHIESTL, E CRISTIANE PREIS ROSA** e conselheiros tutelares suplentes VALDIR JOSÉ KRUGER, ELIAMAR ALVES FERREIRA, MARISA GRAH E JANARA DAIANI BRUSQUE para o mandato de 03 anos.

Após o presidente agradeceu o empenho de cada um presente e convocou os conselheiros tutelares para reunião de posse no dia 18 de dezembro de 2012 no gabinete do prefeito municipal. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a eleição, onde o presidente assina logo abaixo.





## Ata Reunião CMDCA - 28

Aos oito dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, às nove horas da manhã, a Colegiado do CMDCA se reuniu nas dependências do CRAS para avaliar questões pertinentes ao Conselho Tutelar. Na ocasião as técnicas do CRAS Alessandra Beatriz da Silva e Miriam Dumes levantaram questões relacionadas: a) ao repasse de informações por parte do Conselho Tutelar; b) elevado número de denúncias chegadas ao Conselho Tutelar através do Disque 100; c) padronização da logomarca e modelos de documentos expedidos pelo Conselho Tutelar; d) registro e responsabilidade das informações encaminhadas. Além destes assuntos também foi discutido sobre a adesão do Conselho Tutelar no turno único da prefeitura e como o CMDCA poderia aplicar a advertência às conselheiras tutelares. As técnicas do CRAS ficaram de apresentar uma proposta de logomarca e um modelo para cada documento expedido pelo Conselho Tutelar para a próxima reunião a ser agendada para o mês de março. Quanto ao item "c" não coube dúvidas aos conselheiros sobre a necessidade de responsabilidade de registrar e assinar o repasse de informações e denúncias a quaisquer órgãos a que o Conselho Tutelar se dirija. Acerca desse tema, dos critérios de encaminhamento a outras instâncias e também sobre o elevado número de denúncias do Departamento de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (Disque 100), será realizada no próximo dia 14 de fevereiro, às 10 horas da manhã, nas dependências da prefeitura, uma reunião com a assessoria jurídica para esclarecer a importância e a necessidade de se padronizar atos procedimentais do Conselho Tutelar. No ato deste encontro, será entregue um ofício do CMDCA para



ciência das responsabilidades com cópia para ciência da Promotoria da infância e juventude, resguardando a disponibilidade e os procedimentos realizados no município. Sem nada mais a apresentar, os presentes assinam o ata,  
Norma Krüger, Jalkim, [assinatura] Alessandra B. da Silva

## ATA REUNIÃO CMDCA - 29

Aos oito dias do mês de maio de dois mil e doze, às nove horas da manhã, o colegiado do CMDCA se reuniu nas dependências do CRAS para discutir os seguintes assuntos: Requerimento a conselheira tutelar Marli; Apresentação de Teatro: "O flautista de Hamelin"; Proposta do CRAS e eleições do Conselho Tutelar. A conselheira tutelar Marli enviou um requerimento para a Promotoria de justiça - Vara da Família solicitando permissão para licenciar e continuar no cargo de conselheira tutelar. O promotor, em sua devolutiva, foi claro que não é permitido acúmulo de cargos conforme artigo 37, XVI da Constituição Federal. Consultando a assessoria jurídica do município, o CMDCA seria responsável pela condição da conselheira, assim, o colegiado adotou a orientação do promotor negando a permissão de acúmulo de cargos. O próximo assunto apresentado foi sobre o espetáculo "O flautista de Hamelin" que será oferecido no dia 1º de junho na escola Ana Galvão - Localidade Sta. Teresa, tendo duas apresentações, uma no matutino e outra no vespertino, uma delas para com alunos do FIA. Em relação a ações sobre prevenção à violência, foram pelo fim da



Violência e Exploração Sexual Infanto Juvenil, as técnicas do CRAS, informaram que pelo menos duas vezes ao ano precisam mobilizar a população, preferencialmente nas datas: 18 de maio (nacional) e 24 de setembro (estadual), em especial crianças e adolescentes, ou seja, nas escolas. Aproveitaram a oportunidade para sugerir a inclusão das datas no calendário escolar. Outro assunto discutido foi a eleição do conselho tutelar que precisa ser realizado no presente ano, foi lido o edital da eleição passada e as técnicas do CRAS ficaram responsáveis em fazer as adaptações e apresentar na próxima reunião do CMDCA. Suguiu-se a data de 25 de novembro para a eleição e centralizar a mesma em apenas um local. Sem nada mais a acrescentar, os presentes assinaram a ata.


Alexandre B. da Silva

#### ATA REUNIÃO CMDCA - 30

Aos dezeto dias do mês de maio de dois mil e doze, às nove horas da manhã, o colegiado do CMDCA se reuniu nas dependências da prefeitura para discutir os seguintes assuntos: alterações e aprovação do Edital 001/2012 que dispõe sobre as eleições para os membros do Conselho Tutelar; afastamento da presidente do CMDCA, Fabiana L. Vondresen, para assumir como professora de



do município de Rio do Sul, Posse do  
suplente a presidente do CMDCA, San-  
dra Dorlei Boeing.

Alexandra Beatriz da Silva 

### ATA Reunião CMDCA - 31

Aos onze dias do mês de abril de dois mil e treze, às nove horas da manhã, o colegiado do CMDCA se reuniu nas dependências do CRAS de Aurora. Reuniram-se os seguintes representantes: Sthéfany Schmidt, Emanuella M. Cunha, Juliana dos Santos, Sandro Boeing, Norma Krüger e Nilton Stein. Houveram ausentes que não justificaram. A ordem do dia: 1. Apresentação da equipe do CRAS. 2. Questões referentes ao funcionamento das reuniões anteriores do CMDCA. 3. Capacitação do Conselho Tutelar. 4. Quadro demonstrativo de atendimentos do C.T. 5. Assuntos gerais. 2. Quando acontecia algum problema envolvendo o Conselho Tutelar, o Conselho de Dirctos se reunia para deliberar sobre o caso. 3. A equipe do CRAS presenciou desde o início do serviço com relação ao Conselho Tutelar e no dia quatro e treze de março de dois mil e treze, aconteceram capacitações com as Conselheiras tutelares e o CRAS, objetivando esclarecer as atribuições de cada órgão, sendo que os Conselheiros Tutelares equivocaram-se mesmo participado da capacitação e nós como órgão fiscalizador devemos estar nos responsabilizando quanto a isso, a Assistente Social Juliana complementou que o C.T. não passou um caso que demandava a saúde do município e este já foi encaminhado para outros, pois a situação estava mais agravante, mas mesmo assim, uma das conselheiras quis ir para Porto Alegre como acompanhante, sendo que o Secretário da Saúde autorizou e disponibilizou uma enfermeira e sem o conhecimentos do Secretário foram até o Prefeito e ele autorizou uma Conselheira que acompanhasse o paciente, sendo que também não foi encaminhado para o serviço do CRAS. O CT pode ajudar na hora de conduzir os pais perante os filhos e não fazer o papel dos pais. Juliana sugeriu também que a Educação montasse uma equipe de apoio na escola, antes do aluno se tornar 'adolescente em conflito com a lei', mas Sandro ressaltou que não é possível, pois trará muito custo para o município. Juliana sugeriu que houvesse alguma articulação entre o CMDCA e o Conselho Municipal de Educação. 4. Mostrou-se o quadro demonstrativo da situação problema atendida pelo Conselho Tutelar dos meses de janeiro a março de dois mil e treze e no total as ocorrências atendidas por Atos Atendidos a Vida resultaram a cinco; Violência Física a dois; Violência Psicológica a duas; Discriminação-Negligência a duas; Atos Atentatórios ao Exercício da Cidadania a duas; Ausência de Convívio Familiar a três; Inadequação do Convívio Familiar a nove; Ausência de Infra-Estrutura a um; Atos Atentários aos Exercícios da Cidadania a cinco; Visitas Domiciliares a oito; Caracterização do agente violador em instituições como instituições sendo, Estabelecimento Comercial a um. Outro assunto comentado foi a licença saúde da Conselheira Tutelar Sandria Schiestl e que nenhum suplente quis assumir durante um mês, por já estarem trabalhando em outro serviço. Na próxima reunião o Sr. Sandro Dorlei Boeing (Presidente do CMDCA), irá trazer a Resolução Nº 002- 2013, que se resume a eleição de um novo candidato para a substituição temporária de Sandria Schiestl. Como nada mais houvesse a ser deliberado, a reunião foi encerrada, e eu, Emanuella Muriél Cunha, Psicóloga do CRAS, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e demais membros que se fizeram presentes.

1. Emanuella M. Cunha
2. Juliana dos Santos
3. Sthéfany Schmidt
4. Norma Krüger
5. Nilton Stein
6. \_\_\_\_\_



**ATA DA REUNIÃO ESPECIAL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e doze, reuniram-se no Centro de Referência de Assistência Social, os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente juntamente com os candidatos registrados no processo de eleição para membros do Conselho Tutelar de Aurora e seus suplentes. O presidente, senhor Sandro Dorlei Boeing abriu a reunião dando boas vindas a todos e organizando a ordem do dia, sendo decidido conforme Resolução nº 0001/2012 que a posição dos nomes dos candidatos será determinada por sistema de sorteio, em reunião do Conselho, e publicada com devida antecedência, permanecendo então por consenso decidido que a ordem será alfabética, ficando assim distribuída na cédula: 1º Cristiane Preis Rosa (Cris); 2º Daiana Cristina Marcilio; 3º Eliamar Alves Ferreira (Lia); 4º Jañara Daiane Brusque; 5º Mariléa Haveroth; 6º Marisa Grah; 7º Sandria Schiestl; 8º Sheila Cristina Coelho Meurer; e 9º Valdir José Krüger. Sendo também decidido por unanimidade que os candidatos possam colocar apelidos, sendo que apenas duas candidatas fizeram essa opção, conforme lista acima. Foi lida e distribuída a Resolução nº 0004/2012 que disciplina as regras para a propaganda eleitoral de 2012. Cabe ressaltar que foi lembrado que o prazo para propaganda eleitoral é de 26 de novembro a 15 de dezembro. A escolha será feita por votação secreta, tendo direito a voto os cidadãos do Município de Aurora, com os seguintes requisitos: idade mínima de 16 anos, sendo o voto facultativo; apresentação de documento original com foto e Título Eleitoral. Ainda conforme Resolução 005/2012, Art. 26 – A eleição se dará no dia 16 de dezembro do corrente ano das 09h às 12h nos seguintes Locais, ficando os eleitores aptos a votarem nas seguintes seções: E. E. B. Walter Probst – seções: 18, 19, 20, 107, 21,22,23,24, 32 e 37; C.E. Fundos Aurora – seções: 26,27 e 31; C. E. Nova Itália – seções: 28 e 25; C. E. Santo Antônio – seções: 34, 30 e 33; C.E. Ana Galvan – seções: 35 e 36. Sendo que o eleitor não pode votar em outro local para não haver duplicidade de votos, sendo aberta única exceção para mesários. O presidente agradeceu a presença de todos e desejou boa sorte, não havendo mais nada a tratar a reunião foi encerrada.

**Aurora, SC, 18 de dezembro de 2012.**

**Termo de Posse**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Aurora, SC no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei 8.069/90 e pela Lei Municipal nº 1.288/2008 e reiterando o resultado da eleição no dia 16 de dezembro de 2012, declaro empossados os seguintes conselheiros tutelares: **SHEILA CRISTINA COELHO MEURER, MARILÉA HAVEROTH, DAIANA CRISTINA MARCÍLIO, SANDRIA SCHIESTL, E CRISTIANE PREIS ROSA** e conselheiros tutelares suplentes VALDIR JOSÉ KRUGER, ELIAMAR ALVES FERREIRA, MARISA GRAH E JANARA DAIANI BRUSQUE para o mandato de 03 anos.

  
**Sandro Dorlei Boeing**  
Presidente do CMDCA



## ATA DA ELEIÇÃO PARA PREECHIMENTO DE VAGAS DO CONSELHO TUTELAR DE AURORA

No dia 16 de dezembro do ano de 2012 das 09h às 12h ocorreram as eleições para preenchimento de vaga dos Conselheiros tutelares de Aurora, nos seguintes Locais, ficando os eleitores aptos a votarem nas seguintes seções: E. E. B. Walter Probst – seções: 18, 19, 20, 107, 21,22,23,24, 32 e 37; C.E. Fundos Aurora – seções: 26,27 e 31; C. E. Nova Itália – seções: 28 e 25; C. E. Santo Antônio – seções: 34, 30 e 33; C.E. Ana Galvan – seções: 35 e 36. Sendo que o eleitor não pode votar em outro local para não haver duplicidade de votos, sendo aberta única exceção para mesários.

A eleição ocorreu dentro da normalidade, iniciando-se às nove horas e terminando às doze horas, sendo que a apuração iniciou as treze horas e trinta minutos na E.E.B. Walter Probst, com a presença de todos os candidatos inscritos.

Após a abertura das caixas de votação e contagem dos votos, ficaram eleitos os seguintes conselheiros por votação: Conselheiros Titulares: **SHEILA CRISTINA COELHO MEURER, MARILÉA HAVEROTH, DAIANA CRISTINA MARCÍLIO, SANDRIA SCHIESTL, E CRISTIANE PREIS ROSA** e conselheiros tutelares suplentes VALDIR JOSÉ KRUGER, ELIAMAR ALVES FERREIRA, MARISA GRAH E JANARA DAIANI BRUSQUE para o mandato de 03 anos.

Após o presidente agradeceu o empenho de cada um presente e convocou os conselheiros tutelares para reunião de posse no dia 18 de dezembro de 2012 no gabinete do prefeito municipal. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a eleição, onde o presidente assina logo abaixo.



## Ata Reunião CMDCA - 28

Aos oito dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, às nove horas da manhã, a Colegiado do CMDCA se reuniu nas dependências do CRAS para avaliar questões pertinentes ao Conselho Tutelar. Na ocasião as técnicas do CRAS Alessandra Beatriz da Silva e Miriam Dumes levantaram questões relacionadas: a) ao repasse de informações por parte do Conselho Tutelar; b) elevado número de denúncias chegadas ao Conselho Tutelar através do Disque 100; c) padronização da logomarca e modelos de documentos expedidos pelo Conselho Tutelar; d) registro e responsabilidade das informações encaminhadas. Além destes assuntos também foi discutido sobre a adesão do Conselho Tutelar no turno único da prefeitura e como o CMDCA poderia aplicar a advertência às conselheiras tutelares. As técnicas do CRAS ficaram de apresentar uma proposta de logomarca e um modelo para cada documento expedido pelo Conselho Tutelar para a próxima reunião a ser agendada para o mês de março. Quanto ao item "c" não coube dúvidas aos conselheiros sobre a necessidade de responsabilidade de registrar e assinar o repasse de informações e denúncias a quaisquer órgãos a que o Conselho Tutelar se dirija. Acerca desse tema, dos critérios de encaminhamento a outras instâncias e também sobre o elevado número de denúncias do Departamento de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (Disque 100), será realizada no próximo dia 14 de fevereiro, às 10 horas da manhã, nas dependências da prefeitura, uma reunião com a assessoria jurídica para esclarecer a importância e a necessidade de se padronizar atos procedimentais do Conselho Tutelar. No ato deste encontro, será entregue um ofício do CMDCA para

Florianópolis, 7 de Abril de 2014

Sr. Presidente

Informamos, para os devidos fins, que nos dados encaminhados via Sistema e-Sfinge, consta que a remuneração dos Conselheiros Tutelares foi paga com recursos da(s) seguinte(s) Unidade(s) Orçamentária(s): 02001 GABINETE DO PREFEITO e alcançou o montante de R\$ 71.321,90.

Cordialmente,

VILMAR ZANDONAI  
Prefeito

Florianópolis, 7 de Abril de 2014

Sr. Presidente

Informamos, para os devidos fins, que nos dados encaminhados via Sistema e-Sfinge consta que não foram pagas outras despesa associadas à manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar com recursos do Fundo da Infância e Adolescência.

Cordialmente,

VILMAR ZANDONAI  
Prefeito



Florianópolis, 7 de Abril de 2014

Sr. Presidente

Informamos, para os devidos fins, que nos dados encaminhados via Sistema e-Sfinge não foi anexado o Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, caracterizando a elaboração do mesmo, em desacordo ao disposto o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005.

Cordialmente,

VILMAR ZANDONAI  
Prefeito

Florianópolis, 7 de Abril de 2014

Sr. Presidente

Informamos, para os devidos fins, que nos dados encaminhados via Sistema e-Sfinge não foi anexado o Plano de Aplicação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, caracterizando a elaboração do mesmo, em desacordo ao disposto o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005.

Cordialmente,

VILMAR ZANDONAI  
Prefeito

Florianópolis, 7 de Abril de 2014

Sr. Presidente

Informamos, para os devidos fins, que nos dados encaminhados via Sistema e-Sfinge não consta o Parecer do Conselho Municipal de Saúde previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, decorrente da apreciação do relatório de gestão elaborado pelo Poder Executivo, nos termos do art. 36, § 1º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 e art. 33 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pelos seguintes motivos:

Até o presente momento o Conselho Municipal de Saúde não nos forneceu o referido parecer, informamos que tão logo nos seja disponibilizado o mesmo será encaminhado ao TCE.

Cordialmente,

VILMAR ZANDONAI  
Prefeito

Florianópolis, 7 de Abril de 2014

Sr. Presidente

Informamos, para os devidos fins, que nos dados encaminhados via Sistema e-Sfinge não consta o Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal nº 5.742, de 07 de dezembro de 1993, decorrente da avaliação da prestação de contas do respectivo fundo especial, incluindo a verificação do cumprimento dos requisitos previstos no art. 30 da mesma lei, pelos seguintes motivos:

Até o presente momento o Conselho Municipal de Assistência Social não nos forneceu o referido parecer, informamos que tão logo nos seja disponibilizado o mesmo será encaminhado ao TCE.

Cordialmente,

VILMAR ZANDONAI  
Prefeito



Florianópolis, 7 de Abril de 2014

Sr. Presidente

Informamos, para os devidos fins, que nos dados encaminhados via Sistema e-Sfinge não consta o Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, resultante da avaliação da aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar e do relatório anual de gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, nos termos do art. 19 da mesma lei, pelos seguintes motivos:

Até o presente momento o Conselho Municipal de Alimentação Escolar não nos forneceu o referido parecer, informamos que tão logo nos seja disponibilizado o mesmo será encaminhado ao TCE.

Cordialmente,

VILMAR ZANDONAI  
Prefeito

Florianópolis, 7 de Abril de 2014

Sr. Presidente

Informamos, para os devidos fins, que nos dados encaminhados via Sistema e-Sfinge não consta o Parecer do Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994, relativo à existência e execução de políticas voltadas à pessoa idosa, pelos seguintes motivos:

Até o presente momento o Conselho Municipal do Idoso não nos forneceu o referido parecer, informamos que tão logo nos seja disponibilizado o mesmo será encaminhado ao TCE.

Cordialmente,

VILMAR ZANDONAI  
Prefeito

Florianópolis, 7 de Abril de 2014

Sr. Presidente

Informamos, para os devidos fins, que nos dados encaminhados via Sistema e-Sfinge não consta o Parecer do Conselho Municipal de Diretos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990, acompanhado do Plano de Ação e do Plano de Aplicação, sobre a prestação de contas do respectivo fundo especial, incluindo a avaliação acerca do cumprimento dos referidos planos, pelos seguintes motivos:

Até o presente momento o Conselho Municipal de Diretos da Infância e do Adolescente não nos forneceu o referido parecer, informamos que tão logo nos seja disponibilizado o mesmo será encaminhado ao TCE.

Cordialmente,

VILMAR ZANDONAI  
Prefeito

Ofício Contabilidade n.003 /2014

Aurora, 16 de abril de 2014.

Prezado Senhor,

Em resposta ao ofício circular TC/DMU 3546/2014, declaramos que o consorcio municipal de saúde que o este Municipio participa não possui contrato de rateio, visto que os repasses são para aquisição de medicamentos e realização de exames médicos.

Sendo o que tínhamos para o momento, e certos de merecermos Vossa especial atenção, desde já, antecipamos votos de estima e apreço.

Atenciosamente.

**VILMAR ZANDONAI**  
Prefeito

Ilustríssimo Senhor  
KLIWER SCHMITT  
DIRETOR DE CONTROLE DE MUNICIPIO - DMU  
FLORIANÓPOLIS – SC.

Unidade Gestora: (247 / Prefeitura Municipal de Aurora)

Competência: 2013

TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	12.936.043,50	ORÇAMENTÁRIAS	13.750.919,13
Receitas Correntes	12.621.906,17	Despesas Correntes	9.197.555,49
Receita Tributária	527.220,08	Pessoal e Encargos Sociais	5.354.949,93
Receita de Contribuições	153.627,90	Juros e Encargos da Dívida	7.010,22
Receita Patrimonial	30.494,74	Outras Despesas Correntes	3.835.595,34
Receita Agropecuária	52.202,15	Despesas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00
Receita Industrial	0,00	Despesas de Capital	1.237.502,69
Receita de Serviços	0,00	Investimentos	1.160.853,82
Transferências Correntes	12.809.410,34	Inversões Financeiras	0,00
Outras Receitas Correntes	890.322,83	Amortização da Dívida	76.648,87
(-) Deduções da Receita Corrente	-1.841.371,87	Despesas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00
		<b>INTERFERÊNCIAS PASSIVAS</b>	
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	3.315.860,95
(-) Dedução das Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00		
Receitas de Capital	242.944,27		
Operações de Crédito	0,00		
Alienações de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	247.705,72		
Outras Receitas de Capital	0,00		
(-) Deduções das Receitas de Capital	-4.761,45		
Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	0,00		
(-) Deduções das Receitas Intra-orçamentárias de capital	0,00		
<b>INTERFERÊNCIAS ATIVAS</b>			
Transferências Financeiras Recebidas	71.193,06		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>2.345.986,74</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>2.180.516,62</b>
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Realizável	16.261,07	Realizável	24.422,08
Créditos em Circulação	16.261,07	Créditos em Circulação	24.422,08
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00
Depósitos	1.726.019,40	Depósitos	1.751.855,29
Consignações	544.294,82	Consignações	591.259,50
Depósitos de Diversas Origens	1.181.724,58	Depósitos de Diversas Origens	1.160.595,79
Restos a Pagar	347.213,47	Restos a Pagar	404.239,25
Obrigações a Pagar	347.213,47	Obrigações a Pagar	404.239,25
Débito em Tesouraria	0,00	Débito em Tesouraria	0,00
Débito em Tesouraria	0,00	Débito em Tesouraria	0,00
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
Outras Operações	0,00	Outras Operações	0,00
Valores pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Exigíveis a longo Prazo	0,00	Depósitos Exigíveis a longo Prazo	0,00
Outras Obrigações	0,00	Outras Obrigações	0,00
Acréscimos Patrimoniais	256.492,80	Decréscimos Patrimoniais	0,00
<b>SOMA</b>	<b>15.282.030,24</b>	<b>SOMA</b>	<b>15.931.435,75</b>
<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>1.324.375,28</b>	<b>SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	<b>674.969,77</b>
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	346.850,99	Bancos Conta Movimento	49.143,46
Bancos Conta Vinculada	977.524,29	Bancos Conta Vinculada	625.826,31
Aplicações Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicações Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicações Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicações Financ. de Recursos Vinc.	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Investimentos do RPPS	0,00
(-) Provisão p/perdas em Investimentos do RPPS	0,00	(-) Provisão p/perdas em Investimentos do RPPS	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>16.606.405,52</b>	<b>TOTAL</b>	<b>16.606.405,52</b>

As Receitas e Despesas Extra-Orçamentárias contemplam possíveis lançamentos de estornos efetuados pelas Unidades no exercício de 2013, devido a ausência de informação no Sistema e-Sfinge sobre estes lançamentos.

## Balanço Patrimonial - Anexo 14

Unidade Gestora: (247 / Prefeitura Municipal de Aurora)

Competência: 2013

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
FINANCEIRO	683.240,40	FINANCEIRO	552.636,10
DISPONÍVEL	674.969,77	DEPÓSITOS	35.346,37
Caixa	0,00	Consignações	0,00
Bancos Conta Movimento	49.143,46	Depósitos de Diversas Origens	35.346,37
Bancos Conta Vinculada	625.826,31	RESTOS A PAGAR	517.289,73
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	0,00	Obrigações a Pagar	517.289,73
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	0,00	SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	0,00
Investimentos do RPPS	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
(-) Provisão para Perdas em Investimentos do RPPS	0,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00
REALIZÁVEL	8.270,63	DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	0,00
Créditos a Receber	8.270,63	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00		
Empréstimos e Financiamentos	0,00		
Adiantamentos Concedidos	0,00		
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00		
Valores em Trânsito Realizável	0,00		
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00		
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	0,00		
PERMANENTE	5.417.928,17	PERMANENTE	179.441,84
CRÉDITOS	0,00	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	179.441,84
Créditos a Receber	0,00	Em títulos de Curto Prazo	0,00
Devedores - Entidades e Agentes	0,00	Em títulos de Longo Prazo	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	Em Contratos de Curto Prazo	70.493,99
Adiantamentos Concedidos	0,00	Em Contratos de Longo Prazo	108.947,85
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	Financiamentos em Circulação	0,00
(-) Provisão para Perdas Prováveis	0,00	DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	0,00
Outros Créditos	0,00	Em títulos de Curto Prazo	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	0,00	Em títulos de Longo Prazo	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	Em Contratos de Curto Prazo	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	Em Contratos de Longo Prazo	0,00
DÍVIDA ATIVA	180.065,32	DÉBITOS CONSOLIDADOS	0,00
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Curto Prazo	0,00	Precatórios a Pagar	0,00
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa-CP	0,00	Dívidas Renegociadas	0,00
Créditos em processo de Incrição Dívida Ativa	0,00	Obrigações a Pagar	0,00
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	180.065,32	Obrigações Legais e Tributárias	0,00
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa-LP	0,00	DIVERSOS	0,00
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	0,00	Obrigações a Pagar	0,00
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Judiciais	0,00
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	0,00	Provisões Matemáticas Previdenciárias	0,00
Investimentos do RPPS - LP	0,00	Outras Obrigações Exigíveis	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	DIVERSAS PROVISÕES	0,00
IMOBILIZADO	5.237.862,85	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00
Bens Móveis e Imóveis	5.237.862,85		
Bens Imóveis	639.338,50		
Bens Móveis	4.598.524,35		
Títulos e Valores	0,00		
Bens Intangíveis	0,00		
(-) Depreciações, Amortizações e Exaustões	0,00		
DIFERIDO	0,00		
ATIVO REAL	6.101.168,57	PASSIVO REAL	732.077,94
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	5.369.090,63
PASSIVO REAL A DESCOBERTO		ATIVO REAL LÍQUIDO	5.369.090,63
COMPENSADO	683.240,40	COMPENSADO	683.240,40
TOTAL	6.784.408,97	TOTAL	6.784.408,97

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Aurora

Competência: 01/2013 à 06/2013

Unidade Orçamentária: =9001- FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE AURORA

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	Nr. Licitação	VI. Empenho (R\$)	VI. Liquidado (R\$)	VI. Pago (R\$)	Histórico
0	<u>1712</u>	21/05/2013	CRISTIANE PREIS ROSA		15,00	15,00	15,00	REFERENTE ALIMENTAÇÃO PARA A CONSELHEIRA CRISTIANE PREIS ROSA, QUE ESTEVE EM OCORRENCIA JUNTO COM A POLICIA RODOVIARIA ESTADUAL PARA ATENDER UM ADOLESCENTE.
0	<u>1010</u>	01/03/2013	DAIANA CRISTINA MARCILIO		106,51	106,51	106,51	REFERENTE A MEIA DIARIA PARA O FUNCIONARIO ACIMA - CONFORME RELATORIO E LEI MUNICIPAL Nº962 DE 28/10/ 1999. OBJETIVO: ACOMPANHAR O PACIENTE PEDRO RALF S PIESS NUMA CONSULTA MEDICA A SERVIÇO DO CONSELHO TUTELAR PARA O HOSPITAL NA CIDADE DE FLORIANOPOLIS.
0	<u>3113</u>	03/10/2013	DAIANA CRISTINA MARCILIO		20,00	20,00	20,00	REFERENTE ALIMENTAÇÃO PARA A CONSELHEIRA DAIANA CRISTINA MARCILIO, QUE PARTICIPOU DA REUNIAO COMARCAL NO MUNICIPIO DE RIO DO SUL - SC.
0	<u>2711</u>	22/08/2013	DB S.A. COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS		348,90	348,90	348,90	REFERENTE AQUISIÇÃO DE 01 BALCAO COM TAMPO DE PIA INOX, PARA A MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICIPIO.
0	<u>706</u>	28/02/2013	JOSE AUGUSTO SANTOS FILHO ME		580,00	580,00	580,00	REFERENTE AQUISIÇÃO DE 40 CALENDARIOS DE MESA 2013 CONSELHO TUTELAR - 4º ENCONTRO COMARCAL, E 01 ART E E CRIAÇÃO DE MATERIAL, PARA A MANUTENÇÃO DO (FIA ) FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA.
0	<u>1802</u>	29/05/2013	MARCIO LUIZ BURATO E CIA LTDA		380,00	380,00	380,00	REFERENTE SERVIÇOS DE IMPRESSOES EM TECIDO PARA 10 (DEZ) CAMISETAS DO CONSELHO TUTELAR.
0	<u>3112</u>	03/10/2013	SANDRIA SCHIESTEL		13,73	13,73	13,73	REFERENTE ALIMENTAÇÃO PARA A CONSELHEIRA SANDRIA SCHIESTEL, QUE PARTICIPOU DA REUNIAO COMARCAL NO MUNICIPIO DE RIO DO SUL - SC.
0	<u>1711</u>	21/05/2013	SHEILA CRISTINA COELHO MEURER		15,00	15,00	15,00	REFERENTE ALIMENTAÇÃO PARA A CONSELHEIRA SHEILA CRISTINA COELHO MEURER, QUE ESTEVE EM OCORRENCIA JUNTO A POLICIA RODOVIARIA ESTADUAL PARA ATENDER UM ADOLESCENTE.
0	<u>3111</u>	03/10/2013	SHEILA CRISTINA COELHO MEURER		20,00	20,00	20,00	REFERENTE ALIMENTAÇÃO PARA A CONSELHEIRA SHEILA CRISTINA COELHO MEURER, QUE PARTICIPOU DA REUNIAO COMARCAL NO MUNICIPIO DE RIO DO SUL - SC.
0	<u>876</u>	28/02/2013	SUPERMERCADO N C DE SOUZA LTDA EPP		296,29	296,29	296,29	REFERENTE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE, GENEROS ALIMENTICIOS PARA MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICIPIO CONFORME NOTA FISCAL ANEXA.
0	<u>1210</u>	27/03/2013	VR REFRIGERACAO E CLIMATIZACAO LTDA ME		1.430,00	1.430,00	1.430,00	REFERENTE AQUISIÇÃO DE 01 AR CONDICIONADO 9.000BTU S QUENTE E FRIO - GREE PARA A MANUTENÇÃO (SALA DO CONSELHO TUTELAR)

Total VI. Pago (R\$): 3.225,43 de 45.311,15

Total VI. Liquidado (R\$): 3.225,43 de 45.391,15

Total VI. Empenho (R\$): 3.225,43 de 45.391,15

Total de Registros: 11 de 38

Download em XLS

XLS com campos extras

Salvar Relatório

Imprimir Relatório

Fechar

(22510004|484)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**LOTAÇÃO: DMU/COPR/DIV9**

**PROCESSO Nº:** @PCP 14/00279809  
**INTERESSADO:** Vilmar Zandonai  
**UNIDADE GESTORA:** Prefeitura Municipal de Aurora

## **TERMO DE JUNTADA**

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 123 à 124.

Florianópolis, 09 de junho de 2014.

**MAGALY SILVEIRA DOS SANTOS SCHRAMM**





## PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

P O R T A L  
TRANSPARÊNCIAFls  
125  
TCE/SC

INÍCIO



COMPRAS



RECEITAS



DESPESAS



PESSOAL



FROTA



RELATÓRIOS LEGAIS



CONTAS PÚBLICAS

Você está em **Receitas** **Balanco Orçamentário das Receitas**

Entidade: Todos Ano: 2013 Mês: Novembro

Filtro: Conta Igual Consultar

Entidade	Conta	Descrição da Conta	Orçado	Realizado até Mês	Saldo
PREFEITURA MUNICIPAL DE AU...	41112020000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	170.000,00	93.288,87	76.711,13
PREFEITURA MUNICIPAL DE AU...	411120431010000	I.r.r.f. Retido nas Fontes - Trabalho	70.000,00	60.776,80	9.223,20
PREFEITURA MUNICIPAL DE AU...	411120432000000	Retido nas Fontes - Capital	0,00	3.657,50	-3.657,50
PREFEITURA MUNICIPAL DE AU...	411120434000000	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rend...	10.000,00	0,00	10.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE AU...	411120800000000	Imposto sobre Transmissão inter Vivos de Bens Imóveis...	110.000,00	70.193,18	39.806,82
PREFEITURA MUNICIPAL DE AU...	411130302000000	Receita de Parc - IOF Comercializacao do Ouro	0,00	2,26	-2,26
PREFEITURA MUNICIPAL DE AU...	411130501000000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	80.000,00	75.587,32	4.412,68
PREFEITURA MUNICIPAL DE AU...	411212500000000	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabeleciment...	70.000,00	45.693,60	24.306,40
PREFEITURA MUNICIPAL DE AU...	411220100000000	Emolumentos Consulares	35.000,00	35.433,94	-433,94
PREFEITURA MUNICIPAL DE AU...	411220200000000	Tx Pedido Visto em Contrato Trab. Estrangeiro	5.000,00	357,04	4.642,96
PREFEITURA MUNICIPAL DE AU...	411220800000000	Emolumentos e Custas Judiciais	0,00	770,00	-770,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE AU...	411229900000000	Outras Taxas pela Prestacao de Servicos	90.000,00	62.440,19	27.559,81
PREFEITURA MUNICIPAL DE AU...	412103004000000	Contribuicao Previdenciaria da Empresa Optante pelo Si...	0,00		
PREFEITURA MUNICIPAL DE AU...	412300000000000	Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Pu...	100.000,00		
PREFEITURA MUNICIPAL DE AU...	413250199010000	Receita de Remuneração de Outros Depósitos Bancario...	50.000,00		
PREFEITURA MUNICIPAL DE AU...	413250199020000	Receita de Remuneração de Outros Depósitos Bancario...	30.000,00		
PREFEITURA MUNICIPAL DE AU...	413250299010000	Remuneração de Outros Depósitos de Recursos Não Vi...	13.600,00		
PREFEITURA MUNICIPAL DE AU...	413250299020000	Remuneração de Outros Depósitos de Recursos Não Vi...	9.100,00		
			16.581.700,00	11.2	

quarta-feira, 20 de novembro de 2013

novembro de 2013

D	S	T	Q	Q	S	S
27	28	29	30	31	1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
1	2	3	4	5	6	7



17:45:03



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**LOTAÇÃO: DMU/COPR/DIV9**

**PROCESSO Nº:** @PCP 14/00279809  
**INTERESSADO:** Vilmar Zandonai  
**UNIDADE GESTORA:** Prefeitura Municipal de Aurora

## **TERMO DE JUNTADA**

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 125 à 126.

Florianópolis, 09 de junho de 2014.

**MAGALY SILVEIRA DOS SANTOS SCHRAMM**

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Aurora

Competência: 01/2013 à 06/2013

Modalidade Aplicação: =71- Transferência a Consórcios Público

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	Nr. Licitação	VI. Empenho (R\$)	VI. Liquidado (R\$)	VI. Pago (R\$)	Histórico
2	<u>178</u>	15/02/2013	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO VALE DO ITAJAI - CIS-AMAVI		3.000,00	3.000,00	3.000,00	REF. TRANSFERENCIA PARA O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO VALE DO ITAJAI (MEDICAMENTOS).
2	<u>189</u>	20/02/2013	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO VALE DO ITAJAI - CIS-AMAVI		5.000,00	5.000,00	5.000,00	REF. AQUISICAO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, JUNTO AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAI.
2	<u>188</u>	20/02/2013	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO VALE DO ITAJAI - CIS-AMAVI		7.703,40	7.703,40	7.703,40	REF. AQUISICAO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, JUNTO AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAI.
2	<u>179</u>	15/02/2013	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO VALE DO ITAJAI - CIS-AMAVI		5.000,00	5.000,00	5.000,00	REF. CONTRIBUICAO PARA O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO VALE DO ITAJAI (SERVICOS MEDICOS HOSPITALARES)
2	<u>190</u>	20/02/2013	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO VALE DO ITAJAI - CIS-AMAVI		5.000,00	5.000,00	5.000,00	REF. CONTRIBUICAO PARA REALIZACAO DE EXAMES MEDICOS E HOSPITALARES JUNTO AO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAI.

Total VI. Pago (R\$): 25.703,40 de 25.703,40

Total VI. Liquidado (R\$): 25.703,40 de 25.703,40

Total VI. Empenho (R\$): 25.703,40 de 25.703,40

Total de Registros: 5 de 5

Download em XLS

XLS com campos extras

Salvar Relatório

Imprimir Relatório

Fechar

(22510004|484)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**LOTAÇÃO: DMU/COPR/DIV9**

**PROCESSO Nº:** @PCP 14/00279809  
**INTERESSADO:** Vilmar Zandonai  
**UNIDADE GESTORA:** Prefeitura Municipal de Aurora

## **TERMO DE JUNTADA**

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 127 à 128.

Florianópolis, 09 de junho de 2014.

MAGALY SILVEIRA DOS SANTOS SCHRAMM

0001000276 3253760100000000	201301			99,42
0001000276 3253760100000000	201302			26,98
0001000276 3253760100000000	201303			315,85
0001000276 3253760100000000	201304			136,82
0001000276 3253760100000000	201306			157,35
0001000276 3253760118000000	201307			242,82
0001000276 3253760118000000	201308			178,10
0001000276 3253760118000000	201309			97,86
0001000276 3253760118000000	201310			212,27
0001000276 3253760118000000	201311			140,64
0001000276 3253760118000000	201312			373,65

RENDIMENTOS FUNDEB – e-Sfinge



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**LOTAÇÃO: DMU/COPR/DIV9**

**PROCESSO Nº:** @PCP 14/00279809  
**INTERESSADO:** Vilmar Zandonai  
**UNIDADE GESTORA:** Prefeitura Municipal de Aurora

## **TERMO DE JUNTADA**

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 129 à 130.

Florianópolis, 09 de junho de 2014.

MAGALY SILVEIRA DOS SANTOS SCHRAMM

Detalhe da Despesa Não Liquidada por Função de Governo	
Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Função	12- Educação
Empenhado R\$	15.777,69
Liquidado R\$	14.201,60
Pago R\$	14.201,60
Não Liquidado R\$	1.576,09

Despesa não Liquidada por SubFunção				
SubFunção	Empenhado R\$	Liquidado R\$	Pago R\$	Não Liquidado R\$
361- Ensino Fundamental	15.666,95	14.201,60	14.201,60	1.465,35
365- Educação Infantil	110,74			110,74

Total Pago R\$: 14.201,60  
Total Liquidado R\$: 14.201,60  
Total Não Liquidado R\$: 1.576,09  
Total Empenhado R\$: 15.777,69  
Total de Registros: 2

- Listar
- Download em XLS
- XLS com campos extras
- Fechar

(42510006|774)(42510007|777)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**LOTAÇÃO: DMU/COPR/DIV9**

**PROCESSO Nº: @PCP 14/00279809**

**INTERESSADO: Vilmar Zandonai**

**UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Aurora**

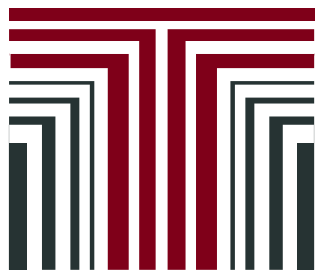
## **TERMO DE JUNTADA**

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 131 à 132.

Florianópolis, 30 de junho de 2014.

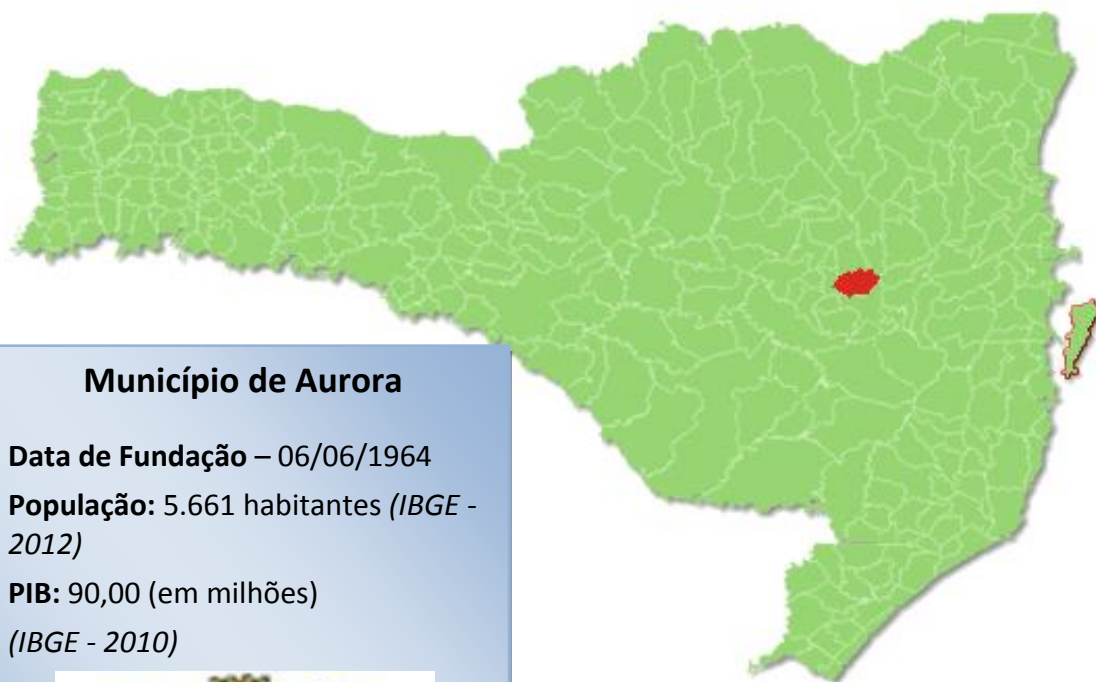
**MAGALY SILVEIRA DOS SANTOS SCHRAMM**





TRIBUNAL  
DE CONTAS  
DE SANTA  
CATARINA

## PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2013



### Município de Aurora

**Data de Fundação** – 06/06/1964

**População:** 5.661 habitantes (IBGE - 2012)

**PIB:** 90,00 (em milhões)  
(IBGE - 2010)



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	4
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .....	5
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA .....	6
3.1. Apuração do resultado orçamentário .....	7
3.2. Análise do resultado orçamentário .....	7
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias .....	8
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA .....	15
4.1. Situação Patrimonial .....	15
4.2. Análise do resultado financeiro .....	16
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos .....	17
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira .....	19
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES .....	22
5.1. Saúde .....	22
5.2. Ensino .....	24
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências .....	24
5.2.2. FUNDEB .....	25
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF) .....	28
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município .....	28
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo .....	29
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo .....	31
6. CONSELHOS MUNICIPAIS .....	32
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB) .....	33
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS) .....	34
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente .....	37
6.3.1 Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA .....	38
6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) .....	40
6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE) .....	40

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa) .....	42
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010.....	42
8. RESTRIÇÕES APURADAS.....	47
9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2013 .....	48
CONCLUSÃO .....	49
ANEXO .....	51
APÊNDICE .....	53

<b>PROCESSO</b>	<b>PCP 14/00279809</b>
<b>UNIDADE</b>	Município de <b>Aurora</b>
<b>RESPONSÁVEL</b>	Sr. Vilmar Zandonai - Prefeito Municipal
<b>ASSUNTO</b>	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2013
<b>RELATÓRIO N°</b>	2424/2014

## INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Aurora, relativas ao exercício de 2013.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2013 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Aurora, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 09/06/2014 conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as médias dos exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de

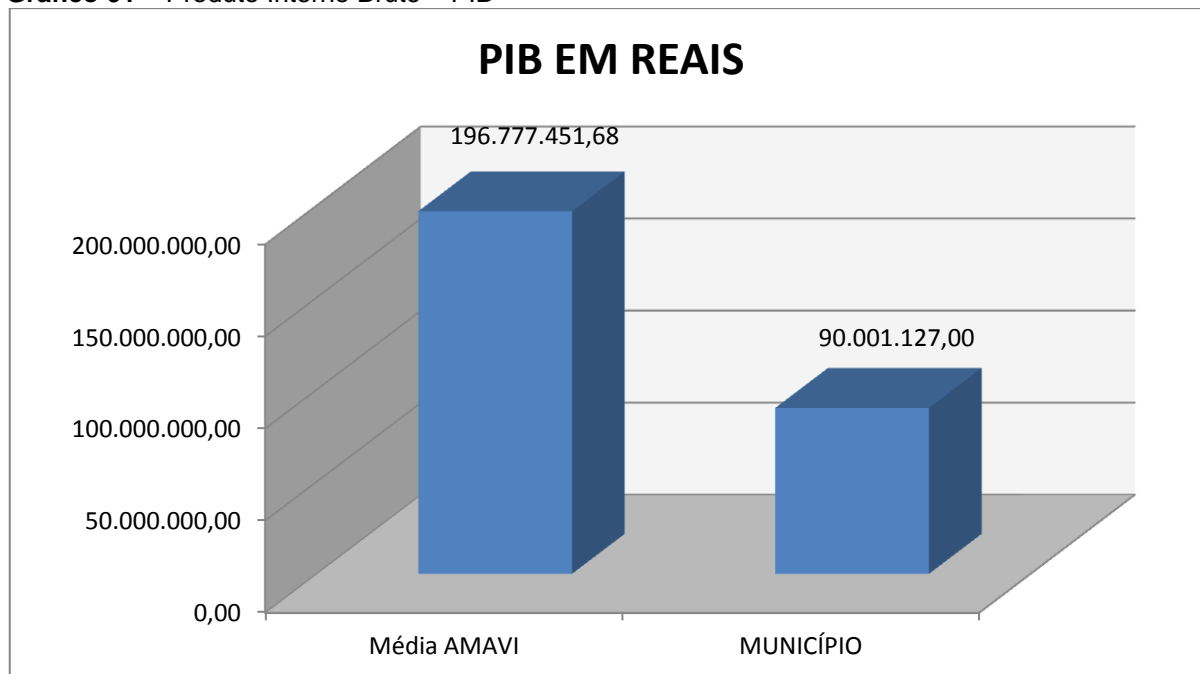
forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO<sup>1</sup>

O primeiro colonizador a chegar na localidade foi o alemão Otto Wehmuth, em 1910. Otto morreu em um desastre pouco depois, mas logo vieram as famílias Strey, Schoeninger, Gunther e Kruger. Os colonos denominaram o lugar de Lautembarch e somente em 1943 o nome foi trocado para Aurora. No início, a mata fechada da região dificultou o estabelecimento dos imigrantes, que praticavam a agricultura de subsistência. Com o tempo, ampliaram as terras cultivadas. A principal fonte de renda continua sendo a agropecuária.

O Município de Aurora tem uma população estimada em 5.661<sup>2</sup> habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,73<sup>3</sup>. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 90.001.127,00<sup>4</sup>, revelando um PIB per capita à época de R\$ 16.201,82, considerando uma população estimada em 2011 de 5.555 habitantes.

**Gráfico 01** – Produto Interno Bruto – PIB



**Fonte:** IBGE – 2011

<sup>1</sup> Disponível em: [www.sc.gov.br/portalturismo](http://www.sc.gov.br/portalturismo)

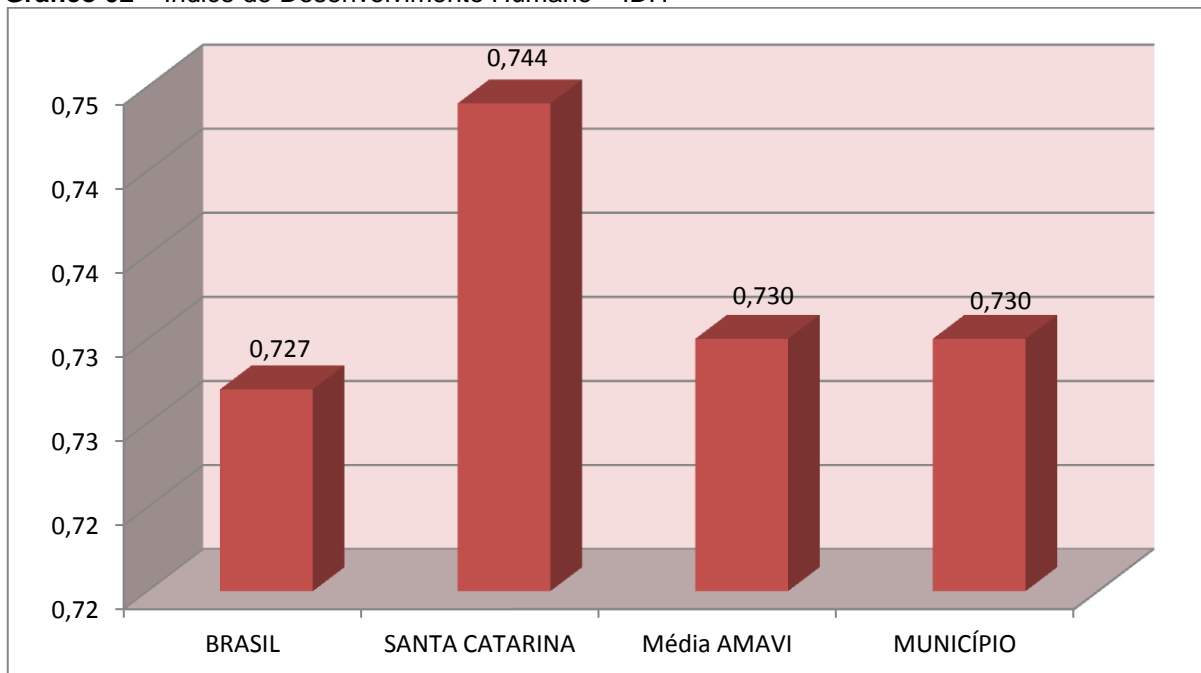
<sup>2</sup> IBGE - 2013

<sup>3</sup> PNUD - 2010

<sup>4</sup> Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2011

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Aurora encontra-se na seguinte situação:

**Gráfico 02** – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2010

### 3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

**Quadro 01** – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	
PPA	1342/2009	21/07/2009		17.700.000,00
LDO	1350/2012	14/08/2012	DESPESA FIXADA	17.700.000,00
LOA	1462/2012	28/09/2012		

### 3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Déficit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 994.892,48**, correspondendo a **7,27%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Déficit de R\$ 994.892,48, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Déficit de R\$ 814.875,63 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Déficit de R\$ 180.016,85.

**Ressalta-se que o Déficit em questão foi parcialmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 784.434,93)**, conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro (item 4.2, deste Relatório).

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

**Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2013**

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	17.700.000,00	13.694.115,84	77,37
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	18.504.337,69	14.689.008,32	79,38
<b>Déficit de Execução Orçamentária</b>		<b>994.892,48</b>	

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência entre a variação do patrimônio financeiro e o resultado da execução orçamentária, no montante de R\$ 261.683,24, considerando o cancelamento de Restos a Pagar no valor de R\$ 89.593,03, está anotada no item 8.1.5 - Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

Obs.: Vide restrição anotada no item 8.1.2 - Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

### 3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Aurora nos últimos 5 anos:

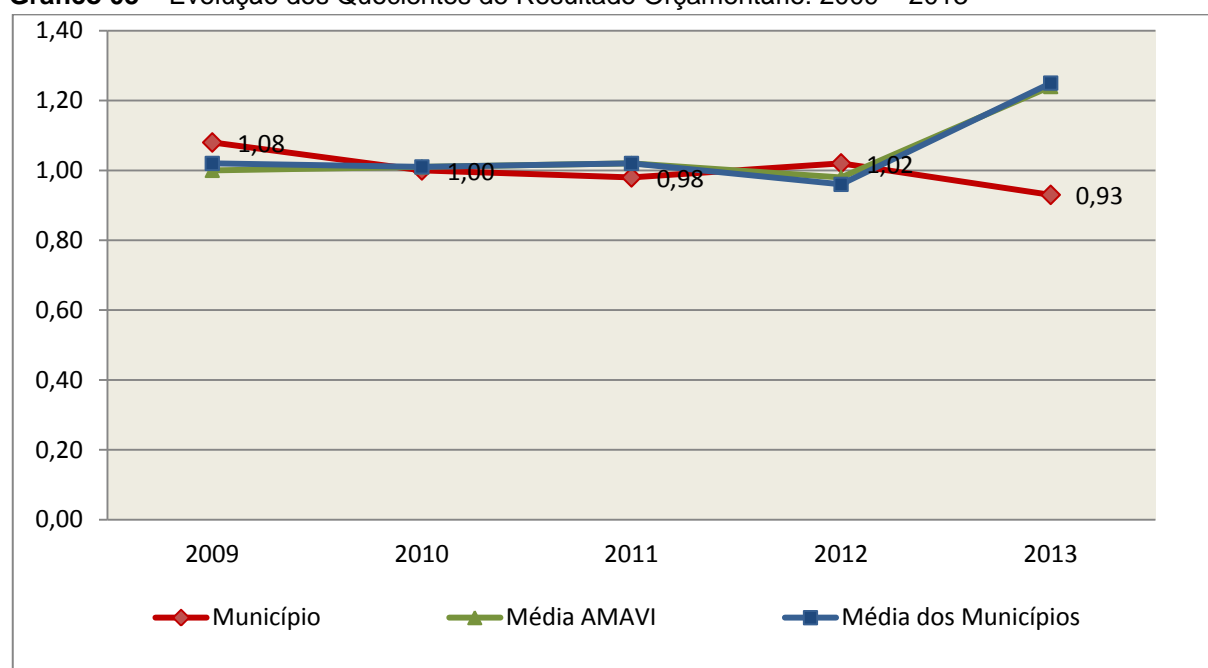
**Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2009-2013**

ITENS / ANO		2009	2010	2011	2012	2013
1	Receita realizada	10.008.804,05	9.884.692,09	11.780.277,75	13.314.415,57	13.694.115,84
2	Despesa executada	9.255.672,34	9.894.044,71	12.078.789,05	13.089.897,48	14.689.008,32
QUOCIENTE		2009	2010	2011	2012	2013
Resultado Orçamentário (1÷2)		1,08	1,00	0,98	1,02	0,93

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

**Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2009 – 2013**



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

### 3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 13.694.115,84**, equivalendo a **77,37%** da receita orçada.



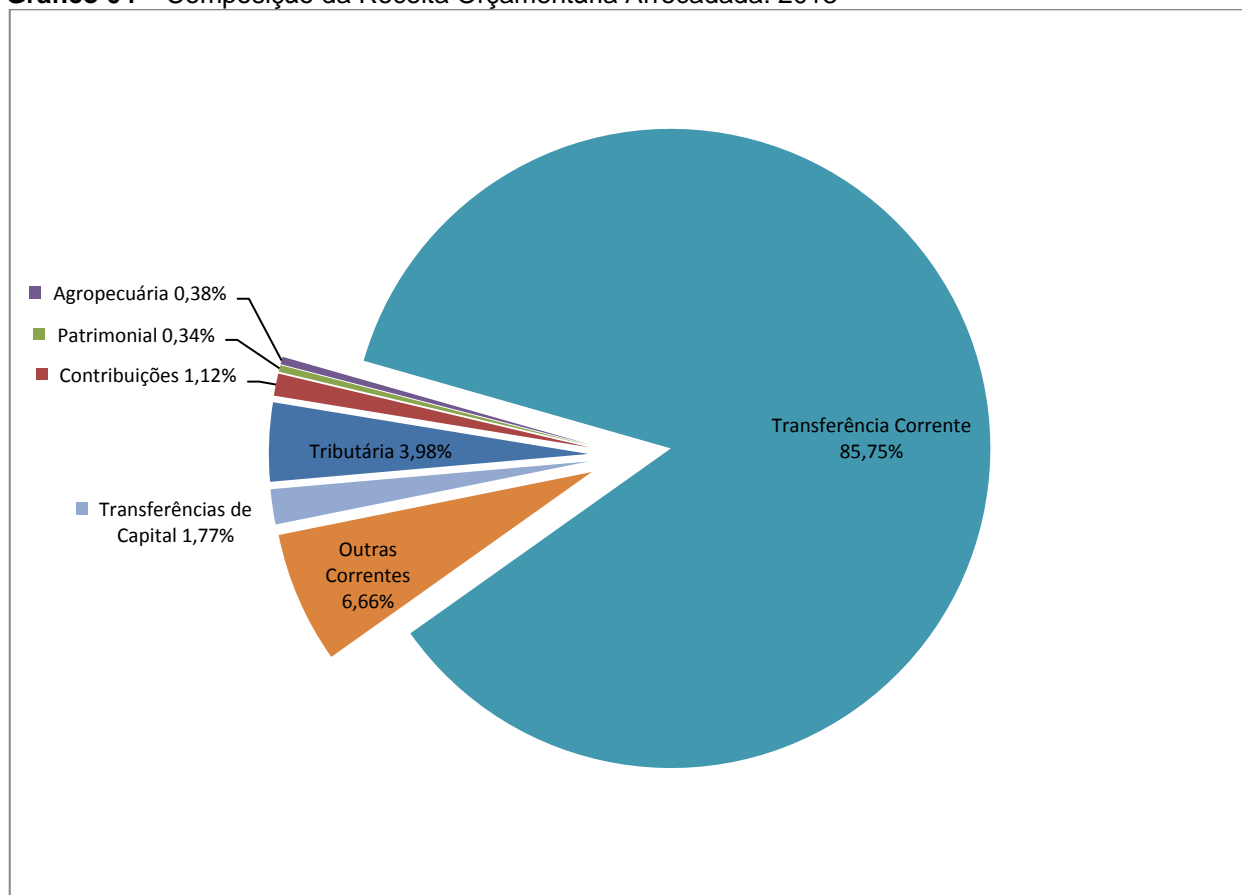
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

**Quadro 04** – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2013

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	666.000,00	544.461,46	81,75
Receita de Contribuições	100.000,00	153.627,90	153,63
Receita Patrimonial	121.000,00	46.079,09	38,08
Receita Agropecuária	100.000,00	52.202,15	52,20
Transferências Correntes	12.951.000,00	11.742.542,18	90,67
Outras Receitas Correntes	171.000,00	912.258,79	533,48
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>14.109.000,00</b>	<b>13.451.171,57</b>	<b>95,34</b>
Alienação de Bens	20.000,00	-	-
Transferências de Capital	3.571.000,00	242.944,27	6,80
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>3.591.000,00</b>	<b>242.944,27</b>	<b>6,77</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>17.700.000,00</b>	<b>13.694.115,84</b>	<b>77,37</b>

**Fonte:** <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

**Gráfico 04** – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2013

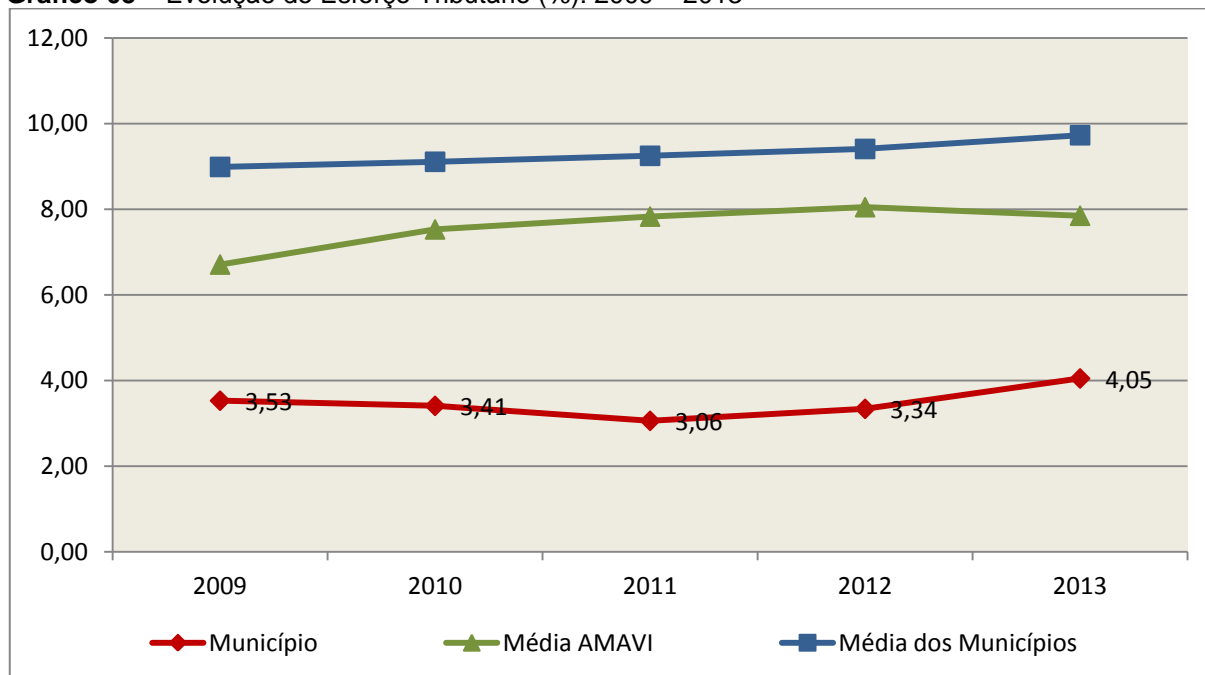


**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **85,75%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

**Gráfico 05** – Evolução do Esforço Tributário (%): 2009 – 2013

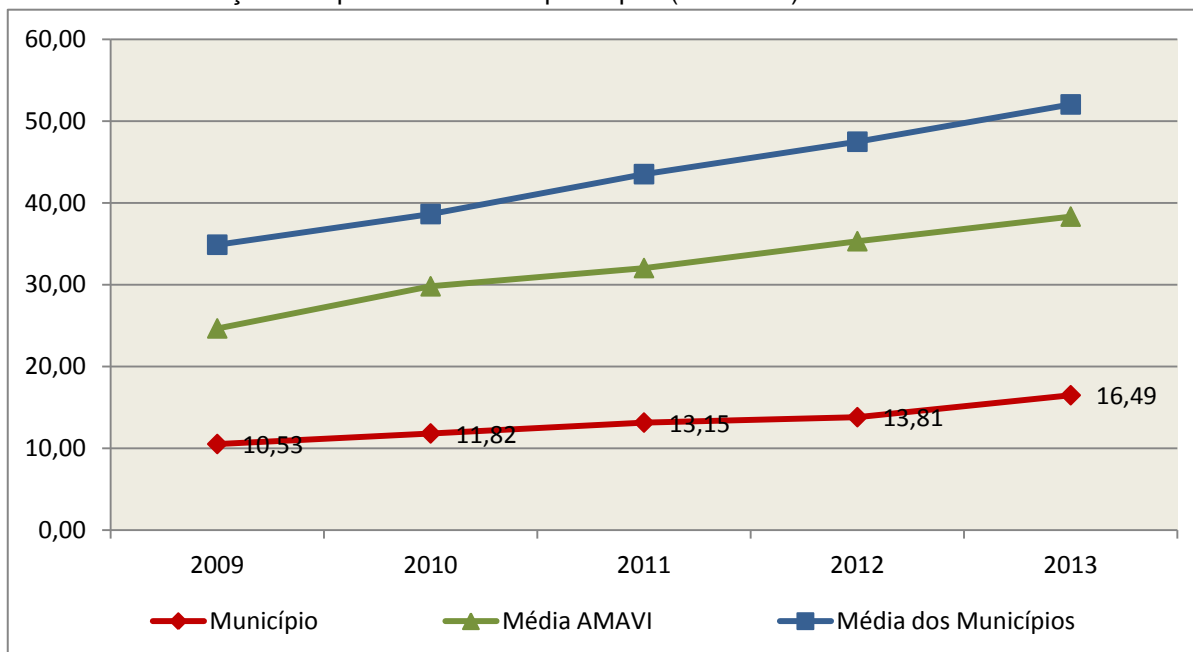


**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

**Gráfico 06** – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

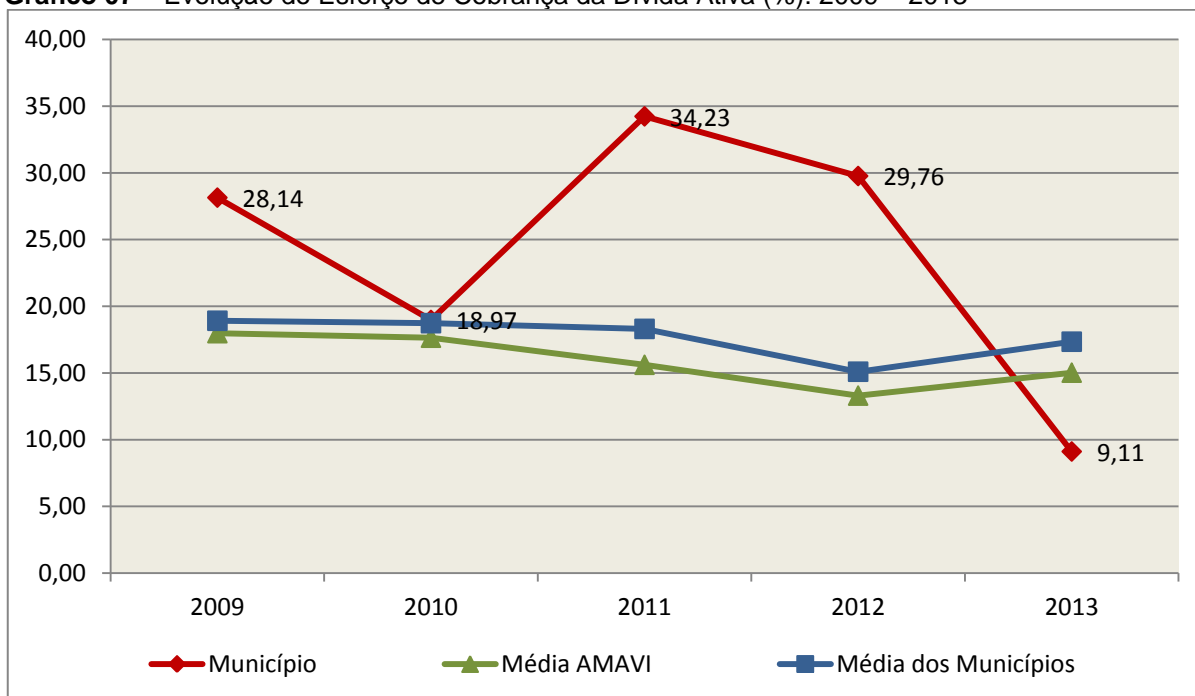
**Quadro 05** – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2013

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
139.001,43	53.733,80	0,00	0,00	12.669,91	0,00	180.065,32

**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

**Gráfico 07 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2009 – 2013**



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

**Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2013**

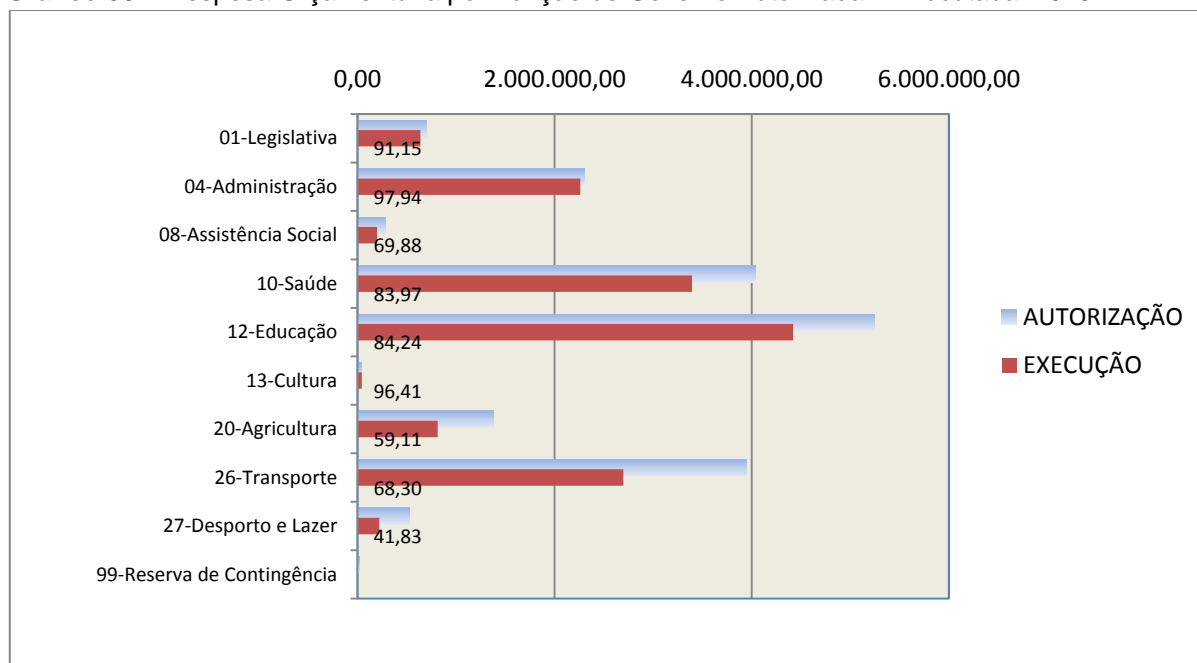
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO <sup>1</sup> (R\$)	EXECUÇÃO <sup>2</sup> (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	700.000,00	638.080,96	91,15
04-Administração	2.307.878,15	2.260.402,45	97,94
08-Assistência Social	285.156,44	199.278,90	69,88
10-Saúde	4.042.298,39	3.394.192,95	83,97
12-Educação	5.246.136,78	4.419.414,10	84,24
13-Cultura	46.000,00	44.350,00	96,41
20-Agricultura	1.378.124,02	814.581,29	59,11
26-Transporte	3.948.743,91	2.697.031,44	68,30
27-Desporto e Lazer	530.000,00	221.676,23	41,83
99-Reserva de Contingência	20.000,00	-	-
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>18.504.337,69</b>	<b>14.689.008,32</b>	<b>79,38</b>

**Fontes:** <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

**Gráfico 08** – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2013



**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

**Quadro 07** – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2009 – 2013

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2009	2010	2011	2012	2013
01-Legislativa	353.162,26	378.985,06	436.283,22	534.384,76	638.080,96
04-Administração	1.520.538,67	1.439.357,88	1.620.483,48	1.724.148,11	2.260.402,45
06-Segurança Pública	16.569,67	-	-	-	-
08-Assistência Social	145.220,12	68.299,71	153.615,32	153.760,56	199.278,90
10-Saúde	1.911.999,37	2.066.605,52	2.712.932,04	2.992.588,63	3.394.192,95
12-Educação	2.318.187,69	2.937.745,29	3.456.833,13	3.668.120,25	4.419.414,10
13-Cultura	-	91.099,35	68.852,42	55.580,99	44.350,00
18-Gestão Ambiental	527,50	-	-	-	-
20-Agricultura	513.001,78	1.018.125,18	1.220.994,37	1.155.203,48	814.581,29
26-Transporte	2.270.326,13	1.803.880,08	2.250.400,50	2.668.711,30	2.697.031,44

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2009	2010	2011	2012	2013
27-Desporto e Lazer	197.212,27	89.946,64	158.394,57	137.399,40	221.676,23
28-Encargos Especiais	251.732,56	-	-	-	-
<b>TOTAL DA DESPESA REALIZADA</b>	<b>9.498.478,02</b>	<b>9.894.044,71</b>	<b>12.078.789,05</b>	<b>13.089.897,48</b>	<b>14.689.008,32</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

**Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2013**

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	93.373,20	0,94
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	88.795,29	0,90
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	119.757,79	1,21
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	74.922,74	0,76
Cota do ICMS	3.394.303,44	34,24
Cota-Parte do IPVA	537.490,33	5,42
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	51.830,86	0,52
Cota-Parte do FPM	5.508.918,55	55,57
Cota do ITR	8.166,89	0,08
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	15.842,51	0,16
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	10.572,67	0,11
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	10.043,49	0,10
<b>TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS</b>	<b>9.914.017,76</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2013**

<b>DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Receitas Correntes Arrecadadas	15.301.156,10
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	1.849.984,53
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>13.451.171,57</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

## 4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

### 4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

**Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Aurora (em Reais): 2012 – 2013**

<b>ATIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Financeiro</b>	<b>1.551.758,01</b>	<b>875.907,13</b>	<b>Financeiro</b>	<b>767.323,08</b>	<b>735.088,41</b>
<b>Disponível</b>	<b>1.551.780,39</b>	<b>866.853,59</b>	<b>Depósitos</b>	<b>75.250,21</b>	<b>43.059,35</b>
Bancos Conta Movimento	347.062,72	50.212,80	Consignações	55.436,01	-
Bancos Conta Vinculada	1.204.652,70	816.640,79	Depósitos de Diversas Origens	19.814,20	43.059,35
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	64,97	-	<b>Restos a Pagar</b>	<b>692.072,87</b>	<b>692.029,06</b>
<b>Realizável</b>	<b>-22,38</b>	<b>9.053,54</b>	Obrigações a Pagar	692.072,87	692.029,06
Créditos a Receber	-22,38	9.053,54			
<b>Permanente</b>	<b>5.049.970,34</b>	<b>5.781.547,46</b>	<b>Permanente</b>	<b>254.035,89</b>	<b>179.441,84</b>
<b>Créditos</b>	<b>-</b>	<b>68,10</b>	<b>Dívida Fundada</b>	<b>254.035,89</b>	<b>179.441,84</b>
Devedores - Entidades e Agentes	-	68,10			
<b>Dívida Ativa</b>	<b>139.001,43</b>	<b>180.065,32</b>	<b>DIVERSAS PROVISÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	139.001,43	180.065,32	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00	0,00
<b>Imobilizado</b>	<b>4.910.968,91</b>	<b>5.601.414,04</b>			
Bens Móveis e Imóveis	4.910.968,91	5.601.414,04			
Bens Imóveis	580.222,29	778.478,75			
Bens Móveis	4.330.746,62	4.822.935,29			
<b>ATIVO REAL</b>	<b>6.601.728,35</b>	<b>6.657.454,59</b>	<b>PASSIVO REAL</b>	<b>1.021.358,97</b>	<b>914.530,25</b>



ATIVO	2012	2013	PASSIVO	2012	2013
SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00	SALDO PATRIMONIAL	5.580.369,38	5.742.924,34
			Ativo Real Líquido	5.580.369,38	5.742.924,34
TOTAL	6.601.728,35	6.657.454,59	TOTAL	6.601.728,35	6.657.454,59

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

## 4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 140.818,72** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,84** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação negativa de **R\$ 643.616,21** passando de um Superávit de **R\$ 784.434,93** para um Superávit de **R\$ 140.818,72**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 130.604,30**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

**Quadro 11** – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2012 - 2013

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Variação
Ativo Financeiro	1.551.758,01	875.907,13	-675.850,88
Passivo Financeiro	767.323,08	735.088,41	-32.234,67
<b>Saldo Patrimonial Financeiro</b>	<b>784.434,93</b>	<b>140.818,72</b>	<b>-643.616,21</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência entre a variação do Saldo Patrimonial Financeiro e o Resultado da Execução Orçamentária consta como restrição anotada no item 8.1.5 - Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

#### **4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos**

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2013, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Aurora, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

**Quadro 11- A** – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso (em Reais)

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>		
00 - Recursos Ordinários *	0,00	Superávit
12 - Serviços de Saúde	441,75	Superávit
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	-6.057,12	Déficit
17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	-1.215,71	Déficit
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica) - R\$ -1.899,36	-2.821,45	Déficit
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ -922,09		
22 - Transferências de Convênios - Educação	-21.975,86	Déficit
23 - Transferências de Convênios - Saúde	61.746,00	Superávit
24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	547.795,03	Superávit
52 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	1.822,36	Superávit
58 - Salário Educação	-1.543,71	Déficit
59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	0,00	Superávit
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	-9.337,71	Déficit
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	0,00	Superávit
64 - Atenção Básica	-30.932,28	Déficit
66 - Vigilância em Saúde	20.192,26	Superávit
67 - Assistência Farmacêutica Básica	24.210,29	Superávit
71 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	-754,00	Déficit
77 - FIA Imposto de Renda	27,00	Superávit
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	190,47	Superávit
<b>SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA</b>	-74.637,84	
<b>RECURSOS ORDINÁRIOS</b>		
00 - Recursos Ordinários	-343.096,36	
01- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-33.182,64	
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	-64.689,60	
<b>TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS</b>	<b>-440.968,60</b>	<b>Déficit</b>

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge.

\* As disponibilidades de caixa da Câmara Municipal de Aurora foram consideradas como recursos vinculados.

### 4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

**Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2009 – 2013**

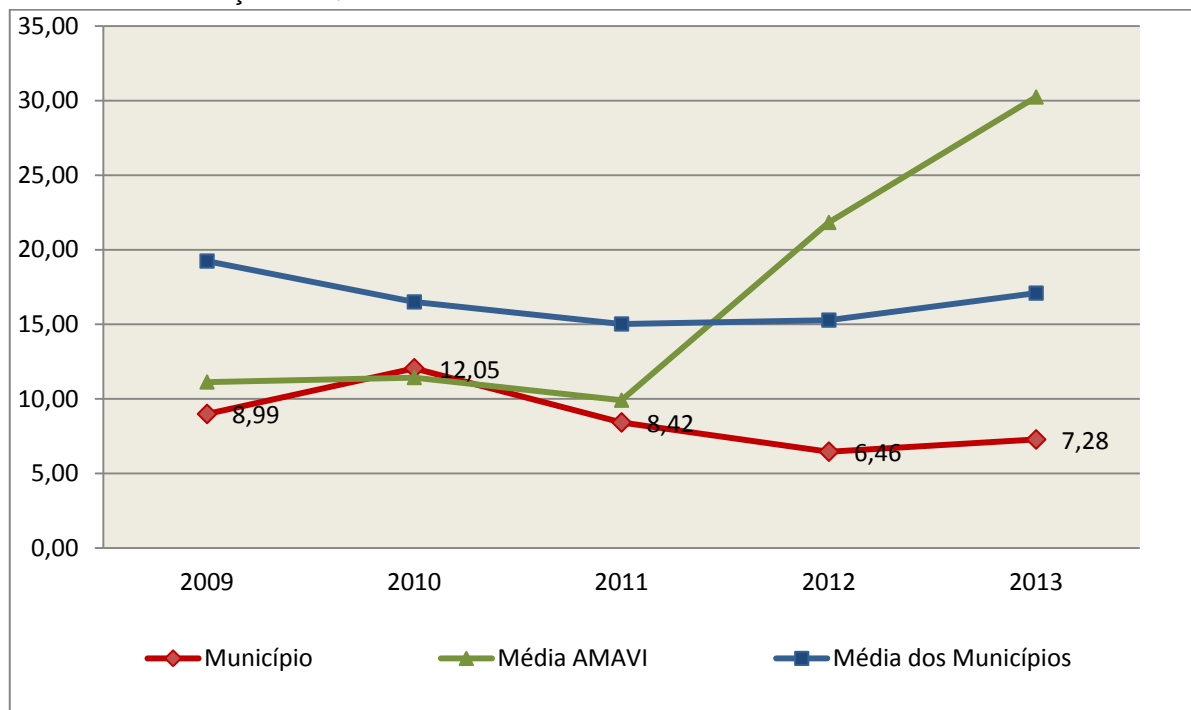
ITENS / ANO	2009	2010	2011	2012	2013
1 Despesa Executada	9.498.478,02	9.894.044,71	12.078.789,05	13.089.897,48	14.689.008,32
2 Restos a Pagar	0,00	0,00	306.842,55	692.072,87	692.029,06
3 Ativo Financeiro Ajustado	943.012,72	863.440,64	901.220,65	1.551.758,01	875.907,13
4 Passivo Financeiro Ajustado	85.909,05	15.101,34	351.693,81	767.323,08	735.088,41
5 Ativo Real	4.889.721,26	5.299.999,65	5.765.947,87	6.601.728,35	6.657.454,59
6 Passivo Real	543.987,92	439.711,05	684.626,36	1.021.358,97	914.530,25
QUOCIENTES	2009	2010	2011	2012	2013
Resultado Patrimonial (5÷6)	8,99	12,05	8,42	6,46	7,28
Situação Financeira (3÷4)	10,98	57,18	2,56	2,02	1,19
Restos a Pagar (2÷1)*100	0,00	0,00	2,54	5,29	4,71

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

**Gráfico 09 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2009 – 2013**



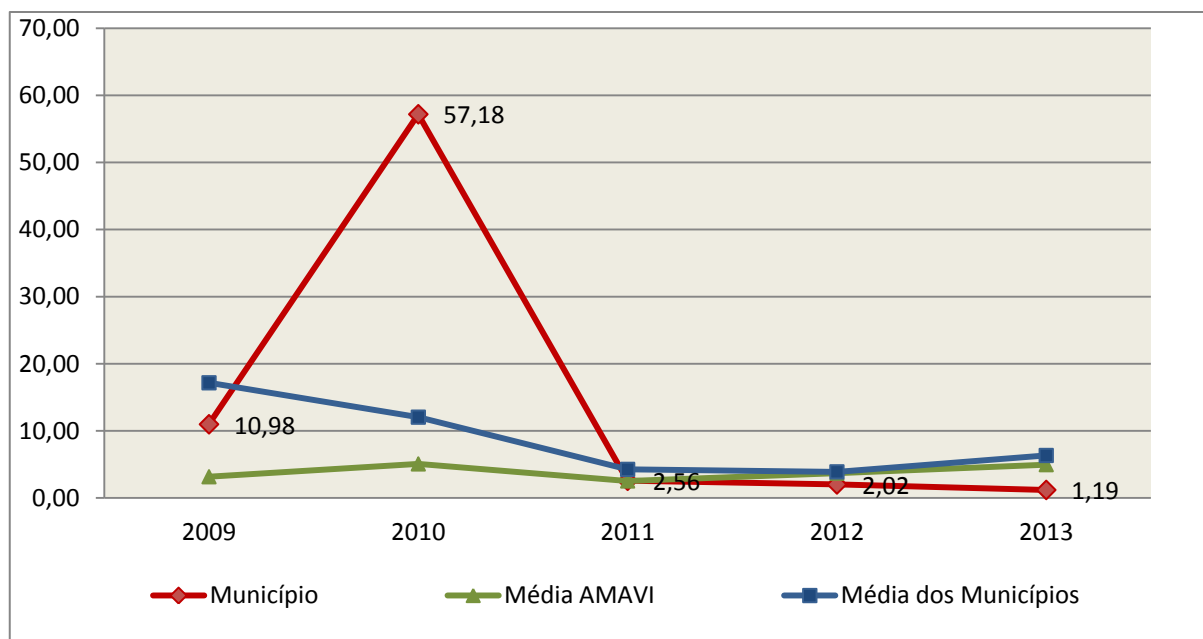
**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2013 o Ativo Real apresenta-se **7,28** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

**Gráfico 10** – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

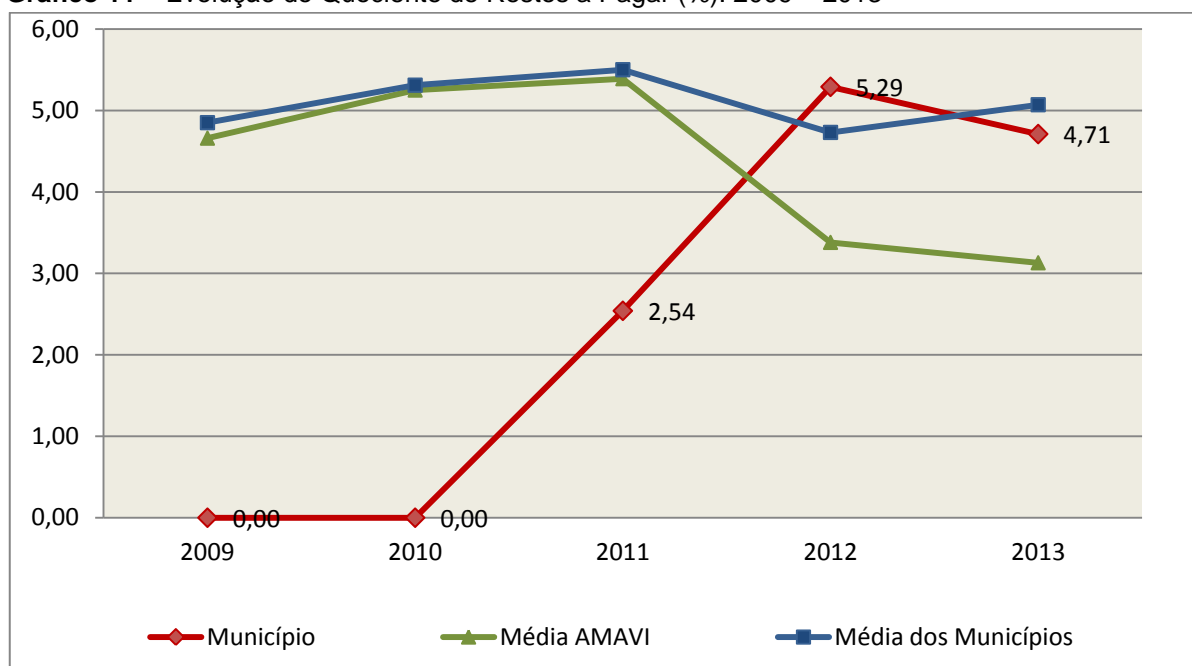
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2013 o Ativo Financeiro representa **1,19** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Aurora é demonstrada no gráfico a seguir:

**Gráfico 11 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2009 – 2013**



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **4,71%** da despesa orçamentária do exercício.

## 5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

### 5.1. Saúde

**Limite:** mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2013 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 2.507.773,96** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **25,30%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 1.020.671,30**, representando **10,30%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.



A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 13** – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2013

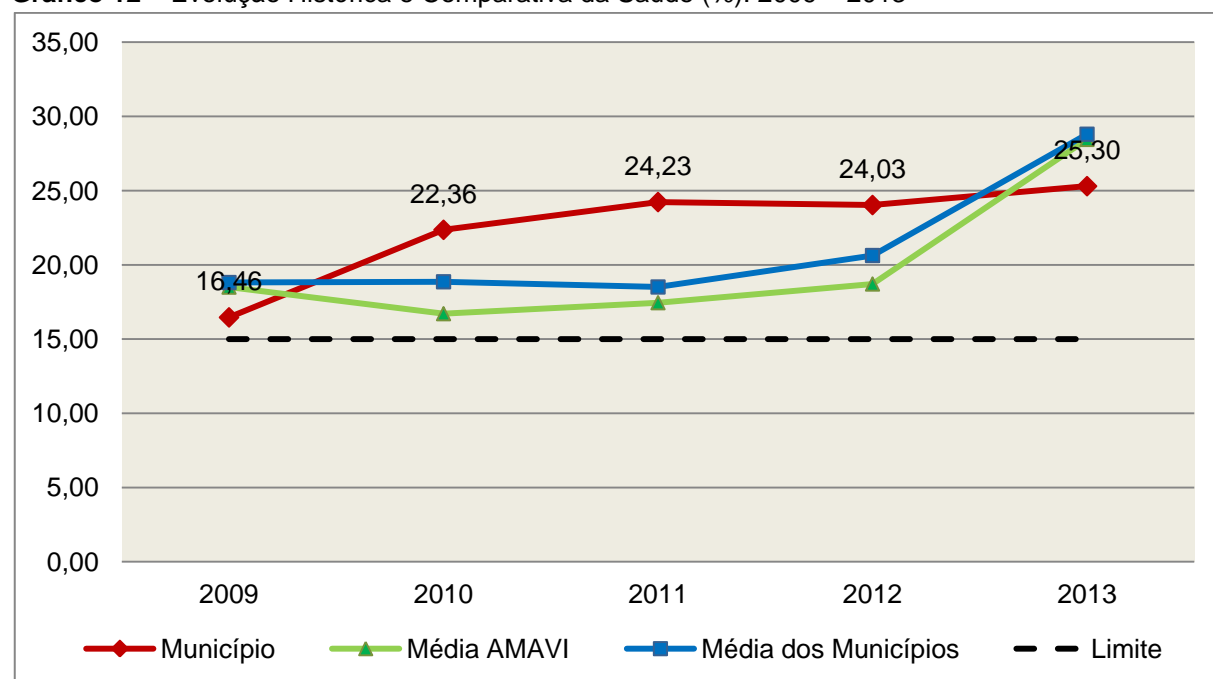
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>Total da Receita com Impostos</b>	<b>9.914.017,76</b>	<b>100,00</b>
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.394.192,95	34,24
Atenção Básica	3.394.192,95	34,24
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	886.418,99	8,94
<b>Total das Despesas para Efeito do Cálculo</b>	<b>2.507.773,96</b>	<b>25,30</b>
Valor Mínimo a ser Aplicado	1.487.102,66	15,00
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>1.020.671,30</b>	<b>10,30</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

**Gráfico 12** – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Aurora em 2013 aumentou seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

## 5.2. Ensino

### 5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

**Limite:** mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2013) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 3.556.794,07** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **35,88%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado **A MAIOR** o valor de **R\$ 1.078.289,63**, representando **10,88%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 14** – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2013

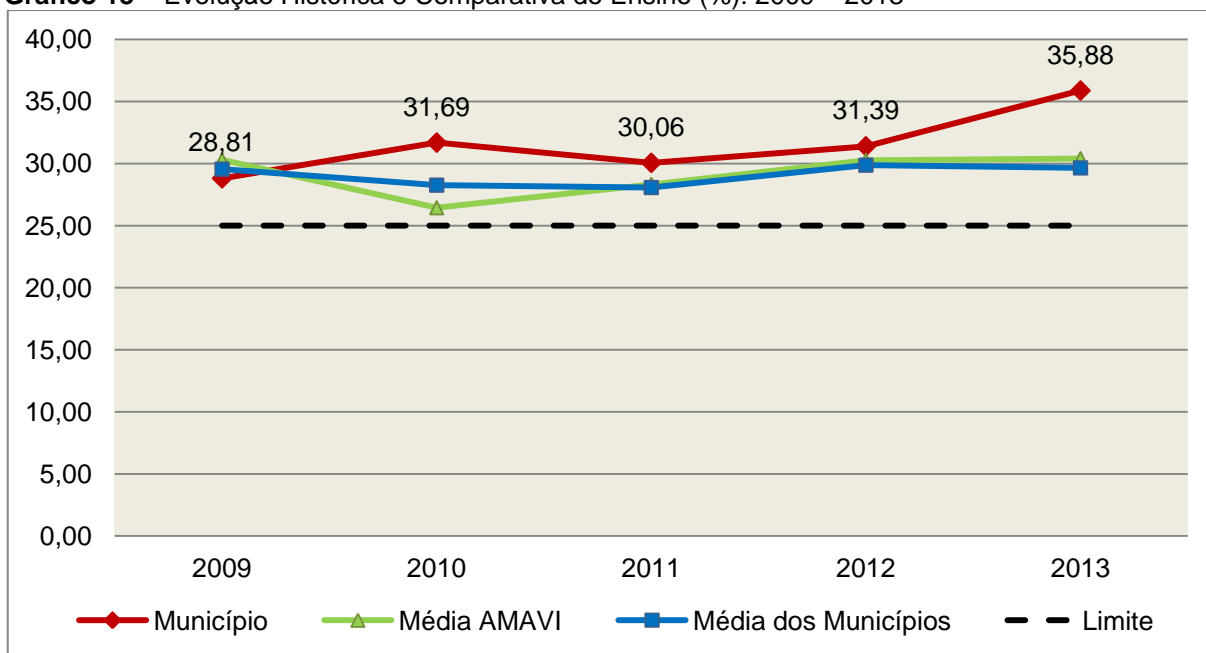
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>Total da Receita com Impostos</b>	<b>9.914.017,76</b>	<b>100,00</b>
<b>Valor Aplicado Educação Infantil</b>	<b>885.419,38</b>	<b>8,93</b>
Educação Infantil	885.419,38	8,93
<b>Valor Aplicado Ensino Fundamental</b>	<b>3.533.922,72</b>	<b>35,65</b>
Ensino Fundamental	3.533.922,72	35,65
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	842.437,64	8,50
(-) Ganho com FUNDEB	18.128,63	0,18
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.981,76	0,02
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo</b>	<b>3.556.794,07</b>	<b>35,88</b>
Valor Mínimo a ser Aplicado	2.478.504,44	25,00
<b>Valor Acima do Limite (25%)</b>	<b>1.078.289,63</b>	<b>10,88</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

\*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

**Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2009 – 2013**



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Aurora em 2013 aumentou seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

## 5.2.2. FUNDEB

**Limite 1:** mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 1.635.797,49**, equivalendo a **87,47%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2013**

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	1.868.113,16
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	1.981,76
<b>Total dos recursos oriundos do FUNDEB</b>	<b>1.870.094,92</b>

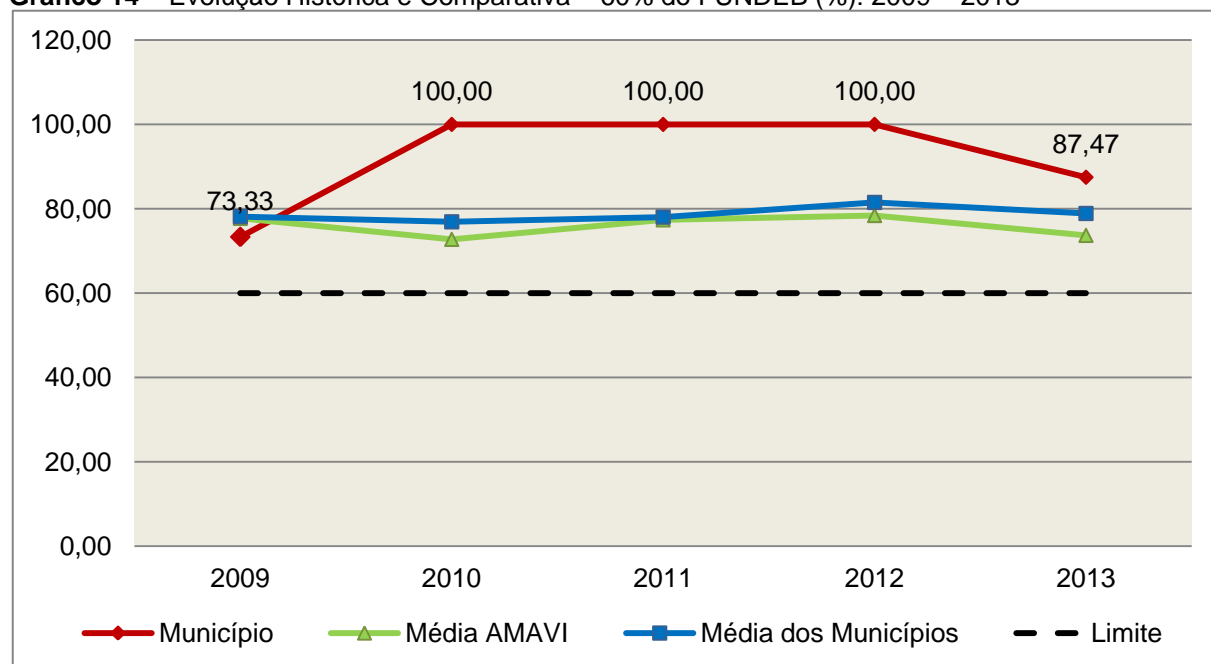
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	1.122.056,95
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB (Excluída DDO sem cobertura financeira no valor de R\$ 1.899,36 – fl. 62 deste Relatório)	1.635.797,49
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>513.740,54</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

Obs.: A ausência de remessa do parecer do Conselho do FUNDEB consta como restrição anotada no item 8.1.3 - Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

**Gráfico 14** – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

**Limite 2:** mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 1.867.273,47**, equivalendo a **99,85%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2013**

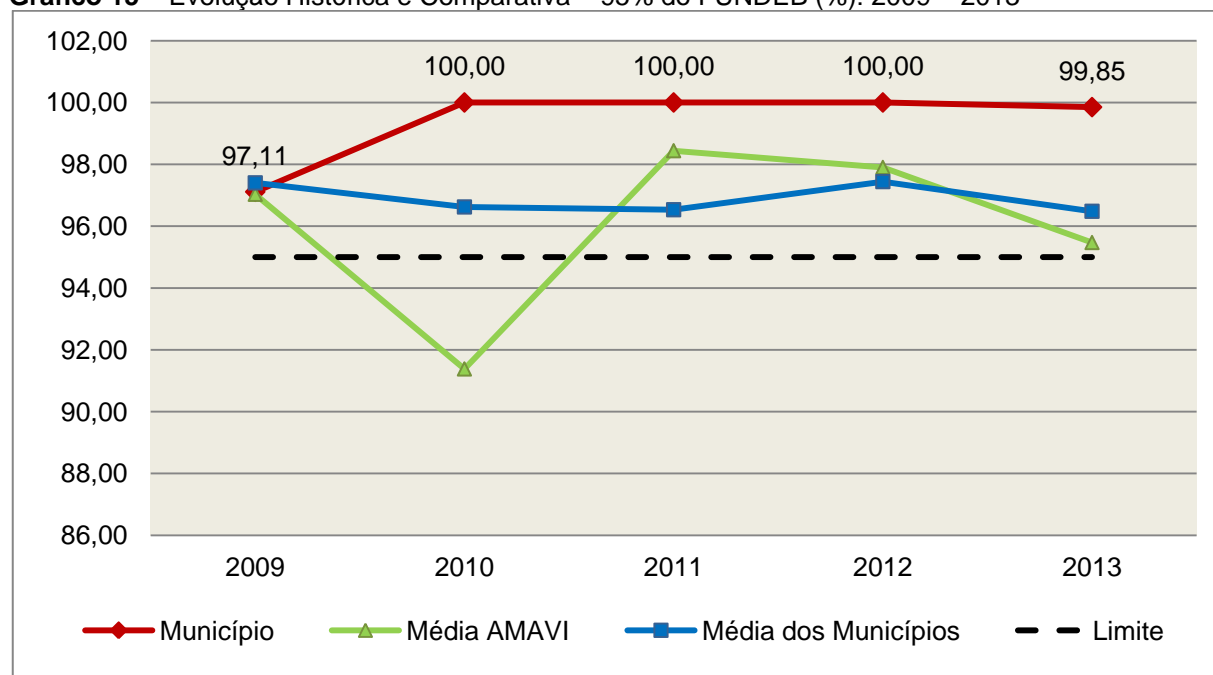
COMPONENTE	VALOR (R\$)
<b>Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB</b>	<b>1.870.094,92</b>
95% dos Recursos do FUNDEB	1.776.590,17
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB * (Excluída DDO sem cobertura financeira no valor de R\$ 2.821,45 9 Fontes 18 e 19 – fl. 62 deste Relatório)	1.867.273,47
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>90.683,30</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: \* Apuração efetuada com base na execução financeira, vide Quadro no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

**Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2009 – 2013**



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Aurora reduziu sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

**Limite 3:** utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Ante a inexistência de saldo no encerramento do exercício de 2012 de recursos do FUNDEB, resta prejudicada a verificação prevista no art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

**Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2013:** No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

**Quadro 16A** – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2013	3.464,47
(-) Despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	3.464,47
<b>(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados</b>	<b>0,00</b>

**Fonte:** Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

### 5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

#### 5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

**Limite:** 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 17** – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2013

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>13.451.171,57</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	8.070.702,94	60,00
<b>Despesas com Pessoal do Poder Executivo</b>	<b>6.702.023,90</b>	<b>49,82</b>
Pessoal e Encargos	6.702.023,90	49,82
<b>Despesas com Pessoal do Poder Legislativo</b>	<b>466.047,44</b>	<b>3,46</b>
Pessoal e Encargos	466.047,44	3,46
<b>Total das deduções das despesas com pessoal*</b>	<b>499,00</b>	<b>-</b>

<b>TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO</b>	<b>7.167.572,34</b>	<b>53,29</b>
Valor Abaixo do Limite (60%)	903.130,60	6,71

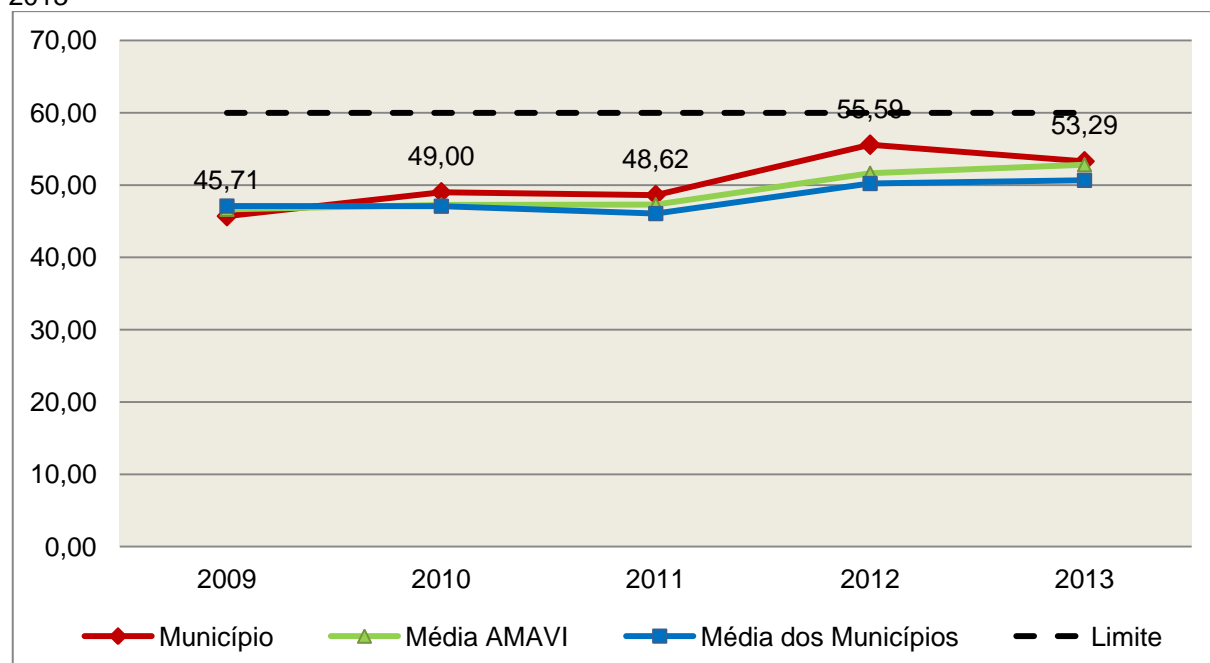
**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **53,29%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

**Gráfico 16** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra a redução dos gastos com pessoal do Município de Aurora, quando comparado ao exercício anterior.

### 5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

**Limite:** 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).



**Quadro 18** – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2013

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>13.451.171,57</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.263.632,65	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	6.702.023,90	49,82
Deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo*	499,00	-
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo</b>	<b>6.701.524,90</b>	<b>49,82</b>
Valor Abaixo do Limite (54%)	562.107,75	4,18

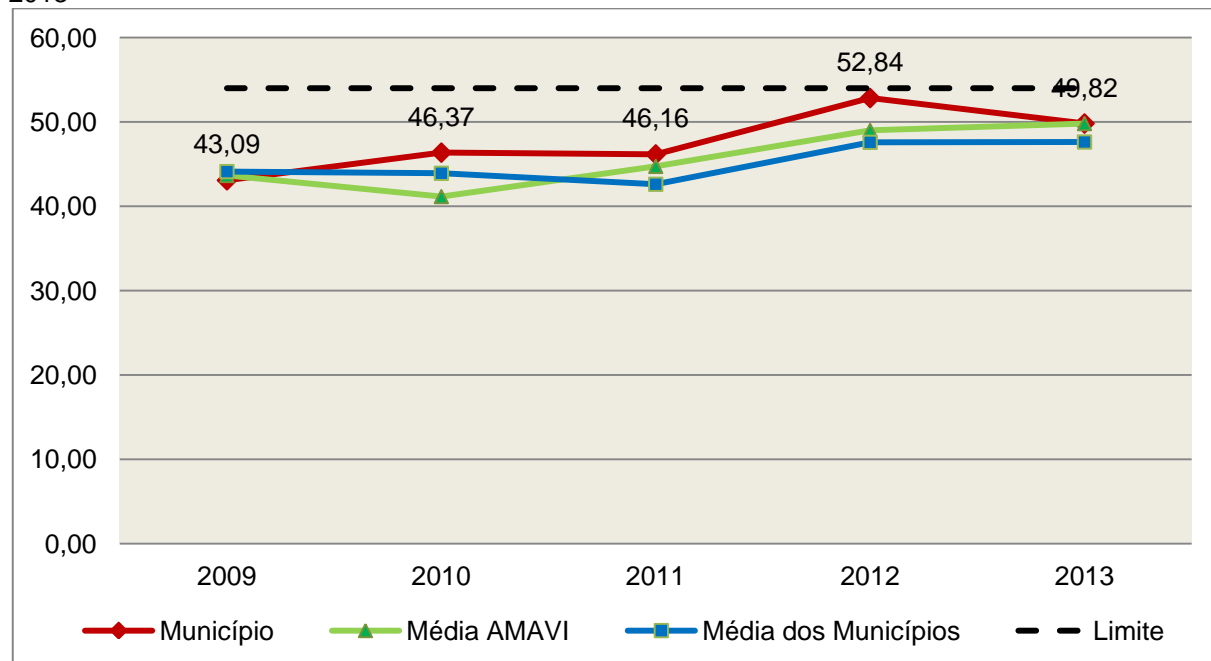
**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **49,82%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

**Gráfico 17** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo reduziram, quando comparado ao exercício anterior.

### 5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

**Limite:** 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 19** – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2013

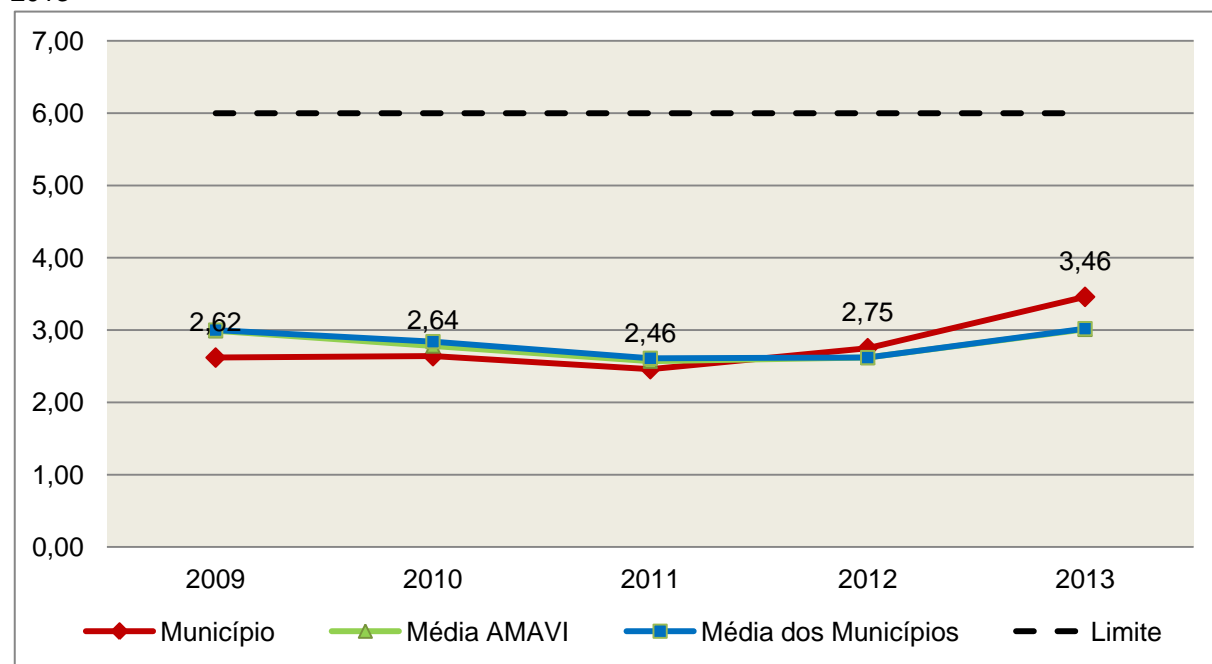
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>13.451.171,57</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	807.070,29	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	466.047,44	3,46
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo</b>	<b>466.047,44</b>	<b>3,46</b>
Valor Abaixo do Limite (6%)	341.022,85	2,54

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **3,46%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

**Gráfico 18** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve um aumento do percentual quando comparado ao exercício anterior.

## 6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 20, § 2º da Resolução n. TC – 16/94, alterado pelo artigo 1º da Resolução n. TC 077/2013, de 29 de abril de 2013 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.

b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

## 6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 44.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[....]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), indicados por seus pares.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Aurora**, constata-se que o Parecer do FUNDEB não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe o art. 20, III da Resolução nº TC 16/94 alterado pelo art. 1º da Resolução nº TC 77/2013 c/c art. 27 da Lei nº 11.494/07 (fl. 90).

## 6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal<sup>5</sup>.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução nº 453/2012:

---

<sup>5</sup> Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e



competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Aurora**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal de Saúde não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe do art. 1º, § 2º, "a", da Resolução TC nº 77/2013 (fl. 115).

### **6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à

saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Aurora**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe do art. 1º, § 2º, "b", da Resolução TC nº 77/2013 (fl. 119).

### **6.3.1 Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA**

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou

abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal**.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Aurora, constata-se que a despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (R\$ 45.391,15) representa 0,43% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal (R\$ 10.435.058,18).

Além disso, conforme documentação acostada ao processo às fls. 91 a 114, verifica-se que:

1) A nominata e os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às fls. 101 e 102;

2) Não houve a remessa do Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, caracterizando a ausência de elaboração do mesmo, em desacordo ao disposto o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

3) Não houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, caracterizando a ausência de elaboração do mesmo, contrariando o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

4) A manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar (R\$ 3.225,43 – fl. 123) representa 7,11% da despesa total do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, em desacordo ao artigo 16 da Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010.

Art. 16 Deve ser vedada à utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou

serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único. Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

[...]

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

## 6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Aurora**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe do art. 1º, § 2º, "c", da Resolução TC nº 77/2013 fl. 116).

## 6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Em consulta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Aurora**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe do art. 1º, § 2º, "d", da Resolução TC nº 77/2013 (fl. 117).

## **6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)**

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei nº 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na [Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#), zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Aurora**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal do Idoso não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe do art. 1º, § 2º, "e", da Resolução TC nº 77/2013 (fl. 118).

## **7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010**

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.



Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

### III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;
- e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e
- f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

- a) previsão;
- b) lançamento, quando for o caso; e
- c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Aurora**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

**Quadro 20** – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

I – QUANTO À FORMA	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Disponibilização até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil municipal (art. 2º, § 2º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>

Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>DESCUMPRIU</b>

<b>I – QUANTO AO CONTEÚDO</b>	
<b>DESPESA</b>	
(art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	<b>CUMPRIU</b>
b) o número do empenho	<b>CUMPRIU</b>
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	<b>CUMPRIU</b>
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	<b>CUMPRIU</b>
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	<b>CUMPRIU</b>
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	<b>CUMPRIU</b>

<b>RECEITA</b>	
(art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) previsão	<b>CUMPRIU</b>
b) lançamento	<b>DESCUMPRIU</b>
c) arrecadação	<b>CUMPRIU</b>

**Fonte:** Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso: 20/11/2013 (fls. 125).

Obs. Vide restrição anotada no item 8.1.6 - Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

## 8. RESTRIÇÕES APURADAS

### 8.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 8.1.1 Contabilização do Imposto sobre Produtos Industrializados pelo valor líquido no montante de **R\$ 41.464,69**, bem como ausência de contabilização da dedução da referida Receita para a formação do FUNDEB, contrariando o disposto na Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2012 que aprovou o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Parte I, c/c art. 85 da Lei nº 4.320/64 (fls. 09 e 11 dos autos).
- 8.1.2 Déficit de execução orçamentária do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 994.892,48**, representando **7,27%** da receita arrecadada do Município no exercício em exame, em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), parcialmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior - **R\$ 784.434,93** (item 3.1, deste Relatório).
- 8.1.3 Ausência de remessa do Parecer do Conselho do FUNDEB, em desacordo com o artigo 27, da Lei nº 11.494/07 (itens 5.2.2 e 6.1).
- 8.1.4 Despesas registradas em DDO com recursos do FUNDEB sem disponibilidade financeira, no valor de **R\$ 2.821,45**, em desacordo com o artigo 85 da Lei nº 4.320/64 (e-Sfinge e Anexo).
- 8.1.5 Divergência, no valor de **R\$ 261.683,24**, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ -643.616,21) e o resultado da execução orçamentária – Déficit (R\$ 994.892,48), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 89.593,03, em afronta ao artigo 102 da Lei nº 4.320/64 (itens 3.1 e 4.2).
- 8.1.6 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar nº

101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c os artigos 4º, II e 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7).

## 8.2 RESTRIÇÕES DE ORDEM REGULAMENTAR

8.2.1 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "a", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.2).

8.2.2 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "b", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.3).

8.2.3 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "c", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.4).

8.2.4 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "d", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.5).

8.2.5 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "e", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.6).

## 9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2013

### Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Embora, as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas <b>não afetam de forma significativa</b> a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.	
2) Resultado Orçamentário	Déficit absorvido pelo financeiro anterior	R\$ 994.892,48

<b>3) Resultado Financeiro</b>	Superávit	R\$ 140.818,72
<b>4) LIMITES</b>	<b>PARÂMETRO MÍNIMO</b>	<b>REALIZADO</b>
<b>4.1) Saúde</b>	15,00%	25,30%
<b>4.2) Ensino</b>	25,00%	35,88%
<b>4.3) FUNDEB</b>	60,00%	87,47%
	95,00%	99,85%
<b>4.4) Despesas com pessoal</b>	<b>PARÂMETRO MÁXIMO</b>	<b>REALIZADO</b>
<b>a) Município</b>	60,00%	53,29%
<b>b) Poder Executivo</b>	54,00%	49,82%
<b>c) Poder Legislativo</b>	6,00%	3,46%
<b>4.5) L.C. Nº 131/2009 E DEC. Nº 7.185/2010</b>	<b>DESCUMPRIU</b>	

## CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2013 do Município de Aurora**.

Diante das **Restrições de Ordem Legal e Regulamentar** apuradas, respectivamente, nos itens **8.1 e 8.2**, deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

**I - RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

**II - RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades mencionadas no Capítulo 6 – Do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades apontadas no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

IV - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 9, em 30/06/2014.

MAGALY SILVEIRA DOS SANTOS  
SCHRAMM  
**Auditor Fiscal de Controle Externo**

LUCIA HELENA GARCIA  
**Auditor Fiscal de Controle Externo**  
**Chefe da Divisão 9**

De Acordo

Em 30/06/2014.

SALETE OLIVEIRA  
**Coordenadora de Controle**  
**Coordenadoria de Controle de**  
**Contas de Prefeito**

Encaminhem-se os autos ao Relator para conhecimento e providências.

Kliwer Schmitt  
**Diretor**  
**Diretoria de Controle dos Municípios**



## ANEXO

### Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde	855.202,12
Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.327,27
Outras Despesas Dedutíveis com Saúde (Consórcio Saúde – fl. 127)	25.703,40
Valor referente a despesas consideradas na Saúde em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 2) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	3.186,20
<b>Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município</b>	<b>886.418,99</b>

### Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	142.662,03
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	131,40
Outras despesas dedutíveis com Educação (Merenda Escolar – fl. 29)	104.407,51
Despesas com Educação Infantil não liquidadas e sem cobertura financeira (fl. 131)	110,74
Valor referente a despesas consideradas na Educação Infantil em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	361,01
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	510.211,11
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	81.646,49
Despesas com Ensino Fundamental não liquidadas e sem cobertura financeira (fl. 131)	1.465,35
Valor referente a despesas consideradas no Ensino Fundamental em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	1.442,00
<b>Total das deduções das despesas com Educação Básica</b>	<b>842.437,64</b>

### Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Despesas de Exercícios Anteriores (3.1.90.92 e 3.1.91.92)	499,00
<b>Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo</b>	<b>499,00</b>
<b>Total das deduções das despesas com pessoal</b>	<b>499,00</b>

### Apuração Financeira da aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB

Descrição	R\$
Transferências do FUNDEB	1.868.113,16
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	1.981,76
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2013	3.464,47
(+) Despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	3.464,47
<b>(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2013</b>	<b>1.870.094,92</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado, dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

Obs.: O total de DDO do FUNDEB apresentado no Sistema e-Sfinge é de R\$ 6.285,92, contudo para apuração da aplicação financeira do FUNDEB no exercício foi considerado apenas R\$ 3.464,47 em razão da ausência de cobertura financeira.

Obs.: Constatou-se a existência de despesas registradas em DDO sem cobertura financeira com recursos do FUNDEB, vide restrição anotada no item 8.1.4 - Restrições de Ordem Legal.

## APÊNDICE

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
12 - Serviços de Saúde	2013	301	13.913,82	13.913,82	13.913,82
23 - Transferências de Convênios: Saúde	2013	301	110.984,49	110.984,49	110.984,49
64 - Atenção Básica	2013	301	581.987,30	581.987,30	558.613,32
66 - Vigilância em Saúde	2013	301	11.050,84	11.050,84	11.050,84
67 - Assistência Farmacêutica Básica	2013	301	122.831,38	122.831,38	122.831,38
71 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	2013	301	14.434,29	14.434,29	13.680,29
<b>TOTAL</b>			<b>855.202,12</b>	<b>855.202,12</b>	<b>831.074,14</b>

### Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	217	21/02/2013	DAISE LUCIA CONCI	124,26	124,26	124,26	REFERENTE A MEIA DIARIA AO FUNCIONARIO ACIMA CIT ADO CFE RELATORIO DE DIARIA ANEXO E LEI MUNICIPAL N. 962 DE 28/10/1999. OBJETIVO: PARTICIPAR DE C APACITACAO SOBRE TRABALHO SOCIAL COM FAMILIAS NO S ISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL.
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	218	21/02/2013	ESCOLA DE GESTAO PUBLICA MUNICIPAL	200,00	200,00	200,00	REF. INSCRICAO DE PARTICIPACAO EM CAPACITACAO SOB RE TRABALHO SOCIAL COM FAMILIAS NO SISTEMA UNICO D E ASSISTENCIA SOCIAL RELAIZADO EM RIO DO SUL.
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	961	06/08/2013	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO E SEGURANCA VIARIA DETRAN	191,53	191,53	191,53	REF. MULTA DE TRANSITO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANE XO.
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	967	06/08/2013	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO E SEGURANCA VIARIA DETRAN	127,69	127,69	127,69	REF. MULTA DE TRANSITO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANE XO.
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	968	06/08/2013	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO E SEGURANCA VIARIA DETRAN	191,53	191,53	191,53	REF. MULTA DE TRANSITO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANE XO.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Aurora	impostos: Saúde				DETRAN				
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	515	10/04/2013	DAISE LUCIA CONCI	62,13	62,13	62,13	REFERENTE A MEIA DIARIA AO FUNCIONARIO ACIMA CIT ADO CFE RELATORIO DE DIARIA ANEXO E LEI MUNICIPAL N. 962 DE 28/10/1999. OBJETIVO: CAPACITACAO PARA REALIZAÇÃO DA CONFERENCIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL JUNTO A AMAVI NA CIDADE DE RIO DO SUL.
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	790	21/06/2013	ITUPORANGA PREFEITURA	85,12	85,12	85,12	REF. MULTA DE TRANSITO COMETIDA PELO SERVIDOR PUBLICO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	955	02/08/2013	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO E SEGURANCA VIARIA DETRAN	68,10	68,10	68,10	REF. MULTA DE TRANSITO COMETIDA PELO SERVIDOR VIGAND KRÜGER, CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	956	02/08/2013	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO E SEGURANCA VIARIA DETRAN	85,12	85,12	85,12	REF. MULTA DE TRANSITO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	960	06/08/2013	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO E SEGURANCA VIARIA DETRAN	85,12	85,12	85,12	REF. MULTA DE TRANSITO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	962	06/08/2013	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO E SEGURANCA VIARIA DETRAN	85,12	85,12	85,12	REF. MULTA DE TRANSITO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	963	06/08/2013	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO E SEGURANCA VIARIA DETRAN	574,62	574,62	574,62	REF. MULTA DE TRANSITO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	964	06/08/2013	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO E SEGURANCA VIARIA DETRAN	85,13	85,13	85,13	REF. MULTA DE TRANSITO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	965	06/08/2013	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO E SEGURANCA VIARIA DETRAN	191,54	191,54	191,54	REF. MULTA DE TRANSITO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	966	06/08/2013	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO E SEGURANCA VIARIA DETRAN	85,13	85,13	85,13	REF. MULTA DE TRANSITO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Aurora	impostos: Saúde				DETRAN				
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	969	06/08/2013	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO E SEGURANCA VIARIA DETRAN	85,13	85,13	85,13	REF. MULTA DE TRANSITO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.
<b>TOTAL</b>						<b>2.327,27</b>	<b>2.327,27</b>	<b>2.327,27</b>	

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2013	365	97.766,40	97.766,40	97.766,40
58 - Salário Educação	2013	365	44.895,63	44.895,63	44.895,63
<b>TOTAIS</b>			<b>142.662,03</b>	<b>142.662,03</b>	<b>142.662,03</b>

### Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2434	24/07/2013	FOLHA DE PAGAMENTO	131,40	131,40	131,40	REF.AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES NA FACULDADE CONFORME LEI MUNICIPAL AUTORIZATIVA E CONFORME RELATORIO EM ANEXO MES DE REFERENCIA
<b>TOTAL</b>						<b>131,40</b>	<b>131,40</b>	<b>131,40</b>	

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2013	361	256.477,37	256.477,37	233.039,37
58 - Salário Educação	2013	361	144.585,77	144.585,77	143.517,06
59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2013	361	1.200,00	1.200,00	1.200,00
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2013	361	107.947,97	107.947,97	107.947,97
<b>TOTAL</b>			<b>510.211,11</b>	<b>510.211,11</b>	<b>485.704,40</b>

### Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5	02/01/2013	CASAN.	82,68	82,68	82,68	REF. FATURA DE AGUA E ESGOTO DO GINASIO MUNICIPAL DE ESPORTES DE AURORA DO MES COMP. 12/2012
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	15	02/01/2013	CASAN.	82,68	82,68	82,68	REF. FATURA DE AGUA E ESGOTO GINASIO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE AURORA DO MES COMP. 01/2013
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	25	02/01/2013	CELESC- CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S/A	4.068,79	4.068,79	4.068,79	REFERENTE CONSUMO DE ENERGIA ELETRICA NO MES DE REFERENCIA DE DEZEMBRO/2012 DOS CENTROS EDUCACIONAIS E GINASIOS DE ESPORTES DO MUNICIPIO CONFORME FATURA AGRUPADA.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	126	16/01/2013	JOSE ALCIDES COSTA ROSA	62,13	62,13	62,13	REFERENTE A MEIA DIARIA PARA O FUNCIONARIO ACIMA - CONFORME RELATORIO DA LEI MUNICIPAL Nº962/1999. OBJETIVO: TRANSPORTAR ATLETAS DO FUTSAL DO MUNICIPIO PARA O JOGO REALIZADO PELO CAMPEONATO CEBOLÃO ATAC ADISTA DE FUTSAL NA CIDADE DE ITUPORANGA - SC.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	390	02/02/2013	CASAN.	89,54	89,54	89,54	REFERENTE FATURA DE AGUA E ESGOTO DO GINASIO MUNICIPAL DE ESPORTES DE AURORA DO MES COMP. 02/2013.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	535	22/02/2013	JULIANO MATEUS RODRIGUES	4.600,00	4.600,00	4.600,00	REF. CONTRATO QUE TEM COMO OBJETO A EXECUCAO, PELO CONTRATADO, DE PRESTACAO DE SERVICOS NA AREA DO ESPORTE - TREINAMENTO E COMPANHAMENTO DA EQUIPE DE FUTEBOL DE SALAO DE NOSSO MUNICIPIO, PELO PERIODO DE DURACAO DOS TORNEIOS COPA CEBOLAO, BREJEIROS DA MADRUGADA E INTEGRACAO FUTSAL DE AGRONOMICA.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	812	28/02/2013	JOSE ALCIDES COSTA ROSA	106,51	106,51	106,51	REFERENTE A MEIA DIARIA PARA O FUNCIONARIO ACIMA - CONFORME RELATORIO E LEI MUNICIPAL Nº962 DE 28/10/ 1999. OBJETIVO: TRANSPORTAR ATLETAS DO JUDO MUNICIPAL PARA COMPETIÇÃO NA CIDADE DE VIDEIRA - SC.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1025	05/03/2013	VERA LUCIA HELLMANN	109,50	109,50	109,50	REFERENTE AUXILIO FINANCEIRO PARA BOLSA DE ESTUDO.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1058	05/03/2013	CASAN.	82,68	82,68	82,68	REFERENTE FATURA DE AGUA E ESGOTO DO GINASIO MUNIC IPAL DE ESPORTES DE AURORA DO MES COMP. 03/2013, R . 15 DE NOVEMBRO - MATRICULA N°231617-0
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1169	27/03/2013	KALLYNE SANDRI DE SOUZA	3.408,40	3.408,40	3.408,40	REFERENTE TERMO DE COMPROMISSO DE ESTAGIO NO PERIO DO DE 15/02/13 A 15/12/13 NO HORARIO DAS 13:00 às 17:00h NUM TOTAL DE 20:00h SEMANAIS - COM A FINALIDADE DE PROPICIAR AO ESTAGIARIO UMA EXPERIENCIA PROFISSIONAL EM UM CAMPO DE TRABALHO.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1198	27/03/2013	LINDA DAY	6.583,55	6.583,55	6.583,55	REF. PROVENTOS DOS SERVIDORES INATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE AURORA, COMP. MARCO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1330	28/03/2013	CELESC- CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A	4.353,31	4.353,31	4.353,31	REFERENTE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MES DE CO MP. MARÇO/2013 DOS CENTROS EDUCACIONAIS E GINASIOS DE ESPORTES DO MUNICIPIO CONFORME FATURA AGRUPADA .
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1551	03/05/2013	SERRALHERIA E FUNILARIA RIOSULENSE LTDA	2.280,00	2.280,00	2.280,00	REFERENTE AQUISIÇÃO DE 4,0 M DE CORRIMAO DE FERRO, 01 PORTA DE FERRO, 02 JANELA DE FERRO BASCULANTE, PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO GINASIO LUIZ BERTOLI DE AURORA.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1552	03/05/2013	SERRALHERIA E FUNILARIA RIOSULENSE LTDA	795,00	795,00	795,00	REFERENTE SERVIÇOS DE MAO DE OBRA PARA CONSERTO DE 03 PORTAS DE FERRO PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO GINASIO LUIZ BERTOLI.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	150	18/01/2013	ALCIONE NECKEL	2.700,00	2.700,00	2.700,00	REF. SERVICOS PRESTADOS NA REFORMA DO GINASIO DE ESPORTES.
Prefeitura	01 - Receitas de	361	236	25/01/2013	LINDA DAY	6.583,55	6.583,55	6.583,55	REFERENTE PROVENTOS DOS SERVIDORES INATIVOS DA SE



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Aurora	Impostos e Transf de Impostos: Educação								CRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE AURORA, COMP. JA NEIRO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	324	31/01/2013	DEPTO.DE TRANSPORTES E TERMINAIS-DETER.	6.070,82	6.070,82	6.070,82	REFERENTE PAGAMENTOS DE MULTAS DO SISTEMA DE TRANS PORTE DETRAN - DIVIDA ATIVA.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	628	28/02/2013	LINDA DAY	6.583,55	6.583,55	6.583,55	REF. PROVENTOS DOS SERVIDORES INATIVOS DA SECRETAR IA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE AURORA, COMP. FEVEREIR O DE 2013.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1024	05/03/2013	MARIA ELIR KREUSCH PRESDONIO	109,50	109,50	109,50	REFERENTE AUXILIO FINANCEIRO PARA BOLSA DE ESTUDO.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1168	27/03/2013	LUANA CAROLINE JASPER	3.408,40	3.408,40	3.408,40	REFERENTE TERMO DE COMPROMISSO DE ESTAGIO NO PERIO DO DE 15/02/13 A 15/12/13 NO HORARIO DAS 07:30 às 11:30h - COM A FINALIDADE DE PROPICIAR AO ESTAGIAR IO UMA EXPERIENCIA PROFISSIONAL EM UM CAMPO DE TRA BALHO.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1180	27/03/2013	FLAVIO ALFREDO ALTHOFF	106,51	106,51	106,51	REFERENTE A MEIA DIARIA PARA O FUNCIONARIO ACIMA - CONFORME RELATORIO E LEI MUNICIPAL Nº962 DE 28/10/ 1999. OBJETIVO: TRANSPORTAR ATLETAS DO JUDO MUNICI PAL PARA COMPETIÇÃO NA CIDADE DE FLORIANOPOLIS - S C.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1215	28/03/2013	SERRALHERIA E FUNILARIA RIOSULENSE LTDA.	1.030,00	1.030,00	1.030,00	REFERENTE AQUISIÇÃO DE 21 METROS DE CALHA CORTE 33 , 7 METROS DE SOBRE CALHA CORTE 33, 2 METROS DE CA NO 75, 3 JOELHO 75, PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃ O DO GINASIO LUIS BERTOLLI DE AURORA.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1217	28/03/2013	JEFERSON LUIS MAFRA ME	450,00	450,00	450,00	REFERENTE SERVIÇOS DE MAO DE OBRA PARA A LIXAÇÃO D E TACOS DO GINASIO LUIS BERTOLLI DE AURORA.
Prefeitura Municipal de	01 - Receitas de Impostos e	361	1218	28/03/2013	IVONIR DE ANDRADE - MEI	280,00	280,00	280,00	REFERENTE PRESTACAO DE SERVICOS DE ELETRECISTA EM REPAROS NAS INSTALACOES ELETRICAS NO GINASIO DE SA NTA TEREZA E

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Aurora	Transf de Impostos: Educação								GINASIO DO CENTRO.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1224	28/03/2013	ADILSON MENDONCA	118,00	118,00	118,00	REFERENTE CONCERTO FONTE DE ALIMENTAÇÃO NOBREIK DA BIBLIOTECA.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1274	28/03/2013	ALDO FREIBERGER	550,00	550,00	550,00	REF. SERVIÇOS PRESTADOS FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA OS SERVIDORES DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1419	25/04/2013	COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO CASAN	82,68	82,68	82,68	REFERENTE FATURA DE AGUA E ESGOTO DO GINASIO MUNIC IPAL DE ESPORTES DE AURORA DO MES COMP. 04/2013, R. 15 DE NOVEMBRO - MATRICULA Nº231617-0
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1667	15/05/2013	CELESC- CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S/A	3.809,87	3.809,87	3.809,87	REFERENTE CONSUMO DE ENERGIA ELETRICA NO MES DE CO MP. ABRIL/2013 DOS CENTROS EDUCACIONAIS E GINASIOS DE ESPORTES DO MUNICIPIO CONFORME FATURA AGRUPADA .
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1835	31/05/2013	JULIA MARIA DOS ANJOS	310,66	310,66	310,66	REFERENTE A MEIA DIARIA PARA O FUNCIONARIO ACIMA - CONFORME RELATORIO E LEI MUNICIPAL Nº962 DE 28/10/ 1999. OBJETIVO: PARTICIPAR DO II ENCONTRO CATARINE NSE DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA CIDADE DE FLORIANOPO LIS - SC
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1981	03/06/2013	COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO CASAN	82,68	82,68	82,68	REFERENTE FATURA DE AGUA E ESGOTO DO GINASIO MUNIC IPAL DE ESPORTES DE AURORA DO MES COMP. 06/2013, R. 15 DE NOVEMBRO - MATRICULA Nº231617-0
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2067	20/06/2013	CELESC- CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S/A	4.504,55	4.504,55	4.504,55	REFERENTE CONSUMO DE ENERGIA ELETRICA NO MES DE CO MP. MAIO/2013 DOS CENTROS EDUCACIONAIS E GINASIOS DE ESPORTES DO MUNICIPIO CONFORME FATURA AGRUPADA.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2329	15/07/2013	CELESC- CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S/A	4.055,22	4.055,22	4.055,22	REFERENTE CONSUMO DE ENERGIA ELETRICA NO MES DE CO MP. JUNHO/2013 DOS CENTROS EDUCACIONAIS E GINASIOS DE ESPORTES DO MUNICIPIO CONFORME FATURA AGRUPADA .

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Impostos: Educação								
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2468	25/07/2013	BAZAR E PAPELARIA LONGEN LTDA-ME	156,10	156,10	156,10	REFERENTE PROCESSO LICITATORIO Nº 26/2013 - TOMADA DE PREÇO COMPRA E SERVIÇO Nº 13/2013 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E DE EXPEDIENTE PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES, REPARTIÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2502	31/07/2013	COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO - CASAN	82,68	82,68	82,68	REFERENTE FATURA DE AGUA E ESGOTO DO GINASIO MUNICIPAL DE ESPORTES DE AURORA DO MES COMP. 07/2013, R. 15 DE NOVEMBRO - MATRICULA Nº231617-0
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2713	22/08/2013	JOEL LUIZ SAFFIER 47815817904	400,00	400,00	400,00	REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO PARA O EVENTO FESTA JUNINA NO DIA 19/07/2013 NO CENTRO EDUCACIONAL ANA GALVAN DESTE MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2951	18/09/2013	CELESC- CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S/A	4.532,69	4.532,69	4.532,69	REFERENTE CONSUMO DE ENERGIA ELETRICA NO MES DE CO MP. AGOSTO/2013 DOS CENTROS EDUCACIONAIS E GINASIOS DE ESPORTES DO MUNICIPIO CONFORME FATURA AGRUPADA.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3042	30/09/2013	IVONIR DE ANDRADE - MEI	150,00	150,00	150,00	REFERENTE SERVIÇOS DE ELETRICISTA PARA TROCA E REPAROS DE LAMPADAS NO GINASIO DE ESPORTES LUIZ BERTO LI DE AURORA.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3088	01/10/2013	SERRALHERIA E FUNILARIA RIOSULENSE LTDA	3.072,00	3.072,00	3.072,00	REFERENTE AQUISIÇÃO DE SUPORTE DE VOLEIBOL, SUPORTE DE FERRO, E MAO DE OBRA PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO GINASIO DE SANTA TEREZA DESTE MUNICIPIO .
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3169	09/10/2013	TRADICAO E ARTE MODAS E CONFECÇÕES LTDA ME	229,90	229,90	229,90	REFERENTE AQUISIÇÃO DE 01 REDE REDESPORE VOLEI PROFISSIONAL 2 FAIXAS 10 METROS PARA O GINASIO SANTA TEREZA DESTE MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos:	361	3210	14/10/2013	CELIA REGINA W. SANI ME	1.992,70	1.992,70	0,00	REFERENTE PROCESSO LICITATORIO Nº 26/2013 E TOMADA DE PREÇO COMPRA E SERVIÇO Nº 13/2013 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E DE EXPEDIENTE PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES, REPARTIÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Educação								SAÚDE.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3223	15/10/2013	FLAVIO ALFREDO ALTHOFF	106,51	106,51	106,51	REFERENTE A MEIA DIARIA PARA O FUNCIONARIO ACIMA - CONFORME RELATORIO E LEI MUNICIPAL Nº962 DE 28/10/ 1999. OBJETIVO: TRANSPORTAR ATLETAS DO JUDO MUNICI PAL PARA COMPETIÇÃO NA CIDADE DE JOAÇABA - SC.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3394	04/11/2013	IVONIR DE ANDRADE - MEI	80,00	80,00	80,00	REFERENTE SERVIÇOS DE ELETRICISTA PARA TROCA E REP AROS DE LAMPADAS NO GINASIO DE ESPORTES LUIZ BERTO LI DE AURORA.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3501	14/11/2013	COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO - CASAN	102,98	102,98	102,98	REFERENTE FATURA DE AGUA E ESGOTO DO GINASIO MUNIC IPAL DE ESPORTES DE AURORA DO MES COMP. 11/2013, R . 15 DE NOVEMBRO - MATRICULA Nº231617-0.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1555	03/05/2013	CERUTTI MATERIAIS DE CONTRUCOES LTDA-ME.	285,29	285,29	285,29	REFERENTE AQUISIÇÃO DE 14 TELAS 1MT MALHA 1,5X18, E 01 KG DE ARAME GALV. COMERC.16 20MT, PARA A MANU TENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO GINASIO LUIZ BERTOLI DE AU RORA.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2320	09/07/2013	CELIA REGINA W. SANI ME	1.761,22	1.761,22	1.761,22	REFERENTE PROCESSO LICITATORIO Nº 26/2013 E TOMADA DE PREÇO COMPRA E SERVIÇO Nº 13/2013 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E DE EXPEDIENTE PARA UTILI ZAÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES, REPARTIÇÕES DA PREFE ITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2469	25/07/2013	BAZAR E PAPELARIA LONGEN LTDA-ME	28,80	28,80	28,80	REFERENTE PROCESSO LICITATORIO Nº 26/2013 - TOMADA DE PREÇO COMPRA E SERVIÇO Nº 13/2013 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E DE EXPEDIENTE PARA UTILI ZAÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES, REPARTIÇÕES DA PREF EITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2742	28/08/2013	COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO - CASAN	88,32	88,32	88,32	REFERENTE FATURA DE AGUA E ESGOTO DO GINASIO MUNIC IPAL DE ESPORTES DE AURORA DO MES COMP. 08/2013, R . 15 DE NOVEMBRO - MATRICULA Nº231617-0
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2745	28/08/2013	CLEITON LUIS LAURETT - ME	80,00	80,00	0,00	REFERENTE AQUISIÇÃO DE CILINDRO, MAÇANETA, E CHAVE S, PARA A MANUTENÇÃO E CONSEVAÇÃO DO GINASIO LUIZ BERTOLI DESTE MUNICIPIO.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2835	30/08/2013	IVONIR DE ANDRADE - MEI	100,00	100,00	100,00	REFERENTE PRESTACAO DE SERVICOS DE ELETRECISTA PAR A TROCA E REPAROS DE LAMPADAS DO GINASIO DE ESPORT ES DESTE MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2971	20/09/2013	COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS SANEAMENTO CASAN	88,32	88,32	88,32	REFERENTE FATURA DE AGUA E ESGOTO DO GINASIO MUNIC IPAL DE ESPORTES DE AURORA DO MES COMP. 09/2013, R . 15 DE NOVEMBRO - MATRICULA Nº231617-0
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3036	26/09/2013	TRADICAO E ARTE MODAS E CONFECcoes LTDA ME	679,90	679,90	679,90	REFERENTE AQUISIÇÃO DE 01 REDE DE PROTEÇÃO. PARA A MANUTENÇÃO DO GINASIO DA SANTA TEREZA DESTE MUNIC IPIO.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3353	29/10/2013	COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS SANEAMENTO CASAN	88,32	88,32	88,32	REFERENTE FATURA DE AGUA E ESGOTO DO GINASIO MUNIC IPAL DE ESPORTES DE AURORA DO MES COMP. 10/2013, R . 15 DE NOVEMBRO - MATRICULA Nº231617-0.
<b>TOTAL</b>						<b>81.646,49</b>	<b>81.646,49</b>	<b>79.573,79</b>	

### Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos:

FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA				OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)	Superávit / Déficit
	VALOR REGISTRADO	AJUSTES		VALOR AJUSTADO (A)	Depósitos e Outras Obrigações	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar Não Processados		
		Aumenta	Diminui						
	RECURSOS VINCULADOS								
0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
12	441,75	0,00	0,00	441,75	0,00	0,00	0,00	441,75	Superávit
16	1.160,48	0,00	0,00	1.160,48	0,00	7.217,60	0,00	-6.057,12	Déficit
17	8.798,39	0,00	0,00	8.798,39	0,00	10.014,10	0,00	-1.215,71	Déficit
18	3.429,74	0,00	0,00	3.429,74	5.329,10	0,00	0,00	-1.899,36	Déficit
19	34,73	0,00	0,00	34,73	956,82	0,00	0,00	-922,09	Déficit
22	1.462,14	0,00	0,00	1.462,14	0,00	23.438,00	0,00	-21.975,86	Déficit
23	61.746,00	0,00	0,00	61.746,00	0,00	0,00	0,00	61.746,00	Superávit

FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA				OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)	Superávit / Déficit
	VALOR REGISTRADO	AJUSTES		VALOR AJUSTADO (A)	Depósitos e Outras Obrigações	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar Não Processados		
		Aumenta	Diminui						
24	579.056,38	0,00	0,00	579.056,38	0,00	121,35	31.140,00	547.795,03	Superávit
52	2.724,69	0,00	0,00	2.724,69	0,00	902,33	0,00	1.822,36	Superávit
58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.543,71	0,00	-1.543,71	Déficit
59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
60	1.824,65	0,00	0,00	1.824,65	0,00	11.162,36	0,00	-9.337,71	Déficit
61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
64	4.914,28	0,00	0,00	4.914,28	3.856,74	31.989,82	0,00	-30.932,28	Déficit
66	20.756,21	0,00	0,00	20.756,21	13,95	550,00	0,00	20.192,26	Superávit
67	24.210,29	0,00	0,00	24.210,29	0,00	0,00	0,00	24.210,29	Superávit
71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	754,00	0,00	-754,00	Déficit
77	27,00	0,00	0,00	27,00	0,00	0,00	0,00	27,00	Superávit
89	190,47	0,00	0,00	190,47	0,00	0,00	0,00	190,47	Superávit
SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA									-74.637,84
RECURSOS ORDINÁRIOS									
0	81.830,15	0,00	0,00	81.830,15	19.704,15	393.309,28	11.913,08	-343.096,36	
1	2.701,58	0,00	0,00	2.701,58	9.356,30	24.951,83	1.576,09	-33.182,64	
2	80.598,20	0,00	0,00	80.598,20	3.842,29	141.445,51	0,00	-64.689,60	
T.	165.129,93	0,00	0,00	165.129,93	32.902,74	559.706,62	13.489,17	-440.968,60	Déficit

PROCESSO Nº:	@PCP-14/00279809
UNIDADE GESTORA:	Prefeitura Municipal de Aurora
RESPONSÁVEL:	Vilmar Zandonai
ASSUNTO:	Prestação de Contas referente ao exercício de 2013
DESPACHO:	GAC/LEC - 011/2014

## DESPACHO

Considerando os termos do Relatório nº 2424/2014 da Diretoria de Controle dos Municípios – DMU – constante dos autos do Processo nº @PCP-14/00279809, referente à Prestação de Contas do Prefeito do Município de Aurora (exercício de 2013), no qual foi apontada irregularidade considerada gravíssima e, portanto, passível de ensejar a recomendação pela **REJEIÇÃO** das referidas contas por força do disposto no art. 9º, da Decisão Normativa nº TC-06/2008, no Parecer Prévio emitido pelo Tribunal Pleno e remetido ao Poder Legislativo, para julgamento;

**Determino**, com fulcro no art. 52, da Lei Complementar nº 202/2000 – Lei Orgânica deste Tribunal de Contas – a remessa de cópia do referido Relatório ao Responsável, Sr. Vilmar Zandonai, Prefeito Municipal de **Aurora**, para, querendo, **apresentar no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecimentos adicionais**, especialmente, em face da irregularidade apontada nos itens “**8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.1.5 e 8.1.6**” do corpo do Relatório Técnico.

Florianópolis, em 24 de julho de 2014.

LUIZ EDUARDO CHEREM  
CONSELHEIRO RELATOR



Nº PROCESSO @PCP-14/00279809	OFÍCIO Nº 12716/2014	DIRETORIA DMU	DATA 30/07/2014
PROCEDIMENTO VISTAS		PRAZO PARA ATENDIMENTO 15 dias	

Senhor Prefeito Municipal,

Em cumprimento ao Despacho do Excelentíssimo Conselheiro, Senhor Luiz Eduardo Cherem, às fls. 196 dos autos, estamos procedendo **abertura de vistas** ao processo em epígrafe, relativo à Prestação de Contas referente ao exercício de 2013, para que V.Exa., querendo, apresente, no **prazo de 15 dias**, contados do seu recebimento, as justificativas e/ou esclarecimentos que julgar necessários quanto às restrições constantes do **Relatório Técnico n.º 2475/2014**.

O referido processo encontra-se disponível, para consulta e eventual impressão, no endereço eletrônico do e-Sfinge, **<http://esfinge.tce.sc.gov.br:8080/LoginApp/Logon.do>**.

Informamos que a manifestação deverá ser feita junto à "Sala Virtual" mediante a utilização do "Certificado Digital" do responsável (Prefeito Municipal no exercício de 2013) ou seu procurador, nos termos do art. 10 c/c art. 19, ambos da Resolução Nº TC-60/2011.

Registra-se ainda que, decorrido o prazo fixado e, não havendo manifestação, o processo seguirá tramitação normal em face ao cumprimento do art. 82 do Regimento Interno deste Tribunal.

Respeitosamente,

KLIWER SCHMITT  
Diretor de Controle dos Municípios

Senhor Vilmar Zandonai  
Prefeito Municipal  
Rodovia SC 302 - Km 238, 408 - Centro  
**89.266-000 - Aurora - SC**

OF.TCE/DMU nº 12716/2014



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Bulcão Viana, 90, Centro - Florianópolis - Santa Catarina

Fone: (048) 3221-3670

Home-page: [www.tce.sc.gov.br](http://www.tce.sc.gov.br)

**Processo:** 1400279809

**Solicitante:** Vilmar Zandonai

### RECEBIMENTO DE DOCUMENTO

---

O ofício N°12716/2014 foi recebido no dia 8 de Agosto de 2014, às 7:46, pelo usuário Vilmar Zandonai, cujo endereço IP de acesso é 192.168.0.177.



TRIBUNAL  
DE CONTAS  
DE SANTA  
CATARINA

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**LOTAÇÃO: DMU/APOIO**

**PROCESSO Nº: @PCP 14/00279809**

**INTERESSADO:**

**UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Aurora**

## **TERMO DE JUNTADA**

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 198 à 199.

Florianópolis, 08 de agosto de 2014.

JUSTINA PAZ DE OLIVEIRA



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Aurora

**MUNICÍPIO DE AURORA**  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Aurora, SC, em 11 de Agosto de 2014.

Ilmº Sr.:  
KLIWER SCHMITT  
DIRETOR DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS  
TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA

**ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2013**  
**PROCESSO Nº: @PCP 14/00279809**  
**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA**  
**DESPACHO: GAC/LEC – 011/2014**

Senhor Diretor:

Estamos solicitando a esse Egrégio Tribunal de Contas a prorrogação, por mais quinze dias, do prazo para elaboração das respostas às restrições apontadas no processo de análise das contas da Prefeitura Municipal de Aurora, Exercício de 2013, elencadas no Processo @PCP 14/00279809, do qual tivemos ciência através do Ofício Nº TC/DMU 12716/2014, com recebimento em 07 de Agosto de 2014.

No aguardo que seja atendida a solicitação ora encaminhada, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

VILMAR ZANDONAI  
PREFEITO MUNICIPAL – PERÍODO 2013-2016  
Rua XV de Novembro, 680 – Centro  
89.186-000 - AURORA - SC

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS**

---

**EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RECEBIDAS**

---

**Município:** PMAurora

**Tipo Juntada:** Resposta de Audiência

**Data recebimento das informações:** 14 de Agosto de 2014

**Protocolo nº** 15517/2014

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, recebeu os seguintes documentos assinados digitalmente:

Nome Arquivo Original	Ordem	Tamanho
Oficio_Prorrogação_de_Prazo.pdf	1	252 KB



TRIBUNAL  
DE CONTAS  
DE SANTA  
CATARINA

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**LOTAÇÃO: DMU/APOIO**

**PROCESSO Nº: @PCP 14/00279809**

**INTERESSADO:**

**UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Aurora**

## **TERMO DE JUNTADA**

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 201 à 203.

Florianópolis, 14 de agosto de 2014.

**FLORA APOSTOLO DIAMANTARAS**

<b>PROCESSO Nº:</b>	@PCP-14/00279809
<b>UNIDADE GESTORA:</b>	Prefeitura Municipal de Aurora
<b>RESPONSÁVEL:</b>	Vilmar Zandonai
<b>ASSUNTO:</b>	Prestação de Contas referente ao exercício de 2013
<b>DESPACHO:</b>	GAC/LEC - 184/2014

Defiro o pedido de prorrogação de prazo, nos termos do art. 124 da Resolução n. TC-06/01, formulado pelo Sr. Vilmar Zandonai – Prefeito Municipal, concedendo-lhe mais 15 dias.

Florianópolis, em 15 de agosto de 2014.

LUIZ EDUARDO CHEREM  
CONSELHEIRO RELATOR



Nº PROCESSO @PCP-14/00279809	OFÍCIO Nº 13920/2014	DIRETORIA DMU	DATA 18/08/2014
PROCEDIMENTO PRORROGAÇÃO DE PRAZO		PRAZO PARA ATENDIMENTO 15 dias	

Senhor Prefeito Municipal,

Cumprindo Despacho do Excelentíssimo Conselheiro, Senhor Luiz Eduardo Cherem, às fls. 205 dos autos, em atenção à solicitação feita por V.Exa., informo que o prazo foi prorrogado em **15 (quinze)dias**, e expira, portanto, em **09/09/2014**.

Registra-se ainda que, decorrido o prazo fixado e, não havendo manifestação, o processo seguirá tramitação normal em face ao cumprimento do art. 82 do Regimento Interno deste Tribunal.

Respeitosamente,

KLIWER SCHMITT  
Diretor DMU

Senhor Vilmar Zandonai  
Prefeito Municipal da Prefeitura Municipal de Aurora  
Rodovia SC 302 - Km 238, 408, Centro  
**89.266-000 - Aurora - SC**

OF.TCE/DMU nº 13920/2014



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Bulcão Viana, 90, Centro - Florianópolis - Santa Catarina

Fone: (048) 3221-3670

Home-page: [www.tce.sc.gov.br](http://www.tce.sc.gov.br)

**Processo:** 1400279809

**Solicitante:** Vilmar Zandonai

### RECEBIMENTO DE DOCUMENTO

---

O ofício N°13920/2014 foi recebido no dia 20 de Agosto de 2014, às 13:36, pelo usuário Vilmar Zandonai, cujo endereço IP de acesso é 186.237.112.150.



TRIBUNAL  
DE CONTAS  
DE SANTA  
CATARINA

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**LOTAÇÃO: DMU/APOIO**

**PROCESSO Nº: @PCP 14/00279809**

**INTERESSADO:**

**UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Aurora**

## **TERMO DE JUNTADA**

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 207 à 208.

Florianópolis, 20 de agosto de 2014.

JUSTINA PAZ DE OLIVEIRA

**MUNICÍPIO DE AURORA**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Aurora, SC, em 01 de Setembro de 2014.

Ilmº Sr.:

KLIWER SCHMITT  
DIRETOR DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS  
TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA

**ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2013**  
**PROCESSO Nº: @PCP 14/00279809**  
**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA**  
**DESPACHO: GAC/LEC – 011/2014**

Senhor Conselheiro:

Estamos encaminhando a esse Egrégio Tribunal de Contas respostas às restrições apontadas no processo de análise das contas da Prefeitura Municipal de Aurora, Exercício de 2013, elencadas no Processo @PCP 14/00279809, do qual tivemos ciência através do Ofício Nº TC/DMU 12716/2014.

No aguardo da análise das respostas ora encaminhadas, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

VILMAR ZANDONAI  
PREFEITO MUNICIPAL – PERÍODO 2013-2016  
Rua XV de Novembro, 680 – Centro  
89.186-000 - AURORA - SC

**ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2013**  
**PROCESSO Nº: @PCP 14/00279809**  
**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA**  
**DESPACHO: GAC/LEC – 011/2014**

## **RESPOSTAS**

### **8 - DAS RESTRIÇÕES APURADAS:**

#### **8.1 – RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL:**

**8.1.1** – Contabilização do Imposto sobre Produtos Industrializados pelo valor líquido no montante de **R\$ 41.464,69**, bem como ausência de contabilização da dedução da referida Receita para a formação do FUNDEB, contrariando o disposto na Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2012 que aprovou o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Parte I, c/c art. 85 da Lei 4.320/646 (fls. 09 a 11 dos autos).

R.: Procede a restrição, porém os órgãos de controle do município já tomaram providências quanto a correção dos lançamentos no exercício corrente.

**8.1.2** – Déficit de Execução Orçamentária do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 994.892,48**, representando **7,27%** da receita arrecadada do Município no exercício em exame, em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), parcialmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior – **R\$ 784.434,93** (item 3.1 deste Relatório).

R.: Considerando a análise elaborada no item **8.1.5**, lançamentos de desincorporação de passivos (Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais) no montante de R\$ 261.618,27, referente a cancelamento de DDO retido na fonte não pago e inscrito em dívida fundada no exercício corrente parcelado junto ao INSS, mais o valor de R\$ 64,97 como transferência financeira concedida pela Câmara de Vereadores de forma incorreta e considerando o cancelamento de restos a pagar no valor de R\$ 89.593,03, conclui-se que o Resultado da Execução Orçamentária será o Déficit no valor de R\$ 643.616,21, totalmente absorvido pelo Superávit Financeiro do Exercício Anterior (R\$ 784.434,93).

**8.1.3** – Ausência de remessa do Parecer do Conselho do FUNDEB, em desacordo com o artigo 27, da Lei nº 11.494/07 (itens 5.2.2. e 6.1).

R.: Procede a restrição, no entanto o parecer foi exarado e segue cópia anexo.

**8.1.4** – Despesas registradas em DDO com recursos do FUNDEB sem disponibilidade financeira, no valor de R\$ **2.821,45**, em desacordo com o artigo 85 da Lei nº 4.320/64 (e-Sfinge e Anexo).

R.: Procede a restrição.

**8.1.5** – Divergência, no valor de R\$ **261.683,24**, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ -643.616,21) e o resultado da execução orçamentária – Déficit (R\$ 994.892,48), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 89.593,03, em afronta ao artigo 102 da Lei nº 4.320/64 (itens 3.1 e 4.2).

R.: A divergência apontada refere-se a lançamentos de desincorporação de passivos (Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais) no montante de R\$ 261.618,27, referente a cancelamento de DDO retido na fonte não pago e inscrito em dívida fundada no exercício corrente parcelado junto ao INSS, mais o valor de R\$ 64,97 como transferência financeira concedida pela Câmara de Vereadores de forma incorreta e considerando o cancelamento de restos a pagar no valor de R\$ 89.593,03, conclui-se que o Resultado da Execução Orçamentária será o Déficit no valor de R\$ 643.616,21, totalmente absorvido pelo Superávit Financeiro do Exercício Anterior (R\$ 784.434,93).

**8.1.6** – Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c os artigos 4º, II e 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7).

R.: Quanto a restrição ressaltamos que o Município disponibiliza em meios eletrônicos de acesso público todas as informações de ordem financeira e orçamentária, como também demais informações de interesse de seus munícipes. Em atendimento ao apontamento deste Egrégio Tribunal de Contas, os responsáveis pelos dados disponibilizados estão procedendo com a verificação quanto ao cumprimento correto dos dispositivos legais.

## É O RELATÓRIO

Aurora, em 1º de Setembro de 2014.

VILMAR ZANDONAI  
PREFEITO MUNICIPAL – PERÍODO 2013-2016





**PARECER CONCLUSIVO DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E  
CONTROLE SOCIAL – CACS FUNDEB**

**IDENTIFICAÇÃO:**

**NOME:** PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

**ESTADO:** SC

**CNPJ:** 83.102.624/0001-47

**PROGRAMA:** FUNDEB / PNATE-FUNDAMENTAL

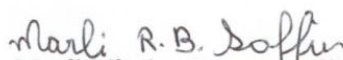
**EXERCÍCIO:** 2013

**PARECER DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL  
SOBRE A EXECUÇÃO DO PROGRAMA:**

A Comissão de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, responsável pela fiscalização e acompanhamento dos Recursos Municipais destinados a Educação do Conselho – FUNDEB, analisou os documentos contábeis referente aos balancetes, demonstrativos e relatórios do ano de 2013. Todos os documentos analisados e aprovados estão de acordo com a legislação vigente, não tendo sido encontrado nenhuma irregularidade.

Desta forma, os membros da Comissão deste Conselho são de parecer favorável pela aprovação dos recursos relacionados à aplicação do FUNDEB, mediante análise de todos os relatórios mensais.

Aurora, SC, 12 de fevereiro de 2014.

  
**Marli Ribeiro Borges Saffier**  
**Presidente do FUNDEB**

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS**

---

**EXTRATO DAS INFORMAÇÕES RECEBIDAS**

---

**Município:** PMAurora

**Tipo Juntada:** Resposta de Audiência

**Data recebimento das informações:** 9 de Setembro de 2014

**Protocolo nº** 16978/2014

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, recebeu os seguintes documentos assinados digitalmente:

Nome Arquivo Original	Ordem	Tamanho
Relatório diligência 2013.pdf	1	371 KB



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**LOTAÇÃO: DMU/APOIO**

**PROCESSO Nº: @PCP 14/00279809**

**INTERESSADO:**

**UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Aurora**

## **TERMO DE JUNTADA**

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 210 à 216.

Florianópolis, 10 de setembro de 2014.

**FLORA APOSTOLO DIAMANTARAS**



Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Fundo Municipal de Saúde de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	921
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	1.016,27
Histórico	REF. INSS PARTE PATRONAL.
Data	30/07/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	8001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	13
Função de Governo	10- Saúde
Subfunção de Governo	301- Atenção Básica
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	2- Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

**Reforços do Empenho**  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.016,27
<b>Total Valor:</b> 1.016,27			
<b>Total de Registros:</b> 1			

**Subempenhos do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de subempenho do empenho**  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
30/07/2013	1.016,27	
<b>Total Valor Liquidação:</b> 1.016,27		
<b>Total de Registros:</b> 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.016,27
<b>Total Valor:</b> 1.016,27		
<b>Total de Registros:</b> 1		

**Pagamentos**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Pagamento**  
Não foram encontrados registros !

**Inscrição restos a pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Cancelamento de restos à pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Transferencia de valor não processado para processado**  
Não foram encontrados registros !

**Baixa de restos à pagar por pagamento**  
Não foram encontrados registros !

[Listar](#) [Download em XLS](#) [XLS com campos extras](#) [Fechar](#)

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)



Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Fundo Municipal de Saúde de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	1041
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	1.079,19
Histórico	REFERENTE AO PAGAMENTO DO INSS DOS SERVIDORES RELA TIVO AO MES 08/2013
Data	30/08/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	8001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	13
Função de Governo	10- Saúde
Subfunção de Governo	301- Atenção Básica
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	2- Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

**Reforços do Empenho**  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.079,19
<b>Total Valor:</b> 1.079,19			
<b>Total de Registros:</b> 1			

**Subempenhos do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de subempenho do empenho**  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
30/08/2013	1.079,19	
<b>Total Valor Liquidação:</b> 1.079,19		
<b>Total de Registros:</b> 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.079,19
<b>Total Valor:</b> 1.079,19		
<b>Total de Registros:</b> 1		

**Pagamentos**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Pagamento**  
Não foram encontrados registros !

**Inscrição restos a pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Cancelamento de restos à pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Transferencia de valor não processado para processado**  
Não foram encontrados registros !

**Baixa de restos à pagar por pagamento**  
Não foram encontrados registros !

[Listar](#) [Download em XLS](#) [XLS com campos extras](#) [Fechar](#)

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Fundo Municipal de Saúde de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	917
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	1.268,55
Histórico	REFERENTE A RECOLHIMENTO DO INSS PARTE PATRONAL DO S SERVIDORES DESTE DEPARTAMENTO.
Data	30/07/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	8001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	13
Função de Governo	10- Saúde
Subfunção de Governo	301- Atenção Básica
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	2- Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.268,55
Total Valor: 1.268,55			
Total de Registros: 1			

Subempenhos do empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
30/07/2013	1.268,55	
Total Valor Liquidação: 1.268,55		
Total de Registros: 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.268,55
Total Valor: 1.268,55		
Total de Registros: 1		

Pagamentos  
Não foram encontrados registros !

Estornos de Pagamento  
Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar  
Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar  
Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado  
Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento  
Não foram encontrados registros !



Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Fundo Municipal de Saúde de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	1039
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	1.347,07
Histórico	REFERENTE AO PAGAMENTO DO INSS DOS SERVIDORES RELA TIVO AO MES 08/2013
Data	30/08/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	8001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	13
Função de Governo	10- Saúde
Subfunção de Governo	301- Atenção Básica
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	2- Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

**Reforços do Empenho**  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.347,07
<b>Total Valor:</b> 1.347,07			
<b>Total de Registros:</b> 1			

**Subempenhos do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de subempenho do empenho**  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
30/08/2013	1.347,07	
<b>Total Valor Liquidação:</b> 1.347,07		
<b>Total de Registros:</b> 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.347,07
<b>Total Valor:</b> 1.347,07		
<b>Total de Registros:</b> 1		

**Pagamentos**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Pagamento**  
Não foram encontrados registros !

**Inscrição restos a pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Cancelamento de restos à pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Transferencia de valor não processado para processado**  
Não foram encontrados registros !

**Baixa de restos à pagar por pagamento**  
Não foram encontrados registros !

- Listar
- Download em XLS
- XLS com campos extras
- Fechar

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Fundo Municipal de Saúde de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	915
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	1.457,92
Histórico	REFERENTE A RECOLHIMENTO DO INSS PARTE PATRONAL DO S SERVIDORES DESTE DEPARTAMENTO.
Data	30/07/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	8001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	13
Função de Governo	10- Saúde
Subfunção de Governo	301- Atenção Básica
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	2- Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.457,92
Total Valor: 1.457,92			
Total de Registros: 1			

Subempenhos do empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
30/07/2013	1.457,92	
Total Valor Liquidação: 1.457,92		
Total de Registros: 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.457,92
Total Valor: 1.457,92		
Total de Registros: 1		

Pagamentos  
Não foram encontrados registros !

Estornos de Pagamento  
Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar  
Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar  
Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado  
Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento  
Não foram encontrados registros !



Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Fundo Municipal de Saúde de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	913
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	2.181,01
Histórico	REFERENTE A RECOLHIMENTO DO INSS PARTE PATRONAL DO S SERVIDORES DESTES DEPARTAMENTO.
Data	30/07/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	8001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	13
Função de Governo	10- Saúde
Subfunção de Governo	301- Atenção Básica
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	2- Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	2.064,21
Total Valor: 2.064,21			
Total de Registros: 1			

Subempenhos do empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
30/07/2013	2.181,01	
Total Valor Liquidação: 2.181,01		
Total de Registros: 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	2.064,21
Total Valor: 2.064,21		
Total de Registros: 1		

Pagamentos													
Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Desembolso	Ordem Bancária	Código Banco	Código Agência	Conta Bancária Pagadora	Conta contabil	Data Exigibilidade	Publicação Justificativa	Tipo Recurso Antecipado	Prazo Final Prestação de Contas	Data última prest. contas realizada	Prazo contas prestadas
30/07/2013	116,80		0							Outros recursos antecipados			0
		116,80					112190100 SALARIO-FAMILIA						0
Total Valor Desembolso: 116,80													
Total Valor Pagamento: 116,80													
Total de Registros: 2													

Estornos de Pagamento  
Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar  
Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar  
Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado  
Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento  
Não foram encontrados registros !

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Fundo Municipal de Saúde de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	908
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	7.861,93
Histórico	REFERENTE A RECOLHIMENTO DO INSS PARTE PATRONAL DO S SERVIDORES DESTA DEPARTAMENTO.
Data	30/07/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	8001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	13
Função de Governo	10- Saúde
Subfunção de Governo	301- Atenção Básica
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	2- Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	7.768,49
Total Valor: 7.768,49			
Total de Registros: 1			

Subempenhos do empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
30/07/2013	7.861,93	
Total Valor Liquidação: 7.861,93		
Total de Registros: 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	7.768,49
Total Valor: 7.768,49		
Total de Registros: 1		

Pagamentos													
Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Desembolso	Ordem Bancária	Código Banco	Código Agência	Conta Bancária Pagadora	Conta contabil	Data Exigibilidade	Publicação Justificativa	Tipo Recurso Antecipado	Prazo Final Prestação de Contas	Data última prest. contas realizada	Prazo contas prestadas
30/07/2013	93,44		0							Outros recursos antecipados			0
		93,44					112190100 SALARIO-FAMILIA						0

Total Valor Desembolso: 93,44  
Total Valor Pagamento: 93,44  
Total de Registros: 2

Estornos de Pagamento  
Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar  
Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar  
Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado  
Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento  
Não foram encontrados registros !

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Fundo Municipal de Saúde de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	1030
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	8.484,51
Histórico	REFERENTE AO PAGAMENTO DO INSS DOS SERVIDORES RELA TIVO AO MES 08/2013
Data	30/08/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	8001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	13
Função de Governo	10- Saúde
Subfunção de Governo	301- Atenção Básica
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	2- Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

**Reforços do Empenho**  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	8.484,51

Total Valor: 8.484,51  
Total de Registros: 1

**Subempenhos do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de subempenho do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Liquidações**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Liquidações**  
Não foram encontrados registros !

**Pagamentos**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Pagamento**  
Não foram encontrados registros !

**Inscrição restos a pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Cancelamento de restos à pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Transferencia de valor não processado para processado**  
Não foram encontrados registros !

**Baixa de restos à pagar por pagamento**  
Não foram encontrados registros !

[Listar](#) [Download em XLS](#) [XLS com campos extras](#) [Fechar](#)

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)



Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Fundo Municipal de Saúde de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	1037
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	1.806,21
Histórico	REFERENTE AO PAGAMENTO DO INSS DOS SERVIDORES RELA TIVO AO MES 08/2013
Data	30/08/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	8001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	13
Função de Governo	10- Saúde
Subfunção de Governo	301- Atenção Básica
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	64- Atenção Básica
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

**Reforços do Empenho**  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.806,21
<b>Total Valor:</b> 1.806,21			
<b>Total de Registros:</b> 1			

**Subempenhos do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de subempenho do empenho**  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
30/08/2013	1.806,21	
<b>Total Valor Liquidação:</b> 1.806,21		
<b>Total de Registros:</b> 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.806,21
<b>Total Valor:</b> 1.806,21		
<b>Total de Registros:</b> 1		

**Pagamentos**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Pagamento**  
Não foram encontrados registros !

**Inscrição restos a pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Cancelamento de restos à pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Transferencia de valor não processado para processado**  
Não foram encontrados registros !

**Baixa de restos à pagar por pagamento**  
Não foram encontrados registros !

[Listar](#) [Download em XLS](#) [XLS com campos extras](#) [Fechar](#)

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)



Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Fundo Municipal de Saúde de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	1034
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	2.316,06
Histórico	REFERENTE AO PAGAMENTO DO INSS DOS SERVIDORES RELA TIVO AO MES 08/2013
Data	30/08/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	8001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	13
Função de Governo	10- Saúde
Subfunção de Governo	301- Atenção Básica
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	64- Atenção Básica
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

**Reforços do Empenho**  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	2.316,06

Total Valor: 2.316,06  
Total de Registros: 1

**Subempenhos do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de subempenho do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Liquidações**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Liquidações**  
Não foram encontrados registros !

**Pagamentos**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Pagamento**  
Não foram encontrados registros !

**Inscrição restos a pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Cancelamento de restos à pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Transferencia de valor não processado para processado**  
Não foram encontrados registros !

**Baixa de restos à pagar por pagamento**  
Não foram encontrados registros !

[Listar](#) [Download em XLS](#) [XLS com campos extras](#) [Fechar](#)

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Fundo Municipal de Saúde de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	910
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	7.094,48
Histórico	REFERENTE A RECOLHIMENTO DO INSS PARTE PATRONAL DO S SERVIDORES DESTE DEPARTAMENTO.
Data	30/07/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	8001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	13
Função de Governo	10- Saúde
Subfunção de Governo	301- Atenção Básica
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	64- Atenção Básica
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	7.094,48
Total Valor: 7.094,48			
Total de Registros: 1			

Subempenhos do empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
30/07/2013	7.094,48	
Total Valor Liquidação: 7.094,48		
Total de Registros: 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	7.094,48
Total Valor: 7.094,48		
Total de Registros: 1		

Pagamentos  
Não foram encontrados registros !

Estornos de Pagamento  
Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar  
Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar  
Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado  
Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento  
Não foram encontrados registros !



Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Fundo Municipal de Saúde de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	1032
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	8.055,26
Histórico	REFERENTE AO PAGAMENTO DO INSS DOS SERVIDORES RELA TIVO AO MES 08/2013
Data	30/08/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	8001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	13
Função de Governo	10- Saúde
Subfunção de Governo	301- Atenção Básica
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	64- Atenção Básica
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

**Reforços do Empenho**  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	8.055,26

Total Valor: 8.055,26  
Total de Registros: 1

**Subempenhos do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de subempenho do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Liquidações**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Liquidações**  
Não foram encontrados registros !

**Pagamentos**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Pagamento**  
Não foram encontrados registros !

**Inscrição restos a pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Cancelamento de restos à pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Transferencia de valor não processado para processado**  
Não foram encontrados registros !

**Baixa de restos à pagar por pagamento**  
Não foram encontrados registros !

- Listar
- Download em XLS
- XLS com campos extras
- Fechar

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)



Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Fundo Municipal de Saúde de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	1205
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	203,31
Histórico	REFERENTE A RECOLHIMENTO DO INSS PARTE PATRONAL DO S SERVIDORES DESTE DEPARTAMENTO.
Data	24/10/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	8001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	13
Função de Governo	10- Saúde
Subfunção de Governo	301- Atenção Básica
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	2- Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

**Reforços do Empenho**  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	203,31
<b>Total Valor:</b> 203,31			
<b>Total de Registros:</b> 1			

**Subempenhos do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de subempenho do empenho**  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
24/10/2013	203,31	
<b>Total Valor Liquidação:</b> 203,31		
<b>Total de Registros:</b> 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	203,31
<b>Total Valor:</b> 203,31		
<b>Total de Registros:</b> 1		

**Pagamentos**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Pagamento**  
Não foram encontrados registros !

**Inscrição restos a pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Cancelamento de restos à pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Transferencia de valor não processado para processado**  
Não foram encontrados registros !

**Baixa de restos à pagar por pagamento**  
Não foram encontrados registros !

[Listar](#) [Download em XLS](#) [XLS com campos extras](#) [Fechar](#)

(7240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)



Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Fundo Municipal de Saúde de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	1124
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	1.016,28
Histórico	REF. INSS PARTE PATRONAL.
Data	26/09/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	8001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	13
Função de Governo	10- Saúde
Subfunção de Governo	301- Atenção Básica
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	2- Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

**Reforços do Empenho**  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.016,28
<b>Total Valor:</b> 1.016,28			
<b>Total de Registros:</b> 1			

**Subempenhos do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de subempenho do empenho**  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
26/09/2013	1.016,28	
<b>Total Valor Liquidação:</b> 1.016,28		
<b>Total de Registros:</b> 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.016,28
<b>Total Valor:</b> 1.016,28		
<b>Total de Registros:</b> 1		

**Pagamentos**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Pagamento**  
Não foram encontrados registros !

**Inscrição restos a pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Cancelamento de restos à pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Transferencia de valor não processado para processado**  
Não foram encontrados registros !

**Baixa de restos à pagar por pagamento**  
Não foram encontrados registros !

Listar Download em XLS XLS com campos extras Fechar

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)



Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Fundo Municipal de Saúde de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	1120
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	1.268,55
Histórico	REFERENTE A RECOLHIMENTO DO INSS PARTE PATRONAL DO S SERVIDORES DESTE DEPARTAMENTO.
Data	23/09/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	8001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	13
Função de Governo	10- Saúde
Subfunção de Governo	301- Atenção Básica
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	2- Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

**Reforços do Empenho**  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.268,55
<b>Total Valor:</b> 1.268,55			
<b>Total de Registros:</b> 1			

**Subempenhos do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de subempenho do empenho**  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
23/09/2013	1.268,55	
<b>Total Valor Liquidação:</b> 1.268,55		
<b>Total de Registros:</b> 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.268,55
<b>Total Valor:</b> 1.268,55		
<b>Total de Registros:</b> 1		

**Pagamentos**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Pagamento**  
Não foram encontrados registros !

**Inscrição restos a pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Cancelamento de restos à pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Transferencia de valor não processado para processado**  
Não foram encontrados registros !

**Baixa de restos à pagar por pagamento**  
Não foram encontrados registros !

[Listar](#) [Download em XLS](#) [XLS com campos extras](#) [Fechar](#)

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)



Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Fundo Municipal de Saúde de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	1203
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	1.268,55
Histórico	REFERENTE A RECOLHIMENTO DO INSS PARTE PATRONAL DO S SERVIDORES DESTE DEPARTAMENTO.
Data	24/10/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	8001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	13
Função de Governo	10- Saúde
Subfunção de Governo	301- Atenção Básica
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	2- Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

**Reforços do Empenho**  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.268,55
<b>Total Valor:</b> 1.268,55			
<b>Total de Registros:</b> 1			

**Subempenhos do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de subempenho do empenho**  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
24/10/2013	1.268,55	
<b>Total Valor Liquidação:</b> 1.268,55		
<b>Total de Registros:</b> 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.268,55
<b>Total Valor:</b> 1.268,55		
<b>Total de Registros:</b> 1		

**Pagamentos**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Pagamento**  
Não foram encontrados registros !

**Inscrição restos a pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Cancelamento de restos à pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Transferencia de valor não processado para processado**  
Não foram encontrados registros !

**Baixa de restos à pagar por pagamento**  
Não foram encontrados registros !

[Listar](#) [Download em XLS](#) [XLS com campos extras](#) [Fechar](#)

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Fundo Municipal de Saúde de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	1118
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	1.457,92
Histórico	REFERENTE A RECOLHIMENTO DO INSS PARTE PATRONAL DO S SERVIDORES DESTA DEPARTAMENTO.
Data	23/09/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	8001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	13
Função de Governo	10- Saúde
Subfunção de Governo	301- Atenção Básica
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	2- Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.457,92
Total Valor: 1.457,92			
Total de Registros: 1			

Subempenhos do empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
23/09/2013	1.457,92	
Total Valor Liquidação: 1.457,92		
Total de Registros: 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.457,92
Total Valor: 1.457,92		
Total de Registros: 1		

Pagamentos  
Não foram encontrados registros !

Estornos de Pagamento  
Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar  
Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar  
Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado  
Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento  
Não foram encontrados registros !

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Fundo Municipal de Saúde de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	1116
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	2.181,01
Histórico	REFERENTE A RECOLHIMENTO DO INSS PARTE PATRONAL DO S SERVIDORES DESTA DEPARTAMENTO.
Data	23/09/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	8001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	13
Função de Governo	10- Saúde
Subfunção de Governo	301- Atenção Básica
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	2- Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	2.064,21
Total Valor: 2.064,21			
Total de Registros: 1			

Subempenhos do empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
23/09/2013	2.181,01	
Total Valor Liquidação: 2.181,01		
Total de Registros: 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	2.064,21
Total Valor: 2.064,21		
Total de Registros: 1		

Pagamentos													
Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Desembolso	Ordem Bancária	Código Banco	Código Agência	Conta Bancária Pagadora	Conta contabil	Data Exigibilidade	Publicação Justificativa	Tipo Recurso Antecipado	Prazo Final Prestação de Contas	Data última prest. contas realizada	Prazo contas prestadas
23/09/2013	116,80		0							Outros recursos antecipados			0
		116,80					112190100 SALARIO-FAMILIA						0

Total Valor Desembolso: 116,80  
Total Valor Pagamento: 116,80  
Total de Registros: 2

Estornos de Pagamento  
Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar  
Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar  
Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado  
Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento  
Não foram encontrados registros !

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Fundo Municipal de Saúde de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	1199
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	2.181,01
Histórico	REFERENTE A RECOLHIMENTO DO INSS PARTE PATRONAL DO S SERVIDORES DESTE DEPARTAMENTO.
Data	24/10/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	8001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	13
Função de Governo	10- Saúde
Subfunção de Governo	301- Atenção Básica
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	2- Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	2.064,21
Total Valor: 2.064,21			
Total de Registros: 1			

Subempenhos do empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
24/10/2013	2.181,01	
Total Valor Liquidação: 2.181,01		
Total de Registros: 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	2.064,21
Total Valor: 2.064,21		
Total de Registros: 1		

Pagamentos													
Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Desembolso	Ordem Bancária	Código Banco	Código Agência	Conta Bancária Pagadora	Conta contabil	Data Exigibilidade	Publicação Justificativa	Tipo Recurso Antecipado	Prazo Final Prestação de Contas	Data última prest. contas realizada	Prazo contas prestadas
24/10/2013	116,80		0							Outros recursos antecipados			0
		116,80					112190100 SALARIO-FAMILIA						0

Total Valor Desembolso: 116,80  
Total Valor Pagamento: 116,80  
Total de Registros: 2

Estornos de Pagamento  
Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar  
Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar  
Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado  
Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento  
Não foram encontrados registros !

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Fundo Municipal de Saúde de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	1196
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	6.071,91
Histórico	REFERENTE A RECOLHIMENTO DO INSS PARTE PATRONAL DO S SERVIDORES DESTE DEPARTAMENTO.
Data	24/10/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	8001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	13
Função de Governo	10- Saúde
Subfunção de Governo	301- Atenção Básica
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	2- Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	6.071,91
Total Valor: 6.071,91			
Total de Registros: 1			

Subempenhos do empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
24/10/2013	6.071,91	
Total Valor Liquidação: 6.071,91		
Total de Registros: 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	6.071,91
Total Valor: 6.071,91		
Total de Registros: 1		

Pagamentos  
Não foram encontrados registros !

Estornos de Pagamento  
Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar  
Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar  
Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado  
Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento  
Não foram encontrados registros !

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Fundo Municipal de Saúde de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	1111
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	7.853,30
Histórico	REFERENTE A RECOLHIMENTO DO INSS PARTE PATRONAL DO S SERVIDORES DESTA DEPARTAMENTO.
Data	23/09/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	8001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	13
Função de Governo	10- Saúde
Subfunção de Governo	301- Atenção Básica
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	2- Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	7.759,86
Total Valor: 7.759,86			
Total de Registros: 1			

Subempenhos do empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
23/09/2013	7.853,30	
Total Valor Liquidação: 7.853,30		
Total de Registros: 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	7.759,86
Total Valor: 7.759,86		
Total de Registros: 1		

Pagamentos													
Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Desembolso	Ordem Bancária	Código Banco	Código Agência	Conta Bancária Pagadora	Conta contabil	Data Exigibilidade	Publicação Justificativa	Tipo Recurso Antecipado	Prazo Final Prestação de Contas	Data última prest. contas realizada	Prazo contas prestadas
23/09/2013	93,44		0							Outros recursos antecipados			0
		93,44					112190100 SALARIO-FAMILIA						0

Total Valor Desembolso: 93,44  
Total Valor Pagamento: 93,44  
Total de Registros: 2

Estornos de Pagamento  
Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar  
Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar  
Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado  
Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento  
Não foram encontrados registros !



Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Fundo Municipal de Saúde de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	1194
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	7.872,96
Histórico	REFERENTE A RECOLHIMENTO DO INSS PARTE PATRONAL DO S SERVIDORES DESTE DEPARTAMENTO.
Data	24/10/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	8001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	13
Função de Governo	10- Saúde
Subfunção de Governo	301- Atenção Básica
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	2- Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	7.779,52
Total Valor: 7.779,52			
Total de Registros: 1			

Subempenhos do empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
24/10/2013	7.872,96	
Total Valor Liquidação: 7.872,96		
Total de Registros: 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	7.779,52
Total Valor: 7.779,52		
Total de Registros: 1		

Pagamentos													
Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Desembolso	Ordem Bancária	Código Banco	Código Agência	Conta Bancária Pagadora	Conta contabil	Data Exigibilidade	Publicação Justificativa	Tipo Recurso Antecipado	Prazo Final Prestação de Contas	Data última prest. contas realizada	Prazo contas prestadas
24/10/2013	93,44		0							Outros recursos antecipados			0
		93,44					112190100 SALARIO-FAMILIA						0
Total Valor Desembolso: 93,44													
Total Valor Pagamento: 93,44													
Total de Registros: 2													

Estornos de Pagamento  
Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar  
Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar  
Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado  
Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento  
Não foram encontrados registros !



Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Fundo Municipal de Saúde de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	1201
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	1.457,92
Histórico	REFERENTE A RECOLHIMENTO DO INSS PARTE PATRONAL DO S SERVIDORES DESTE DEPARTAMENTO.
Data	24/10/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	8001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	13
Função de Governo	10- Saúde
Subfunção de Governo	301- Atenção Básica
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	64- Atenção Básica
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

**Reforços do Empenho**  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.457,92
<b>Total Valor:</b> 1.457,92			
<b>Total de Registros:</b> 1			

**Subempenhos do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de subempenho do empenho**  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
24/10/2013	1.457,92	
<b>Total Valor Liquidação:</b> 1.457,92		
<b>Total de Registros:</b> 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.457,92
<b>Total Valor:</b> 1.457,92		
<b>Total de Registros:</b> 1		

**Pagamentos**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Pagamento**  
Não foram encontrados registros !

**Inscrição restos a pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Cancelamento de restos à pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Transferencia de valor não processado para processado**  
Não foram encontrados registros !

**Baixa de restos à pagar por pagamento**  
Não foram encontrados registros !

[Listar](#) [Download em XLS](#) [XLS com campos extras](#) [Fechar](#)

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)



Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Fundo Municipal de Saúde de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	1113
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	6.205,55
Histórico	REFERENTE A RECOLHIMENTO DO INSS PARTE PATRONAL DO S SERVIDORES DESTA DEPARTAMENTO.
Data	23/09/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	8001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	13
Função de Governo	10- Saúde
Subfunção de Governo	301- Atenção Básica
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	64- Atenção Básica
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

**Reforços do Empenho**  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	6.205,55
Total Valor: 6.205,55			
Total de Registros: 1			

**Subempenhos do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de subempenho do empenho**  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
23/09/2013	6.205,55	
Total Valor Liquidação: 6.205,55		
Total de Registros: 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
29/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	6.205,55
Total Valor: 6.205,55		
Total de Registros: 1		

**Pagamentos**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Pagamento**  
Não foram encontrados registros !

**Inscrição restos a pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Cancelamento de restos à pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Transferencia de valor não processado para processado**  
Não foram encontrados registros !

**Baixa de restos à pagar por pagamento**  
Não foram encontrados registros !

[Listar](#) [Download em XLS](#) [XLS com campos extras](#) [Fechar](#)

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)



Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	2771
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	1.223,44
Histórico	REFERENTE AO PAGAMENTO DO INSS DOS SERVIDORES RELA TIVO AO MES 08/2013
Data	28/08/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	4001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	14
Função de Governo	12- Educação
Subfunção de Governo	361- Ensino Fundamental
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	1- Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

**Reforços do Empenho**  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.223,44

Total Valor: 1.223,44  
Total de Registros: 1

**Subempenhos do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de subempenho do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Liquidações**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Liquidações**  
Não foram encontrados registros !

**Pagamentos**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Pagamento**  
Não foram encontrados registros !

**Inscrição restos a pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Cancelamento de restos à pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Transferencia de valor não processado para processado**  
Não foram encontrados registros !

**Baixa de restos à pagar por pagamento**  
Não foram encontrados registros !

- Listar
- Download em XLS
- XLS com campos extras
- Fechar

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	2773
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	1.418,36
Histórico	REFERENTE AO PAGAMENTO DO INSS DOS SERVIDORES RELA TIVO AO MES 08/2013
Data	28/08/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	4001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	14
Função de Governo	12- Educação
Subfunção de Governo	361- Ensino Fundamental
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	1- Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

**Reforços do Empenho**  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.418,36

Total Valor: 1.418,36  
Total de Registros: 1

**Subempenhos do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de subempenho do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Liquidações**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Liquidações**  
Não foram encontrados registros !

**Pagamentos**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Pagamento**  
Não foram encontrados registros !

**Inscrição restos a pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Cancelamento de restos à pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Transferencia de valor não processado para processado**  
Não foram encontrados registros !

**Baixa de restos à pagar por pagamento**  
Não foram encontrados registros !

Listar Download em XLS XLS com campos extras Fechar

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	2764
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	2.133,16
Histórico	REFERENTE AO PAGAMENTO DO INSS DOS SERVIDORES RELA TIVO AO MES 08/2013
Data	28/08/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	4001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	14
Função de Governo	12- Educação
Subfunção de Governo	361- Ensino Fundamental
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	1- Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.723,96
Total Valor: 1.723,96			
Total de Registros: 1			

Subempenhos do empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
28/08/2013	2.133,16	
Total Valor Liquidação: 2.133,16		
Total de Registros: 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.723,96
Total Valor: 1.723,96		
Total de Registros: 1		

Pagamentos													
Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Desembolso	Ordem Bancária	Código Banco	Código Agência	Conta Bancária Pagadora	Conta contabil	Data Exigibilidade	Publicação Justificativa	Tipo Recurso Antecipado	Prazo Final Prestação de Contas	Data última prest. contas realizada	Prazo contas prestadas
28/08/2013	409,20		0							Outros recursos antecipados			0
		409,20					211410000 = DEPOSITOS E CAUCOES						0
Total Valor Desembolso: 409,20													
Total Valor Pagamento: 409,20													
Total de Registros: 2													

Estornos de Pagamento  
Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar  
Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar  
Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado  
Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento  
Não foram encontrados registros !

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	2775
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	1.728,26
Histórico	REFERENTE AO PAGAMENTO DO INSS DOS SERVIDORES RELA TIVO AO MES 08/2013
Data	28/08/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	4001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	14
Função de Governo	12- Educação
Subfunção de Governo	361- Ensino Fundamental
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	1- Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.728,26

Total Valor: 1.728,26  
Total de Registros: 1

Subempenhos do empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho  
Não foram encontrados registros !

Liquidações  
Não foram encontrados registros !

Estornos de Liquidações  
Não foram encontrados registros !

Pagamentos  
Não foram encontrados registros !

Estornos de Pagamento  
Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar  
Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar  
Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado  
Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento  
Não foram encontrados registros !

ListarDownload em XLSXLS com campos extrasFechar

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	2768
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	8.107,96
Histórico	REFERENTE AO PAGAMENTO DO INSS DOS SERVIDORES RELA TIVO AO MES 08/2013
Data	28/08/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	4001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	14
Função de Governo	12- Educação
Subfunção de Governo	361- Ensino Fundamental
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	1- Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

**Reforços do Empenho**  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	8.107,96

Total Valor: 8.107,96  
Total de Registros: 1

**Subempenhos do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de subempenho do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Liquidações**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Liquidações**  
Não foram encontrados registros !

**Pagamentos**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Pagamento**  
Não foram encontrados registros !

**Inscrição restos a pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Cancelamento de restos à pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Transferencia de valor não processado para processado**  
Não foram encontrados registros !

**Baixa de restos à pagar por pagamento**  
Não foram encontrados registros !

[Listar](#) [Download em XLS](#) [XLS com campos extras](#) [Fechar](#)

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)





Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	2784
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	14.993,79
Histórico	REFERENTE AO PAGAMENTO DO INSS DOS SERVIDORES RELA TIVO AO MES 08/2013
Data	28/08/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	4001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	14
Função de Governo	12- Educação
Subfunção de Governo	361- Ensino Fundamental
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	1- Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

**Reforços do Empenho**  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	14.993,79

Total Valor: 14.993,79  
Total de Registros: 1

**Subempenhos do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de subempenho do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Liquidações**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Liquidações**  
Não foram encontrados registros !

**Pagamentos**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Pagamento**  
Não foram encontrados registros !

**Inscrição restos a pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Cancelamento de restos à pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Transferencia de valor não processado para processado**  
Não foram encontrados registros !

**Baixa de restos à pagar por pagamento**  
Não foram encontrados registros !

[Listar](#) [Download em XLS](#) [XLS com campos extras](#) [Fechar](#)

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	2766
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	2.897,89
Histórico	REFERENTE AO PAGAMENTO DO INSS DOS SERVIDORES RELA TIVO AO MES 08/2013
Data	28/08/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	4001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	15
Função de Governo	12- Educação
Subfunção de Governo	361- Ensino Fundamental
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	1- Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

**Reforços do Empenho**  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	2.897,89

Total Valor: 2.897,89  
Total de Registros: 1

**Subempenhos do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de subempenho do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Liquidações**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Liquidações**  
Não foram encontrados registros !

**Pagamentos**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Pagamento**  
Não foram encontrados registros !

**Inscrição restos a pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Cancelamento de restos à pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Transferencia de valor não processado para processado**  
Não foram encontrados registros !

**Baixa de restos à pagar por pagamento**  
Não foram encontrados registros !

Listar Download em XLS XLS com campos extras Fechar

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	2760
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	1.597,97
Histórico	REFERENTE AO PAGAMENTO DO INSS DOS SERVIDORES RELA TIVO AO MES 08/2013
Data	28/08/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	4001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	23
Função de Governo	12- Educação
Subfunção de Governo	365- Educação Infantil
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	1- Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.527,89
Total Valor: 1.527,89			
Total de Registros: 1			

Subempenhos do empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
28/08/2013	1.597,97	
Total Valor Liquidação: 1.597,97		
Total de Registros: 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.527,89
Total Valor: 1.527,89		
Total de Registros: 1		

Pagamentos													
Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Desembolso	Ordem Bancária	Código Banco	Código Agência	Conta Bancária Pagadora	Conta contabil	Data Exigibilidade	Publicação Justificativa	Tipo Recurso Antecipado	Prazo Final Prestação de Contas	Data última prest. contas realizada	Prazo contas prestadas
28/08/2013	70,08		0							Outros recursos antecipados			0
		70,08					211410000 = DEPOSITOS E CAUCOES						0

Total Valor Desembolso: 70,08  
Total Valor Pagamento: 70,08  
Total de Registros: 2

Estornos de Pagamento  
Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar  
Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar  
Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado  
Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento  
Não foram encontrados registros !

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	2762
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	9.960,49
Histórico	REFERENTE AO PAGAMENTO DO INSS DOS SERVIDORES RELA TIVO AO MES 08/2013
Data	28/08/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	4001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	23
Função de Governo	12- Educação
Subfunção de Governo	365- Educação Infantil
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	1- Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	9.890,41
Total Valor: 9.890,41			
Total de Registros: 1			

Subempenhos do empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
28/08/2013	9.960,49	
Total Valor Liquidação: 9.960,49		
Total de Registros: 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	9.890,41
Total Valor: 9.890,41		
Total de Registros: 1		

Pagamentos													
Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Desembolso	Ordem Bancária	Código Banco	Código Agência	Conta Bancária Pagadora	Conta contabil	Data Exigibilidade	Publicação Justificativa	Tipo Recurso Antecipado	Prazo Final Prestação de Contas	Data última prest. contas realizada	Prazo contas prestadas
28/08/2013	70,08		0							Outros recursos antecipados			0
		70,08					211410000 = DEPOSITOS E CAUCOES						0
Total Valor Desembolso: 70,08													
Total Valor Pagamento: 70,08													
Total de Registros: 2													

Estornos de Pagamento  
Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar  
Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar  
Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado  
Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento  
Não foram encontrados registros !

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	2782
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	1.097,26
Histórico	REFERENTE AO PAGAMENTO DO INSS DOS SERVIDORES RELA TIVO AO MES 08/2013
Data	28/08/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	2001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	2
Função de Governo	4- Administração
Subfunção de Governo	122- Administração Geral
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	0- Recursos Ordinários
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

**Reforços do Empenho**  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.097,26

**Total Valor:** 1.097,26  
**Total de Registros:** 1

**Subempenhos do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de subempenho do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Liquidações**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Liquidações**  
Não foram encontrados registros !

**Pagamentos**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Pagamento**  
Não foram encontrados registros !

**Inscrição restos a pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Cancelamento de restos à pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Transferencia de valor não processado para processado**  
Não foram encontrados registros !

**Baixa de restos à pagar por pagamento**  
Não foram encontrados registros !

[Listar](#) [Download em XLS](#) [XLS com campos extras](#) [Fechar](#)

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	2756
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	4.458,30
Histórico	RELATIVO AO INSS DOS SERVIDORES REFERENTE AO MES 0 8/2013
Data	28/08/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	2001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	2
Função de Governo	4- Administração
Subfunção de Governo	122- Administração Geral
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	0- Recursos Ordinários
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

**Reforços do Empenho**  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	18/09/2013	EMPENHADO A MAIOR.	4.167,26
2	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	244,32

Total Valor: 4.411,58  
Total de Registros: 2

**Subempenhos do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de subempenho do empenho**  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
28/08/2013	4.458,30	

Total Valor Liquidação: 4.458,30  
Total de Registros: 1

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
18/09/2013	EMPENHADO A MAIOR.	4.167,26
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	244,32

Total Valor: 4.411,58  
Total de Registros: 2

Pagamentos													
Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Desembolso	Ordem Bancária	Código Banco	Código Agência	Conta Bancária Pagadora	Conta contabil	Data Exigibilidade	Publicação Justificativa	Tipo Recurso Antecipado	Prazo Final Prestação de Contas	Data última prest. contas realizada	Prazo contas prestadas
28/08/2013	46,72		0							Outros recursos antecipados			0
		46,72					211410000 = DEPOSITOS E CAUCOES						0

Total Valor Desembolso: 46,72  
Total Valor Pagamento: 46,72  
Total de Registros: 2

**Estornos de Pagamento**  
Não foram encontrados registros !

**Inscrição restos a pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Cancelamento de restos à pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Transferencia de valor não processado para processado**  
Não foram encontrados registros !

**Baixa de restos à pagar por pagamento**  
Não foram encontrados registros !

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	2758
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	10.803,49
Histórico	RELATIVO AO INSS DOS SERVIDORES REFERENTE AO MES 0 8/2013
Data	28/08/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	3001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	6
Função de Governo	4- Administração
Subfunção de Governo	122- Administração Geral
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	0- Recursos Ordinários
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	2.418,19
Total Valor: 2.418,19			
Total de Registros: 1			

Subempenhos do empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
19/09/2013	10.803,49	
Total Valor Liquidação: 10.803,49		
Total de Registros: 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	2.418,19
Total Valor: 2.418,19		
Total de Registros: 1		

Pagamentos													
Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Desembolso	Ordem Bancária	Código Banco	Código Agência	Conta Bancária Pagadora	Conta contabil	Data Exigibilidade	Publicação Justificativa	Tipo Recurso Antecipado	Prazo Final Prestação de Contas	Data última prest. contas realizada	Prazo contas prestadas
19/09/2013	8.385,30		0							Outros recursos antecipados			0
		114,44					211410000 = DEPOSITOS E CAUCOES						0
		8.270,86					211499900 = OUTROS DEPOSITOS						0
Total Valor Desembolso: 8.385,30													
Total Valor Pagamento: 8.385,30													
Total de Registros: 3													

Estornos de Pagamento  
Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar  
Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar  
Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado  
Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento  
Não foram encontrados registros !

## Detalhe do Empenho

Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	3271
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	1.152,12
Histórico	REFERENTE PAGAMENTO DA PARTE PATRONAL DO INSS NA - FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MES DE REFERENCIA
Data	23/10/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	4001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	14
Função de Governo	12- Educação
Subfunção de Governo	361- Ensino Fundamental
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	1- Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

## Reforços do Empenho

Não foram encontrados registros !

## Estornos do Empenho

Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.152,12

Total Valor: 1.152,12

Total de Registros: 1

## Subempenhos do empenho

Não foram encontrados registros !

## Estornos de subempenho do empenho

Não foram encontrados registros !

## Liquidações

Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
29/10/2013	1.152,12	

Total Valor Liquidação: 1.152,12

Total de Registros: 1

## Estornos de Liquidações

Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.152,12

Total Valor: 1.152,12

Total de Registros: 1

## Pagamentos

Não foram encontrados registros !

## Estornos de Pagamento

Não foram encontrados registros !

## Inscrição restos a pagar

Não foram encontrados registros !

## Cancelamento de restos à pagar

Não foram encontrados registros !

## Transferencia de valor não processado para processado

Não foram encontrados registros !

## Baixa de restos à pagar por pagamento

Não foram encontrados registros !

Listar

Download em XLS

XLS com campos extras

Fechar

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)



Detalhe do Empenho

Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	3268
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	7.991,78
Histórico	REFERENTE PAGAMENTO DA PARTE PATRONAL DO INSS NA - FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MES DE REFERENCIA
Data	23/10/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	4001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	14
Função de Governo	12- Educação
Subfunção de Governo	361- Ensino Fundamental
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	1- Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho

Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho

Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	6.256,46

Total Valor: 6.256,46

Total de Registros: 1

Subempenhos do empenho

Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho

Não foram encontrados registros !

Liquidações

Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
29/10/2013	7.991,78	

Total Valor Liquidação: 7.991,78

Total de Registros: 1

Estornos de Liquidações

Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	6.256,46

Total Valor: 6.256,46

Total de Registros: 1

Pagamentos

Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Desembolso	Ordem Bancária	Código Banco	Código Agência	Conta Bancária Pagadora	Conta contabil	Data Exigibilidade	Publicação Justificativa	Tipo Recurso Antecipado	Prazo Final Prestação de Contas	Data última prest. contas realizada	Prazo contas prestadas
29/10/2013	1.735,32		0							Outros recursos antecipados			0
		1.735,32					112190200 SALARIO- MATERNIDADE						0

Total Valor Desembolso: 1.735,32

Total Valor Pagamento: 1.735,32

Total de Registros: 2

Estornos de Pagamento

Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar

Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar

Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado

Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento

Não foram encontrados registros !

Listar

Download em XLS

XLS com campos extras

Fechar

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	3021
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	7.976,07
Histórico	REFERENTE PAGAMENTO DA PARTE PATRONAL DO INSS NA - FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MES DE REFERENCIA
Data	25/09/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	4001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	14
Função de Governo	12- Educação
Subfunção de Governo	361- Ensino Fundamental
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	1- Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

**Reforços do Empenho**  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	6.240,75
<b>Total Valor:</b> 6.240,75			
<b>Total de Registros:</b> 1			

**Subempenhos do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de subempenho do empenho**  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
28/09/2013	7.976,07	
<b>Total Valor Liquidação:</b> 7.976,07		
<b>Total de Registros:</b> 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	6.240,75
<b>Total Valor:</b> 6.240,75		
<b>Total de Registros:</b> 1		

Pagamentos													
Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Desembolso	Ordem Bancária	Código Banco	Código Agência	Conta Bancária Pagadora	Conta contabil	Data Exigibilidade	Publicação Justificativa	Tipo Recurso Antecipado	Prazo Final Prestação de Contas	Data última prest. contas realizada	Prazo contas prestadas
28/09/2013	1.735,32		0							Outros recursos antecipados			0
		1.735,32					112190200 SALARIO- MATERNIDADE						0

**Total Valor Desembolso:** 1.735,32  
**Total Valor Pagamento:** 1.735,32  
**Total de Registros:** 2

**Estornos de Pagamento**  
Não foram encontrados registros !

**Inscrição restos a pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Cancelamento de restos à pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Transferencia de valor não processado para processado**  
Não foram encontrados registros !

**Baixa de restos à pagar por pagamento**  
Não foram encontrados registros !

[Listar](#) [Download em XLS](#) [XLS com campos extras](#) [Fechar](#)

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)

Detalhe do Empenho

Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	3266
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	9.483,34
Histórico	REFERENTE PAGAMENTO DA PARTE PATRONAL DO INSS NA - FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MES DE REFERENCIA
Data	23/10/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	4001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	14
Função de Governo	12- Educação
Subfunção de Governo	361- Ensino Fundamental
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	1- Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho

Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho

Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	9.413,26

Total Valor: 9.413,26

Total de Registros: 1

Subempenhos do empenho

Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho

Não foram encontrados registros !

Liquidações

Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
29/10/2013	9.483,34	

Total Valor Liquidação: 9.483,34

Total de Registros: 1

Estornos de Liquidações

Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	9.413,26

Total Valor: 9.413,26

Total de Registros: 1

Pagamentos

Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Desembolso	Ordem Bancária	Código Banco	Código Agência	Conta Bancária Pagadora	Conta contabil	Data Exigibilidade	Publicação Justificativa	Tipo Recurso Antecipado	Prazo Final Prestação de Contas	Data última prest. contas realizada	Prazo contas prestadas
29/10/2013	70,08		0							Outros recursos antecipados			0
		70,08					112190100 SALARIO-FAMILIA						0

Total Valor Desembolso: 70,08

Total Valor Pagamento: 70,08

Total de Registros: 2

Estornos de Pagamento

Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar

Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar

Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado

Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento

Não foram encontrados registros !

Listar

Download em XLS

XLS com campos extras

Fechar

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)

## Detalhe do Empenho

Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	2996
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	1.152,12
Histórico	REFERENTE PAGAMENTO DA PARTE PATRONAL DO INSS NA - FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MES DE REFERENCIA
Data	20/09/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	4001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	14
Função de Governo	12- Educação
Subfunção de Governo	361- Ensino Fundamental
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	18- Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof.
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

## Reforços do Empenho

Não foram encontrados registros !

## Estornos do Empenho

Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.152,12

Total Valor: 1.152,12

Total de Registros: 1

## Subempenhos do empenho

Não foram encontrados registros !

## Estornos de subempenho do empenho

Não foram encontrados registros !

## Liquidações

Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
28/09/2013	1.152,12	

Total Valor Liquidação: 1.152,12

Total de Registros: 1

## Estornos de Liquidações

Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.152,12

Total Valor: 1.152,12

Total de Registros: 1

## Pagamentos

Não foram encontrados registros !

## Estornos de Pagamento

Não foram encontrados registros !

## Inscrição restos a pagar

Não foram encontrados registros !

## Cancelamento de restos à pagar

Não foram encontrados registros !

## Transferencia de valor não processado para processado

Não foram encontrados registros !

## Baixa de restos à pagar por pagamento

Não foram encontrados registros !

[Listar](#)
[Download em XLS](#)
[XLS com campos extras](#)
[Fechar](#)

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)

## Detalhe do Empenho

Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	3273
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	1.278,54
Histórico	REFERENTE PAGAMENTO DA PARTE PATRONAL DO INSS NA - FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MES DE REFERENCIA
Data	23/10/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	4001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	14
Função de Governo	12- Educação
Subfunção de Governo	361- Ensino Fundamental
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	1- Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

## Reforços do Empenho

Não foram encontrados registros !

## Estornos do Empenho

Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.278,54

Total Valor: 1.278,54

Total de Registros: 1

## Subempenhos do empenho

Não foram encontrados registros !

## Estornos de subempenho do empenho

Não foram encontrados registros !

## Liquidações

Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
29/10/2013	1.278,54	

Total Valor Liquidação: 1.278,54

Total de Registros: 1

## Estornos de Liquidações

Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.278,54

Total Valor: 1.278,54

Total de Registros: 1

## Pagamentos

Não foram encontrados registros !

## Estornos de Pagamento

Não foram encontrados registros !

## Inscrição restos a pagar

Não foram encontrados registros !

## Cancelamento de restos à pagar

Não foram encontrados registros !

## Transferencia de valor não processado para processado

Não foram encontrados registros !

## Baixa de restos à pagar por pagamento

Não foram encontrados registros !

Listar

Download em XLS

XLS com campos extras

Fechar

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)

Detalhe do Empenho

Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	3260
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	2.114,15
Histórico	REFERENTE PAGAMENTO DA PARTE PATRONAL DO INSS NA - FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MES DE REFERENCIA
Data	23/10/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	4001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	14
Função de Governo	12- Educação
Subfunção de Governo	361- Ensino Fundamental
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	18- Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof.
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho

Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho

Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.658,23

Total Valor: 1.658,23

Total de Registros: 1

Subempenhos do empenho

Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho

Não foram encontrados registros !

Liquidações

Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
29/10/2013	2.114,15	

Total Valor Liquidação: 2.114,15

Total de Registros: 1

Estornos de Liquidações

Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.658,23

Total Valor: 1.658,23

Total de Registros: 1

Pagamentos

Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Desembolso	Ordem Bancária	Código Banco	Código Agência	Conta Bancária Pagadora	Conta contabil	Data Exigibilidade	Publicação Justificativa	Tipo Recurso Antecipado	Prazo Final Prestação de Contas	Data última prest. contas realizada	Prazo contas prestadas
29/10/2013	455,92		0							Outros recursos antecipados			0
		455,92					112190100 SALARIO-FAMILIA						0

Total Valor Desembolso: 455,92

Total Valor Pagamento: 455,92

Total de Registros: 2

Estornos de Pagamento

Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar

Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar

Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado

Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento

Não foram encontrados registros !

Listar

Download em XLS

XLS com campos extras

Fechar

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	2992
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	2.121,11
Histórico	REFERENTE PAGAMENTO DA PARTE PATRONAL DO INSS NA - FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MES DE REFERENCIA
Data	20/09/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	4001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	14
Função de Governo	12- Educação
Subfunção de Governo	361- Ensino Fundamental
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	18- Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof.
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.668,30
Total Valor: 1.668,30			
Total de Registros: 1			

Subempenhos do empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
28/09/2013	2.121,11	
Total Valor Liquidação: 2.121,11		
Total de Registros: 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.668,30
Total Valor: 1.668,30		
Total de Registros: 1		

Pagamentos													
Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Desembolso	Ordem Bancária	Código Banco	Código Agência	Conta Bancária Pagadora	Conta contabil	Data Exigibilidade	Publicação Justificativa	Tipo Recurso Antecipado	Prazo Final Prestação de Contas	Data última prest. contas realizada	Prazo contas prestadas
28/09/2013	452,81		0							Outros recursos antecipados			0
		452,81					112190100 SALARIO-FAMILIA						0

Total Valor Desembolso: 452,81  
Total Valor Pagamento: 452,81  
Total de Registros: 2

Estornos de Pagamento  
Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar  
Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar  
Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado  
Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento  
Não foram encontrados registros !

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	3258
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	13.203,02
Histórico	REFERENTE PAGAMENTO DA PARTE PATRONAL DO INSS NA - FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MES DE REFERENCIA
Data	23/10/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	4001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	14
Função de Governo	12- Educação
Subfunção de Governo	361- Ensino Fundamental
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	18- Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof.
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	13.115,55
Total Valor: 13.115,55			
Total de Registros: 1			

Subempenhos do empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
29/10/2013	13.203,02	
Total Valor Liquidação: 13.203,02		
Total de Registros: 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	13.115,55
Total Valor: 13.115,55		
Total de Registros: 1		

Pagamentos													
Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Desembolso	Ordem Bancária	Código Banco	Código Agência	Conta Bancária Pagadora	Conta contabil	Data Exigibilidade	Publicação Justificativa	Tipo Recurso Antecipado	Prazo Final Prestação de Contas	Data última prest. contas realizada	Prazo contas prestadas
29/10/2013	87,47		0							Outros recursos antecipados			0
		87,47					112190100 SALARIO-FAMILIA						0
Total Valor Desembolso: 87,47													
Total Valor Pagamento: 87,47													
Total de Registros: 2													

Estornos de Pagamento  
Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar  
Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar  
Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado  
Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento  
Não foram encontrados registros !



Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	2990
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	14.106,18
Histórico	REFERENTE PAGAMENTO DA PARTE PATRONAL DO INSS NA - FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MES DE REFERENCIA
Data	20/09/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	4001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	14
Função de Governo	12- Educação
Subfunção de Governo	361- Ensino Fundamental
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	18- Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof.
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	14.049,66
Total Valor: 14.049,66			
Total de Registros: 1			

Subempenhos do empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
28/09/2013	14.106,18	
Total Valor Liquidação: 14.106,18		
Total de Registros: 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	14.049,66
Total Valor: 14.049,66		
Total de Registros: 1		

Pagamentos													
Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Desembolso	Ordem Bancária	Código Banco	Código Agência	Conta Bancária Pagadora	Conta contabil	Data Exigibilidade	Publicação Justificativa	Tipo Recurso Antecipado	Prazo Final Prestação de Contas	Data última prest. contas realizada	Prazo contas prestadas
28/09/2013	56,52		0							Outros recursos antecipados			0
		56,52					112190100 SALARIO-FAMILIA						0

Total Valor Desembolso: 56,52  
Total Valor Pagamento: 56,52  
Total de Registros: 2

Estornos de Pagamento  
Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar  
Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar  
Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado  
Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento  
Não foram encontrados registros !

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	2994
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	2.703,31
Histórico	REFERENTE PAGAMENTO DA PARTE PATRONAL DO INSS NA - FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MES DE REFERENCIA
Data	20/09/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	4001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	15
Função de Governo	12- Educação
Subfunção de Governo	361- Ensino Fundamental
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	19- Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras d
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	2.679,95
Total Valor: 2.679,95			
Total de Registros: 1			

Subempenhos do empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
28/09/2013	2.703,31	
Total Valor Liquidação: 2.703,31		
Total de Registros: 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	2.679,95
Total Valor: 2.679,95		
Total de Registros: 1		

Pagamentos													
Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Desembolso	Ordem Bancária	Código Banco	Código Agência	Conta Bancária Pagadora	Conta contabil	Data Exigibilidade	Publicação Justificativa	Tipo Recurso Antecipado	Prazo Final Prestação de Contas	Data última prest. contas realizada	Prazo contas prestadas
28/09/2013	23,36		0							Outros recursos antecipados			0
		23,36					112190100 SALARIO-FAMILIA						0
Total Valor Desembolso: 23,36													
Total Valor Pagamento: 23,36													
Total de Registros: 2													

Estornos de Pagamento  
Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar  
Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar  
Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado  
Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento  
Não foram encontrados registros !

Detalhe do Empenho

Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	3262
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	2.728,95
Histórico	REFERENTE PAGAMENTO DA PARTE PATRONAL DO INSS NA - FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MES DE REFERENCIA
Data	23/10/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	4001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	15
Função de Governo	12- Educação
Subfunção de Governo	361- Ensino Fundamental
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	19- Transferências do FUNDEF/FUNDEB - (aplicação em outras d
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho

Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho

Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	2.705,59

Total Valor: 2.705,59

Total de Registros: 1

Subempenhos do empenho

Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho

Não foram encontrados registros !

Liquidações

Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
29/10/2013	2.728,95	

Total Valor Liquidação: 2.728,95

Total de Registros: 1

Estornos de Liquidações

Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	2.705,59

Total Valor: 2.705,59

Total de Registros: 1

Pagamentos

Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Desembolso	Ordem Bancária	Código Banco	Código Agência	Conta Bancária Pagadora	Conta contabil	Data Exigibilidade	Publicação Justificativa	Tipo Recurso Antecipado	Prazo Final Prestação de Contas	Data última prest. contas realizada	Prazo contas prestadas
29/10/2013	23,36		0							Outros recursos antecipados			0
		23,36					112190100 SALARIO-FAMILIA						0

Total Valor Desembolso: 23,36

Total Valor Pagamento: 23,36

Total de Registros: 2

Estornos de Pagamento

Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar

Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar

Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado

Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento

Não foram encontrados registros !

Listar

Download em XLS

XLS com campos extras

Fechar

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	3264
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	1.476,72
Histórico	REFERENTE PAGAMENTO DA PARTE PATRONAL DO INSS NA - FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MES DE REFERENCIA
Data	23/10/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	4001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	23
Função de Governo	12- Educação
Subfunção de Governo	365- Educação Infantil
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	18- Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof.
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.266,48
Total Valor: 1.266,48			
Total de Registros: 1			

Subempenhos do empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
29/10/2013	1.476,72	
Total Valor Liquidação: 1.476,72		
Total de Registros: 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.266,48
Total Valor: 1.266,48		
Total de Registros: 1		

Pagamentos													
Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Desembolso	Ordem Bancária	Código Banco	Código Agência	Conta Bancária Pagadora	Conta contabil	Data Exigibilidade	Publicação Justificativa	Tipo Recurso Antecipado	Prazo Final Prestação de Contas	Data última prest. contas realizada	Prazo contas prestadas
29/10/2013	210,24		0							Outros recursos antecipados			0
		210,24					112190100 SALARIO-FAMILIA						0

Total Valor Desembolso: 210,24  
Total Valor Pagamento: 210,24  
Total de Registros: 2

Estornos de Pagamento  
Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar  
Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar  
Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado  
Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento  
Não foram encontrados registros !

## Detalhe do Empenho

Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	2998
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	1.307,11
Histórico	REFERENTE PAGAMENTO DA PARTE PATRONAL DO INSS NA - FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MES DE REFERENCIA
Data	20/09/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	4001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	23
Função de Governo	12- Educação
Subfunção de Governo	365- Educação Infantil
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	18- Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof.
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

## Reforços do Empenho

Não foram encontrados registros !

## Estornos do Empenho

Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.307,11

Total Valor: 1.307,11

Total de Registros: 1

## Subempenhos do empenho

Não foram encontrados registros !

## Estornos de subempenho do empenho

Não foram encontrados registros !

## Liquidações

Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
28/09/2013	1.307,11	

Total Valor Liquidação: 1.307,11

Total de Registros: 1

## Estornos de Liquidações

Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.307,11

Total Valor: 1.307,11

Total de Registros: 1

## Pagamentos

Não foram encontrados registros !

## Estornos de Pagamento

Não foram encontrados registros !

## Inscrição restos a pagar

Não foram encontrados registros !

## Cancelamento de restos à pagar

Não foram encontrados registros !

## Transferencia de valor não processado para processado

Não foram encontrados registros !

## Baixa de restos à pagar por pagamento

Não foram encontrados registros !

Listar

Download em XLS

XLS com campos extras

Fechar

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)

Detalhe do Empenho

Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	3000
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	1.569,27
Histórico	REFERENTE PAGAMENTO DA PARTE PATRONAL DO INSS NA - FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MES DE REFERENCIA
Data	20/09/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	4001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	23
Função de Governo	12- Educação
Subfunção de Governo	365- Educação Infantil
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	18- Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof.
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho

Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho

Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.325,87

Total Valor: 1.325,87

Total de Registros: 1

Subempenhos do empenho

Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho

Não foram encontrados registros !

Liquidações

Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
28/09/2013	1.569,27	

Total Valor Liquidação: 1.569,27

Total de Registros: 1

Estornos de Liquidações

Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.325,87

Total Valor: 1.325,87

Total de Registros: 1

Pagamentos

Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Desembolso	Ordem Bancária	Código Banco	Código Agência	Conta Bancária Pagadora	Conta contabil	Data Exigibilidade	Publicação Justificativa	Tipo Recurso Antecipado	Prazo Final Prestação de Contas	Data última prest. contas realizada	Prazo contas prestadas
28/09/2013	243,40		0							Outros recursos antecipados			0
		243,40					112190100 SALARIO-FAMILIA						0

Total Valor Desembolso: 243,40

Total Valor Pagamento: 243,40

Total de Registros: 2

Estornos de Pagamento

Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar

Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar

Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado

Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento

Não foram encontrados registros !

Listar

Download em XLS

XLS com campos extras

Fechar

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	2985
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	1.529,50
Histórico	REFERENTE PAGAMENTO DA PARTE PATRONAL DO INSS NA - FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MES DE REFERENCIA
Data	20/09/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	4001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	23
Função de Governo	12- Educação
Subfunção de Governo	365- Educação Infantil
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	18- Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof.
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.459,42
Total Valor: 1.459,42			
Total de Registros: 1			

Subempenhos do empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
28/09/2013	1.529,50	
Total Valor Liquidação: 1.529,50		
Total de Registros: 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.459,42
Total Valor: 1.459,42		
Total de Registros: 1		

Pagamentos													
Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Desembolso	Ordem Bancária	Código Banco	Código Agência	Conta Bancária Pagadora	Conta contabil	Data Exigibilidade	Publicação Justificativa	Tipo Recurso Antecipado	Prazo Final Prestação de Contas	Data última prest. contas realizada	Prazo contas prestadas
28/09/2013	70,08		0							Outros recursos antecipados			0
		70,08					112190100 SALARIO-FAMILIA						0
Total Valor Desembolso: 70,08													
Total Valor Pagamento: 70,08													
Total de Registros: 2													

Estornos de Pagamento  
Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar  
Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar  
Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado  
Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento  
Não foram encontrados registros !

Detalhe do Empenho

Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	3255
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	1.646,21
Histórico	REFERENTE PAGAMENTO DA PARTE PATRONAL DO INSS NA - FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MES DE REFERENCIA
Data	23/10/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	4001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	23
Função de Governo	12- Educação
Subfunção de Governo	365- Educação Infantil
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	18- Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof.
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho

Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho

Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.599,49

Total Valor: 1.599,49

Total de Registros: 1

Subempenhos do empenho

Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho

Não foram encontrados registros !

Liquidações

Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
29/10/2013	1.646,21	

Total Valor Liquidação: 1.646,21

Total de Registros: 1

Estornos de Liquidações

Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.599,49

Total Valor: 1.599,49

Total de Registros: 1

Pagamentos

Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Desembolso	Ordem Bancária	Código Banco	Código Agência	Conta Bancária Pagadora	Conta contabil	Data Exigibilidade	Publicação Justificativa	Tipo Recurso Antecipado	Prazo Final Prestação de Contas	Data última prest. contas realizada	Prazo contas prestadas
29/10/2013	46,72		0							Outros recursos antecipados			0
		46,72					112190100 SALARIO-FAMILIA						0

Total Valor Desembolso: 46,72

Total Valor Pagamento: 46,72

Total de Registros: 2

Estornos de Pagamento

Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar

Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar

Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado

Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento

Não foram encontrados registros !

Listar

Download em XLS

XLS com campos extras

Fechar

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)



Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	2988
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	9.746,38
Histórico	REFERENTE PAGAMENTO DA PARTE PATRONAL DO INSS NA - FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MES DE REFERENCIA
Data	20/09/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	4001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	23
Função de Governo	12- Educação
Subfunção de Governo	365- Educação Infantil
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	18- Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof.
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	9.676,30
Total Valor: 9.676,30			
Total de Registros: 1			

Subempenhos do empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
28/09/2013	9.746,38	
Total Valor Liquidação: 9.746,38		
Total de Registros: 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	9.676,30
Total Valor: 9.676,30		
Total de Registros: 1		

Pagamentos													
Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Desembolso	Ordem Bancária	Código Banco	Código Agência	Conta Bancária Pagadora	Conta contabil	Data Exigibilidade	Publicação Justificativa	Tipo Recurso Antecipado	Prazo Final Prestação de Contas	Data última prest. contas realizada	Prazo contas prestadas
28/09/2013	70,08		0							Outros recursos antecipados			0
		70,08					112190100 SALARIO-FAMILIA						0

Total Valor Desembolso: 70,08  
Total Valor Pagamento: 70,08  
Total de Registros: 2

Estornos de Pagamento  
Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar  
Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar  
Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado  
Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento  
Não foram encontrados registros !

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	3282
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	6.145,18
Histórico	REFERENTE PAGAMENTO DA PARTE PATRONAL DO INSS NA - FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MES DE REFERENCIA
Data	23/10/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	7001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	7
Função de Governo	20- Agricultura
Subfunção de Governo	606- Extensão Rural
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	0- Recursos Ordinários
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	6.145,18
Total Valor: 6.145,18			
Total de Registros: 1			

Subempenhos do empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
29/10/2013	6.145,18	
Total Valor Liquidação: 6.145,18		
Total de Registros: 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	6.145,18
Total Valor: 6.145,18		
Total de Registros: 1		

Pagamentos  
Não foram encontrados registros !

Estornos de Pagamento  
Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar  
Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar  
Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado  
Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento  
Não foram encontrados registros !

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	3006
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	4.198,39
Histórico	REFERENTE PAGAMENTO DA PARTE PATRONAL DO INSS NA - FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MES DE REFERENCIA
Data	23/09/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	2001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	2
Função de Governo	4- Administração
Subfunção de Governo	122- Administração Geral
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	0- Recursos Ordinários
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	212,17

Total Valor: 212,17  
Total de Registros: 1

Subempenhos do empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
28/09/2013	4.198,39	

Total Valor Liquidação: 4.198,39  
Total de Registros: 1

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	212,17

Total Valor: 212,17  
Total de Registros: 1

Pagamentos													
Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Desembolso	Ordem Bancária	Código Banco	Código Agência	Conta Bancária Pagadora	Conta contabil	Data Exigibilidade	Publicação Justificativa	Tipo Recurso Antecipado	Prazo Final Prestação de Contas	Data última prest. contas realizada	Prazo contas prestadas
28/09/2013	3.986,22		0							Outros recursos antecipados			0
		3.986,22					211499900 = OUTROS DEPOSITOS						0

Total Valor Desembolso: 3.986,22  
Total Valor Pagamento: 3.986,22  
Total de Registros: 2

Estornos de Pagamento  
Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar  
Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar  
Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado  
Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento  
Não foram encontrados registros !

## Detalhe do Empenho

Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	3015
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	1.097,25
Histórico	REFERENTE PAGAMENTO DA PARTE PATRONAL DO INSS NA - FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MES DE REFERENCIA
Data	23/09/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	2001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	2
Função de Governo	4- Administração
Subfunção de Governo	122- Administração Geral
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	0- Recursos Ordinários
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

## Reforços do Empenho

Não foram encontrados registros !

## Estornos do Empenho

Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.097,25

Total Valor: 1.097,25

Total de Registros: 1

## Subempenhos do empenho

Não foram encontrados registros !

## Estornos de subempenho do empenho

Não foram encontrados registros !

## Liquidações

Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
28/09/2013	1.097,25	

Total Valor Liquidação: 1.097,25

Total de Registros: 1

## Estornos de Liquidações

Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.097,25

Total Valor: 1.097,25

Total de Registros: 1

## Pagamentos

Não foram encontrados registros !

## Estornos de Pagamento

Não foram encontrados registros !

## Inscrição restos a pagar

Não foram encontrados registros !

## Cancelamento de restos à pagar

Não foram encontrados registros !

## Transferencia de valor não processado para processado

Não foram encontrados registros !

## Baixa de restos à pagar por pagamento

Não foram encontrados registros !

Listar

Download em XLS

XLS com campos extras

Fechar

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)

## Detalhe do Empenho

Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	3284
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	1.148,46
Histórico	REFERENTE PAGAMENTO DA PARTE PATRONAL DO INSS NA - FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MES DE REFERENCIA
Data	23/10/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	2001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	2
Função de Governo	4- Administração
Subfunção de Governo	122- Administração Geral
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	0- Recursos Ordinários
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

## Reforços do Empenho

Não foram encontrados registros !

## Estornos do Empenho

Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.148,46

Total Valor: 1.148,46

Total de Registros: 1

## Subempenhos do empenho

Não foram encontrados registros !

## Estornos de subempenho do empenho

Não foram encontrados registros !

## Liquidações

Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
29/10/2013	1.148,46	

Total Valor Liquidação: 1.148,46

Total de Registros: 1

## Estornos de Liquidações

Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	1.148,46

Total Valor: 1.148,46

Total de Registros: 1

## Pagamentos

Não foram encontrados registros !

## Estornos de Pagamento

Não foram encontrados registros !

## Inscrição restos a pagar

Não foram encontrados registros !

## Cancelamento de restos à pagar

Não foram encontrados registros !

## Transferencia de valor não processado para processado

Não foram encontrados registros !

## Baixa de restos à pagar por pagamento

Não foram encontrados registros !

Listar

Download em XLS

XLS com campos extras

Fechar

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)



Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	3024
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	3.328,06
Histórico	REF. INSS PATRONAL CONTRIBUINTE AUTONOMOS.
Data	25/09/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	2001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	2
Função de Governo	4- Administração
Subfunção de Governo	122- Administração Geral
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	0- Recursos Ordinários
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

**Reforços do Empenho**  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	3.328,06

Total Valor: 3.328,06  
Total de Registros: 1

**Subempenhos do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de subempenho do empenho**  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
25/09/2013	3.328,06	

Total Valor Liquidação: 3.328,06  
Total de Registros: 1

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	3.328,06

Total Valor: 3.328,06  
Total de Registros: 1

**Pagamentos**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Pagamento**  
Não foram encontrados registros !

**Inscrição restos a pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Cancelamento de restos à pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Transferencia de valor não processado para processado**  
Não foram encontrados registros !

**Baixa de restos à pagar por pagamento**  
Não foram encontrados registros !

- Listar
- Download em XLS
- XLS com campos extras
- Fechar

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)

Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	3275
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	4.198,39
Histórico	REFERENTE PAGAMENTO DA PARTE PATRONAL DO INSS NA - FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MES DE REFERENCIA
Data	23/10/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	2001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	2
Função de Governo	4- Administração
Subfunção de Governo	122- Administração Geral
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	0- Recursos Ordinários
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

**Reforços do Empenho**  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	4.198,39

Total Valor: 4.198,39  
Total de Registros: 1

**Subempenhos do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de subempenho do empenho**  
Não foram encontrados registros !

**Liquidações**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Liquidações**  
Não foram encontrados registros !

**Pagamentos**  
Não foram encontrados registros !

**Estornos de Pagamento**  
Não foram encontrados registros !

**Inscrição restos a pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Cancelamento de restos à pagar**  
Não foram encontrados registros !

**Transferencia de valor não processado para processado**  
Não foram encontrados registros !

**Baixa de restos à pagar por pagamento**  
Não foram encontrados registros !

Listar Download em XLS XLS com campos extras Fechar

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)

## Detalhe do Empenho

Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	3286
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	116,55
Histórico	REFERENTE PAGAMENTO DA PARTE PATRONAL DO INSS NA - FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MES DE REFERENCIA
Data	23/10/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	3001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	6
Função de Governo	4- Administração
Subfunção de Governo	122- Administração Geral
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	0- Recursos Ordinários
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

## Reforços do Empenho

Não foram encontrados registros !

## Estornos do Empenho

Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	116,55

Total Valor: 116,55

Total de Registros: 1

## Subempenhos do empenho

Não foram encontrados registros !

## Estornos de subempenho do empenho

Não foram encontrados registros !

## Liquidações

Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
29/10/2013	116,55	

Total Valor Liquidação: 116,55

Total de Registros: 1

## Estornos de Liquidações

Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	116,55

Total Valor: 116,55

Total de Registros: 1

## Pagamentos

Não foram encontrados registros !

## Estornos de Pagamento

Não foram encontrados registros !

## Inscrição restos a pagar

Não foram encontrados registros !

## Cancelamento de restos à pagar

Não foram encontrados registros !

## Transferencia de valor não processado para processado

Não foram encontrados registros !

## Baixa de restos à pagar por pagamento

Não foram encontrados registros !

[Listar](#)
[Download em XLS](#)
[XLS com campos extras](#)
[Fechar](#)

(47240000|215)(47240012|1075)(47240001|217)(47240002|216)(47240003|218)(47240004|284)(47240005|285)(47240006|286)(47240007|287)(47240008|1000)(47240009|1001)(47240010|1002)(47240011|1003)



Detalhe do Empenho	
Unidade Gestora	Prefeitura Municipal de Aurora
Competência	01/2013 à 06/2013
Nro. Empenho	3277
Tipo de Empenho	Ordinário
Valor	9.921,98
Histórico	REFERENTE PAGAMENTO DA PARTE PATRONAL DO INSS NA - FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS DA PREFEITURA MES DE REFERENCIA
Data	23/10/2013
CIC Credor	29.979.036/0321-82
Credor	INSS.
Prestação de contas	Não
Regularização Orçamentária	Não
Unidade Orçamentária	3001
Tipo de Ação	Atividade
Projeto Atividade	6
Função de Governo	4- Administração
Subfunção de Governo	122- Administração Geral
Categoria Econômica Despesa	3-Despesas Correntes
Grupo Natureza Despesa	1- Pessoal e Encargos Sociais
Modalidade de Aplicação	90- Aplicações Diretas
Elemento Despesa	13- Obrigações Patronais
Detalhamento do Elemento	2- contribuições previdenciárias ? INSS
Indicador de Uso	0- Recursos não destinados à contrapartida
Grupo de Fontes de Recursos	1- Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
Especificação de Fonte de Recursos	0- Recursos Ordinários
Detalhamento Fonte de Recursos	0- Sem Detalhamento da Destinação de Recursos
Nro. Contrato	

Reforços do Empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos do Empenho			
Nro. Estorno	Data	Motivo	Valor
1	26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	8.088,36
Total Valor: 8.088,36			
Total de Registros: 1			

Subempenhos do empenho  
Não foram encontrados registros !

Estornos de subempenho do empenho  
Não foram encontrados registros !

Liquidações		
Data Liquidação	Valor Liquidação	Nro. Subempenho
29/10/2013	9.921,98	
Total Valor Liquidação: 9.921,98		
Total de Registros: 1		

Estornos de Liquidações		
Data	Motivo	Valor
26/11/2013	empenhos inscritos em dividas pelo inss	8.088,36
Total Valor: 8.088,36		
Total de Registros: 1		

Pagamentos													
Data Pagamento	Valor Pagamento	Valor Desembolso	Ordem Bancária	Código Banco	Código Agência	Conta Bancária Pagadora	Conta contabil	Data Exigibilidade	Publicação Justificativa	Tipo Recurso Antecipado	Prazo Final Prestação de Contas	Data última prest. contas realizada	Prazo contas prestadas
29/10/2013	1.833,62		0							Outros recursos antecipados			0
		116,80					112190100 SALARIO-FAMILIA						0
		1.716,82					112190200 SALARIO-MATERNIDADE						0

Total Valor Desembolso: 1.833,62  
Total Valor Pagamento: 1.833,62  
Total de Registros: 3

Estornos de Pagamento  
Não foram encontrados registros !

Inscrição restos a pagar  
Não foram encontrados registros !

Cancelamento de restos à pagar  
Não foram encontrados registros !

Transferencia de valor não processado para processado  
Não foram encontrados registros !

Baixa de restos à pagar por pagamento  
Não foram encontrados registros !



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**LOTAÇÃO: DMU/COPR/DIV9**

**PROCESSO Nº: @PCP 14/00279809**  
**INTERESSADO: Vilmar Zandonai**  
**UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal de Aurora**

## **TERMO DE JUNTADA**

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 217 à 279.

Florianópolis, 28 de outubro de 2014.

LUCIA HELENA GARCIA

**Detalhe do razão da conta - Lançamentos**

<b>Unidade Gestora</b>	Fundo Municipal de Saúde de Aurora
<b>Competência</b>	01/2013 à 06/2013
<b>Número Controle</b>	2013002365121923

**Detalhe do razão da conta - Lançamentos**

Conta	Descrição	Número Sequencial	Data do Lançamento	Valor do Lançamento	Conta Corrente	Histórico	Conta de Receita e Despesa	Tipo Lançamento	Descrição
211110200	INSS	1	19/12/2013	828,62	0171000000	LANÇAMENTO DE AJUSTES VALOR REFERENTE A PARCELAMENTO DE DIVIDA JUNTO AO INSS.		2	Devedor
623312800	ENCARGOS SOCIAIS	2	19/12/2013	828,62		LANÇAMENTO DE AJUSTES VALOR REFERENTE A PARCELAMENTO DE DIVIDA JUNTO AO INSS.		1	Credor

**Total Valor do Lançamento:** 1.657,24**Total de Registros:** 2[Listar](#)[Download em XLS](#)[XLS com campos extras](#)[Fechar](#)

(23381013|1032)(23381014|1033)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**LOTAÇÃO: DMU/COPR/DIV9**

**PROCESSO Nº:** @PCP 14/00279809  
**INTERESSADO:** Vilmar Zandonai  
**UNIDADE GESTORA:** Prefeitura Municipal de Aurora

## **TERMO DE JUNTADA**

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 280 à 281.

Florianópolis, 28 de outubro de 2014.

LUCIA HELENA GARCIA

**Detalhe do razão por lançamento contábil**

<b>Unidade Gestora</b>	Prefeitura Municipal de Aurora
<b>Competência</b>	01/2013 à 06/2013
<b>Conta</b>	623312800
<b>Descrição</b>	ENCARGOS SOCIAIS
<b>Saldo Inicial Devedor</b>	
<b>Saldo Inicial Credor</b>	
<b>Saldo Final Devedor</b>	
<b>Saldo Final Credor</b>	

**Detalhe do razão por lançamento contábil**

Número Controle	Número Sequencial	Data do Lançamento	Valor a Débito	Valor a Crédito	Conta Corrente	Histórico	Conta de Receita e Despesa
<a href="#">2013007633123123</a>	2	31/12/2013		71.385,21		LANÇAMENTO CONTABIL LANÇAMENTO DE AJUSTES VALOR REFERENTE A PARCELAMENTO DE DIVIDA JUNTO AO INSS.	
<a href="#">2013007635123123</a>	2	31/12/2013		62.251,54		LANÇAMENTO CONTABIL LANÇAMENTO DE AJUSTES VALOR REFERENTE A PARCELAMENTO DE DIVIDA JUNTO AO INSS.	
<a href="#">2013007636123123</a>	2	31/12/2013		450,05		LANÇAMENTO CONTABIL LANÇAMENTO DE AJUSTES VALOR REFERENTE A PARCELAMENTO DE DIVIDA JUNTO AO INSS.	
<a href="#">2013007637123123</a>	2	31/12/2013		53.969,39		LANÇAMENTO CONTABIL LANÇAMENTO DE AJUSTES VALOR REFERENTE A PARCELAMENTO DE DIVIDA JUNTO AO INSS.	
<a href="#">2013007639123123</a>	2	31/12/2013		3.738,61		LANÇAMENTO CONTABIL LANÇAMENTO DE AJUSTES VALOR REFERENTE A PARCELAMENTO DE DIVIDA JUNTO AO INSS.	
<a href="#">2013007640123123</a>	2	31/12/2013		369,20		LANÇAMENTO CONTABIL LANÇAMENTO DE AJUSTES VALOR REFERENTE A PARCELAMENTO DE DIVIDA JUNTO AO INSS.	
<a href="#">2013007844123196</a>	7134	31/12/2013	192.164,00			Encerramento do Exercício DATA DO ENCERRAMENTO: 06/02/2014	

**Total Valor a Débito:** 192.164,00**Total Valor a Crédito:** 192.164,00**Total de Registros:** 7[Listar](#)[Download em XLS](#)[XLS com campos extras](#)[Fechar](#)

(23381006|959)(23381012|1034)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**LOTAÇÃO: DMU/COPR/DIV9**

**PROCESSO Nº:** @PCP 14/00279809  
**INTERESSADO:** Vilmar Zandonai  
**UNIDADE GESTORA:** Prefeitura Municipal de Aurora

## **TERMO DE JUNTADA**

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 282 à 283.

Florianópolis, 28 de outubro de 2014.

LUCIA HELENA GARCIA

**Detalhe do razão por lançamento contábil**

<b>Unidade Gestora</b>	Fundo Municipal de Saúde de Aurora
<b>Competência</b>	01/2013 à 06/2013
<b>Conta</b>	623312800
<b>Descrição</b>	ENCARGOS SOCIAIS
<b>Saldo Inicial Devedor</b>	
<b>Saldo Inicial Credor</b>	
<b>Saldo Final Devedor</b>	
<b>Saldo Final Credor</b>	

**Detalhe do razão por lançamento contábil**

Número Controle	Número Sequencial	Data do Lançamento	Valor a Débito	Valor a Crédito	Conta Corrente	Histórico	Conta de Receita e Despesa
<a href="#">2013002359121923</a>	2	19/12/2013		38.817,99		LANÇAMENTO DE AJUSTES VALOR REFERENTE A PARCELAMENTO DE DIVIDA JUNTO AO INSS.	
<a href="#">2013002360121923</a>	2	19/12/2013		7.893,21		LANÇAMENTO DE AJUSTES VALOR REFERENTE A PARCELAMENTO DE DIVIDA JUNTO AO INSS.	
<a href="#">2013002361121923</a>	2	19/12/2013		7.613,07		LANÇAMENTO DE AJUSTES VALOR REFERENTE A PARCELAMENTO DE DIVIDA JUNTO AO INSS.	
<a href="#">2013002362121923</a>	2	19/12/2013		2.712,81		LANÇAMENTO DE AJUSTES VALOR REFERENTE A PARCELAMENTO DE DIVIDA JUNTO AO INSS.	
<a href="#">2013002363121923</a>	2	19/12/2013		11.005,72		LANÇAMENTO DE AJUSTES VALOR REFERENTE A PARCELAMENTO DE DIVIDA JUNTO AO INSS.	
<a href="#">2013002364121923</a>	2	19/12/2013		582,85		LANÇAMENTO DE AJUSTES VALOR REFERENTE A PARCELAMENTO DE DIVIDA JUNTO AO INSS.	
<a href="#">2013002365121923</a>	2	19/12/2013		828,62		LANÇAMENTO DE AJUSTES VALOR REFERENTE A PARCELAMENTO DE DIVIDA JUNTO AO INSS.	
<a href="#">2013002494123196</a>	2301	31/12/2013	69.454,27			Encerramento do Exercício DATA DO ENCERRAMENTO: 06/02/2014	

**Total Valor a Débito:** 69.454,27**Total Valor a Crédito:** 69.454,27**Total de Registros:** 8[Listar](#)[Download em XLS](#)[XLS com campos extras](#)[Fechar](#)

(23381006|959)(23381012|1034)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**LOTAÇÃO: DMU/COPR/DIV9**

**PROCESSO Nº:** @PCP 14/00279809  
**INTERESSADO:** Vilmar Zandonai  
**UNIDADE GESTORA:** Prefeitura Municipal de Aurora

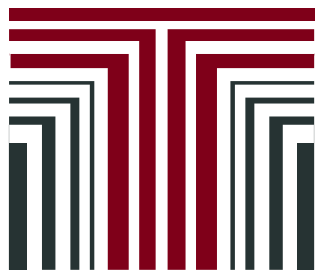
## **TERMO DE JUNTADA**

Por determinação do Sr. Diretor, juntei aos autos, na presente data, os documentos(s) de folha(s) 284 à 285.

Florianópolis, 28 de outubro de 2014.

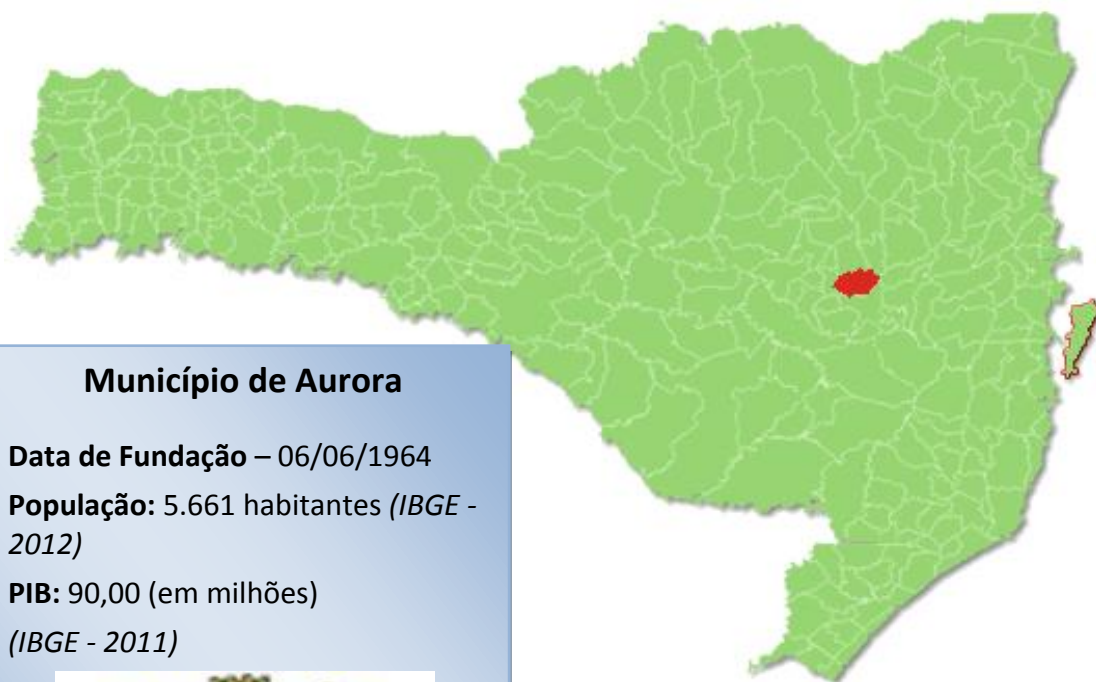
LUCIA HELENA GARCIA





TRIBUNAL  
DE CONTAS  
DE SANTA  
CATARINA

## PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2013



### Município de Aurora

**Data de Fundação** – 06/06/1964

**População:** 5.661 habitantes (IBGE - 2012)

**PIB:** 90,00 (em milhões)  
(IBGE - 2011)



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	4
1.1. MANIFESTAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL .....	5
1.2. RESTRIÇÕES APURADAS NA ANÁLISE PRELIMINAR (RELATÓRIO Nº 2424/2014) .....	6
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .....	12
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA .....	14
3.1. Apuração do resultado orçamentário .....	15
3.2. Análise do resultado orçamentário .....	16
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias .....	17
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA .....	24
4.1. Situação Patrimonial .....	24
4.2. Análise do resultado financeiro .....	25
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos .....	26
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira .....	28
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES .....	31
5.1. Saúde .....	31
5.2. Ensino .....	33
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências .....	33
5.2.2. FUNDEB .....	34
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF) .....	37
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município .....	37
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo .....	39
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo .....	40
6. CONSELHOS MUNICIPAIS .....	41
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB) .....	42
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS) .....	43
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente .....	47
6.3.1. Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA .....	48
6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) .....	49

6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE) .....	50
6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa) .....	52
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010 .....	52
8. RESTRIÇÕES APURADAS .....	57
9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2013 .....	59
CONCLUSÃO .....	60
ANEXO .....	62
APÊNDICE .....	63

<b>PROCESSO</b>	<b>PCP 14/00279809</b>
<b>UNIDADE</b>	Município de <b>Aurora</b>
<b>RESPONSÁVEL</b>	Sr. Vilmar Zandonai - Prefeito Municipal
<b>ASSUNTO</b>	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2013 - Reinstrução
<b>RELATÓRIO Nº</b>	5261/2014

## INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Aurora, relativas ao exercício de 2013.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2013 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Aurora, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 24/10/2014 conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as médias dos exercícios

anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

## 1.1. MANIFESTAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL

Procedido o exame das contas do exercício de 2013 do Município, foi emitido o Relatório nº **2424/2014**, integrante do Processo **PCP 14/00279809**.

Referido Processo foi tramitado ao Exmo. Conselheiro Relator, que decidiu devolver à DMU para que esta encaminhasse ao Responsável à época, Sr. Vilmar Zandonai - Prefeito Municipal, no sentido de manifestar-se sobre as restrições contidas no Relatório nº **2424/2014**, em observância ao disposto no art. 52 da Lei Complementar nº 202/2000 e art. 57, § 3º do Regimento Interno, o que foi efetuado através do Ofício TCE/DMU nº 12.716/2014, de 30/07/2014.

O Exmo. Conselheiro Relator, em seu Despacho, determinou que o Responsável se manifestasse especialmente acerca das restrições contidas nos itens “**8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.1.5 e 8.1.6**” do Capítulo 8 - Restrições Apuradas do citado Relatório.

O Prefeito Municipal solicitou prorrogação de prazo por meio do Ofício s/nº, de 11/08/2014, acostado à fl. 201 dos autos, que foi deferido de acordo com o Despacho à fl. 205, e informado ao Responsável por intermédio do Ofício TCE/DMU nº 13.920/2014 (fl. 206).

Conforme solicitação do Exmo. Conselheiro Relator, o Prefeito Municipal, pelo Ofício s/nº, de 01/09/2014, apresentou alegações de defesa, assim como remeteu documentos, sobre as restrições supracitadas, estando anexadas às fls. 210/214 dos autos.

Assim, retornaram os autos a esta Diretoria para a devida reinstrução.

## 1.2. RESTRIÇÕES APURADAS NA ANÁLISE PRELIMINAR (RELATÓRIO Nº 2424/2014)

### 1.2.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 1.2.1.1 Contabilização do Imposto sobre Produtos Industrializados pelo valor líquido no montante de **R\$ 41.464,69**, bem como ausência de contabilização da dedução da referida Receita para a formação do FUNDEB, contrariando o disposto na Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2012 que aprovou o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Parte I, c/c art. 85 da Lei nº 4.320/64 (fls. 09 e 11 dos autos).

(Relatório nº 2424/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

#### **Manifestação da Unidade:**

O Responsável manifestou-se às fls. 210/214.

#### **Considerações da Análise Técnica:**

O Responsável concorda com o apontamento efetuado para o exercício em análise e informa que os lançamentos referentes ao exercício corrente serão corrigidos, de modo que a restrição fica mantida.

- 1.2.1.2 Déficit de execução orçamentária do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 994.892,48**, representando **7,27%** da receita arrecadada do Município no exercício em exame, em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), parcialmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior - **R\$ 784.434,93** (item 3.1, deste Relatório).

(Relatório nº 2424/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

#### **Manifestação da Unidade:**

O Responsável manifestou-se às fls. 210/214.

### **Considerações da Análise Técnica:**

O Responsável alega que o déficit orçamentário apurado deve ser diminuído em razão da Desincorporação de Passivos no valor de R\$ 351.211,30 e no valor de R\$ 64,97 referente ao lançamento indevido de transferência financeira para a Câmara Municipal.

No que se refere a Desincorporação de Passivos, o valor de R\$ 261.618,27 relativo a retenções de INSS do exercício em análise que foram baixadas do Passivo Circulante, e portanto, influenciaram o resultado financeiro para mais, identifica-se que este procedimento foi indevido, pois se trata de despesa de competência do exercício de 2013 que deveria estar registrada em Consignações ao final do exercício.

Segundo informa o Responsável foi feito o parcelamento da dívida junto ao INSS, contudo, não foi possível identificar, com base no Sistema e-Sfinge, o referido parcelamento. Cabe registrar, entretanto, que mesma parcelada a dívida dentro do exercício, a mesma não deixaria de ser incluída na verificação do resultado financeiro.

Assim, em se tratando da execução orçamentária os valores foram empenhados e não há o que ajustar, todavia com relação a execução financeira o valor que deveria constar no Passivo Financeiro em 31/12/2013 e foi baixado (fls. 282/284) deve ser ajustado alterando o resultado financeiro apurado inicialmente no Relatório nº 2424/2014 de Instrução, conforme Quadro 11.

No que tange a Desincorporação de Passivos, o valor de R\$ 89.593,03 relativo ao cancelamento de Restos a Pagar, entende-se que este procedimento aumenta o superávit financeiro do exercício anterior para o valor de R\$ 874.027,96, que serve de cobertura para o déficit em questão.

Já o valor de R\$ 64,27 não influencia a execução orçamentária já que se trata de transferência financeira.

Importante registrar que em razão da baixa de valores retidos do INSS do Passivo Financeiro da Prefeitura Municipal e do Fundo Municipal de Saúde, conforme valores apurados no item 1.2.1.5, constatou-se, nesta oportunidade, que houve a anulação de empenhos de obrigações patronais relativas ao

INSS no exercício em exame da ordem de R\$ 236.154,62, sendo o valor de R\$ 153.778,61 relativo à Prefeitura Municipal e o valor de R\$ 82.376,01 referente ao Fundo Municipal de Saúde (fls. 217/278).

Esse procedimento indevido de anulação de despesas empenhadas de competência do exercício de 2013 influencia os resultados orçamentário e financeiro aumentando o déficit em análise e alterando o resultado financeiro do exercício.

Assim, diante das alegações do Responsável e apurações efetuadas nesta oportunidade, a restrição permanece, de acordo com o item 8.1.2 deste Relatório, com a alteração dos valores para um déficit orçamentário de R\$ 1.231.047,10, sendo que o resultado financeiro passa a ser também deficitário no valor de R\$ 356.954,17, conforme restrição configurada no item 8.1.3 deste Relatório.

Ainda, em razão do alegado fica configurada também a restrição relativa a despesas empenhadas e canceladas, no valor de R\$ 236.154,62, conforme item 8.1.5, bem como as alterações no Quadro 11-B do item 4.2.1 e Apêndice.

- 1.2.1.3 Ausência de remessa do Parecer do Conselho do FUNDEB, em desacordo com o artigo 27, da Lei nº 11.494/07 (itens 5.2.2 e 6.1).

(Relatório nº 2424/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

#### **Manifestação da Unidade:**

O Responsável manifestou-se às fls. 210/214.

#### **Considerações da Análise Técnica:**

O Responsável concorda com a restrição e encaminha o Parecer do Conselho do FUNDEB nesta oportunidade (fl. 214) e, dessa forma desconsidera-se o apontamento efetuado.

- 1.2.1.4 Despesas registradas em DDO com recursos do FUNDEB sem disponibilidade financeira, no valor de **R\$ 2.821,45**, em desacordo com o artigo 85 da Lei nº 4.320/64 (e-Sfinge e Anexo).

(Relatório nº 2424/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)



### **Manifestação da Unidade:**

O Responsável manifestou-se às fls. 210/214.

### **Considerações da Análise Técnica:**

O Responsável ao apresentar justificativas concorda com a restrição, de forma que a mesma permanece.

- 1.2.1.5 Divergência, no valor de **R\$ 261.683,24**, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ -643.616,21) e o resultado da execução orçamentária – Déficit (R\$ 994.892,48), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 89.593,03, em afronta ao artigo 102 da Lei nº 4.320/64 (itens 3.1 e 4.2).

(Relatório nº 2424/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

### **Manifestação da Unidade:**

O Responsável manifestou-se às fls. 210/214.

### **Considerações da Análise Técnica:**

O Responsável alega que a restrição é oriunda da Desincorporação de Passivos no valor de R\$ 261.618,27, da transferência financeira concedida de forma incorreta à Câmara Municipal no valor de R\$ 64,97 e do cancelamento de restos a pagar no valor de R\$ 89.593,03.

Conforme já mencionado no item anterior, no que se refere ao valor de R\$ 261.618,27, constatou-se com base no Balancete do Razão do Sistema e-Sfinge que se trata da baixa (Conta 623312800) de INSS (retenções) do Passivo Circulante (Conta 211110200). Sendo o valor de R\$ 192.164,00 relativo à Prefeitura Municipal e o valor de R\$ 69.454,27 referente ao Fundo Municipal de Saúde (fls. 282/284). Com relação ao valor referente ao cancelamento de restos a pagar, o mesmo não compõe o valor da restrição, e no que tange ao valor de 64,97, o mesmo consta no Anexo 13 da Câmara Municipal em "Interferências Passivas" com saldo negativo.

Dessa forma, a restrição permanece, sendo restrição efetiva a contabilização incorreta no valor de R\$ 64,97, conforme item 8.1.6.

- 1.2.1.6 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c os artigos 4º, II e 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7).

(Relatório nº 2424/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

**Manifestação da Unidade:**

O Responsável manifestou-se às fls. 210/214.

**Considerações da Análise Técnica:**

O Responsável alega que disponibiliza por meios eletrônicos de acesso público todas as informações de ordem financeira e orçamentária e que estão procedendo a verificação quanto ao cumprimento dos dispositivos legais apontados por este Tribunal.

Assim, a restrição permanece com o descumprimento dos dispositivos legais citados na restrição com base na apuração efetuada no Quadro 20, deste Relatório.

1.2.2 RESTRIÇÕES DE ORDEM REGULAMENTAR

- 1.2.2.1 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "a", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.2).

(Relatório nº 2424/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

**Manifestação da Unidade:**

O Responsável não apresentou justificativas.

**Considerações da Análise Técnica:**

Resta mantida a restrição.

- 1.2.2.2 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "b", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.3).

(Relatório nº 2424/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

**Manifestação da Unidade:**

O Responsável não apresentou justificativas.

**Considerações da Análise Técnica:**

Resta mantida a restrição.

- 1.2.2.3 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "c", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.4).

(Relatório nº 2424/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

**Manifestação da Unidade:**

O Responsável não apresentou justificativas.

**Considerações da Análise Técnica:**

Resta mantida a restrição.

- 1.2.2.4 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "d", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.5).

(Relatório nº 2424/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

**Manifestação da Unidade:**

O Responsável não apresentou justificativas.

**Considerações da Análise Técnica:**

Resta mantida a restrição.

- 1.2.2.5 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "e", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.6).

(Relatório nº 2424/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

**Manifestação da Unidade:**

O Responsável não apresentou justificativas.

**Considerações da Análise Técnica:**

Resta mantida a restrição.

À luz das ponderações de ordem técnica referentes às justificativas apresentadas pelo responsável, por ventura do cumprimento das disposições contidas no art. 52 da Lei Complementar nº 202/2000 e art. 57, § 3º do Regimento Interno, conforme consta do item 1.2, as contas relativas ao exercício de 2013 passam a apresentar os seguintes dados:

## 2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO<sup>1</sup>

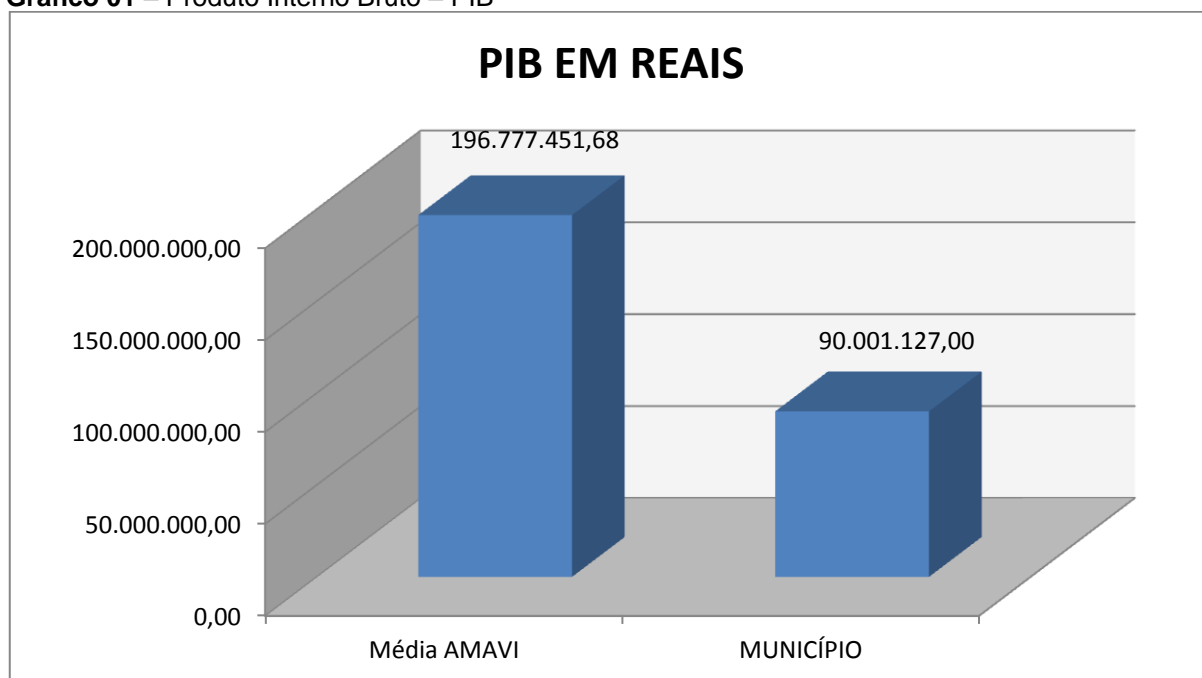
O primeiro colonizador a chegar na localidade foi o alemão Otto Wehmuth, em 1910. Otto morreu em um desastre pouco depois, mas logo vieram as famílias Strey, Schoeninger, Gunther e Kruger. Os colonos denominaram o lugar de Lautembarch e somente em 1943 o nome foi trocado para Aurora. No início, a mata fechada da região dificultou o estabelecimento dos

<sup>1</sup> Disponível em: [www.sc.gov.br/portalturismo](http://www.sc.gov.br/portalturismo)

imigrantes, que praticavam a agricultura de subsistência. Com o tempo, ampliaram as terras cultivadas. A principal fonte de renda continua sendo a agropecuária.

O Município de Aurora tem uma população estimada em 5.661<sup>2</sup> habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,73<sup>3</sup>. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 90.001.127,00<sup>4</sup>, revelando um PIB per capita à época de R\$ 16.201,82, considerando uma população estimada em 2011 de 5.555 habitantes.

**Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB**



**Fonte:** IBGE – 2011

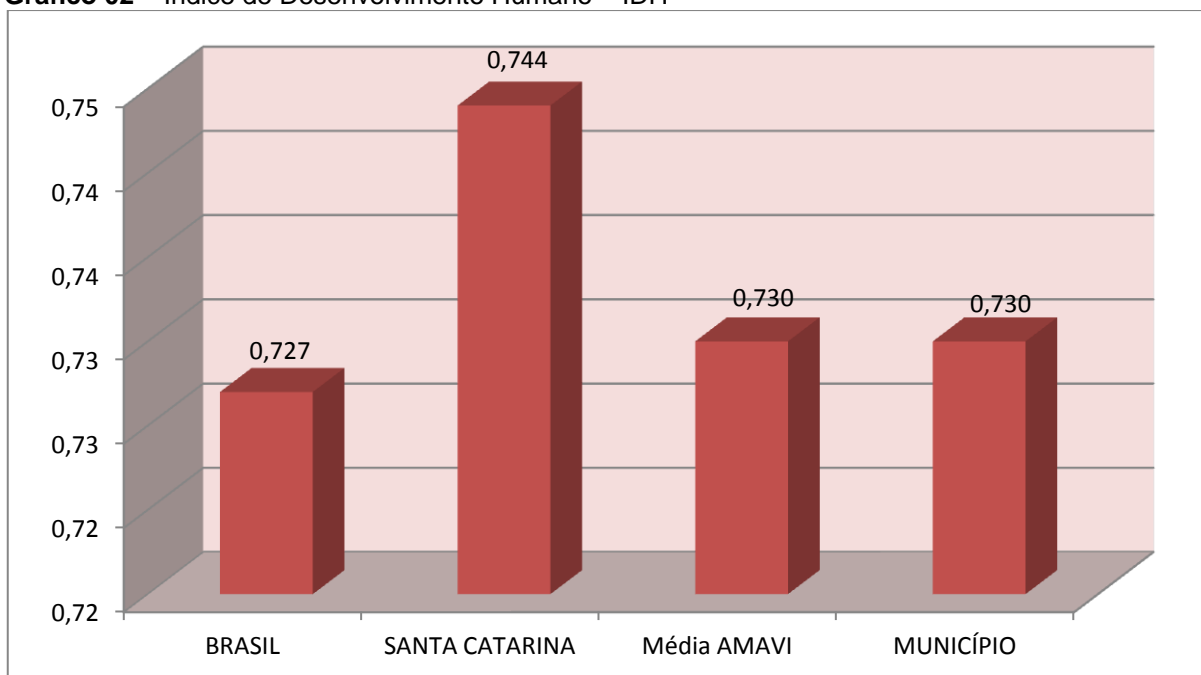
No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Aurora encontra-se na seguinte situação:

<sup>2</sup> IBGE - 2013

<sup>3</sup> PNUD - 2010

<sup>4</sup> Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2011

**Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH**



Fonte: PNUD – 2010

### 3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

**Quadro 01 – Leis Orçamentárias**

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	17.700.000,00
PPA	1342/2009	21/07/2009	DESPESA FIXADA	
LDO	1350/2012	14/08/2012		
LOA	1462/2012	28/09/2012		17.700.000,00

### 3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Déficit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 994.892,48**, correspondendo a **7,27%** da receita arrecadada.

Após os ajustes da receita e despesa o município apresentou Déficit de **R\$ 1.231.047,10**.

Salienta-se que o resultado consolidado, Déficit de R\$ 1.231.047,10, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Déficit de R\$ 968.654,24 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Déficit de R\$ 262.392,86.

**Ressalta-se que o Déficit em questão foi parcialmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 784.434,93) e o Cancelamento de Restos a Pagar no valor de R\$ 89.593,03**, conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro (item 4.2, deste Relatório), e na análise efetuada no item 1.2.1.2.

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

**Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2013**

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	17.700.000,00	13.694.115,84	77,37
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	18.504.337,69	14.689.008,32	79,38
<b>Déficit de Execução Orçamentária</b>		<b>994.892,48</b>	
<b>Resultado Orçamentário Consolidado Ajustado</b>			
RECEITA	17.700.000,00	13.694.115,84	77,37
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	18.504.337,69	14.925.162,94	80,66
<b>Déficit de Execução Orçamentária</b>		<b>1.231.047,10</b>	

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

**Quadro 02 – A – Ajustes do Resultado Orçamentário Consolidado**

Descrição	Valor
Prefeitura Municipal: Despesas liquidadas, empenhadas e canceladas (ajuste do exercício atual) - fls. 241/278	153.778,61
Demais Unidades (exceto Instituto/Fundo de Previdência): Despesas liquidadas, empenhadas e canceladas (ajuste do exercício atual) - fls. 217/240	82.376,01
<b>Total adicionado na Despesa Orçamentária</b>	<b>236.154,62</b>

Obs.: A divergência entre a variação do patrimônio financeiro ajustado e o resultado da execução orçamentária ajustada no montante de R\$ 64,97 considerando o cancelamento de Restos a

Pagar no valor de R\$ 89.593,03 está anotada em "Restrições de Ordem Legal" do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

Obs.: Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

Obs.: Com relação às despesas liquidadas, empenhadas e canceladas no exercício em análise, vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

### 3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Aurora nos últimos 5 anos:

**Quadro 03** – Quocientes de Resultado Orçamentário – **Ajustado** – 2009-2013

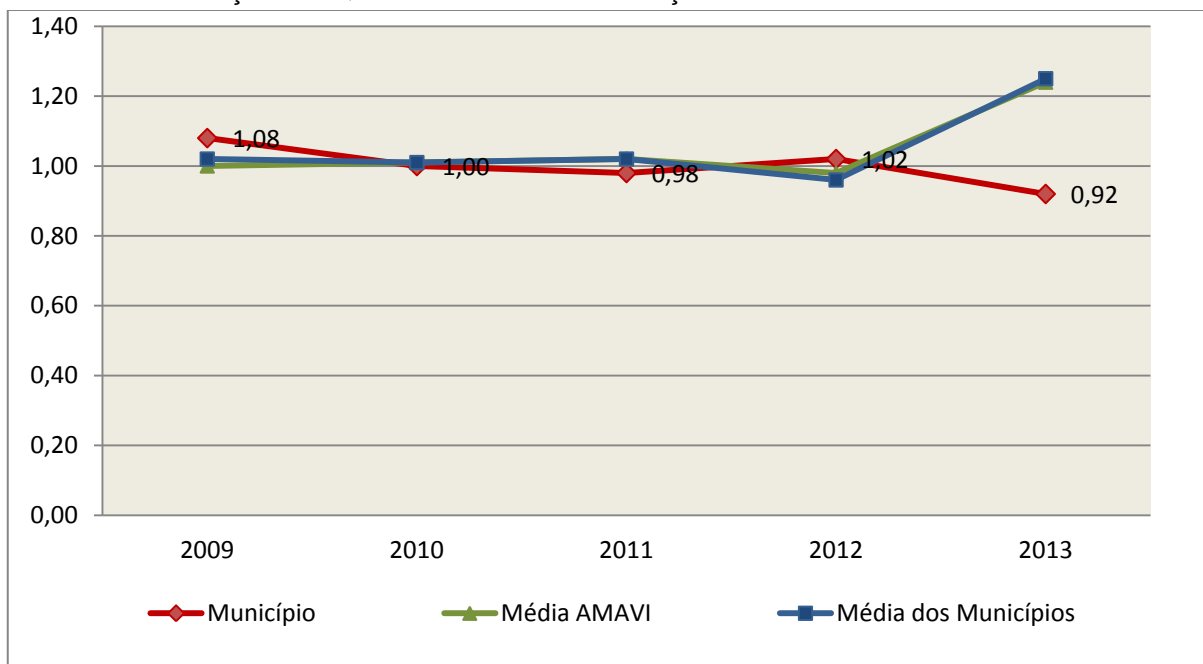
ITENS / ANO		2009	2010	2011	2012	2013
1	Receita realizada	10.008.804,05	9.884.692,09	11.780.277,75	13.314.415,57	13.694.115,84
2	Despesa executada	9.255.672,34	9.894.044,71	12.078.789,05	13.089.897,48	14.925.162,94
QUOCIENTE		2009	2010	2011	2012	2013
Resultado Orçamentário (1÷2)		1,08	1,00	0,98	1,02	0,92

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).



**Gráfico 03** – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

### 3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 13.694.115,84**, equivalendo a **77,37%** da receita orçada.

As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

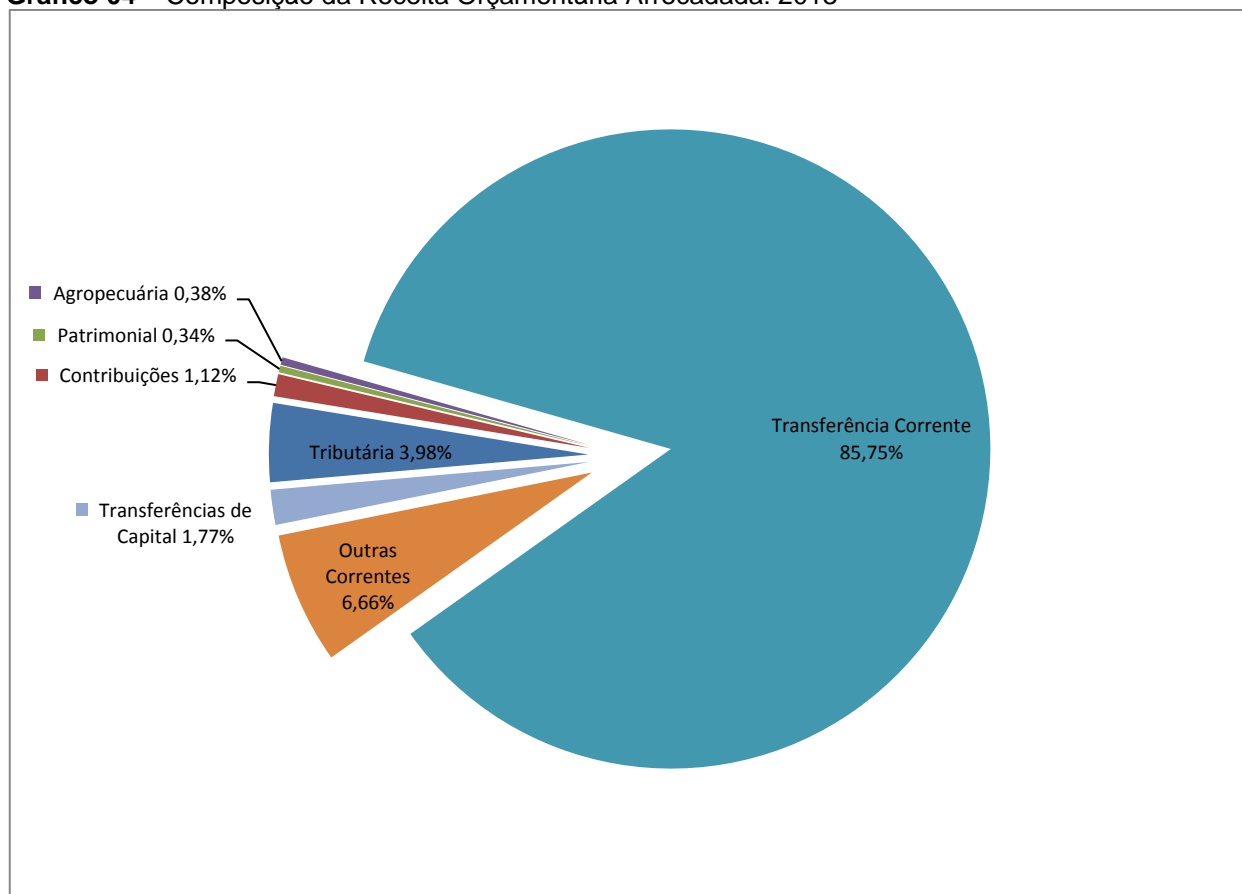
**Quadro 04** – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2013

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	666.000,00	544.461,46	81,75
Receita de Contribuições	100.000,00	153.627,90	153,63
Receita Patrimonial	121.000,00	46.079,09	38,08
Receita Agropecuária	100.000,00	52.202,15	52,20

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
Transferências Correntes	12.951.000,00	11.742.542,18	90,67
Outras Receitas Correntes	171.000,00	912.258,79	533,48
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>14.109.000,00</b>	<b>13.451.171,57</b>	<b>95,34</b>
Alienação de Bens	20.000,00	-	-
Transferências de Capital	3.571.000,00	242.944,27	6,80
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>3.591.000,00</b>	<b>242.944,27</b>	<b>6,77</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>17.700.000,00</b>	<b>13.694.115,84</b>	<b>77,37</b>

**Fonte:** <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

**Gráfico 04** – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2013



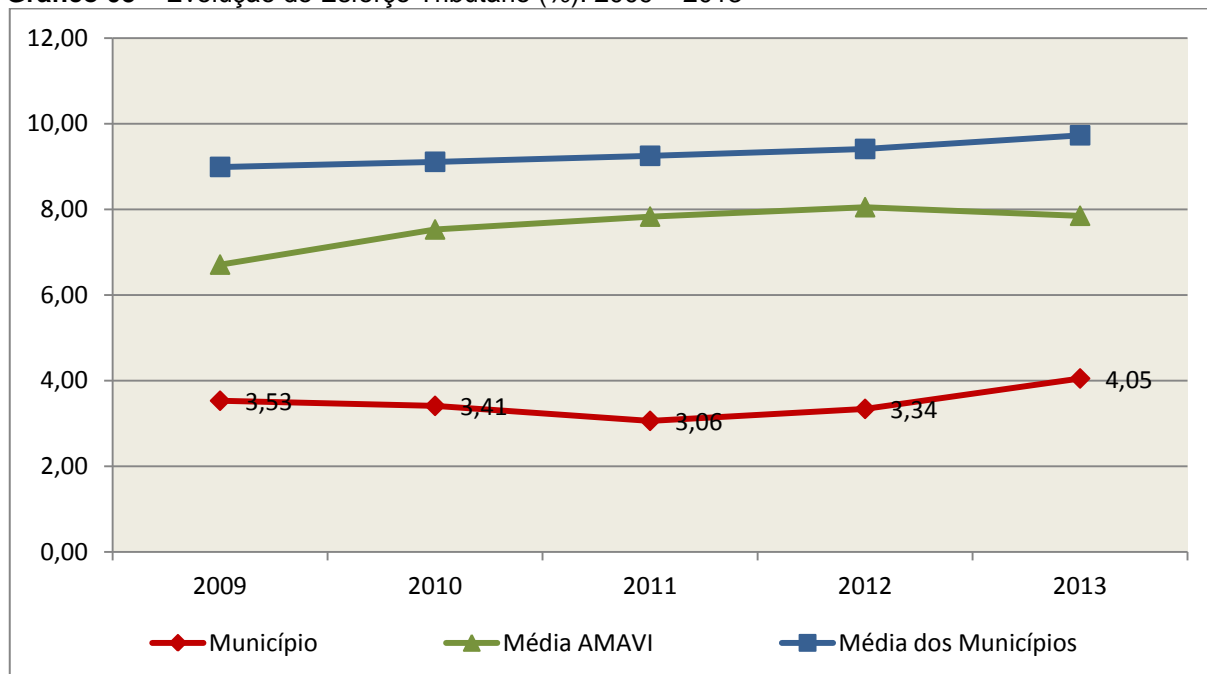
**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **85,75%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue

mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

**Gráfico 05 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2009 – 2013**

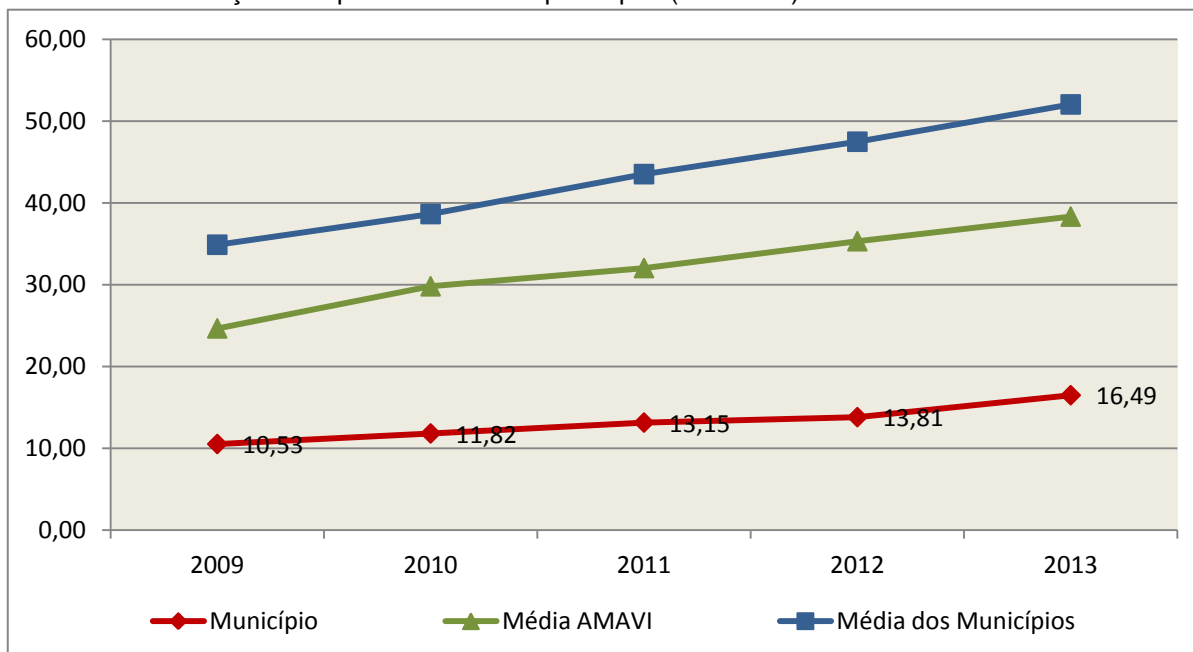


**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

**Gráfico 06 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2009 – 2013**



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

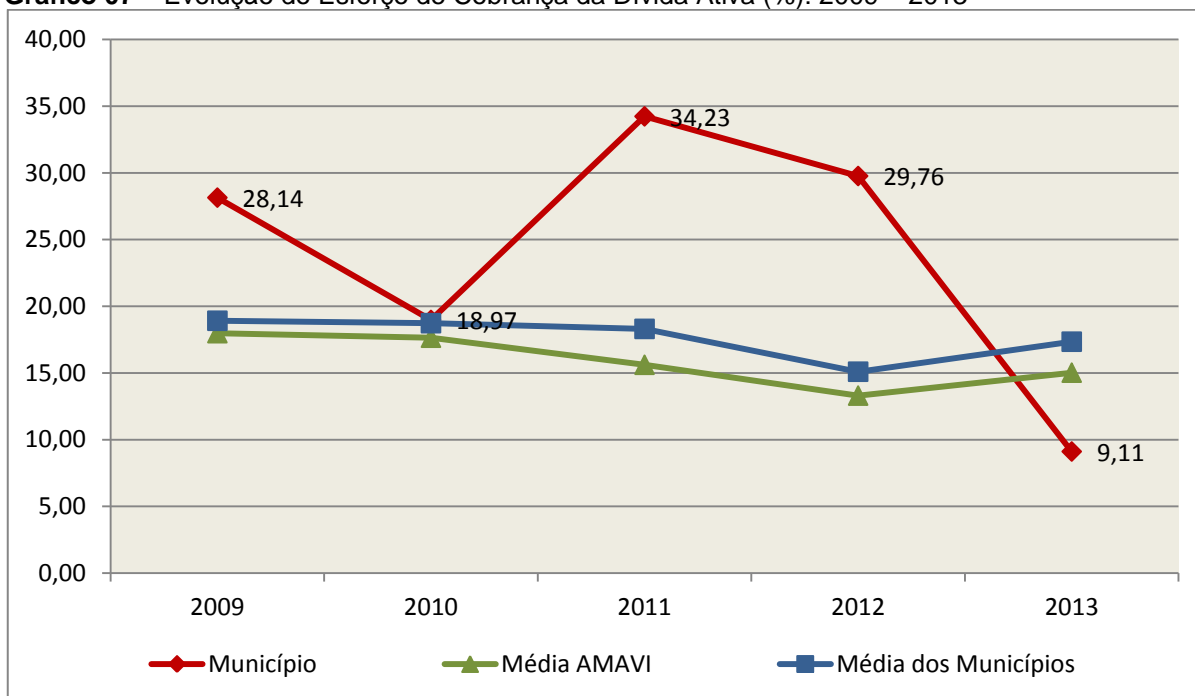
**Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2013**

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
139.001,43	53.733,80	0,00	0,00	12.669,91	0,00	180.065,32

**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

**Gráfico 07 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2009 – 2013**



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

**Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2013**

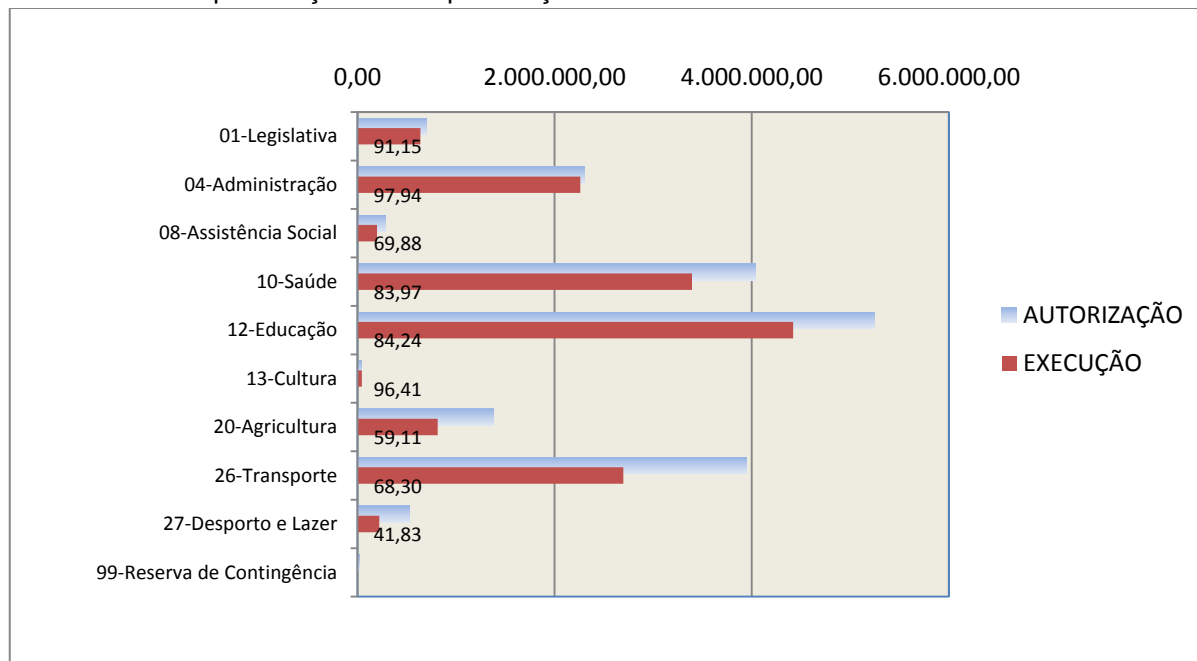
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO <sup>1</sup> (R\$)	EXECUÇÃO <sup>2</sup> (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	700.000,00	638.080,96	91,15
04-Administração	2.307.878,15	2.260.402,45	97,94
08-Assistência Social	285.156,44	199.278,90	69,88
10-Saúde	4.042.298,39	3.394.192,95	83,97
12-Educação	5.246.136,78	4.419.414,10	84,24
13-Cultura	46.000,00	44.350,00	96,41
20-Agricultura	1.378.124,02	814.581,29	59,11
26-Transporte	3.948.743,91	2.697.031,44	68,30
27-Desporto e Lazer	530.000,00	221.676,23	41,83
99-Reserva de Contingência	20.000,00	-	-
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>18.504.337,69</b>	<b>14.689.008,32</b>	<b>79,38</b>

**Fontes:** <sup>1</sup>Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e <sup>2</sup>Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

**Gráfico 08** – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2013



**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

**Quadro 07** – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2009 – 2013

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2009	2010	2011	2012	2013
01-Legislativa	353.162,26	378.985,06	436.283,22	534.384,76	638.080,96
04-Administração	1.520.538,67	1.439.357,88	1.620.483,48	1.724.148,11	2.260.402,45
06-Segurança Pública	16.569,67	-	-	-	-
08-Assistência Social	145.220,12	68.299,71	153.615,32	153.760,56	199.278,90
10-Saúde	1.911.999,37	2.066.605,52	2.712.932,04	2.992.588,63	3.394.192,95
12-Educação	2.318.187,69	2.937.745,29	3.456.833,13	3.668.120,25	4.419.414,10
13-Cultura	-	91.099,35	68.852,42	55.580,99	44.350,00
18-Gestão Ambiental	527,50	-	-	-	-
20-Agricultura	513.001,78	1.018.125,18	1.220.994,37	1.155.203,48	814.581,29
26-Transporte	2.270.326,13	1.803.880,08	2.250.400,50	2.668.711,30	2.697.031,44

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2009	2010	2011	2012	2013
27-Desporto e Lazer	197.212,27	89.946,64	158.394,57	137.399,40	221.676,23
28-Encargos Especiais	251.732,56	-	-	-	-
<b>TOTAL DA DESPESA REALIZADA</b>	<b>9.498.478,02</b>	<b>9.894.044,71</b>	<b>12.078.789,05</b>	<b>13.089.897,48</b>	<b>14.689.008,32</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

**Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2013**

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	93.373,20	0,94
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	88.795,29	0,90
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	119.757,79	1,21
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	74.922,74	0,76
Cota do ICMS	3.394.303,44	34,24
Cota-Parte do IPVA	537.490,33	5,42
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	51.830,86	0,52
Cota-Parte do FPM	5.508.918,55	55,57
Cota do ITR	8.166,89	0,08
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	15.842,51	0,16
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	10.572,67	0,11
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	10.043,49	0,10
<b>TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS</b>	<b>9.914.017,76</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2013**

<b>DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Receitas Correntes Arrecadadas	15.301.156,10
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	1.849.984,53
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>13.451.171,57</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

## 4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

### 4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

**Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Aurora (em Reais): 2012 – 2013**

<b>ATIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Financeiro</b>	<b>1.551.758,01</b>	<b>875.907,13</b>	<b>Financeiro</b>	<b>767.323,08</b>	<b>996.706,68</b>
<b>Disponível</b>	<b>1.551.780,39</b>	<b>866.853,59</b>	<b>Depósitos</b>	<b>75.250,21</b>	<b>304.677,62</b>
Bancos Conta Movimento	347.062,72	50.212,80	Consignações	55.436,01	261.618,27 *
Bancos Conta Vinculada	1.204.652,70	816.640,79	Depósitos de Diversas Origens	19.814,20	43.059,35
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	64,97	-	<b>Restos a Pagar</b>	<b>692.072,87</b>	<b>692.029,06</b>
<b>Realizável</b>	<b>-22,38</b>	<b>9.053,54</b>	Obrigações a Pagar	692.072,87	692.029,06
Créditos a Receber	-22,38	9.053,54			
<b>Permanente</b>	<b>5.049.970,34</b>	<b>5.781.547,46</b>	<b>Permanente</b>	<b>254.035,89</b>	<b>179.441,84</b>
<b>Créditos</b>	<b>-</b>	<b>68,10</b>	<b>Dívida Fundada</b>	<b>254.035,89</b>	<b>179.441,84</b>
Devedores - Entidades e Agentes	-	68,10			
<b>Dívida Ativa</b>	<b>139.001,43</b>	<b>180.065,32</b>	<b>DIVERSAS PROVISÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	139.001,43	180.065,32	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00	0,00
<b>Imobilizado</b>	<b>4.910.968,91</b>	<b>5.601.414,04</b>			
Bens Móveis e Imóveis	4.910.968,91	5.601.414,04			
Bens Imóveis	580.222,29	778.478,75			
Bens Móveis	4.330.746,62	4.822.935,29			
<b>ATIVO REAL</b>	<b>6.601.728,35</b>	<b>6.657.454,59</b>	<b>PASSIVO REAL</b>	<b>1.021.358,97</b>	<b>1.176.148,52</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>5.580.369,38</b>	<b>5.481.306,07</b>



ATIVO	2012	2013	PASSIVO	2012	2013
			Ativo Real Líquido	5.580.369,38	5.481.306,07
<b>TOTAL</b>	<b>6.601.728,35</b>	<b>6.657.454,59</b>	<b>TOTAL</b>	<b>6.601.728,35</b>	<b>6.657.454,59</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

\* Ajuste efetuado em razão da análise realizada na restrição 1.2.1.2.

Obs.: A divergência, no valor de R\$ 261.618,27, entre o Resultado Patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – Anexo 15 (R\$ 162.554,96) e o Saldo Patrimonial do exercício corrente, apurado no Balanço Patrimonial – Anexo 14, (R\$ 5.481.306,07), deduzido o Saldo Patrimonial do exercício anterior (R\$ 5.580.369,38), é em decorrência do ajuste efetuado pela Instrução.

Obs.: A divergência, no valor de R\$ 261.618,27, entre o saldo apresentado na Demonstração da Dívida Flutuante – Anexo 17 (R\$ 735.088,41) e o saldo do Passivo Financeiro constante do Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei nº 4.320/64 (R\$ 996.706,68), é em decorrência do ajuste efetuado pela Instrução.

## 4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Déficit Financeiro de **R\$ 356.954,17** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 1,41** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação negativa de **R\$ 1.141.389,10** passando de um Superávit de **R\$ 784.434,93** para um Déficit de **R\$ 356.954,17**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Déficit de **R\$ 215.338,31**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

**Quadro 11** – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2012 - 2013

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Variação
Ativo Financeiro	1.551.758,01	875.907,13	-675.850,88
Passivo Financeiro	767.323,08	1.232.861,30	465.538,22
<b>Saldo Patrimonial Financeiro Ajustado</b>	<b>784.434,93</b>	<b>-356.954,17</b>	<b>-1.141.389,10</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O saldo patrimonial financeiro foi ajustado pelas seguintes situações:

**Quadro 11 – A – Ajustes do Patrimônio Financeiro (em Reais)**

Descrição	Valor
Prefeitura Municipal: Despesas liquidadas, empenhadas e canceladas (ajuste do exercício atual) - fls. 241/278	153.778,61
Demais Unidades (exceto Instituto/Fundo de Previdência): Despesas liquidadas, empenhadas e canceladas (ajuste do exercício atual) - fls. 217/240	82.376,01
<b>Total acrescido no Saldo Final do Passivo Financeiro</b>	<b>236.154,62</b>

Obs.: A divergência entre a variação do Saldo Patrimonial Financeiro e o Resultado da Execução Orçamentária consta como restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

Obs.: Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

#### **4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos**

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2013, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada no Município de Aurora, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

**Quadro 11- B** – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso (em Reais)

<b>FONTE DE RECURSOS</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA</b>	<b>Superávit / Déficit</b>
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>		
00 - Recursos Ordinários	0,00	Superávit
12 - Serviços de Saúde	441,75	Superávit
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	-6.057,12	Déficit
17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	-1.665,76	Déficit
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica) - R\$ -104.147,28	-114.193,52	Déficit
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ -10.046,24		
22 - Transferências de Convênios - Educação	-21.975,86	Déficit
23 - Transferências de Convênios - Saúde	61.746,00	Superávit
24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	547.425,83	Superávit
52 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	1.822,36	Superávit
58 - Salário Educação	-1.543,71	Déficit
59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	0,00	Superávit
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	-9.337,71	Déficit
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	0,00	Superávit
64 - Atenção Básica	-87.092,57	Déficit
66 - Vigilância em Saúde	19.609,41	Superávit
67 - Assistência Farmacêutica Básica	24.210,29	Superávit
71 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	-1.582,62	Déficit
77 - FIA Imposto de Renda	27,00	Superávit
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	190,47	Superávit
<b>SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA</b>	<b>-243.448,87</b>	

RECURSOS ORDINÁRIOS		
00 - Recursos Ordinários	-446.743,02	
01- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-163.287,27	
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	-158.948,12	
<b>TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS</b>	<b>-768.978,41</b>	<b>Déficit</b>

**Fonte:** Dados do Sistema e-Sfinge.

\* As disponibilidades de caixa da Câmara Municipal de Aurora foram consideradas como recursos vinculados.

### 4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

**Quadro 12** – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2009 – 2013

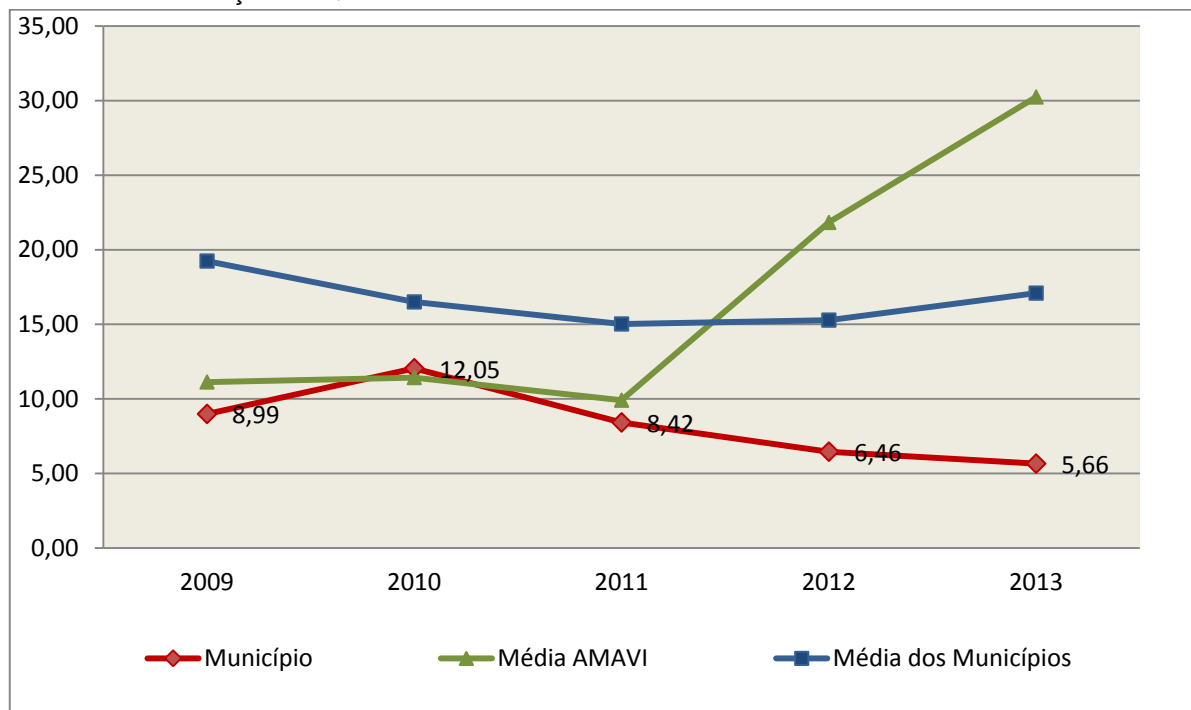
ITENS / ANO	2009	2010	2011	2012	2013
1 Despesa Executada	9.498.478,02	9.894.044,71	12.078.789,05	13.089.897,48	14.689.008,32
2 Restos a Pagar	0,00	0,00	306.842,55	692.072,87	692.029,06
3 Ativo Financeiro Ajustado	943.012,72	863.440,64	901.220,65	1.551.758,01	875.907,13
4 Passivo Financeiro Ajustado	85.909,05	15.101,34	351.693,81	767.323,08	1.232.861,30
5 Ativo Real	4.889.721,26	5.299.999,65	5.765.947,87	6.601.728,35	6.657.454,59
6 Passivo Real	543.987,92	439.711,05	684.626,36	1.021.358,97	1.176.148,52
QUOCIENTES	2009	2010	2011	2012	2013
Resultado Patrimonial (5÷6)	8,99	12,05	8,42	6,46	5,66
Situação Financeira (3÷4)	10,98	57,18	2,56	2,02	0,71
Restos a Pagar (2÷1)*100	0,00	0,00	2,54	5,29	4,71

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

**Gráfico 09 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2009 – 2013**



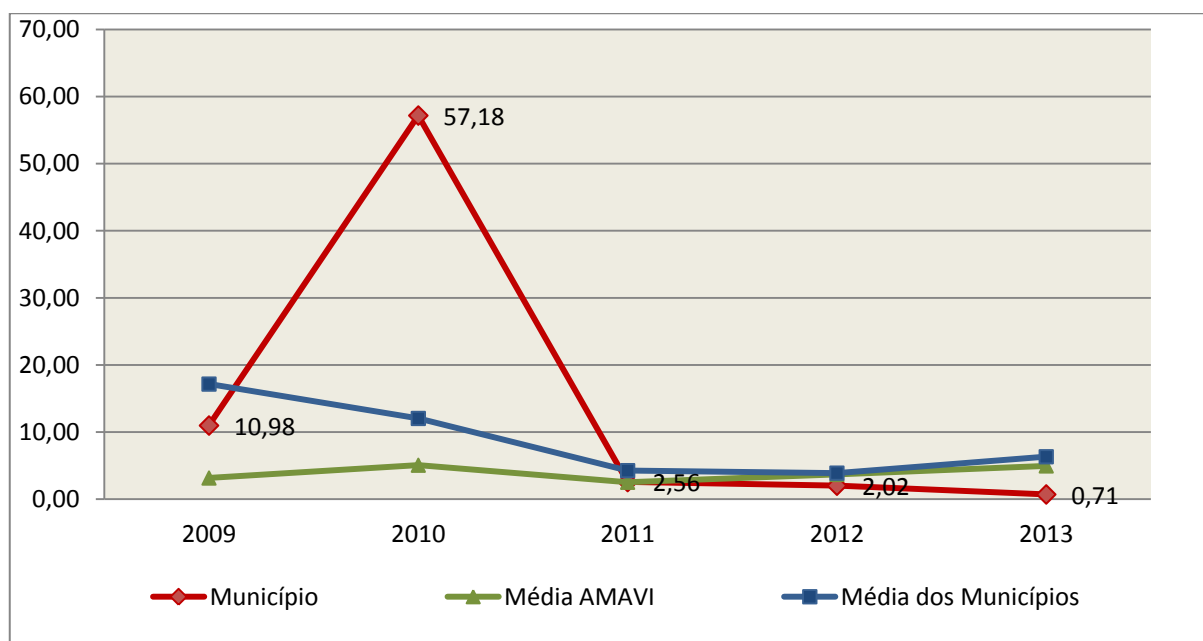
**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2013 o Ativo Real apresenta-se **5,66** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

**Gráfico 10** – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

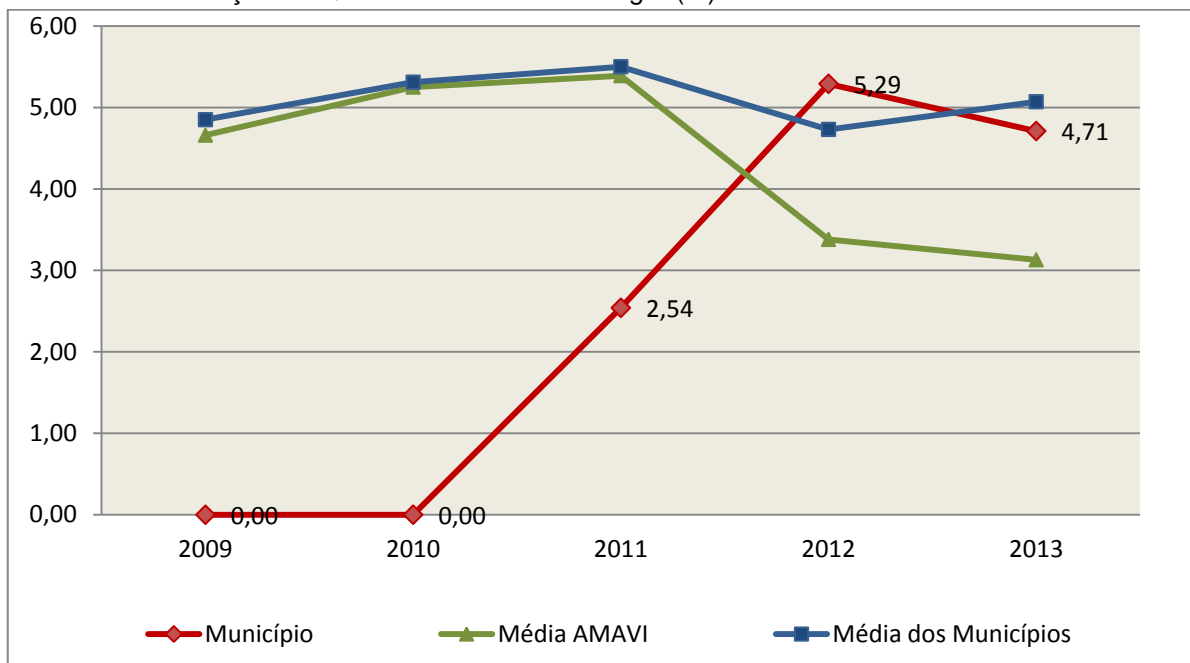
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Deficitária, sendo que no final do exercício de 2013 o Ativo Financeiro representa **0,71** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Aurora é demonstrada no gráfico a seguir:

**Gráfico 11 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2009 – 2013**



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **4,71%** da despesa orçamentária do exercício.

## 5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

### 5.1. Saúde

**Limite:** mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2013 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 2.507.773,96** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **25,30%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 1.020.671,30**, representando **10,30%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 13** – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2013

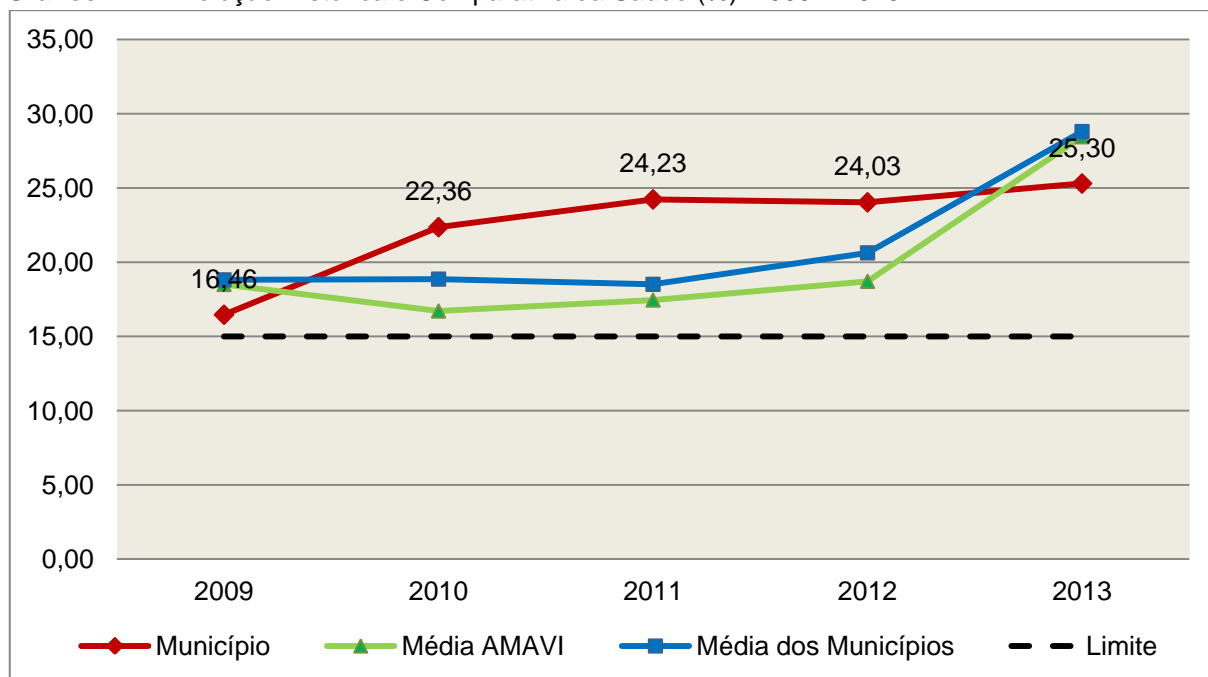
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>Total da Receita com Impostos</b>	<b>9.914.017,76</b>	<b>100,00</b>
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.394.192,95	34,24
Atenção Básica	3.394.192,95	34,24
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	886.418,99	8,94
<b>Total das Despesas para Efeito do Cálculo</b>	<b>2.507.773,96</b>	<b>25,30</b>
Valor Mínimo a ser Aplicado	1.487.102,66	15,00
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>1.020.671,30</b>	<b>10,30</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

**Gráfico 12** – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.



O gráfico anterior demonstra que o Município de Aurora em 2013 aumentou seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

## 5.2. Ensino

### 5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

**Limite:** mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2013) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 3.556.794,07** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **35,88%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 1.078.289,63**, representando **10,88%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 14** – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2013

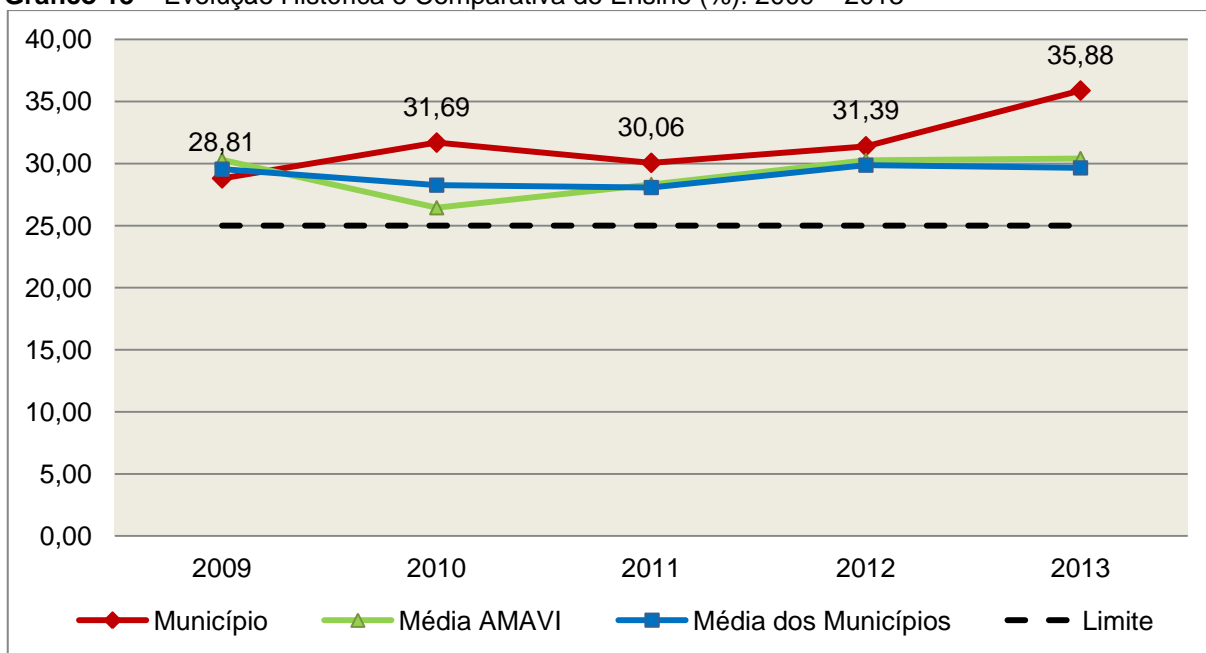
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>Total da Receita com Impostos</b>	<b>9.914.017,76</b>	<b>100,00</b>
<b>Valor Aplicado Educação Infantil</b>	<b>885.419,38</b>	<b>8,93</b>
Educação Infantil	885.419,38	8,93
<b>Valor Aplicado Ensino Fundamental</b>	<b>3.533.922,72</b>	<b>35,65</b>
Ensino Fundamental	3.533.922,72	35,65
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	842.437,64	8,50
(-) Ganho com FUNDEB	18.128,63	0,18
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.981,76	0,02
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo</b>	<b>3.556.794,07</b>	<b>35,88</b>
Valor Mínimo a ser Aplicado	2.478.504,44	25,00
<b>Valor Acima do Limite (25%)</b>	<b>1.078.289,63</b>	<b>10,88</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

\*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

**Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2009 – 2013**



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Aurora em 2013 aumentou seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

## 5.2.2. FUNDEB

**Limite 1:** mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 1.635.797,49**, equivalendo a **87,47%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2013**

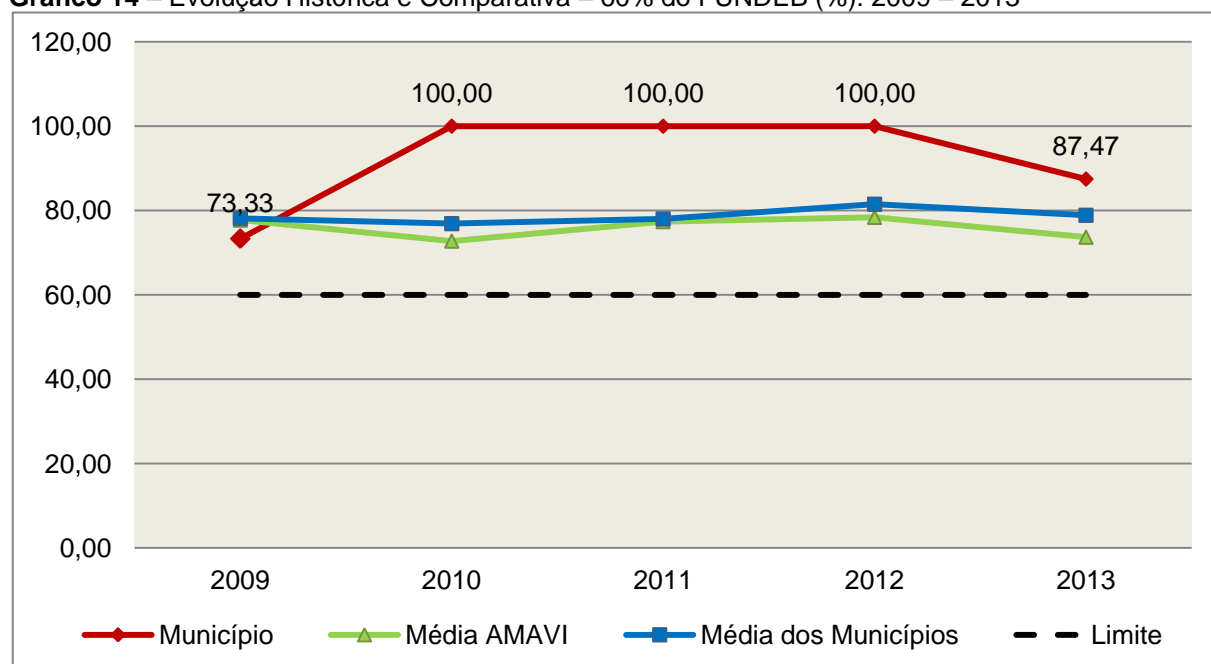
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	1.868.113,16
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	1.981,76
<b>Total dos recursos oriundos do FUNDEB</b>	<b>1.870.094,92</b>

60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	1.122.056,95
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB (Excluída DDO sem cobertura financeira no valor de R\$ 1.899,36 – fl. 62 deste Relatório)	1.635.797,49
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>513.740,54</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

**Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2009 – 2013**



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

**Limite 2:** mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 1.867.273,47**, equivalendo a **99,85%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

**Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2013**

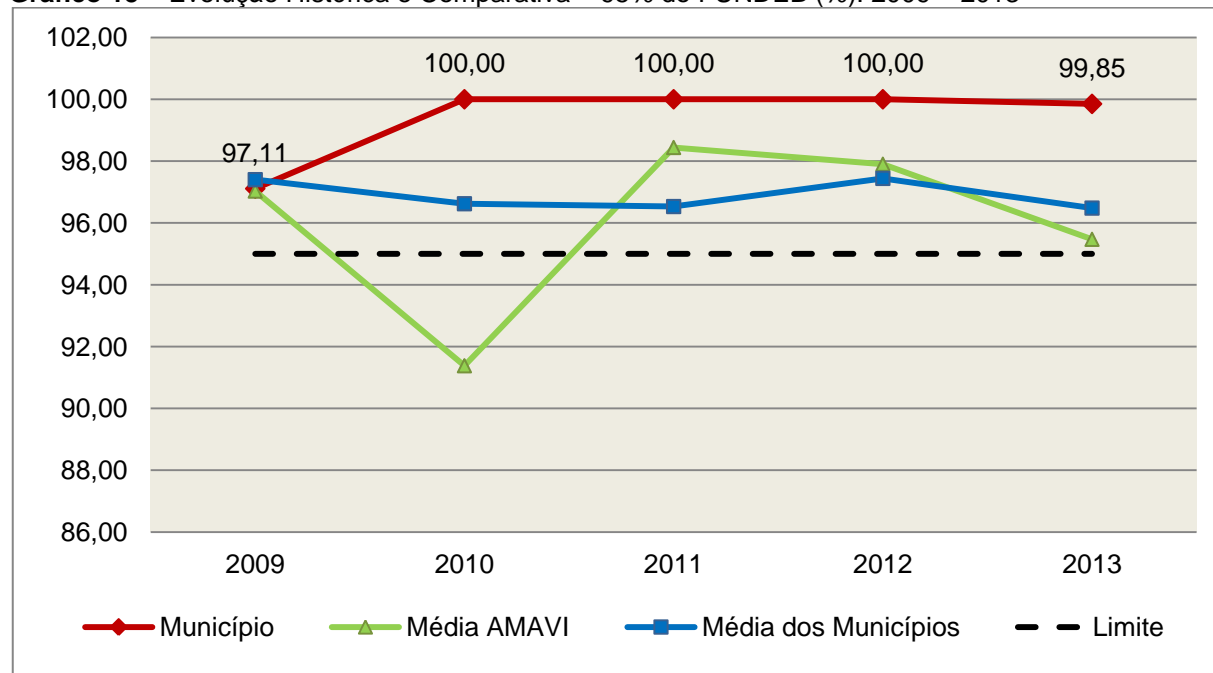
COMPONENTE	VALOR (R\$)
<b>Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB</b>	<b>1.870.094,92</b>
95% dos Recursos do FUNDEB	1.776.590,17
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB * (Excluída DDO sem cobertura financeira no valor de R\$ 2.821,45 9 Fontes 18 e 19 – fl. 62 deste Relatório)	1.867.273,47
<b>Valor Acima do Limite</b>	<b>90.683,30</b>

**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: \* Apuração efetuada com base na execução orçamentária (despesas empenhadas, liquidadas e pagas e os restos a pagar inscritos no exercício com disponibilidade financeira, considerando-se ainda as possíveis exclusões relativas às despesas impróprias, entre outras).

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

**Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2009 – 2013**



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Aurora reduziu sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

**Limite 3:** utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Ante a inexistência de saldo no encerramento do exercício de 2012 de recursos do FUNDEB, resta prejudicada a verificação prevista no art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

**Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2013:** No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

**Quadro 16A** – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2013	3.464,47
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	3.464,47
<b>(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados</b>	<b>0,00</b>

**Fonte:** Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

Obs.: Constatou-se a existência de despesas registradas em DDO sem cobertura financeira com recursos do FUNDEB, vide restrição anotada em "Restrições de Ordem Legal".

### 5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

#### 5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

**Limite:** 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 17** – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2013

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>13.451.171,57</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	8.070.702,94	60,00
<b>Despesas com Pessoal do Poder Executivo</b>	<b>6.702.023,90</b>	<b>49,82</b>
Pessoal e Encargos	6.702.023,90	49,82
<b>Despesas com Pessoal do Poder Legislativo</b>	<b>466.047,44</b>	<b>3,46</b>

Pessoal e Encargos	466.047,44	3,46
<b>Total das deduções das despesas com pessoal*</b>	<b>499,00</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO</b>	<b>7.167.572,34</b>	<b>53,29</b>
Valor Abaixo do Limite (60%)	903.130,60	6,71

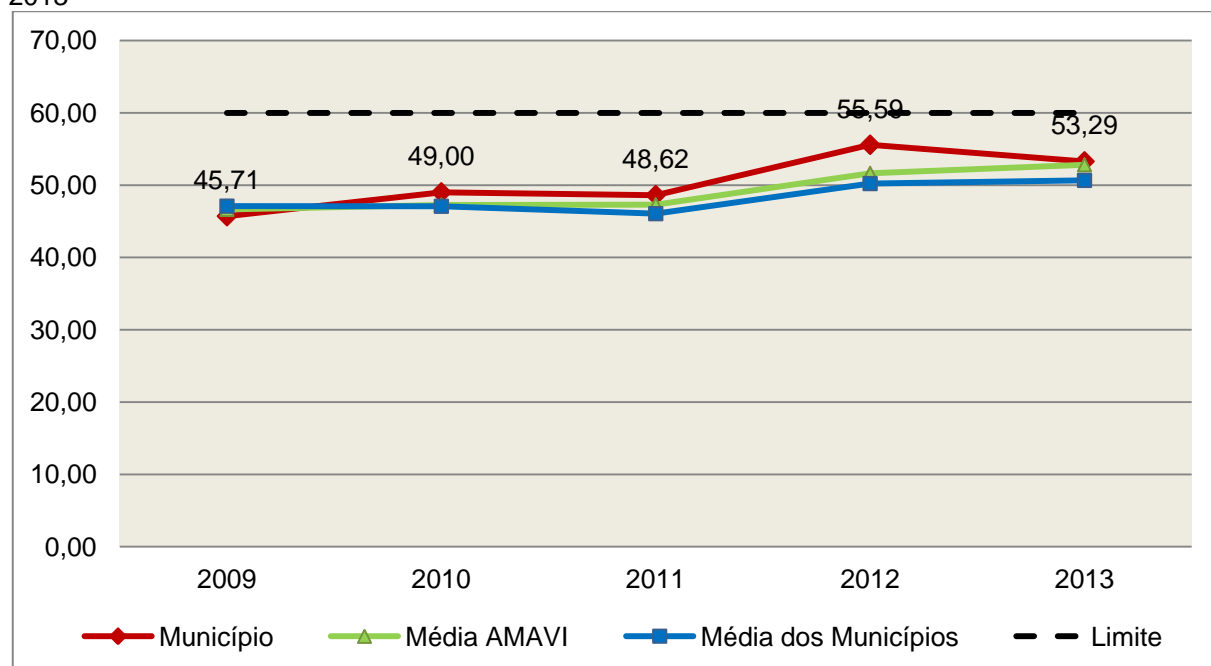
**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **53,29%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

**Gráfico 16** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra a redução dos gastos com pessoal do Município de Aurora, quando comparado ao exercício anterior.

### 5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

**Limite:** 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 18** – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2013

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>13.451.171,57</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.263.632,65	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	6.702.023,90	49,82
Deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo*	499,00	-
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo</b>	<b>6.701.524,90</b>	<b>49,82</b>
Valor Abaixo do Limite (54%)	562.107,75	4,18

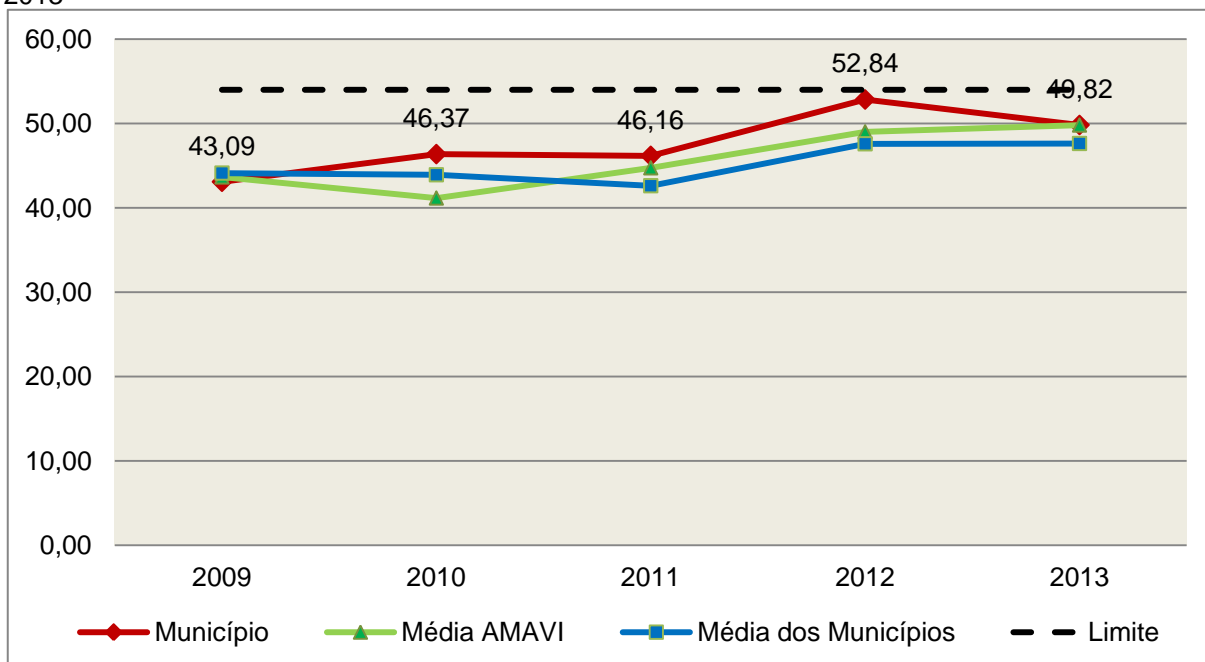
**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

\*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **49,82%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

**Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2009 – 2013**



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo reduziram, quando comparado ao exercício anterior.

### 5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

**Limite:** 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

**Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2013**

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>13.451.171,57</b>	<b>100,00</b>
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	807.070,29	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	466.047,44	3,46
<b>Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo</b>	<b>466.047,44</b>	<b>3,46</b>
Valor Abaixo do Limite (6%)	341.022,85	2,54

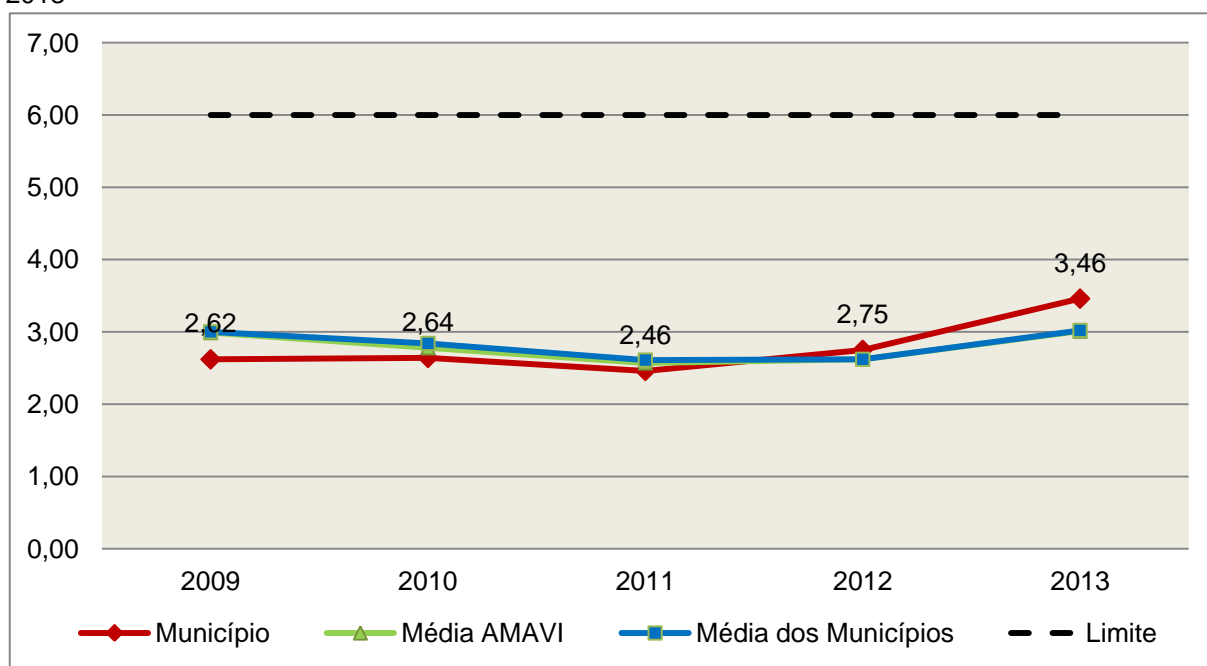
**Fonte:** Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **3,46%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.



O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

**Gráfico 18** – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2009 – 2013



**Fonte:** Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve um aumento do percentual quando comparado ao exercício anterior.

## 6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 20, § 2º da Resolução n. TC – 16/94, alterado pelo artigo 1º da Resolução n. TC 077/2013, de 29 de abril de 2013 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.

b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

### **6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB)**

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 44.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[....]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990](#), indicados por seus pares.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Aurora**, constata-se que o Parecer do Conselho do FUNDEB indica que as respectivas contas foram aprovadas.

## 6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde,

inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal<sup>5</sup>.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade

---

<sup>5</sup> Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Aurora**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal de Saúde não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe do art. 1º, § 2º, "a", da Resolução TC nº 77/2013 (fl. 115).

(Relatório nº 2424/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

### **6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Aurora**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe do art. 1º, § 2º, "b", da Resolução TC nº 77/2013 (fl. 119).

(Relatório nº 2424/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

### 6.3.1 Do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal**.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Aurora, constata-se que a despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (R\$ 45.391,15) representa 0,43% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal (R\$ 10.435.058,18).

Além disso, conforme documentação acostada ao processo às fls. 91 a 114, verifica-se que:



1) A nominata e os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às fls. 101 e 102;

2) Não houve a remessa do Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, caracterizando a ausência de elaboração do mesmo, em desacordo ao disposto o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

3) Não houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, caracterizando a ausência de elaboração do mesmo, contrariando o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

4) A manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar (R\$ 3.225,43 – fl. 123) representa 7,11% da despesa total do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, em desacordo ao artigo 16 da Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010.

Art. 16 Deve ser vedada à utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único. Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

[...]

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

(Relatório nº 2424/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

## **6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)**

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou

da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Aurora**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe do art. 1º, § 2º, "c", da Resolução TC nº 77/2013 fl. 116).

(Relatório nº 2424/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

## 6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Em consulta do processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Aurora**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe do art. 1º, § 2º, "d", da Resolução TC nº 77/2013 (fl. 117).

(Relatório nº 2424/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

## 6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na [Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#), zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de **Aurora**, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal do Idoso não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe do art. 1º, § 2º, "e", da Resolução TC nº 77/2013 (fl. 118).

(Relatório nº 2424/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

## 7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Aurora**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

**Quadro 20** – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

<b>I – QUANTO À FORMA</b>	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Disponibilização até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil municipal (art. 2º, § 2º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>CUMPRIU</b>
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	<b>DESCUMPRIU</b>

<b>I – QUANTO AO CONTEÚDO</b>	
<b>DESPESA</b>	
(art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	<b>CUMPRIU</b>

b) o número do empenho	<b>CUMPRIU</b>
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	<b>CUMPRIU</b>
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	<b>CUMPRIU</b>
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	<b>CUMPRIU</b>
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	<b>CUMPRIU</b>

<b>RECEITA</b> (art. 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) previsão	<b>CUMPRIU</b>
b) lançamento	<b>DESCUMPRIU</b>
c) arrecadação	<b>CUMPRIU</b>

**Fonte:** Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso: 20/11/2013 (fls. 125).

Obs. Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

(Relatório nº 2424/2014, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)



## 8. RESTRIÇÕES APURADAS

### 8.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 8.1.1 Contabilização do Imposto sobre Produtos Industrializados pelo valor líquido no montante de **R\$ 41.464,69**, bem como ausência de contabilização da dedução da referida Receita para a formação do FUNDEB, contrariando o disposto na Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2012 que aprovou o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Parte I, c/c art. 85 da Lei nº 4.320/64 (item 1.2.1.1 e fls. 09 e 11 dos autos).
- 8.1.2 Déficit de execução orçamentária do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 1.231.047,10**, representando **8,99%** da receita arrecadada do Município no exercício em exame, em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), parcialmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior - **R\$ 784.434,93. Registra-se o Cancelamento de Restos a Pagar no valor de 89.593,03** (itens 1.2.1.2 e 3.1).
- 8.1.3 Déficit financeiro do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 356.954,17**, resultante do déficit orçamentário ocorrido no exercício em exame, correspondendo a **2,61%** da Receita Arrecadada do Município no exercício em exame (**R\$ 13.694.115,84**), em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF (item 4.2).
- 8.1.4 Despesas registradas em DDO com recursos do FUNDEB sem disponibilidade financeira, no valor de **R\$ 2.821,45**, em desacordo com o artigo 85 da Lei nº 4.320/64 (item 1.2.1.4, Quadro 16-A e Sistema e-Sfinge)
- 8.1.5 Realização de despesas, no montante de **R\$ 236.154,62**, empenhadas e canceladas no exercício de 2013, em desacordo com os artigos 35, II e 60 da Lei nº 4.320/64

(Quadros 02-A e 11-A e fls. 217/278 dos autos).

8.1.6 Divergência, no valor de **R\$ 64,97**, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ -1.141.389,10) e o resultado da execução orçamentária – Déficit (R\$ 1.231.047,10), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 89.593,03, em afronta ao artigo 102 da Lei nº 4.320/64 (Quadros 02 e 11 e item 1.2.1.5).

8.1.7 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c os artigos 4º, II e 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (item 1.2.1.6 e Capítulo 7).

## 8.2 RESTRIÇÕES DE ORDEM REGULAMENTAR

8.2.1 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "a", da Resolução TC nº 77/2013 (itens 1.2.2.1 e 6.2).

8.2.2 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "b", da Resolução TC nº 77/2013 (itens 1.2.2.2 e 6.3).

8.2.3 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "c", da Resolução TC nº 77/2013 (itens 1.2.2.3 e 6.4).

8.2.4 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar em desatendimento ao que

dispõe o art. 1º, § 2º, "d", da Resolução TC nº 77/2013 (itens 1.2.2.4 e 6.5).

8.2.5 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "e", da Resolução TC nº 77/2013 (itens 1.2.2.5 e 6.6).

## 9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2013

### Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Embora, as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas <b>não afetam de forma significativa</b> a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.	
2) Resultado Orçamentário	Déficit parcialmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 874.027,96)	R\$ 1.231.047,10
3) Resultado Financeiro	Déficit	R\$ 356.954,17
4) LIMITES	<b>PARÂMETRO MÍNIMO</b>	<b>REALIZADO</b>
4.1) Saúde	15,00%	25,30%
4.2) Ensino	25,00%	35,88%
4.3) FUNDEB	60,00%	87,47%
	95,00%	99,85%
4.4) Despesas com pessoal	<b>PARÂMETRO MÁXIMO</b>	<b>REALIZADO</b>
a) Município	60,00%	53,29%
b) Poder Executivo	54,00%	49,82%
c) Poder Legislativo	6,00%	3,46%
4.5) L.C. Nº 131/2009 E DEC. Nº 7.185/2010	<b>DESCUMPRIU</b>	

## CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2013 do Município de Aurora**.

Diante das **Restrições de Ordem Legal e Regulamentar** apuradas, respectivamente, nos itens **8.1 e 8.2**, deste Relatório, à vista de Reinstrução procedida, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades mencionadas no Capítulo 6 – Do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades apontadas no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

IV - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 9, em 03/11/2014.

LUCIA HELENA GARCIA  
**Auditor Fiscal de Controle Externo**  
**Chefe da Divisão 9**

De Acordo

Em 03/11/2014.

SALETE OLIVEIRA  
**Coordenadora de Controle**  
**Coordenadoria de Controle de**  
**Contas de Prefeito**

Encaminhem-se os autos ao MPjTC para a necessária manifestação.

Kliwer Schmitt  
**Diretor**  
**Diretoria de Controle dos Municípios**

## ANEXO

### Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde	855.202,12
Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.327,27
Outras Despesas Dedutíveis com Saúde (Consórcio Saúde – fl. 127)	25.703,40
Valor referente a despesas consideradas na Saúde em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 2) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	3.186,20
<b>Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município</b>	<b>886.418,99</b>

### Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	142.662,03
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	131,40
Outras despesas dedutíveis com Educação (Merenda Escolar – fl. 29)	104.407,51
Despesas com Educação Infantil não liquidadas e sem cobertura financeira (fl. 131)	110,74
Valor referente a despesas consideradas na Educação Infantil em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	361,01
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	510.211,11
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	81.646,49
Despesas com Ensino Fundamental não liquidadas e sem cobertura financeira (fl. 131)	1.465,35
Valor referente a despesas consideradas no Ensino Fundamental em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	1.442,00
<b>Total das deduções das despesas com Educação Básica</b>	<b>842.437,64</b>

### Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Despesas de Exercícios Anteriores (3.1.90.92 e 3.1.91.92)	499,00
<b>Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo</b>	<b>499,00</b>
<b>Total das deduções das despesas com pessoal</b>	<b>499,00</b>

## APÊNDICE

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
12 - Serviços de Saúde	2013	301	13.913,82	13.913,82	13.913,82
23 - Transferências de Convênios: Saúde	2013	301	110.984,49	110.984,49	110.984,49
64 - Atenção Básica	2013	301	581.987,30	581.987,30	558.613,32
66 - Vigilância em Saúde	2013	301	11.050,84	11.050,84	11.050,84
67 - Assistência Farmacêutica Básica	2013	301	122.831,38	122.831,38	122.831,38
71 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	2013	301	14.434,29	14.434,29	13.680,29
<b>TOTAL</b>			<b>855.202,12</b>	<b>855.202,12</b>	<b>831.074,14</b>

### Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	217	21/02/2013	DAISE LUCIA CONCI	124,26	124,26	124,26	REFERENTE A MEIA DIARIA AO FUNCIONARIO ACIMA CIT ADO CFE RELATORIO DE DIARIA ANEXO E LEI MUNICIPAL N. 962 DE 28/10/1999. OBJETIVO: PARTICIPAR DE C APACITACAO SOBRE TRABALHO SOCIAL COM FAMILIAS NO S ISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL.
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	218	21/02/2013	ESCOLA DE GESTAO PUBLICA MUNICIPAL	200,00	200,00	200,00	REF. INSCRICAO DE PARTICIPACAO EM CAPACITACAO SOB RE TRABALHO SOCIAL COM FAMILIAS NO SISTEMA UNICO D E ASSISTENCIA SOCIAL RELAIZADO EM RIO DO SUL.
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	515	10/04/2013	DAISE LUCIA CONCI	62,13	62,13	62,13	REFERENTE A MEIA DIARIA AO FUNCIONARIO ACIMA CIT ADO CFE RELATORIO DE DIARIA ANEXO E LEI MUNICIPAL N. 962 DE 28/10/1999. OBJETIVO: CAPAC ITACAO PARA REALIZAÇÃO DA CONFERENCIA MUNICIPAL DE ASSISTECIA SOCIAL JUNTO A AMAVI NA CIDADE DE RIO DO SUL.
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	790	21/06/2013	ITUPORANGA PREFEITURA	85,12	85,12	85,12	REF. MULTA DE TRANSITO COMETIDA PELO SERVIDOR PUBL ICO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	955	02/08/2013	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO E	68,10	68,10	68,10	REF. MULTA DE TRANSITO COMETIDA PELO SERVIDOR VIGA ND KRUGER, CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Saúde de Aurora	Transf de impostos: Saúde				SEGURANCA VIARIA DETRAN				
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	956	02/08/2013	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO E SEGURANCA VIARIA DETRAN	85,12	85,12	85,12	REF. MULTA DE TRANSITO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANE XO.
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	960	06/08/2013	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO E SEGURANCA VIARIA DETRAN	85,12	85,12	85,12	REF. MULTA DE TRANSITO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANE XO.
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	961	06/08/2013	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO E SEGURANCA VIARIA DETRAN	191,53	191,53	191,53	REF. MULTA DE TRANSITO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANE XO.
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	962	06/08/2013	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO E SEGURANCA VIARIA DETRAN	85,12	85,12	85,12	REF. MULTA DE TRANSITO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANE XO.
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	963	06/08/2013	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO E SEGURANCA VIARIA DETRAN	574,62	574,62	574,62	REF. MULTA DE TRANSITO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANE XO.
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	964	06/08/2013	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO E SEGURANCA VIARIA DETRAN	85,13	85,13	85,13	REF. MULTA DE TRANSITO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANE XO.
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	965	06/08/2013	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO E SEGURANCA VIARIA DETRAN	191,54	191,54	191,54	REF. MULTA DE TRANSITO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANE XO.
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	966	06/08/2013	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO E SEGURANCA VIARIA DETRAN	85,13	85,13	85,13	REF. MULTA DE TRANSITO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANE XO.
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	967	06/08/2013	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO E SEGURANCA VIARIA DETRAN	127,69	127,69	127,69	REF. MULTA DE TRANSITO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANE XO.
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	968	06/08/2013	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO E SEGURANCA VIARIA DETRAN	191,53	191,53	191,53	REF. MULTA DE TRANSITO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANE XO.



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Aurora	impostos: Saúde				DETRAN				
Fundo Municipal de Saúde de Aurora	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	969	06/08/2013	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO E SEGURANCA VIARIA DETRAN	85,13	85,13	85,13	REF. MULTA DE TRANSITO, CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.
<b>TOTAL</b>						<b>2.327,27</b>	<b>2.327,27</b>	<b>2.327,27</b>	

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2013	365	97.766,40	97.766,40	97.766,40
58 - Salário Educação	2013	365	44.895,63	44.895,63	44.895,63
<b>TOTAIS</b>			<b>142.662,03</b>	<b>142.662,03</b>	<b>142.662,03</b>

### Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2434	24/07/2013	FOLHA DE PAGAMENTO	131,40	131,40	131,40	REF.AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES NA FACULDADE CONFORME LEI MUNICIPAL AUTORIZATIVA E CONFORME RELATORIO EM ANEXO MES DE REFERENCIA
<b>TOTAL</b>						<b>131,40</b>	<b>131,40</b>	<b>131,40</b>	

### Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2013	361	256.477,37	256.477,37	233.039,37
58 - Salário Educação	2013	361	144.585,77	144.585,77	143.517,06
59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2013	361	1.200,00	1.200,00	1.200,00
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2013	361	107.947,97	107.947,97	107.947,97
<b>TOTAL</b>			<b>510.211,11</b>	<b>510.211,11</b>	<b>485.704,40</b>

### Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	5	02/01/2013	CASAN.	82,68	82,68	82,68	REF. FATURA DE AGUA E ESGOTO DO GINASIO MUNICIPAL DE ESPORTES DE AURORA DO MES COMP. 12/2012
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	15	02/01/2013	CASAN.	82,68	82,68	82,68	REF. FATURA DE AGUA E ESGOTO GINASIO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE AURORA DO MES COMP. 01/2013
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	25	02/01/2013	CELESC- CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S/A	4.068,79	4.068,79	4.068,79	REFERENTE CONSUMO DE ENERGIA ELETRICA NO MES DE REFERENCIA DE DEZEMBRO/2012 DOS CENTROS EDUCACIONAIS E GINASIOS DE ESPORTES DO MUNICIPIO CONFORME FATURA AGRUPADA.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	126	16/01/2013	JOSE ALCIDES COSTA ROSA	62,13	62,13	62,13	REFERENTE A MEIA DIARIA PARA O FUNCIONARIO ACIMA - CONFORME RELATORIO DA LEI MUNICIPAL Nº962/1999. OBJETIVO: TRANSPORTAR ATLETAS DO FUTSAL DO MUNICIPIO PARA O JOGO REALIZADO PELO CAMPEONATO CEBOLÃO ATACADISTA DE FUTSAL NA CIDADE DE ITUPORANGA - SC.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	150	18/01/2013	ALCIONE NECKEL	2.700,00	2.700,00	2.700,00	REF. SERVICOS PRESTADOS NA REFORMA DO GINASIO DE ESPORTES.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	236	25/01/2013	LINDA DAY	6.583,55	6.583,55	6.583,55	REFERENTE PROVENTOS DOS SERVIDORES INATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE AURORA, COMP. JAN. 2013.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	324	31/01/2013	DEPTO.DE TRANSPORTES E TERMINAIS-DETER.	6.070,82	6.070,82	6.070,82	REFERENTE PAGAMENTOS DE MULTAS DO SISTEMA DE TRANSPORTE DETRAN - DIVIDA ATIVA.
Prefeitura	01 - Receitas de	361	390	02/02/2013	CASAN.	89,54	89,54	89,54	REFERENTE FATURA DE AGUA E ESGOTO DO GINASIO MUNICIPAL DE

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Aurora	Impostos e Transf de Impostos: Educação								ESPORTES DE AURORA DO MES COMP. 02/2013.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	535	22/02/2013	JULIANO MATEUS RODRIGUES	4.600,00	4.600,00	4.600,00	REF. CONTRATO QUE TEM COMO OBJETO A EXECUCAO, PELO CONTRATADO, DE PRESTACAO DE SERVICOS NA AREA DO E SPORTE - TREINAMENTO E COMPANHAMENTO DA EQUIPE DE FUTEBOL DE SALAO DE NOSSO MUNICIPIO, PELO PERIODO DE DURACAO DOS TORNEIOS COPA CEBOLAO, BREJEIROS DA MADRUGADA E INTEGRACAO FUTSAL DE AGRONOMICA.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	628	28/02/2013	LINDA DAY	6.583,55	6.583,55	6.583,55	REF. PROVENTOS DOS SERVIDORES INATIVOS DA SECRETAR IA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE AURORA, COMP. FEVEREIR O DE 2013.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	812	28/02/2013	JOSE ALCIDES COSTA ROSA	106,51	106,51	106,51	REFERENTE A MEIA DIARIA PARA O FUNCIONARIO ACIMA - CONFORME RELATORIO E LEI MUNICIPAL Nº962 DE 28/10/ 1999. OBJETIVO: TRANSPORTAR ATLETAS DO JUDO MUNICI PAL PARA COMPETIÇÃO NA CIDADE DE VIDEIRA - SC.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1024	05/03/2013	MARIA ELIR KREUSCH PRESDONIO	109,50	109,50	109,50	REFERENTE AUXILIO FINANCEIRO PARA BOLSA DE ESTUDO.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1025	05/03/2013	VERA LUCIA HELLMANN	109,50	109,50	109,50	REFERENTE AUXILIO FINANCEIRO PARA BOLSA DE ESTUDO.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1058	05/03/2013	CASAN.	82,68	82,68	82,68	REFERENTE FATURA DE AGUA E ESGOTO DO GINASIO MUNIC IPAL DE ESPORTES DE AURORA DO MES COMP. 03/2013, R . 15 DE NOVEMBRO - MATRICULA Nº231617-0
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1168	27/03/2013	LUANA CAROLINE JASPER	3.408,40	3.408,40	3.408,40	REFERENTE TERMO DE COMPROMISSO DE ESTAGIO NO PERIO DO DE 15/02/13 A 15/12/13 NO HORARIO DAS 07:30 às 11:30h - COM A FINALIDADE DE PROPICIAR AO ESTAGIAR IO UMA EXPERIENCIA PROFISSIONAL EM UM CAMPO DE TRA BALHO.
Prefeitura	01 - Receitas de	361	1169	27/03/2013	KALLYNE SANDRI DE	3.408,40	3.408,40	3.408,40	REFERENTE TERMO DE COMPROMISSO DE ESTAGIO NO PERIO DO DE

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Aurora	Impostos e Transf de Impostos: Educação				SOUZA				15/02/13 A 15/12/13 NO HORARIO DAS 13:00 às 17:00h NUM TOTAL DE 20:00h SEMANAIS - COM A FINALIDADE DE PROPICIAR AO ESTAGIARIO UMA EXPERIENCIA PROFISSIONAL EM UM CAMPO DE TRABALHO.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1180	27/03/2013	FLAVIO ALFREDO ALTHOFF	106,51	106,51	106,51	REFERENTE A MEIA DIARIA PARA O FUNCIONARIO ACIMA - CONFORME RELATORIO E LEI MUNICIPAL Nº962 DE 28/10/ 1999. OBJETIVO: TRANSPORTAR ATLETAS DO JUDO MUNICI PAL PARA COMPETIÇÃO NA CIDADE DE FLORIANOPOLIS - S C.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1198	27/03/2013	LINDA DAY	6.583,55	6.583,55	6.583,55	REF. PROVENTOS DOS SERVIDORES INATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE AURORA, COMP. MARCO DE 2013.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1215	28/03/2013	SERRALHERIA E FUNILARIA RIOSULENSE LTDA.	1.030,00	1.030,00	1.030,00	REFERENTE AQUISIÇÃO DE 21 METROS DE CALHA CORTE 33 , 7 METROS DE SOBRE CALHA CORTE 33, 2 METROS DE CA NO 75, 3 JOELHO 75, PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO GINASIO LUIS BERTOLLI DE AURORA.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1217	28/03/2013	JEFERSON LUIS MAFRA ME	450,00	450,00	450,00	REFERENTE SERVIÇOS DE MAO DE OBRA PARA A LIXAÇÃO D E TACOS DO GINASIO LUIS BERTOLLI DE AURORA.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1218	28/03/2013	IVONIR DE ANDRADE - MEI	280,00	280,00	280,00	REFERENTE PRESTACAO DE SERVICOS DE ELETRECISTA EM REPAROS NAS INSTALACOES ELETRICAS NO GINASIO DE SANTA TEREZA E GINASIO DO CENTRO.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1224	28/03/2013	ADILSON MENDONCA	118,00	118,00	118,00	REFERENTE CONCERTO FONTE DE ALIMENTAÇÃO NOBREIK DA BIBLIOTECA.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1274	28/03/2013	ALDO FREIBERGER	550,00	550,00	550,00	REF. SERVIÇOS PRESTADOS FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA OS SERVIDORES DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1330	28/03/2013	CELESC- CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA	4.353,31	4.353,31	4.353,31	REFERENTE CONSUMO DE ENERGIA ELETRICA NO MES DE CO MP. MARÇO/2013 DOS CENTROS EDUCACIONAIS E GINASIOS DE ESPORTES

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Aurora	Transf de Impostos: Educação				CATARINA S/A				DO MUNICIPIO CONFORME FATURA AGRUPADA .
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1419	25/04/2013	COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS SANEAMENTO CASAN	82,68	82,68	82,68	REFERENTE FATURA DE AGUA E ESGOTO DO GINASIO MUNIC IPAL DE ESPORTES DE AURORA DO MES COMP. 04/2013, R . 15 DE NOVEMBRO - MATRICULA Nº231617-0
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1551	03/05/2013	SERRALHERIA FUNILARIA RIOSULENSE LTDA	2.280,00	2.280,00	2.280,00	REFERENTE AQUISIÇÃO DE 4,0 M DE CORRIMAO DE FERRO, 01 PORTA DE FERRO, 02 JANELA DE FERRO BASCULANTE, PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO GINASIO LUIZ B ERTOLI DE AURORA.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1552	03/05/2013	SERRALHERIA FUNILARIA RIOSULENSE LTDA	795,00	795,00	795,00	REFERENTE SERVIÇOS DE MAO DE OBRA PARA CONserto DE 03 PORTAS DE FERRO PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO GINASIO LUIZ BERTOLI.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1555	03/05/2013	CERUTTI MATERIAIS DE CONTRUCOES LTDA-ME.	285,29	285,29	285,29	REFERENTE AQUISIÇÃO DE 14 TELAS 1MT MALHA 1,5X18, E 01 KG DE ARAME GALV. COMERC.16 20MT, PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO GINASIO LUIZ BERTOLI DE AURORA.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1667	15/05/2013	CELESC- CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S/A	3.809,87	3.809,87	3.809,87	REFERENTE CONSUMO DE ENERGIA ELETRICA NO MES DE CO MP. ABRIL/2013 DOS CENTROS EDUCACIONAIS E GINASIOS DE ESPORTES DO MUNICIPIO CONFORME FATURA AGRUPADA .
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1835	31/05/2013	JULIA MARIA DOS ANJOS	310,66	310,66	310,66	REFERENTE A MEIA DIARIA PARA O FUNCIONARIO ACIMA - CONFORME RELATORIO E LEI MUNICIPAL Nº962 DE 28/10/ 1999. OBJETIVO: PARTICIPAR DO II ENCONTRO CATARINENSE DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA CIDADE DE FLORIANOPOLIS - SC
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1981	03/06/2013	COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS SANEAMENTO CASAN	82,68	82,68	82,68	REFERENTE FATURA DE AGUA E ESGOTO DO GINASIO MUNIC IPAL DE ESPORTES DE AURORA DO MES COMP. 06/2013, R . 15 DE NOVEMBRO - MATRICULA Nº231617-0
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2067	20/06/2013	CELESC- CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S/A	4.504,55	4.504,55	4.504,55	REFERENTE CONSUMO DE ENERGIA ELETRICA NO MES DE CO MP. MAIO/2013 DOS CENTROS EDUCACIONAIS E GINASIOS DE ESPORTES DO MUNICIPIO CONFORME FATURA AGRUPADA.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Impostos: Educação								
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2320	09/07/2013	CELIA REGINA W. SANI ME	1.761,22	1.761,22	1.761,22	REFERENTE PROCESSO LICITATORIO Nº 26/2013 E TOMADA DE PREÇO COMPRA E SERVIÇO Nº 13/2013 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E DE EXPEDIENTE PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES, REPARTIÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2329	15/07/2013	CELESC- CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A	4.055,22	4.055,22	4.055,22	REFERENTE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MES DE COM. JUNHO/2013 DOS CENTROS EDUCACIONAIS E GINÁSIOS DE ESPORTES DO MUNICÍPIO CONFORME FATURA AGRUPADA.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2468	25/07/2013	BAZAR E PAPELARIA LONGEN LTDA-ME	156,10	156,10	156,10	REFERENTE PROCESSO LICITATORIO Nº 26/2013 - TOMADA DE PREÇO COMPRA E SERVIÇO Nº 13/2013 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E DE EXPEDIENTE PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES, REPARTIÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2469	25/07/2013	BAZAR E PAPELARIA LONGEN LTDA-ME	28,80	28,80	28,80	REFERENTE PROCESSO LICITATORIO Nº 26/2013 - TOMADA DE PREÇO COMPRA E SERVIÇO Nº 13/2013 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E DE EXPEDIENTE PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES, REPARTIÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2502	31/07/2013	COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO - CASAN	82,68	82,68	82,68	REFERENTE FATURA DE AGUA E ESGOTO DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES DE AURORA DO MES COM. 07/2013, R. 15 DE NOVEMBRO - MATRICULA Nº231617-0
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2713	22/08/2013	JOEL LUIZ SAFFIER 47815817904	400,00	400,00	400,00	REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO PARA O EVENTO FESTA JUNINA NO DIA 19/07/2013 NO CENTRO EDUCACIONAL ANA GALVAN DESTE MUNICÍPIO.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2742	28/08/2013	COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO - CASAN	88,32	88,32	88,32	REFERENTE FATURA DE AGUA E ESGOTO DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES DE AURORA DO MES COM. 08/2013, R. 15 DE NOVEMBRO - MATRICULA Nº231617-0
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos:	361	2745	28/08/2013	CLEITON LUIS LAURETT - ME	80,00	80,00	0,00	REFERENTE AQUISIÇÃO DE CILINDRO, MAÇANETA, E CHAVES, PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO GINÁSIO LUIZ BERTOLI DESTE MUNICÍPIO.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Educação								
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2835	30/08/2013	IVONIR DE ANDRADE - MEI	100,00	100,00	100,00	REFERENTE PRESTACAO DE SERVICOS DE ELETRECISTA PAR A TROCA E REPAROS DE LAMPADAS DO GINASIO DE ESPORT ES DESTE MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2951	18/09/2013	CELESC- CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S/A	4.532,69	4.532,69	4.532,69	REFERENTE CONSUMO DE ENERGIA ELETRICA NO MES DE CO MP. AGOSTO/2013 DOS CENTROS EDUCACIONAIS E GINASIO S DE ESPORTES DO MUNICIPIO CONFORME FATURA AGRUPAD A.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2971	20/09/2013	COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO - CASAN	88,32	88,32	88,32	REFERENTE FATURA DE AGUA E ESGOTO DO GINASIO MUNIC IPAL DE ESPORTES DE AURORA DO MES COMP. 09/2013, R . 15 DE NOVEMBRO - MATRICULA Nº231617-0
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3036	26/09/2013	TRADICAO E ARTE MODAS E CONFECÇOES LTDA ME	679,90	679,90	679,90	REFERENTE AQUISIÇÃO DE 01 REDE DE PROTEÇÃO, PARA A MANUTENÇÃO DO GINASIO DA SANTA TEREZA DESTE MUNIC IPIO.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3042	30/09/2013	IVONIR DE ANDRADE - MEI	150,00	150,00	150,00	REFERENTE SERVIÇOS DE ELETRICISTA PARA TROCA E REP AROS DE LAMPADAS NO GINASIO DE ESPORTES LUIZ BERTO LI DE AURORA.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3088	01/10/2013	SERRALHERIA E FUNILARIA RIOSULENSE LTDA	3.072,00	3.072,00	3.072,00	REFERENTE AQUISIÇÃO DE SUPORTE DE VOLEIBOL, SUPORT E DE FERRO, E MAO DE OBRA PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO GINASIO DE SANTA TEREZA DESTE MUNICIPIO .
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3169	09/10/2013	TRADICAO E ARTE MODAS E CONFECÇOES LTDA ME	229,90	229,90	229,90	REFERENTE AQUISIÇÃO DE 01 REDE REDESPORT VOLEI PRO FISSIONAL 2 FAIXAS 10 METROS PARA O GINASIO SANTA TEREZA DESTE MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3210	14/10/2013	CELIA REGINA W. SANI ME	1.992,70	1.992,70	0,00	REFERENTE PROCESSO LICITATORIO Nº 26/2013 E TOMADA DE PREÇO COMPRA E SERVIÇO Nº 13/2013 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E DE EXPEDIENTE PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES, REPARTIÇÕES DA PREFE ITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3223	15/10/2013	FLAVIO ALFREDO ALTHOFF	106,51	106,51	106,51	REFERENTE A MEIA DIARIA PARA O FUNCIONARIO ACIMA - CONFORME RELATORIO E LEI MUNICIPAL Nº962 DE 28/10/ 1999. OBJETIVO: TRANSPORTAR ATLETAS DO JUDO MUNICI PAL PARA COMPETIÇÃO NA CIDADE DE JOAÇABA - SC.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3353	29/10/2013	COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS SANEAMENTO CASAN	88,32	88,32	88,32	REFERENTE FATURA DE AGUA E ESGOTO DO GINASIO MUNIC IPAL DE ESPORTES DE AURORA DO MES COMP. 10/2013, R . 15 DE NOVEMBRO - MATRICULA Nº231617-0.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3394	04/11/2013	IVONIR DE ANDRADE - MEI	80,00	80,00	80,00	REFERENTE SERVIÇOS DE ELETRICISTA PARA TROCA E REP AROS DE LAMPADAS NO GINASIO DE ESPORTES LUIZ BERTO LI DE AURORA.
Prefeitura Municipal de Aurora	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	3501	14/11/2013	COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS SANEAMENTO CASAN	102,98	102,98	102,98	REFERENTE FATURA DE AGUA E ESGOTO DO GINASIO MUNIC IPAL DE ESPORTES DE AURORA DO MES COMP. 11/2013, R . 15 DE NOVEMBRO - MATRICULA Nº231617-0.
<b>TOTAL</b>						<b>81.646,49</b>	<b>81.646,49</b>	<b>79.573,79</b>	



### Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos:

FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA				OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)	Superávit / Déficit
	VALOR REGISTRADO	AJUSTES		VALOR AJUSTADO (A)	Depósitos e Outras Obrigações	Restos a Pagar Processados	Restos a Pagar Não Processados		
Aumenta		Diminui							
	RECURSOS VINCULADOS								
0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
12	441,75	0,00	0,00	441,75	0,00	0,00	0,00	441,75	Superávit
16	1.160,48	0,00	0,00	1.160,48	0,00	7.217,60	0,00	-6.057,12	Déficit
17	8.798,39	0,00	450,05	8.348,34	0,00	10.014,10	0,00	-1.665,76	Déficit
18	3.429,74	0,00	102.247,92	-98.818,18	5.329,10	0,00	0,00	-104.147,28	Déficit
19	34,73	0,00	9.124,15	-9.089,42	956,82	0,00	0,00	-10.046,24	Déficit
22	1.462,14	0,00	0,00	1.462,14	0,00	23.438,00	0,00	-21.975,86	Déficit
23	61.746,00	0,00	0,00	61.746,00	0,00	0,00	0,00	61.746,00	Superávit
24	579.056,38	0,00	369,20	578.687,18	0,00	121,35	31.140,00	547.425,83	Superávit
52	2.724,69	0,00	0,00	2.724,69	0,00	902,33	0,00	1.822,36	Superávit
58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.543,71	0,00	-1.543,71	Déficit
59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
60	1.824,65	0,00	0,00	1.824,65	0,00	11.162,36	0,00	-9.337,71	Déficit
61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Superávit
64	4.914,28	0,00	56.160,29	-51.246,01	3.856,74	31.989,82	0,00	-87.092,57	Déficit
66	20.756,21	0,00	582,85	20.173,36	13,95	550,00	0,00	19.609,41	Superávit
67	24.210,29	0,00	0,00	24.210,29	0,00	0,00	0,00	24.210,29	Superávit
71	0,00	0,00	828,62	-828,62	0,00	754,00	0,00	-1.582,62	Déficit
77	27,00	0,00	0,00	27,00	0,00	0,00	0,00	27,00	Superávit
89	190,47	0,00	0,00	190,47	0,00	0,00	0,00	190,47	Superávit
	SOMATÓRIO DAS FONTES DE RECURSOS COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA							-243.448,87	
	RECURSOS ORDINÁRIOS								
0	81.830,15	0,00	103.646,66	-21.816,51	19.704,15	393.309,28	11.913,08	-446.743,02	
1	2.701,58	0,00	130.104,63	-127.403,05	9.356,30	24.951,83	1.576,09	-163.287,27	
2	80.598,20	0,00	94.258,52	-13.660,32	3.842,29	141.445,51	0,00	-158.948,12	
T.	165.129,93	0,00	328.009,81	-162.879,88	32.902,74	559.706,62	13.489,17	-768.978,41	Déficit

Obs.: O quadro anterior foi ajustado em razão da análise da restrição do item 1.2.1.2, conforme detalhado no Quadro abaixo:

Despesas empenhadas e canceladas		
Especificação das Fontes de Recursos	Prefeitura	FMS
0	32.261,45	
1	67.853,09	
18	48.278,53	
19	5.385,54	
<b>TOTAL</b>	<b>153.778,61</b>	
2		55.440,53
64		26.935,48
<b>TOTAL</b>		<b>82.376,01</b>
Aumento de DDO		
Especificação das Fontes de Recursos	Prefeitura	FMS
0	71.385,21	
1	62.251,54	
17	450,05	
18	53.969,39	
19	3.738,61	
24	369,20	
<b>TOTAL</b>	<b>192.164,00</b>	

2		38.817,99
64		29.224,81
66		582,85
71		828,62
<b>TOTAL</b>		<b>69.454,27</b>



<b>PARECER nº:</b>	<b>MPTC/29506/2014</b>
<b>PROCESSO nº:</b>	@PCP-14/00279809
<b>ORIGEM:</b>	Prefeitura Municipal de Aurora
<b>INTERESSADO:</b>	Vilmar Zandonai
<b>ASSUNTO:</b>	Prestação de Contas referente ao exercício de 2013

Trata-se de Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Aurora - SC, relativa ao exercício de 2013.

Foram juntados os documentos relativos à prestação de contas em comento às fls. 2-131.

A Diretoria de Controle dos Municípios apresentou relatório técnico (fls. 133-182, anexo de fls. 183-184 e apêndice de fls. 185-195) identificando, ao final, a ocorrência das seguintes restrições:

#### 8.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

8.1.1 Contabilização do Imposto sobre Produtos Industrializados pelo valor líquido no montante de **R\$ 41.464,69**, bem como ausência de contabilização da dedução da referida Receita para a formação do FUNDEB, contrariando o disposto na Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2012 que aprovou o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Parte I, c/c art. 85 da Lei nº 4.320/64 (fls. 09 e 11 dos autos).

8.1.2 Déficit de execução orçamentária do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 994.892,48**, representando **7,27%** da receita arrecadada do Município no exercício em exame, em desacordo ao artigo 48, "b" da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), parcialmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior - **R\$ 784.434,93** (item 3.1, deste Relatório).

8.1.3 Ausência de remessa do Parecer do Conselho do FUNDEB, em desacordo com o artigo 27, da Lei nº 11.494/07 (itens 5.2.2 e 6.1).

8.1.4 Despesas registradas em DDO com recursos do FUNDEB sem disponibilidade financeira, no valor de **R\$ 2.821,45**, em desacordo com o artigo 85 da Lei nº 4.320/64 (e-Sfinge e Anexo).

8.1.5 Divergência, no valor de **R\$ 261.683,24**, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ -643.616,21) e o resultado da execução orçamentária – Déficit (R\$ 994.892,48), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 89.593,03, em afronta ao artigo 102 da Lei nº 4.320/64 (itens 3.1 e 4.2).

8.1.6 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c os artigos 4º, II e 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7).

## 8.2 RESTRIÇÕES DE ORDEM REGULAMENTAR

8.2.1 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "a", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.2).

8.2.2 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "b", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.3).

8.2.3 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "c", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.4).

8.2.4 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "d", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.5).

8.2.5 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "e", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.6).

Em seguida, fora acostado aos autos o ofício de fl. 197, o qual noticiou que o Conselheiro Relator, à fl. 196, teria elaborado despacho determinando a abertura de prazo para manifestação do responsável pela Prefeitura Municipal de Aurora acerca das referidas irregularidades.

Após o deferimento de seu pedido de prorrogação do prazo de resposta (fls. 201 e 206), o responsável apresentou a justificativa e os documentos de fls. 210-214 e 217-278.

A Diretoria de Controle dos Municípios, então, após a juntada das informações de fls. 280, 282 e 284, apresentou novo relatório técnico (fls. 286-346, anexo de fl. 347 e apêndice de fls. 348-360) e, ao analisar as informações prestadas pelo responsável, considerou sanada a restrição descrita no item 8.1.3, alterando as ilegalidades dispostas inicialmente nos itens 8.1.2 e 8.1.5 e acrescentando as irregularidades

referentes ao déficit financeiro consolidado e à realização de despesas empenhadas e canceladas no exercício de 2013, mantendo incólumes as demais restrições assinaladas.

Após análise de toda a documentação dos autos e do Relatório Técnico, esta Procuradoria constatou que foram obtidos os seguintes dados relativos aos pontos de controle realizados pela instrução.

### **1. Análise da Gestão Orçamentária**

Com relação à análise da gestão orçamentária do Município, destaca-se que o confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada resultou no Déficit de Execução Orçamentária da ordem de R\$ 1.231.047,10, correspondendo a 8,99% da receita arrecadada, déficit que **não** fora totalmente absorvido pelo resultado financeiro do exercício anterior, caracterizando o **descumprimento** do art. 48, alínea b, da Lei n. 4.320/64, do art. 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, e do art. 9º, inciso I, da Decisão Normativa n. TC-06/2008, conforme será debatido na conclusão (item 8) deste parecer.

Salienta-se que a receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de R\$ 13.694.115,84, equivalendo a 77,37% da receita orçada.

Aponta-se, ainda, que foram realizadas audiências públicas para elaboração e discussão dos Projetos do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, em cumprimento ao disposto no art. 48, da Lei Complementar n. 101/2000.

### **2. Análise da Gestão Patrimonial e Financeira**

No que tange à análise da gestão patrimonial e financeira do Município, destaca-se que o confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Déficit Financeiro de R\$ 356.954,17, **descumprindo-se**, assim, o princípio do equilíbrio de caixa

exigido pelo art. 48, alínea “b”, da Lei n. 4.320/64, e pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Salienta-se que, em relação ao exercício anterior, ocorreu variação negativa de R\$ 1.141.389,10, passando de um Superávit de R\$ 784.434,93 para um Déficit de R\$ 356.954,17.

Quanto à análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos, com o objetivo de demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras separadas por vínculo de recurso, a Diretoria de Controle dos Municípios elaborou o quadro de fls. 312-313, trazido de maneira mais detalhada às fls. 358-360, concluindo-se que o Poder Executivo Municipal apresentou situação superavitária – disponibilidade de caixa líquida – com relação aos recursos vinculados e situação deficitária – insuficiência financeira – quanto aos recursos ordinários, **em dissonância**, portanto, ao que determinam os arts. 8º e 50, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

### **3. Análise do cumprimento de limites**

Normas constitucionais e legais estabelecem limites mínimos para aplicação de recursos nas áreas da Saúde e da Educação, assim como limites máximos para despesas com pessoal.

Na área da Saúde, observa-se que foi aplicado, em ações e serviços públicos de saúde para o exercício de 2013, o montante de R\$ 2.507.773,96, correspondente ao percentual de 25,30% da receita com impostos, incluindo transferências, percentual este superior, portanto, ao limite mínimo de 15% estipulado no art. 77, inciso III e § 4º, do ADCT, à luz do art. 198, da CRFB/88.

Por sua vez, na área da Educação, observa-se que foi aplicado, em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino para o exercício de 2013, o montante de R\$ 3.556.794,07, correspondente ao percentual de 35,88% da receita com impostos, incluindo transferências,

percentual este superior, portanto, ao limite mínimo de 25% estipulado no art. 212, *caput*, da CRFB/88.

Também na área da Educação, com relação ao FUNDEB, observa-se que foi aplicado, na remuneração dos profissionais do magistério para o exercício de 2013, o montante de R\$ 1.635.797,49, correspondente ao percentual de 87,47% dos recursos oriundos do FUNDEB, percentual este superior, portanto, ao limite mínimo de 60% estipulado no art. 60, XII, do ADCT, c/c o art. 22, da Lei n. 11.494/07.

Igualmente no que toca ao FUNDEB, observa-se que foi aplicado, em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica para o exercício de 2013, o montante de R\$ 1.867.273,47, correspondente ao percentual de 99,85% dos recursos oriundos do FUNDEB, percentual este superior, portanto, ao limite mínimo de 95% estipulado no art. 21, da Lei n. 11.494/07.

Ainda quanto ao FUNDEB, observa-se que, ante a inexistência de saldo de recursos do FUNDEB no encerramento do exercício de 2012, resta prejudicada a análise do art. 21, § 2º, da Lei n. 11.494/07.

Por seu turno, no que tange aos limites máximos para despesas com pessoal, observa-se que o Município gastou 53,29% do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal no exercício de 2013, percentual este inferior, portanto, ao limite máximo de 60% estipulado no art. 169 da CRFB/88, e regulamentado pela Lei Complementar n. 101/2000.

Também com relação aos limites máximos para despesas com pessoal, observa-se que o Poder Executivo do Município gastou 49,82% do total da receita corrente líquida em despesas com seu pessoal no exercício de 2013, percentual este inferior, portanto, ao limite máximo de 54% estipulado no art. 20, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar n. 101/2000.



Finalmente, ainda com relação aos limites máximos para despesas com pessoal, observa-se que o Poder Legislativo do Município gastou 3,46% do total da receita corrente líquida em despesas com seu pessoal no exercício de 2013, percentual este inferior, portanto, ao limite máximo de 6% estipulado no art. 20, inciso III, alínea “a”, da Lei Complementar n. 101/2000.

#### **4. Controle Interno**

Inicialmente, cumpre esclarecer que a exigência de manutenção do sistema de controle interno do Poder Executivo Municipal é de caráter constitucional, consoante preceitua a CRFB/88, nos seguintes dispositivos:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

§ 4º É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Por sua vez, a Constituição do Estado de Santa Catarina possui disposição semelhante nos seguintes verbetes:

Art. 58. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e dos órgãos e entidades da administração pública, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Art. 62. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto a eficácia e a eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e outras garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

O art. 60, da Lei Complementar Estadual n. 202/2000, detém redação idêntica ao último dispositivo transcrito, tendo tal diploma, em seu art. 119, com redação determinada pela Lei Complementar Estadual n. 246/2003, estipulado o final do exercício de 2003 como prazo para organização desses sistemas de controle interno.

Neste contexto, a Resolução n. TC-06/2001, além de também possuir dispositivo com redação idêntica (art. 128), regulamentou a elaboração do relatório do Órgão Central do sistema de controle interno municipal, consoante os seguintes dispositivos:

Art. 3º O órgão de Controle Interno competente encaminhará ou colocará à disposição do Tribunal, em cada exercício, por meio de acesso a banco de dados informatizado, o rol de responsáveis e suas alterações, com a indicação da natureza da responsabilidade de cada um, além de outros documentos ou informações necessários, na forma prescrita em instrução normativa.

Art. 82. O Tribunal apreciará as contas prestadas anualmente pelo Prefeito, às quais serão anexadas as do Poder Legislativo, mediante parecer prévio, separadamente, a ser elaborado antes do encerramento do exercício no qual foram prestadas.

Art. 83. As contas prestadas anualmente pelo Prefeito, até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte, consistirão no Balanço Geral do Município e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 120, § 4º, da Constituição Estadual.

Art. 84. O relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo que acompanha as Contas do Governo Municipal deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

I - considerações sobre matérias econômica, financeira, administrativa e social relativas ao Município;

II - descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas;

III - observações concernentes à situação da administração financeira municipal;

IV - análise da execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a Voto;

V - balanços e demonstrações da posição financeira e patrimonial do Governo Municipal nas entidades da administração indireta e nos fundos da administração direta;

VI - execução da programação financeira de desembolso;

VII - demonstração da dívida ativa do Município e dos créditos adicionais abertos no exercício;

VIII - notas explicativas que indiquem os principais critérios adotados no exercício, em complementação às demonstrações contábeis;

IX - informações sobre as atividades inerentes ao Poder Legislativo relativas à execução dos respectivos programas incluídos no orçamento anual.

Por seu turno, a Resolução n. TC-16/1994, com redação dada pela Resolução n. TC-11/2004, também dispõe sobre o assunto, ao regulamentar a remessa do referido relatório do Órgão de controle interno do Município.

Portanto restou devidamente positivada a questão da organização de sistema de controle interno, seja no âmbito constitucional, legal ou regulamentar.

Assim, a inexistência ou deficiência de controle interno afronta dispositivos constitucionais, legais e regulamentares que impõem expressamente tal obrigação, cuja inobservância acarreta a violação de deveres essenciais do Administrador, no sentido de atuar com cautela e

compromisso na utilização dos recursos públicos, com vistas a evitar o mau uso do erário.

Veja-se, inclusive, a importância do controle interno destacada no XII Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal, editado por esse Tribunal de Contas, onde se lê, à p. 301:

O Sistema de Controle Interno deve funcionar como guardião do patrimônio público, vigiando permanentemente as ações ou atos expedidos pela administração que venham a ocasionar perda, desperdício ou desvio do propósito primordial e norteador da administração pública que é o interesse público.

Desta forma, deverá emitir relatórios consistentes e circunstanciados que propiciem aos gestores uma visão gerencial e de planejamento das ações, metas e objetivos a serem alcançados.

Destaca-se, portanto, o fato de que deficiências relacionadas à atuação do controle interno são consideradas falhas gravíssimas, sendo tal tipo de irregularidade passível de emissão de parecer prévio recomendando a rejeição das contas prestadas por Prefeitos, à luz do art. 9º, inciso XI, da Decisão Normativa n. TC-06/2008:

Art. 9º As restrições que podem ensejar a emissão de Parecer Prévio com recomendação de rejeição das contas prestadas pelo Prefeito, dentre outras, compõe o Anexo I, integrante desta Decisão Normativa, em especial as seguintes:

[...]

XI – CONTROLE INTERNO – Ausência de efetiva atuação do Sistema de Controle Interno demonstrado no conteúdo dos relatórios enviados ao Tribunal de Contas, ou em auditoria in loco.

Tal arcabouço normativo sempre fora destacado por este Órgão Ministerial nos processos de Prestação de Contas de Prefeitos, mormente se considerando o teor da acima mencionada **Decisão Normativa n. TC-06/2008**, a qual, a propósito, **continua em pleno vigor**, estabelecendo critérios para apreciação, mediante parecer prévio, das contas anuais prestadas pelos Prefeitos Municipais, e o julgamento das contas anuais dos Administradores Municipais, além de outras providências.

Entretanto, constata-se que não há mais a análise deste aspecto nos processos instaurados no presente exercício, providência com

a qual este Ministério Público de Contas não pode deixar de registrar sua discordância, diante da omissão em analisar algo cuja importância é tão destacada no âmbito regulamentar, legal e constitucional, e cujas deficiências **ainda** são consideradas falhas gravíssimas a ponto de fundamentar a emissão de parecer prévio recomendando a rejeição das contas prestadas por Prefeitos, salientando-se, por fim, que tal omissão da Área Técnica impede este Órgão Ministerial de se manifestar devidamente acerca do presente assunto.

## **5. Conselhos Municipais**

Na análise das contas dos Prefeitos Municipais no exercício de 2013, a Diretoria de Controle dos Municípios passou a analisar de maneira mais detalhada o cumprimento da legislação federal que determina a criação dos Conselhos Municipais de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, de Saúde, dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Assistência Social, de Alimentação Escolar, e do Idoso, iniciativa esta que merece destaque diante da importância dos referidos Conselhos e também em virtude do advento da Resolução TC-077/2013, que trouxe nova redação ao art. 20, da Resolução TC-16/94, impondo a obrigatoriedade de remessa dos pareceres emitidos pelos referidos Conselhos junto com as prestações de contas anuais dos Prefeitos.

Com relação ao Município de Aurora, em um primeiro momento, os documentos de fls. 90 e 115-119 noticiaram a ausência de remessa de todos os Pareceres dos Conselhos acima referidos. Em sua resposta, a partir do documento de fl. 214, observa-se que o responsável encaminhou a esse Tribunal de Contas somente o Parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, indicando a aprovação das respectivas contas, **não tendo sido devidamente encaminhados** os Pareceres do Conselho Municipal de Saúde, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Municipal de Assistência Social, do Conselho Municipal de Alimentação

Escolar e do Conselho Municipal do Idoso, caracterizando o **descumprimento** do que dispõe o art. 1º, § 2º, alíneas "a" a "e", da Resolução n. TC-077/2013.

### **5.1. Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA)**

No contexto do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deve ser destacada a importância do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Após um legado de abandono aos outrora chamados menores, a CRFB/88 claramente prestigiou a defesa dos direitos da criança e do adolescente, especialmente a partir da adoção expressa do princípio da prioridade absoluta, constante de seu art. 227, *caput*, *in verbis*:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, **com absoluta prioridade**, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (GRIFEI).

A fim de efetivar tais garantias, surge o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90), cujo art. 88, incisos II e IV, da seguinte maneira dispõe:

Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:

II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;

IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente;

Assim, restou prevista a criação de Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, respectivamente, como diretrizes da política de atendimento do ECA – tudo para garantir a

efetividade do princípio constitucional da prioridade absoluta e do princípio da proteção integral da criança e do adolescente.

O próprio ECA e a Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) n. 105/2005 determinam a maneira de atuação do Fundo em questão, responsável por assegurar ações de atendimento a crianças e adolescentes em áreas prioritárias por meio de receita vinculada aos seus objetivos e a sua finalidade, sendo a forma de aplicação dos recursos determinada pelos Conselhos Municipais. Neste sentido, há a elaboração do Plano de Ação e a posterior aprovação do Plano de Aplicação realizada anualmente, o que operacionaliza a atuação do referido Fundo.

Importante também trazer os Prejulgados desse Tribunal de Contas que tratam do referido fundo.

**Prejulgado n. 1832:**

1. O Fundo de Direitos da Criança e do Adolescente, instituído em cada ente da Federação, tem por objetivo receber recursos e realizar despesas para a consecução dos objetivos pretendidos pelo art. 227 da Constituição da República e pela Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.
2. O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente é órgão paritário, com metade de seus membros representantes do Poder Público e a outra metade da sociedade civil, instituído em cada ente da Federação, com o objetivo de proporcionar condições de implementação dos direitos e garantias das crianças e dos adolescentes, devendo, além de outras atribuições, gerir o Fundo de Direitos da Criança e do Adolescente.
3. Os recursos do Fundo de Direitos da Criança e do Adolescente devem ser empregados exclusivamente em programas, projetos e atividades de proteção sócio-educativos voltados ao atendimento da criança e do adolescente.
4. A definição das despesas que podem ser custeadas com recursos do Fundo de Direitos da Criança e do Adolescente cabe ao seu gestor, a quem compete avaliar, no momento da autorização da despesa, se o objeto do gasto está inserido nos programas, projetos e atividades de proteção sócio-educativos voltados ao atendimento da criança e do adolescente, bem como se está em conformidade com os critérios de utilização dos recursos do Fundo fixados pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Prejulgado n. 1681:**



1. Conforme o disposto no § 2º do art. 260 da Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, os critérios de utilização dos recursos do fundo, tanto daqueles oriundos de doações ou deduções do imposto de renda, quanto dos provenientes de repasses de entes públicos, devem ser fixados pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de plano de aplicação.
2. A administração dos recursos é tarefa exercida pelo órgão público designado pelo Chefe do Poder Executivo para a execução orçamentária e contábil do fundo.
3. O Conselho vai dizer o quanto de recursos será destinado para tal programa de atendimento e o órgão público irá proceder à liberação e ao controle dos valores dentro das normas legais e contábeis.

No presente caso, observa-se que a despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente representa 0,43% (R\$ 45.391,15, de acordo com o documento de fls. 17) da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal.

Também foi verificado que, apesar da informação de fl. 334, a nominata dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e os correspondentes atos de posse **não foram devidamente acostados** aos autos (os documentos de fls. 97-110 referem-se aos Conselheiros Tutelares), em **descumprimento** ao art. 88, inciso II, do ECA, c/c o art. 2º da Resolução do CONANDA n. 105/2005.

Constatou-se, ainda, que também **não houve** a remessa dos Planos de Ação e de Aplicação (consoante as declarações de fls. 113-114), sendo que ambos deveriam ter sido elaborados e aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, como visto acima, o que caracteriza o **descumprimento**, portanto, do art. 260, § 2º, do ECA, c/c o art. 1º, da Resolução do CONANDA n. 105/2005.

Verifica-se, por fim, que, apesar de a remuneração dos Conselheiros Tutelares ter sido arcada com recursos do Gabinete do Prefeito, conforme a declaração de fl. 111 (a qual vai ao encontro da consulta ao histórico de empenhos de tal Gabinete, no portal do cidadão do endereço eletrônico desse Tribunal de Contas), foram realizadas despesas com manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar e com outras despesas de caráter continuado com **praticamente a totalidade** dos



recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Aurora, consoante demonstram o documento de fl. 123 e a informação de fl. 334 (quanto ao Conselho Tutelar), e a consulta ao histórico de empenhos do FIA no portal do cidadão do endereço eletrônico dessa Corte de Contas (no que se refere a outras despesas de caráter continuado, a exemplo da aquisição de móveis e equipamentos para creches no valor global de R\$ 34.941,20) o que caracteriza afronta aos arts. 15 e 16, da Resolução CONANDA n. 137/2010, **que vedam expressamente a utilização desta espécie de recurso para pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar e para outras despesas de caráter continuado.**

Tal prática representa claro desvirtuamento dos objetivos atrelados à formação do referido fundo, o que prejudica a concretização de ações concretas voltadas à efetiva proteção da criança e do adolescente, além de configurar violação ao princípio constitucional da proteção integral previsto no art. 227, *caput*, da CF/88.

**Destaca-se que tal irregularidade já fora observada nos exercícios anteriores, conforme se nota na referida consulta ao histórico de empenhos do fundo, no portal do cidadão do endereço eletrônico desse Tribunal de Contas.**

Ou seja, **verifica-se que nos últimos três exercícios consecutivos, considerável percentual dos recursos destinados ao FIA são aplicados em afronta aos mencionados arts. 15 e 16, da Resolução CONANDA n. 137/2010, o que, na prática, pode causar o total engessamento das atividades que deveriam ser desempenhadas com tais verbas.**

A presente situação é agravada, ainda, a partir da declaração firmada pelo Prefeito Municipal à fl. 112, no sentido de que não teriam sido pagas outras despesas associadas à manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ora, conforme visto acima, tal

declaração do Prefeito Municipal não corresponde com os dados encaminhados a essa Corte de Contas via sistema e-Sfinge, como bem aponta a instrução à fl. 334, razão pela qual será requerido, ao final deste parecer, o envio das informações aqui salientadas ao Ministério Público competente no Município de Aurora para a devida averiguação de tal fato.

Considerando que tal irregularidade não está inserida no rol de restrições passíveis de acarretar na rejeição das contas municipais, mas que, todavia, reveste-se de gravidade suficiente para, uma vez comprovada, carrear em sanções aos responsáveis, opino ao final pela autuação em apartado e pela realização de uma auditoria detalhada para análise e julgamento de possíveis irregularidades vinculadas aos recursos que deveriam ser destinados a um Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Aurora.

## **6. Transparência da gestão fiscal**

Seguindo a tendência cada vez mais inexorável de produção e divulgação sistemática de informações da administração pública, a Lei Complementar n. 131/09 incrementou a questão da transparência no art. 48, da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

A referida Lei Complementar n. 131/09, além de determinar tal redação à Lei de Responsabilidade Fiscal, dispôs sobre o prazo para a administração direta adequar-se a estas novas regras, ao incluir o art. 73-B, na Lei Complementar n. 101/00:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.

Por sua vez, o Decreto Federal n. 7.185/2010 regulamentou as mencionadas inovações, estabelecendo um padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a tão almejada transparência da gestão fiscal.

Especificamente com relação ao Município de Aurora, de acordo com as informações de fls. 340-341, o Município em comento **não cumpriu todas** as regras estabelecidas pela nova legislação no que se refere à disponibilização, em meios eletrônicos, de informações sobre a execução orçamentária e financeira, esclarecendo o responsável, à fl. 212, que o departamento competente estaria averiguando as irregularidades encontradas, o que evidentemente não elide o apontamento.

Alerta-se, ainda, que a recentíssima Decisão Normativa n. TC-0011/2013 acrescentou o inciso XVI ao art. 9º da Decisão Normativa n. TC-06/2008, com a seguinte redação:

Art. 9º As restrições que podem ensejar a emissão de Parecer Prévio com recomendação de rejeição das contas prestadas pelo Prefeito, dentre outras, compõe o Anexo I, integrante desta Decisão Normativa, em especial as seguintes:

[...]

XVI – TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL – Descumprimento das regras de transparência da gestão pública, em todas as suas condições, formas e prazos previstos nos artigos 48, 48-A e 49 da Lei Complementar (federal) n. 101/2000."

Assim, deve-se destacar que **a irregularidade ora observada será, no próximo exercício, fundamento para emissão de parecer prévio recomendando a rejeição das contas prestadas por Prefeitos.**

Entretanto, considerando que a instrução apontou o descumprimento de uma norma legal em vigor, embora ainda não seja possível opinar pela rejeição das contas, por conta da vigência da referida Decisão Normativa n. TC-011/2013, entendo que se faz necessária a autuação em apartado para análise e julgamento dessa restrição.

## **7. Restrições**

A Diretoria de Controle dos Municípios destacou a contabilização do Imposto sobre Produtos Industrializados pelo valor líquido no montante de R\$ 41.464,69, bem como a ausência de contabilização da dedução da referida Receita para a formação do FUNDEB, em afronta ao art. 85, da Lei n. 4.320/64, e à Portaria Conjunta STN/SOF n. 02/2012, salientando o responsável (fl. 211) que já teriam sido adotadas as providências devidas, o que evidentemente não elimina a restrição em questão.

A Unidade Técnica também apontou a existência de despesas registradas em DDO com recursos do FUNDEB sem disponibilidade financeira, novamente em desacordo com o disposto no art. 85, da Lei n. 4.320/64, tendo o responsável (fl. 212) somente afirmado que a restrição procede, razão pela qual o apontamento merece ser mantido.

A Área Técnica assinalou, ainda, o déficit de execução orçamentária do Município (Consolidado), apenas parcialmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior; o déficit financeiro do Município (Consolidado), resultante do déficit orçamentário ocorrido no exercício em exame; a realização de despesas empenhadas e canceladas no exercício de 2013; e a divergência apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro e o resultado da execução orçamentária. Salienta-se que tais irregularidades, mesmo depois de consideradas as alegações e documentos encaminhados pelo responsável especialmente às fls. 211-212 e 217-278, merecem ser conservadas, conforme será debatido na conclusão deste parecer.

A instrução destacou, também, a ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, inciso II, da Lei Complementar n. 101/2000, e no art. 7º, inciso II, do Decreto Federal n. 7.185/2010, irregularidade que também deve ser mantida, à luz do que fora registrado no item anterior deste parecer.

Por fim, a Unidade Técnica indicou a ausência de encaminhamento dos Pareceres do Conselho Municipal de Saúde, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Municipal de Assistência Social, do Conselho Municipal de Alimentação Escolar e do Conselho Municipal do Idoso, caracterizando o descumprimento do que dispõe o art. 1º, § 2º, alíneas "a" a "e", da Resolução n. TC-077/2013.

## **8. Conclusão**

Da análise de todas as informações apresentadas nestes autos, tem-se que o responsável pela Unidade Gestora não apresentou

justificativas suficientes para elidir uma das irregularidades detectadas pela instrução, referente ao descumprimento do art. 48, alínea b, da Lei n. 4.320/64, c/c o art. 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, relativo ao déficit de execução orçamentária do Município (Consolidado).

Esta restrição é considerada gravíssima, a ponto de ensejar a rejeição das contas apresentadas, conforme jurisprudência consolidada dessa Corte de Contas expressamente consignada no art. 9º, inciso I, da Decisão Normativa n. TC-06/2008, *in verbis*:

Art. 9º **As restrições que podem ensejar a emissão de Parecer Prévio com recomendação de rejeição das contas prestadas pelo Prefeito**, dentre outras, compõe o Anexo I, integrante desta Decisão Normativa, em especial as seguintes:

[...].

**I – DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO – Ocorrência de déficit de execução orçamentária, considerados os valores de transferências financeiras ao Poder Legislativo e a órgãos, bem como o não-processamento (empenhamento) de despesa orçamentária liquidada ou a anulação de despesa orçamentária liquidada promovidos de forma irregular**, excetuando-se quando resultante da utilização do superávit financeiro do exercício anterior - Lei (federal) n. 4.320/64, art. 48, “b”, e Lei Complementar (federal) n. 101/2000, art. 1º §§ 1º e 4º. (GRIFEI).

Logo, deve-se frisar que, no caso de descumprimento dos dispositivos legais em questão, a restrição poderá fundamentar a emissão de parecer prévio recomendando a rejeição das contas prestadas por Prefeitos.

Salienta-se desde já que o responsável não apresentou justificativas que pudessem sanar o apontamento em comento, tendo ignorado, portanto, importantes diretrizes legais, ao exemplo do que dizem a Lei n. 4.320/64 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, respectivamente:

Art. 48. A fixação das cotas a que se refere o artigo anterior atenderá aos seguintes objetivos:

[...].

b) manter, durante o exercício, na medida do possível o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, de modo a reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria.

[...].

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Este último dispositivo acima transcrito, inclusive, com propriedade traduz o espírito da Lei de Responsabilidade Fiscal, deixando clara a **obrigatoriedade** da manutenção do **equilíbrio favorável das contas públicas**, guiando uma ação planejada e transparente do administrador público, o qual deve agir com parcimônia para que as despesas orçamentárias não ultrapassem as receitas orçamentárias, cumprindo-se, dessa maneira, o **princípio do equilíbrio de caixa** exigido na legislação em comento.

O gestor, especificamente às fls. 211-212 (amparado pela documentação de fls. 217-278), alega que o déficit de execução orçamentária no Município teria sido totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior, porquanto a instrução teria desconsiderado os “lançamentos de desincorporação de passivos” referentes ao “cancelamento de DDO retido na fonte não pago e inscrito em dívida fundada no exercício corrente parcelado junto ao INSS”, devendo ser considerada, ainda, a “transferência financeira concedida pela Câmara de Vereadores de forma incorreta” e o “cancelamento de restos a pagar”, argumentos os quais não eliminam o apontamento – muito pelo contrário, acabam influenciando na existência e modificação de outras inconsistências contábeis, à luz do que bem apontou a Diretoria de Controle dos Municípios, às fls. 292-294:

O Responsável alega que o déficit orçamentário apurado deve ser diminuído em razão da Desincorporação de Passivos no valor de R\$ 351.211,30 e no valor de R\$ 64,97 referente ao lançamento indevido de transferência financeira para a Câmara Municipal.



No que se refere a Desincorporação de Passivos, o valor de R\$ 261.618,27 relativo a retenções de INSS do exercício em análise que foram baixadas do Passivo Circulante, e portanto, influenciaram o resultado financeiro para mais, identifica-se que este procedimento foi indevido, pois se trata de despesa de competência do exercício de 2013 que deveria estar registrada em Consignações ao final do exercício.

Segundo informa o Responsável foi feito o parcelamento da dívida junto ao INSS, contudo, não foi possível identificar, com base no Sistema e-Sfinge, o referido parcelamento. Cabe registrar, entretanto, que mesma parcelada a dívida dentro do exercício, a mesma não deixaria de ser incluída na verificação do resultado financeiro.

Assim, em se tratando da execução orçamentária os valores foram empenhados e não há o que ajustar, todavia com relação a execução financeira o valor que deveria constar no Passivo Financeiro em 31/12/2013 e foi baixado (fls. 282/284) deve ser ajustado alterando o resultado financeiro apurado inicialmente no Relatório nº 2424/2014 de Instrução, conforme Quadro 11.

No que tange a Desincorporação de Passivos, o valor de R\$ 89.593,03 relativo ao cancelamento de Restos a Pagar, entende-se que este procedimento aumenta o superávit financeiro do exercício anterior para o valor de R\$ 874.027,96, que serve de cobertura para o déficit em questão.

Já o valor de R\$ 64,27 não influencia a execução orçamentária já que se trata de transferência financeira.

Importante registrar que em razão da baixa de valores retidos do INSS do Passivo Financeiro da Prefeitura Municipal e do Fundo Municipal de Saúde, conforme valores apurados no item 1.2.1.5, constatou-se, nesta oportunidade, que houve a anulação de empenhos de obrigações patronais relativas ao INSS no exercício em exame da ordem de R\$ 236.154,62, sendo o valor de R\$ 153.778,61 relativo à Prefeitura Municipal e o valor de R\$ 82.376,01 referente ao Fundo Municipal de Saúde (fls. 217/278).

Esse procedimento indevido de anulação de despesas empenhadas de competência do exercício de 2013 influencia os resultados orçamentário e financeiro aumentando o déficit em análise e alterando o resultado financeiro do exercício.

Assim, diante das alegações do Responsável e apurações efetuadas nesta oportunidade, a restrição permanece, de acordo com o item 8.1.2 deste Relatório, com a alteração dos valores para um déficit orçamentário de R\$ 1.231.047,10, sendo que o resultado financeiro passa a ser também deficitário no valor de R\$ 356.954,17, conforme restrição configurada no item 8.1.3 deste Relatório.

Ainda, em razão do alegado fica configurada também a restrição relativa a despesas empenhadas e canceladas, no valor de R\$ 236.154,62,



conforme item 8.1.5, bem como as alterações no Quadro 11-B do item 4.2.1 e Apêndice.

[...].

O Responsável alega que a restrição é oriunda da Desincorporação de Passivos no valor de R\$ 261.618,27, da transferência financeira concedida de forma incorreta à Câmara Municipal no valor de R\$ 64,97 e do cancelamento de restos a pagar no valor de R\$ 89.593,03.

Conforme já mencionado no item anterior, no que se refere ao valor de R\$ 261.618,27, constatou-se com base no Balancete do Razão do Sistema e-Sfinge que se trata da baixa (Conta 623312800) de INSS (retenções) do Passivo Circulante (Conta 211110200). Sendo o valor de R\$ 192.164,00 relativo à Prefeitura Municipal e o valor de R\$ 69.454,27 referente ao Fundo Municipal de Saúde (fls. 282/284). Com relação ao valor referente ao cancelamento de restos a pagar, o mesmo não compõe o valor da restrição, e no que tange ao valor de 64,97, o mesmo consta no Anexo 13 da Câmara Municipal em "Interferências Passivas" com saldo negativo.

Dessa forma, a restrição permanece, sendo restrição efetiva a contabilização incorreta no valor de R\$ 64,97, conforme item 8.1.6.

Assim, a singela justificativa do responsável não merece acolhimento, não tendo o gestor formulado um entendimento mais robusto que fosse capaz de modificar a detida análise da Unidade Técnica, tampouco acostado documentos que comprovassem o fato de o parcelamento da dívida junto ao INSS ter se relacionado a outros exercícios e, conseqüentemente, influenciado na análise do resultado orçamentário do ora em comento exercício de 2013. Nem mesmo a consideração do cancelamento de restos a pagar, no montante de R\$ 89.593,03, chega perto de suprimir o elevadíssimo déficit ora debatido, representando quase 10% da receita arrecadada do Município no exercício em exame, consoante registrado no item 1 deste parecer.

Por sua vez, o déficit financeiro também assinalado pela Área Técnica é restrição que decorre do déficit de execução orçamentária analisado acima, os quais se relacionam, ainda, com a irregularidade referente à realização de despesas, no montante de R\$ 236.154,62, empenhadas e canceladas no exercício de 2013, em desacordo com os arts. 35, inciso II, e 60, da Lei n. 4.320/64, e a divergência apurada entre a

variação do saldo patrimonial financeiro e o resultado da execução orçamentária, considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 89.593,03, em afronta ao art. 102, também da Lei n. 4.320/64, sendo cabível, portanto, a manutenção de ambos os apontamentos, exatamente da maneira como constou às fls. 342-343, à luz dos esclarecimentos de fls. 291-294.

Destaca-se, ainda, que, independentemente do montante que representa o descumprimento da norma, **o fato concreto é que o gestor não conseguiu cumprir o referido princípio do equilíbrio de caixa** e, nesse passo, **não importa o quanto maior ou menor for a dita violação, o que releva verificar é se ela realmente existiu ou não.**

Ressalto que a adoção desse raciocínio quantitativo pode gerar situações de infração ao princípio da equidade, pois, na ausência de um parâmetro legal que assegure uma margem de segurança para se aferir a gravidade do descumprimento, tal apreciação fica ao mero alvitre do julgador, o que evidentemente poderá gerar decisões antagônicas para situações similares, pois o que pode não ser uma irregularidade grave para uns, pode o ser para outros.

Por todas as razões expostas, entendo que as contas em questão não podem ser tidas como boas e opino, ao final, pela emissão de parecer propondo a sua rejeição.

Ante o exposto, o Ministério Público de Contas, com amparo na competência conferida pelo art. 108, incisos I e II, da Lei Complementar Estadual n. 202/2000, manifesta-se:

1. pela emissão de parecer recomendando à Câmara Municipal a **REJEIÇÃO** das contas da Prefeitura Municipal de Aurora, relativas ao exercício de 2013;

2. pela **DETERMINAÇÃO** para formação de autos apartados com vistas ao exame dos atos descritos nos itens 8.1.7 e 8.2.1 a 8.2.5 do relatório de instrução final;

3. pela **DETERMINAÇÃO** para formação de autos apartados para exame do ato referente ao não encaminhamento da nominata e dos atos de posse dos Conselheiros do Conselho dos Direitos da Criança e de adolescente, em desacordo ao art. 88, inciso II, do ECA, c/c o art. 2º da Resolução do CONANDA n. 105/2005; e, também, para exame do ato relacionado à ausência de remessa dos Planos de Ação e Aplicação referentes ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em descumprimento do art. 260, § 2º, do ECA, c/c o art. 1º da Resolução do CONANDA n. 105/2005;

4. pela **DETERMINAÇÃO** para formação de autos apartados para exame do ato referente à utilização de recursos do FIA para o pagamento de despesas que desvirtuam os fins do fundo, em afronta ao disposto nos arts. 15 e 16, da Resolução CONANDA n. 137/2010, **mormente se considerando que tal anomalia já fora notada nos exercícios anteriores, conforme se nota na consulta ao histórico de empenhos do fundo, no portal do cidadão do endereço eletrônico desse Tribunal de Contas;**

5. pela **DETERMINAÇÃO** para realização de auditoria detalhada no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em face das irregularidades constantes do capítulo 6.3.1 do relatório técnico (item 5.1 deste parecer), que podem apontar para a existência de outras falhas relacionadas à utilização do referido fundo municipal;

6. pela **REMESSA DE INFORMAÇÕES** ao Ministério Público competente no Município de Aurora, diante dos fatos relatados no item 5.1 deste parecer, em especial no que diz respeito à declaração do Prefeito Municipal constante à fl. 112;

7. pela **REMESSA DE INFORMAÇÕES** ao Ministério Público Estadual para ciência dos fatos e adoção de providências que entender cabíveis, considerando o déficit de execução orçamentária do Município (Consolidado), diante das disposições da Lei n. 8.429/92;

8. pelas **RECOMENDAÇÕES, DETERMINAÇÃO** e **SOLICITAÇÃO** descritas na conclusão do relatório técnico.

Florianópolis, em 12 de novembro de 2014.

CIBELLY FARIAS

Procuradora do Ministério Público junto ao TCE/SC

Encaminhe-se

MÁRCIO DE SOUSA ROSA

Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC

PROCESSO Nº:	@PCP-14/00279809
UNIDADE GESTORA:	Prefeitura Municipal de Aurora
RESPONSÁVEL:	Vilmar Zandonai
ASSUNTO:	Prestação de Contas do Prefeito referente ao exercício de 2013
RELATÓRIO E VOTO:	GAC/LEC - 385/2014

## 1. INTRODUÇÃO

Tratam os autos de **Prestação de Contas do Prefeito Municipal de Aurora**, referente ao **exercício de 2013**, de responsabilidade do Sr. Vilmar Zandonai, ora submetida à análise e elaboração de Parecer Prévio por este Tribunal de Contas, no exercício da competência que lhe é atribuída por força do art. 31 e parágrafos c/c art. 71, inc. I, da Constituição Federal, e art. 113, §§ 2º e 3º, da Constituição Estadual.

A Diretoria de Controle dos Municípios - DMU, após proceder ao exame dos documentos e informações apresentadas e verificar os aspectos constitucionais e legais que norteiam a Administração Pública Municipal, elaborou o **Relatório Técnico nº 2414/2014 (fls. 133-195)**, cuja análise terminou por apontar as seguintes restrições:

### 8.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

8.1.1 Contabilização do Imposto sobre Produtos Industrializados pelo valor líquido no montante de **R\$ 41.464,69**, bem como ausência de contabilização da dedução da referida Receita para a formação do FUNDEB, contrariando o disposto na Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2012 que aprovou o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Parte I, c/c art. 85 da Lei nº 4.320/64 (fls. 09 e 11 dos autos).

8.1.2 Déficit de execução orçamentária do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 994.892,48**, representando **7,27%** da receita arrecadada do Município no exercício em exame, em desacordo ao artigo 48, "b" da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), parcialmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior - **R\$ 784.434,93** (item 3.1, deste Relatório).

- 8.1.3 Ausência de remessa do Parecer do Conselho do FUNDEB, em desacordo com o artigo 27, da Lei nº 11.494/07 (itens 5.2.2 e 6.1).
- 8.1.4 Despesas registradas em DDO com recursos do FUNDEB sem disponibilidade financeira, no valor de **R\$ 2.821,45**, em desacordo com o artigo 85 da Lei nº 4.320/64 (e-Sfinge e Anexo).
- 8.1.5 Divergência, no valor de **R\$ 261.683,24**, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ -643.616,21) e o resultado da execução orçamentária – Déficit (R\$ 994.892,48), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 89.593,03, em afronta ao artigo 102 da Lei nº 4.320/64 (itens 3.1 e 4.2).
- 8.1.6 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c os artigos 4º, II e 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7).
- 8.2 RESTRIÇÕES DE ORDEM REGULAMENTAR
  - 8.2.1 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "a", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.2).
  - 8.2.2 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "b", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.3).
  - 8.2.3 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "c", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.4).
  - 8.2.4 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "d", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.5).
  - 8.2.5 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "e", da Resolução TC nº 77/2013 (item 6.6).

Com base no referido relatório, determinei (fl. 196) o retorno dos autos à Diretoria de Controle dos Municípios para que fosse oportunizada a manifestação do Responsável.

Notificado (fls. 197-198), o Responsável apresentou justificativas para as irregularidades apontadas na parte conclusiva do Relatório Técnico nº 2414/2014, após realizada nova análise pela área técnica, foi emitido o Relatório Técnico nº 5261/2014 (fls. 286-360), cuja conclusão transcrevo:

#### 8.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 8.1.1 Contabilização do Imposto sobre Produtos Industrializados pelo valor líquido no montante de **R\$ 41.464,69**, bem como ausência de contabilização da dedução da referida Receita para a formação do FUNDEB, contrariando o disposto na Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2012 que aprovou o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Parte I, c/c art. 85 da Lei nº 4.320/64 (item 1.2.1.1 e fls. 09 e 11 dos autos).

- 8.1.2 Déficit de execução orçamentária do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 1.231.047,10**, representando **8,99%** da receita arrecadada do Município no exercício em exame, em desacordo ao artigo 48, "b" da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), parcialmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior – **R\$ 784.434,93. Registra-se o Cancelamento de Restos a Pagar no valor de 89.593,03** (itens 1.2.1.2 e 3.1).
- 8.1.3 Déficit financeiro do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 356.954,17**, resultante do déficit orçamentário ocorrido no exercício em exame, correspondendo a **2,61%** da Receita Arrecadada do Município no exercício em exame (**R\$ 13.694.115,84**), em desacordo ao artigo 48, "b" da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF (item 4.2).
- 8.1.4 Despesas registradas em DDO com recursos do FUNDEB sem disponibilidade financeira, no valor de **R\$ 2.821,45**, em desacordo com o artigo 85 da Lei nº 4.320/64 (item 1.2.1.4, Quadro 16-A e Sistema e-Sfinge)
- 8.1.5 Realização de despesas, no montante de **R\$ 236.154,62**, empenhadas e canceladas no exercício de 2013, em desacordo com os artigos 35, II e 60 da Lei nº 4.320/64 (Quadros 02-A e 11-A e fls. 217/278 dos autos).
- 8.1.6 Divergência, no valor de **R\$ 64,97**, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ -1.141.389,10) e o resultado da execução orçamentária – Déficit (R\$ 1.231.047,10), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 89.593,03, em afronta ao artigo 102 da Lei nº 4.320/64 (Quadros 02 e 11 e item 1.2.1.5).
- 8.1.7 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c os artigos 4º, II e 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (item 1.2.1.6 e Capítulo 7).
- 8.2 RESTRIÇÕES DE ORDEM REGULAMENTAR
  - 8.2.1 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "a", da Resolução TC nº 77/2013 (itens 1.2.2.1 e 6.2).
  - 8.2.2 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "b", da Resolução TC nº 77/2013 (itens 1.2.2.2 e 6.3).
  - 8.2.3 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "c", da Resolução TC nº 77/2013 (itens 1.2.2.3 e 6.4).
  - 8.2.4 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "d", da Resolução TC nº 77/2013 (itens 1.2.2.4 e 6.5).
  - 8.2.5 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "e", da Resolução TC nº 77/2013 (itens 1.2.2.5 e 6.6).

Ainda no referido relatório, concluiu a Diretoria de Controle, que também possa o Tribunal de Contas:



I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades mencionadas no Capítulo 6 – Do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades apontadas no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

IV - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

Na sequência, houve manifestação do **Ministério Público de Contas**, por meio do **Parecer nº MPTC/29506/2014** (fls.361-385), sugerindo a emissão de parecer recomendando à Câmara Municipal a **REJEIÇÃO** das contas do Município de Aurora, e ainda: pela formação de autos apartados com vistas ao exame dos atos descritos nos itens 8.1.7 e 8.2.1 a 8.2.5 do Relatório DMU nº 5261/2014 e pelas irregularidades pertinentes ao FIA e FUNDEB; pela realização de auditorias; pela comunicação ao Ministério Público competente no Município de Aurora e Ministério Público Estadual; e, por fim, pelas recomendações. Determinação e solicitação descritas na conclusão do Relatório Técnico.

É o relatório.

## 2. DISCUSSÃO

O resultado da análise efetuada pela Diretoria de Controle dos Municípios, através do Relatório Técnico nº 5261/2014, aponta para a **existência de sete restrições de ordem legal e cinco de ordem regulamentar**, descritas anteriormente.

Atentando para os números mais importantes que se extraem do Relatório Técnico, registro alguns dados relevantes acerca da gestão municipal que necessariamente devem pautar o exame de suas contas anuais.



O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Déficit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 994.892,48**, correspondendo a **7,27%** da receita arrecadada. Após os ajustes da receita e despesa o município apresentou Déficit de **R\$ 1.231.047,10**. Contudo, ressalta-se **que o Déficit em questão foi parcialmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 784.434,93), e o Cancelamento de Restos a Pagar no valor de R\$ 89.593,03**, conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro às fls. 310-311.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 13.694.115,84**, equivalendo a **77,37%** da receita orçada.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Déficit Financeiro de **R\$ 356.954,17** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 1,41** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação negativa de **R\$ 1.141.389,10** passando de um Superávit de **R\$ 784.434,93** para um Déficit de **R\$ 356.954,17**. Registre-se que a Prefeitura apresentou um Déficit de **R\$ 215.338,31**.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 2.507.773,96** em gastos com **Ações e Serviços Públicos de Saúde**, o que corresponde a **25,30%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 1.020.671,30**, representando **10,30%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Com relação aos limites constitucionais aplicados à **Educação**, aplicação do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, incluídas as transferências de impostos, em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino – art. 212, CF/88, verificou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 3.556.794,07** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **35,88%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 1.078.289,63** representando **10,88%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

Quanto à aplicação do percentual mínimo de **60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério** (art. 22 da Lei nº 11.494/2007), o Município aplicou o valor de **R\$ 1.635.797,49**, equivalendo a **87,47%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A respeito da aplicação do percentual mínimo de **95% dos recursos oriundos do FUNDEB em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica** (art. 21 da Lei nº 11.494/2007), o município aplicou o valor de **R\$ 1.867.273,47**, equivalendo a **99,85%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

Com relação a **utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte** ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007, ante a inexistência de saldo no encerramento do exercício de 2012 de recursos do FUNDEB, resta prejudicada a verificação prevista no art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Sobre os **limites de gastos com pessoal (LRF)**, constata-se que restaram **cumpridos** uma vez que do limite máximo de 60%, o Município aplicou 53,29% do total da receita corrente líquida; do limite máximo de 54%, o Poder Executivo aplicou 49,82% do total da receita corrente líquida; do limite máximo de 6%, o Poder Legislativo aplicou 3,46% do total da receita líquida corrente.

Na verificação à obrigação contida no artigo 20, § 2º da Resolução nº TC – 16/94, alterado pelo **artigo 1º da Resolução nº TC 77/2013**, referente aos **Conselhos Municipais**, destaco que apenas o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB remeteu o parecer (item 6.1, do Relatório DMU, às fls. 327-328). Os demais Conselhos não remeteram os pareceres, em desatendimento ao que dispõe do art. 1º, §2º, “e”, da Resolução TC nº 77/2013 (itens 6.2, 6.3, 6.4, 6.5 e 6.6, do Relatório DMU, às fls. 328-337), contudo, levando em conta que o exame da remessa dos referidos documentos passou a ser realizado a partir do exercício de 2013, entendo razoável apenas

recomendação à Unidade para a adoção de providências visando a correção da irregularidade.

No que toca à **transparência da gestão fiscal** (item 7, do Relatório DMU, fls. 337-341) restou evidenciado que o Município ora analisado atende parcialmente às disposições legais, razão pela qual se recomenda a adequação da divulgação das informações obrigatórias, em atendimento à Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 e ao Decreto Federal nº 7.185/2010.

No tocante às divergências contábeis constantes nos itens **8.1.1, 8.1.4, 8.1.5 e 8.1.6** do Relatório Técnico, entendo que as mesmas podem ser corrigidas pela Unidade. Tais apontamentos demonstram a deficiência dos registros contábeis e do controle interno do município, alertando para que a municipalidade realize os registros contábeis em consonância com os princípios contábeis, nos termos da Resolução CFC nº 750/93 (alterada pela Resolução CFC nº 1.282/2010) e Lei nº 4.320/64.

Ademais, embora, as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas não afetam de forma significativa a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise, conforme observado pela Diretoria de Controle dos Municípios na Síntese do Exercício de 2013 - Quadro 21, fl. 344. Razão pela qual recomendo à Unidade para que atente para as normas de escrituração contábil vigentes, com vistas a evitar a ocorrência de erros e divergências contábeis.

No que concerne a restrição de que o Município de Aurora realizou despesas orçamentárias muito além do ingresso de suas receitas orçamentárias, resultando em **Déficit Orçamentário** da ordem de **R\$ 1.231.047,10**, após análise detalhada dos esclarecimentos e documentos apresentados pelo gestor às fls. 211-278, bem como os apontamentos da Diretoria de Controle dos Municípios às fls. 292-294 e Parecer Ministerial às fls. 378-383, observo que a justificativa do Responsável ao contrário de eliminar o apontamento restou influenciando no agravamento da situação financeira do município o qual passou a ter um **Déficit Financeiro** na ordem de **R\$ 356.954,17** (fls. 310-311); despesas empenhadas e canceladas no valor de R\$

236.154,62 (fls. 300-301 e 311); bem como alterações na análise do resultado financeiro por especificação de recursos (fls. 311-312).

Dessa forma, constato que o agravante da presente restrição está no fato de o Déficit Orçamentário estar conjugado com o Déficit Financeiro, pois essa situação demonstra violação do princípio do equilíbrio orçamentário e financeiro podendo indicar séria fragilidade financeira na Unidade ora analisada e considerada por esta corte de Contas como restrição gravíssima capaz de ensejar a rejeição das contas, conforme dispõe o art. 9º, I, da Decisão Normativa nº TC-06/2008.

Destaco, por fim, não ser necessária a formação de autos apartados, tal como sugere a Exma. Procuradora do Ministério Público de Contas Cibelly Farias, por não vislumbrar nos atos inquinados gravidade tal que justifique instauração de autos apartados nos termos do art. 85, § 2º, da Resolução nº TC-06/2001, salientando que tais atos não dizem respeito aos fatos que motivaram a rejeição da presente prestação de contas.

### **3. PROPOSTA DE VOTO**

Ante o exposto, proponho ao Egrégio Tribunal Pleno a adoção da seguinte deliberação:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar n. 202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe o Relatório e a Proposta de Parecer Prévio do Relator, aprovando-os, e:

Considerando é da competência do Tribunal de Contas do Estado, no exercício do controle externo que lhe é atribuído pela Constituição, a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas anuais prestadas pelo Prefeito Municipal;

Considerando que ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal formula opinião em relação às contas, atendo-se exclusivamente à análise técnica

quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial, seus resultados consolidados para o ente, e conformação às normas constitucionais, legais e regulamentares, bem como à observância de pisos e limites de despesas estabelecidos nas normas constitucionais e infraconstitucionais;

Considerando que as Contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo são constituídas dos respectivos Balanços Gerais e das demais demonstrações técnicas de natureza contábil de todos os órgãos e entidades vinculadas ao Orçamento Anual do Município, de forma consolidada, incluídas as do Poder Legislativo, em cumprimento aos arts. 113, § 1º, e 59, I, da Constituição Estadual e 50 da Lei Complementar n. 101/2000;

Considerando que os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e os Demonstrativos das Variações Patrimoniais, até onde o exame pode ser realizado para emissão do parecer, estão escriturados conforme os preceitos de contabilidade pública e, de forma geral, expressam os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro de 2013;

Considerando que o Parecer é baseado em atos e fatos relacionados às contas apresentadas, não se vinculando a indícios, suspeitas ou suposições;

Considerando que é da competência exclusiva da Câmara Municipal, conforme o art. 113 da Constituição Estadual, o julgamento das contas de governo prestadas anualmente pelo Prefeito;

Considerando que a apreciação das contas e a emissão do parecer prévio não envolvem o exame da legalidade, legitimidade e economicidade de todos os atos e contratos

Considerando que a análise técnica e o Parecer Prévio deste Tribunal sobre as Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo municipal ou o seu julgamento pela Câmara Municipal não eximem de responsabilidade os administradores, inclusive o Prefeito quando ordenador de despesa, e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta ou indireta, de qualquer dos Poderes e órgãos do Município, bem como aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra

irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, nem obsta o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas, em consonância com os arts. 58, parágrafo único, 59, inciso II, e 113 da Constituição Estadual;

Considerando a(s) seguinte(s) desconformidade(s) com as normas constitucionais e infraconstitucionais:

Considerando que as desconformidades e recomendações indicadas neste Parecer Prévio, relativas ao exercício de 2013 requerem a adoção das medidas saneadoras pertinentes;

Considerando a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, mediante o Parecer MPTC nº 29506/2014.

**3.1. EMITIR PARECER** recomendando à Egrégia Câmara Municipal de Aurora a **REJEIÇÃO** das contas anuais do exercício de 2013 do Prefeito daquele Município à época, em face das seguintes restrições:

**3.1.1.** Déficit de execução orçamentária do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 1.231.047,10**, representando **8,99%** da receita arrecadada do Município no exercício em exame, em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), parcialmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior – **R\$ 784.434,93. Registra-se o Cancelamento de Restos a Pagar no valor de 89.593,03** (itens 1.2.1.2 e 3.1, do Relatório DMU nº 5261/2014);

**3.1.2.** Déficit financeiro do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 356.954,17**, resultante do déficit orçamentário ocorrido no exercício em exame, correspondendo a **2,61%** da Receita Arrecadada do Município no exercício em exame (**R\$ 13.694.115,84**), em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF (item 4.2, do Relatório DMU nº 5261/2014).

**3.2.** Recomendar à Prefeitura Municipal de Aurora a adoção de providências visando à correção das deficiências apontadas pelo Órgão Instrutivo, a seguir identificadas, e à prevenção da ocorrência de outras semelhantes:

**3.2.1.** Contabilização do Imposto sobre Produtos Industrializados pelo valor líquido no montante de **R\$ 41.464,69**, bem como ausência de contabilização da dedução da referida Receita para a formação do FUNDEB,

contrariando o disposto na Portaria Conjunta STN/SOF nº 02/2012 que aprovou o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Parte I, c/c art. 85 da Lei nº 4.320/64 (item 1.2.1.1, do Relatório DMU nº 5261/2014 e fls. 09 e 11 dos autos);

**3.2.2.** Despesas registradas em DDO com recursos do FUNDEB sem disponibilidade financeira, no valor de **R\$ 2.821,45**, em desacordo com o artigo 85 da Lei nº 4.320/64 (item 1.2.1.4, Quadro 16-A, do Relatório DMU nº 5261/2014 e Sistema e-Sfinge);

**3.2.3.** Realização de despesas, no montante de **R\$ 236.154,62**, empenhadas e canceladas no exercício de 2013, em desacordo com os artigos 35, II e 60 da Lei nº 4.320/64 (Quadros 02-A e 11-A, do Relatório DMU nº 5261/2014 e fls. 217/278 dos autos);

**3.2.4.** Divergência, no valor de **R\$ 64,97**, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ -1.141.389,10) e o resultado da execução orçamentária – Déficit (R\$ 1.231.047,10), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 89.593,03, em afronta ao artigo 102 da Lei nº 4.320/64 (Quadros 02 e 11 e item 1.2.1.5, do Relatório DMU nº 5261/2014);

**3.2.5.** Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c os artigos 4º, II e 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (item 1.2.1.6 e Capítulo 7, do Relatório DMU nº 5261/2014);

**3.2.6.** Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "a", da Resolução TC nº 77/2013 (itens 1.2.2.1 e 6.2, do Relatório DMU nº 5261/2014);

**3.2.7.** Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "b", da Resolução TC nº 77/2013 (itens 1.2.2.2 e 6.3, do Relatório DMU nº 5261/2014);

**3.2.8.** Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, §



2º, "c", da Resolução TC nº 77/2013 (itens 1.2.2.3 e 6.4, do Relatório DMU nº 5261/2014);

**3.2.9.** Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "d", da Resolução TC nº 77/2013 (itens 1.2.2.4 e 6.5, do Relatório DMU nº 5261/2014);

**3.2.10.** Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "e", da Resolução TC nº 77/2013 (itens 1.2.2.5 e 6.6, do Relatório DMU nº 5261/2014).

**3.2.11.** Adoção de providências imediatas quanto às irregularidades mencionadas no Capítulo 6 – Do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

**3.3.** Recomendar ao Município de Aurora que, após o trânsito em julgado, divulgue a prestação de contas em análise e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF.

**3.4.** Solicitar à Egrégia Câmara de Vereadores que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) nº 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

**3.5.** Determinar a ciência deste Parecer Prévio, bem como do Relatório e Voto do Relator e dos Relatórios DMU nºs 2424/2014 e 5261/2014 que o fundamentam, à Prefeitura Municipal de Aurora.

Florianópolis, em 19 de novembro de 2014.

LUIZ EDUARDO CHEREM  
CONSELHEIRO RELATOR



1. **Processo n.:** PCP-14/00279809
2. **Assunto:** Prestação de Contas do Prefeito referente ao exercício de 2013
3. **Responsável:** Vilmar Zandonai
4. **Unidade Gestora:** Prefeitura Municipal de Aurora
5. **Unidade Técnica:** DMU
6. **Parecer Prévio n.:** 0206/2014

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar n. 202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe o Relatório e a Proposta de Parecer Prévio do Relator, aprovando-os, e:

Considerando é da competência do Tribunal de Contas do Estado, no exercício do controle externo que lhe é atribuído pela Constituição, a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas anuais prestadas pelo Prefeito Municipal;

Considerando que ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal formula opinião em relação às contas, atendo-se exclusivamente à análise técnica quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial, seus resultados consolidados para o ente, e conformação às normas constitucionais, legais e regulamentares, bem como à observância de pisos e limites de despesas estabelecidos nas normas constitucionais e infraconstitucionais;

Considerando que as Contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo são constituídas dos respectivos Balanços Gerais e das demais demonstrações técnicas de natureza contábil de todos os órgãos e entidades vinculadas ao Orçamento Anual do Município, de forma consolidada, incluídas as do Poder Legislativo, em cumprimento aos arts. 113, §1º, e 59, I, da Constituição Estadual e 50 da Lei Complementar n. 101/2000;

Considerando que os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e os Demonstrativos das Variações Patrimoniais, até onde o exame pode ser realizado para emissão do parecer, estão escriturados conforme os preceitos de contabilidade pública e, de forma geral, expressam os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro de 2013;

Considerando que o Parecer é baseado em atos e fatos relacionados às contas apresentadas, não se vinculando a indícios, suspeitas ou suposições;

Considerando que é da competência exclusiva da Câmara Municipal, conforme o art. 113 da Constituição Estadual, o julgamento das contas de governo prestadas anualmente pelo Prefeito;

Considerando que a apreciação das contas e a emissão do parecer prévio não envolvem o exame da legalidade, legitimidade e economicidade de todos os atos e contratos

Considerando que a análise técnica e o Parecer Prévio deste Tribunal sobre as Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo municipal ou o seu julgamento pela Câmara Municipal não eximem de responsabilidade os administradores, inclusive o Prefeito quando ordenador de despesa, e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta ou indireta, de qualquer dos Poderes e órgãos do Município, bem como aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, nem obsta o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas, em consonância com os arts. 58, parágrafo único, 59, inciso II, e 113 da Constituição Estadual;

Considerando as seguintes desconformidades com as normas constitucionais e infraconstitucionais:

Considerando que as desconformidades e recomendações indicadas neste Parecer Prévio, relativas ao exercício de 2013 requerem a adoção das medidas saneadoras pertinentes;

Considerando a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, mediante o Parecer MPTC n. 29506/2014.

**6.1. EMITE PARECER** recomendando à Egrégia Câmara Municipal de Aurora a **REJEIÇÃO** das contas anuais do exercício de 2013 do Prefeito daquele Município à época, em face das seguintes restrições:

**6.1.1.** Déficit de execução orçamentária do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 1.231.047,10**, representando **8,99%** da receita arrecadada do Município no exercício em exame, em desacordo com os arts. 48, “b” da Lei n. 4.320/64 e 1º, §1º, da Lei Complementar n. 101/2000 (LRF), parcialmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior – R\$ 784.434,93. **Registra-se o Cancelamento de Restos a Pagar no valor de 89.593,03** (itens 1.2.1.2 e 3.1 do Relatório DMU n. 5261/2014);

**6.1.2.** Déficit financeiro do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 356.954,17**, resultante do déficit orçamentário ocorrido no exercício em exame, correspondendo a **2,61%** da Receita Arrecadada do Município no exercício em exame (**R\$ 13.694.115,84**), em desacordo com os arts. 48, “b”, da Lei n. 4.320/64 e 1º da Lei Complementar n. 101/2000 – LRF (item 4.2 do Relatório DMU n. 5261/2014).

**6.2.** Recomenda à Prefeitura Municipal de Aurora a adoção de providências visando à correção das deficiências apontadas pelo Órgão Instrutivo, a seguir identificadas, e à prevenção da ocorrência de outras semelhantes:

**6.2.1.** Contabilização do Imposto sobre Produtos Industrializados pelo valor líquido no montante de R\$ 41.464,69, bem como ausência de contabilização da dedução da referida Receita para a formação do FUNDEB, contrariando o disposto na Portaria Conjunta STN/SOF n. 02/2012 que aprovou o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Parte I, c/c art. 85 da Lei n. 4.320/64 (item 1.2.1.1, do Relatório DMU n. 5261/2014 e fls. 09 e 11 dos autos);

**6.2.2.** Despesas registradas em DDO com recursos do FUNDEB sem disponibilidade financeira, no valor de R\$ 2.821,45, em desacordo com o art. 85 da Lei n. 4.320/64 (item 1.2.1.4, Quadro 16-A, do Relatório DMU n. 5261/2014 e Sistema e-Sfinge);

**6.2.3.** Realização de despesas, no montante de R\$ 236.154,62, empenhadas e canceladas no exercício de 2013, em desacordo com os arts. 35, II e 60 da Lei n. 4.320/64 (Quadros 02-A e 11-A, do Relatório DMU n. 5261/2014 e fls. 217/278 dos autos);

**6.2.4.** Divergência, no valor de R\$ 64,97, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ -1.141.389,10) e o resultado da execução orçamentária – Déficit (R\$ 1.231.047,10), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 89.593,03, em afronta ao artigo 102 da Lei n. 4.320/64 (Quadros 02 e 11 e item 1.2.1.5, do Relatório DMU n. 5261/2014);

**6.2.5.** Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II, da Lei Complementar n. 101/2000 alterada pela Lei Complementar n. 131/2009 c/c os arts. 4º, II e 7º, II, do Decreto Federal n. 7.185/2010 (item 1.2.1.6 e Capítulo 7, do Relatório DMU n. 5261/2014);

**6.2.6.** Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, §2º, "a", da Resolução n. TC-77/2013 (itens 1.2.2.1 e 6.2, do Relatório DMU n. 5261/2014);

**6.2.7.** Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "b", da Resolução n. TC-77/2013 (itens 1.2.2.2 e 6.3, do Relatório DMU n. 5261/2014);

**6.2.8.** Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, §2º, "c", da Resolução n. TC-77/2013 (itens 1.2.2.3 e 6.4, do Relatório DMU n. 5261/2014);

**6.2.9.** Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, §2º, "d", da Resolução n. TC-77/2013 (itens 1.2.2.4 e 6.5, do Relatório DMU n. 5261/2014);

**6.2.10.** Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, § 2º, "e", da Resolução n. TC-77/2013 (itens 1.2.2.5 e 6.6, do Relatório DMU n. 5261/2014);

**6.2.11.** Adoção de providências imediatas quanto às irregularidades mencionadas no Capítulo 6 – Do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**6.3.** Recomenda ao Município de Aurora que, após o trânsito em julgado, divulgue a prestação de contas em análise e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 – LRF.

**6.4.** Solicita à Egrégia Câmara de Vereadores que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

**6.5.** Determina a ciência deste Parecer Prévio à Câmara Municipal de Aurora.

**6.6.** Determina a ciência deste Parecer Prévio, bem como do Relatório e Voto do Relator e dos **Relatórios DMU ns. 2424/2014 e 5261/2014** que o fundamentam, à Prefeitura Municipal de Aurora.

**7. Ata n.: 79/2014**

**8. Data da Sessão:** 01/12/2014 - Ordinária

**9. Especificação do quorum:**

9.1 Conselheiros presentes: Julio Garcia (Presidente), Luiz Roberto Herbst, Cesar Filomeno Fontes, Wilson Rogério Wan-Dall, Herneus De Nadal e Luiz Eduardo Cherem (Relator)

**10. Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:**

Aderson Flores

**11. Auditores presentes:** Gerson dos Santos Sicca e Cleber Muniz Gavi

JULIO GARCIA  
Presidente

LUIZ EDUARDO CHEREM  
Relator

Fui presente: ADERSON FLORES  
Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE/SC